

Linguística popular:

contribuições
às ciências da
linguagem



Roberto Leiser Baronas
Marcelo Rocha Barros Gonçalves
Júlio Antonio Bonatti Santos

Orgnizadores

Linguística popular:

contribuições
às ciências da
linguagem

Roberto Leiser Baronas
Marcelo Rocha Barros Gonçalves
Júlio Antonio Bonatti Santos
(Organizadores)

Linguística popular:

contribuições
às ciências da
linguagem

Araraquara
Letraria
Abril de 2021

Linguística popular:

contribuições às ciências da linguagem

PROJETO EDITORIAL

Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Letraria

FOTOGRAFIA DA CAPA

Patrick Rodrigues

ARTE DA CAPA

Letraria

REVISÃO

Letraria

BARONAS, Roberto Leiser; GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros; SANTOS, Júlio Antonio Bonatti. (org.). **Linguística popular**: contribuições às ciências da linguagem. Araraquara: Letraria, 2021.

ISBN: 978-65-86562-55-2

1. Linguística. 2. Linguagem. 3. Popular. 4. Ciências da linguagem.

CDD: 410 – Linguística

Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e organizadores. Esta obra ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio, sem autorização escrita dos autores e organizadores.

Conselho editorial

Atílio Butturi Junior (UFSC)

Edvânia Gomes da Silva (UESB)

Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar)

Inumeráveis

Por Bráulio Bessa

Andre Cavalcante era professor
amigo de todos e pai do Pedrinho.
O Bruno Campelo seguiu seu caminho
Tornou-se enfermeiro por puro amor.

Já Carlos Antônio, era cobrador
Estava ansioso pra se aposentar.

A Diva Thereza amava tocar
Seu belo piano de forma eloquente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Elaine Cristina, grande paratleta
fez três faculdades e ganhou medalhas

Felipe Pedrosa vencia as batalhas
Dirigindo Uber em busca da meta.

Gastão Dias Junior, pessoa discreta
na pediatria escolheu se doar
Horácia Coutinho e seu dom de cuidar
De cada amigo e de cada parente.

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Iramar Carneiro, herói da estrada
foi caminhoneiro, ajudou o Brasil.

Joana Maria, bisavó gentil. E Katia Cilene uma mãe dedicada.

Lenita Maria, era muito animada
baiana de escola de samba a sambar

Margarida Veras amava ensinar
era professora bondosa e presente.

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Norberto Eugênio era jogador
piloto, artista, multifuncional.

Olinda Menezes amava o Natal.

Pasqual Stefano dentista, pintor
Curtia cinema, mais um sonhador
Que na pandemia parou de sonhar.
A vó da Camily não vai lhe abraçar
com Quitéria Melo não foi diferente.
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Raimundo dos Santos, um homem guerreiro
O senhor dos rios, dos peixes também
Salvador José, baiano do bem
Bebia cerveja e era roqueiro.
Terezinha Maia sorria ligeiro
cuidava das plantas, cuidava do lar
Vanessa dos Santos era luz solar
mulher colorida e irreverente.
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Wilma Bassetti vó especial
pra netos e filhos fazia banquete.
Yvonne Martins fazia um sorvete
Das mangas tiradas do pé no quintal
Zulmira de Sousa, esposa leal
falava com Deus, vivia a rezar.
O X da questão talvez seja amar
por isso não seja tão indiferente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Singelamente, este livro faz coro ao poema magistral de Bráulio Bessa, musicado em meados do ano passado por Chico Cesar¹ e é dedicado à memória das centenas de milhares de pessoas, mães, pais, filhos, irmãos, irmãs, amores, amantes, nomes e histórias, vítimas da COVID-19 e da inépcia e do negacionismo fascista dos que mandam neste país.

¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xTKk6N6h5vA>

| SUMÁRIO

Apresentação Os organizadores	9
Pragmática popular Nancy Niedzielski e Dennis R. Preston	12
Linguística popular: o espanhol na Costa Rica segundo os <i>ticos</i> e alguns centro-americanos residentes no país Carla Victória Jara Murillo	25
Como os métodos da Linguística Popular podem fundamentar a Sociolinguística crítica Nathan Albury	79
Os dicionários colaborativos <i>on-line</i>: objetos metalinguísticos profanos Kaja Dolar	111
“Glossário da paquera digital”: definição de termos nativos da <i>web</i> por não linguistas Renata Carreon e Mariana Morales da Silva	132
Linguagem neutra: “<i>Sobre este tema, ouçam os linguistas</i>” Marcelo Rocha Barros Gonçalves	146
A língua de BolsoCaro: contribuições da linguística popular Roberto Leiser Baronas e Júlio Antônio Bonatti Santos	162
Sobre os organizadores, os/as autores/as e os/as tradutoras/es	175

| APRESENTAÇÃO

Este *e-book* dá continuação a uma série de outras produções² que, por um lado, desde 2019, buscam edificar institucionalmente o campo da Linguística popular no Brasil e, por outro, objetivam continuar evidenciando que esse campo de saberes tem muito a contribuir epistemologicamente e teórico-metodologicamente com as ciências da linguagem, em particular, e com as humanidades, em geral.

No mesmo espírito *saberoso* das produções anteriores, este livro se constitui com base em uma mistura de lugares de fala, de vozes heterogêneas, marcadas pelo consenso no objeto, mas pelo dissenso nas abordagens. São jovens e experientes pesquisadores/as falantes de diversas línguas e ligados/as a diferentes instituições espalhadas pelo mundo que tecem em português brasileiro um coro de vozes sempre em ponto de fuga.

Abre a coletânea o texto de Nancy Niedzielski e Dennis R. Preston, “Pragmática Popular”. Nele, os autores analisam produções linguísticas que foram recolhidas, mas não utilizadas no já consagrado livro *Folk Linguistics* (2003). Neste capítulo, a pragmática será considerada uma subcategoria da Linguística Popular, em oposição àquilo que Mey (1993) chamou de *metapragmática*. Trabalhando com trechos de conversas entre falantes comuns, portanto, não-linguistas, os autores vão analisar, por exemplo, as categorias da polidez e do insulto na conversação. Os autores, com o objetivo de coletar comentários pragmáticos populares, partem da noção da crença popular em face de seu valor nas pesquisas discursivas e quantitativas, e tentam catalogá-las por tópico e investigá-las pelo que revelam sobre os tipos de crenças que as pessoas têm sobre a linguagem. Por fim, sugerem que uma teoria popular geral da linguagem costuma ser o acompanhamento de qualquer expressão de crença popular.

Na sequência, a pesquisadora Carla Victória Jara Murillo, no segundo capítulo, uma bela síntese do livro *El español de Costa Rica segun los ticos. Un estudio de lingüística popular* (Jara Murillo, 2006), concentra-se em um dos aspectos que, segundo Hoenigswald, deveriam ser estudados pela linguística popular: as opiniões dos falantes sobre sua própria conduta verbal, isto é, como os membros da comunidade caracterizam sua fala e como a comparam com a de outros. Além das diferenças que os falantes podem apontar em relação a outras falas, buscam-se reações em relação à estrutura interna da fala dentro da comunidade linguística. Trabalhou-

² Referimo-nos aqui à publicação do Dossiê “Linguística popular/folk linguistics e linguística científica: em vez do versus, propomos a integração”, publicado na revista *Fórum Linguístico* na edição 16, número 04 em 2019 (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4254>), bem como os livros: *Linguística folk: uma introdução*, de Marie-Anne Paveau, publicado em 2020 (<https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2021/01/Linguistica-folk-uma-introducao-Letraria-VER-ONLINE.pdf>); *Linguística popular/Folk linguistics: práticas, proposições e polêmicas – homenagem a Amadeu Amaral*, organizado por Roberto Leiser Baronas e Maria Inês Pagliarini Cox e publicado pela Pontes Editores de Campinas em 2020 e também o *e book Linguística popular/Folk linguistics: saberes linguísticos de meia tigela?*, organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Marcelo Rocha Barros Gonçalves, a sair pela Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (EdUFMS) em 2021.

se melhor com reações explícitas e muitas vezes minuciosamente elaboradas pelos falantes, com base em um sistema de opiniões culturalmente compartilhadas ou “modelos culturais”.

No terceiro capítulo, Nathan Albury propõe que os métodos de investigação em linguística popular têm muito a oferecer aos estudiosos da sociolinguística crítica que se interessam pelas desigualdades linguísticas e pelas estruturas de poder. Na medida em que a teoria crítica considera o conhecimento como inerentemente relacionado ao tecido das relações de poder, a tradição de pesquisa em linguística popular mostra que o conhecimento da língua e do mundo sociolinguístico não é apenas do domínio dos acadêmicos, mas também é posto em ação pela população em geral. O capítulo explora especificamente a contribuição que os métodos de investigação em linguística popular podem trazer para a sociolinguística crítica. Assim, o autor argumenta que os métodos da linguística popular não são apenas pertinentes para reconhecer e rastrear opiniões fundadas no senso comum que criam e sustentam desigualdades entre línguas e falantes, mas nos permitem identificar saberes sociolinguísticos por meio da compreensão dos fenômenos locais através de visões de mundo também locais. Em última instância, isso ajuda a descolonizar a sociolinguística, dando voz, legitimando e mesmo aplicando mais ontologias e epistemologias da linguagem do que aquelas geralmente usadas pelos teóricos ocidentais que ainda dominam a tradição acadêmica sociolinguística.

No quarto capítulo, inicialmente, a linguista eslovena Kaja Dolar afirma que todo dicionário é em si mesmo um objeto metalinguístico por excelência, mas a questão da metalinguagem se articula de maneira singular no quadro da lexicografia colaborativa *on-line*. Nesse sentido, seu interesse se volta mais particularmente pelas formas metalinguísticas nos dicionários colaborativos *on-line* francofones *La Parlure: o dicionário colaborativo do francês falado* e esloveno *Razvezani jezik, Slovar žive slovenščine (A língua desatada: dicionário livre do esloveno vivo)*. Considerando que o grande público – composto principalmente de não-linguistas – é convidado a redigir os verbetes, a autora designa os dicionários colaborativos *on-line* como objetos metalinguísticos profanos. Três características atinentes especificamente a esse gênero do discurso são destacadas pela autora: a flutuação entre metalinguagem científica e ordinária, os comentários metaenunciativos e a experiência pessoal do redator como estratégia para aumentar a legitimidade do verbeito proposto. Desse modo, a análise permite dar conta das características particulares da metalinguagem dos não-linguistas no contexto da lexicografia colaborativa, constituindo um gênero discursivo relativamente recente.

No quinto capítulo, as autoras Renata Carreon e Mariana Morales da Silva colocam em diálogo as teorias da Linguística Popular com os postulados sobre a Análise do discurso digital com o objetivo de investigar a construção de glossários de termos tipicamente digitais segundo a visão de sujeitos não especialistas da língua. Nesse sentido, é construído um

exercício analítico de caráter exploratório sobre a construção de glossários de termos na temática dos relacionamentos amorosos no espaço digital. São analisadas quatro notícias *online* redatadas por não linguistas, buscando identificar características gerais e comuns dessa prática meta(tecno)linguística.

No sexto capítulo, “Linguagem neutra: ‘Sobre este tema, ouçam os linguistas’”, o autor Marcelo Gonçalves aborda a problemática da linguagem neutra, numa análise de perspectiva discursiva, tendo como parâmetro alguns ensinamentos da Linguística Popular (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003). Nele, Gonçalves discute, na imbricação entre os saberes populares e científicos, como se manifesta a neutralidade de gênero em Língua Portuguesa.

No sétimo capítulo, os autores Roberto Leiser Baronas e Júlio Bonatti Santos discutem como os mais diferentes profissionais (jornalistas, psicanalistas, escritores, cartunistas, youtubers, *influencers*...) têm tentado compreender o que seria a língua de Bolsonaro. Trata-se de publicações dadas a circular em plataformas digitais (jornais, revistas, *sites*, *blogs*, redes sociais...), por não-linguistas, que buscam dar conta das mais variadas questões linguísticas, que vão do vocabulário, passando pela sintaxe, chegando até o discurso. Nesse sentido, buscam compreender a pertinência e a relevância social das análises linguísticas feitas pelos não especialistas em linguagem, fundamentando-se nos trabalhos de Bérengère Viennot *A língua de Trump* (2020) e nas pesquisas de Marie-Anne Paveau acerca da Linguística *folk* (2008, 2020a, 2020b, 2020c).

Cumprir dizer, para finalizar esta apresentação, mas especialmente para iniciar o dissenso, que este livro foi organizado por três homens, brancos, héteros, classe média, que nunca passaram fome ou viveram em condições infra-humanas ou sofreram preconceito de qualquer natureza e ligados a distintas instituições prestigiosas de ensino, pesquisa e extensão. Todavia, para além de reconhecer os nossos privilégios, que não são poucos comparáveis à situação da grande maioria da população brasileira, advindos desses lugares de fala e, conseqüentemente de extremo poder, marcamos, uma vez mais com este livro, que somos radicalmente contra a todos os nefastos binarismos que, enquanto pré-discursos, memória, acontecimentos discursivos presentes ou futuros e práticas explícitas ou cifradas, sustentam e legitimam as verticalizadas relações de poder existentes na sociedade patriarcal em que vivemos.

Boa leitura a Todas, *Todes* e Todos. As críticas e sugestões são sempre muito bem-vindas.

São Carlos, UFSCar, no momento mais crítico da Pandemia no Brasil, outono de 2021.

Os organizadores.

Pragmática popular

Por Nancy Nedzielski e Dennis R. Preston
Tradução de Marcelo Rocha Barros Gonçalves

1. Linguística Popular

A Linguística Popular (LP) tem como objetivo descobrir e analisar crenças e atitudes em relação à linguagem em todos os níveis de produção linguística, percepção e incorporação cognitiva, coletando e examinando comentários abertos sobre ela por não linguistas. Estes objetivos foram apresentados pela primeira vez em Niedzielski e Preston (2000).

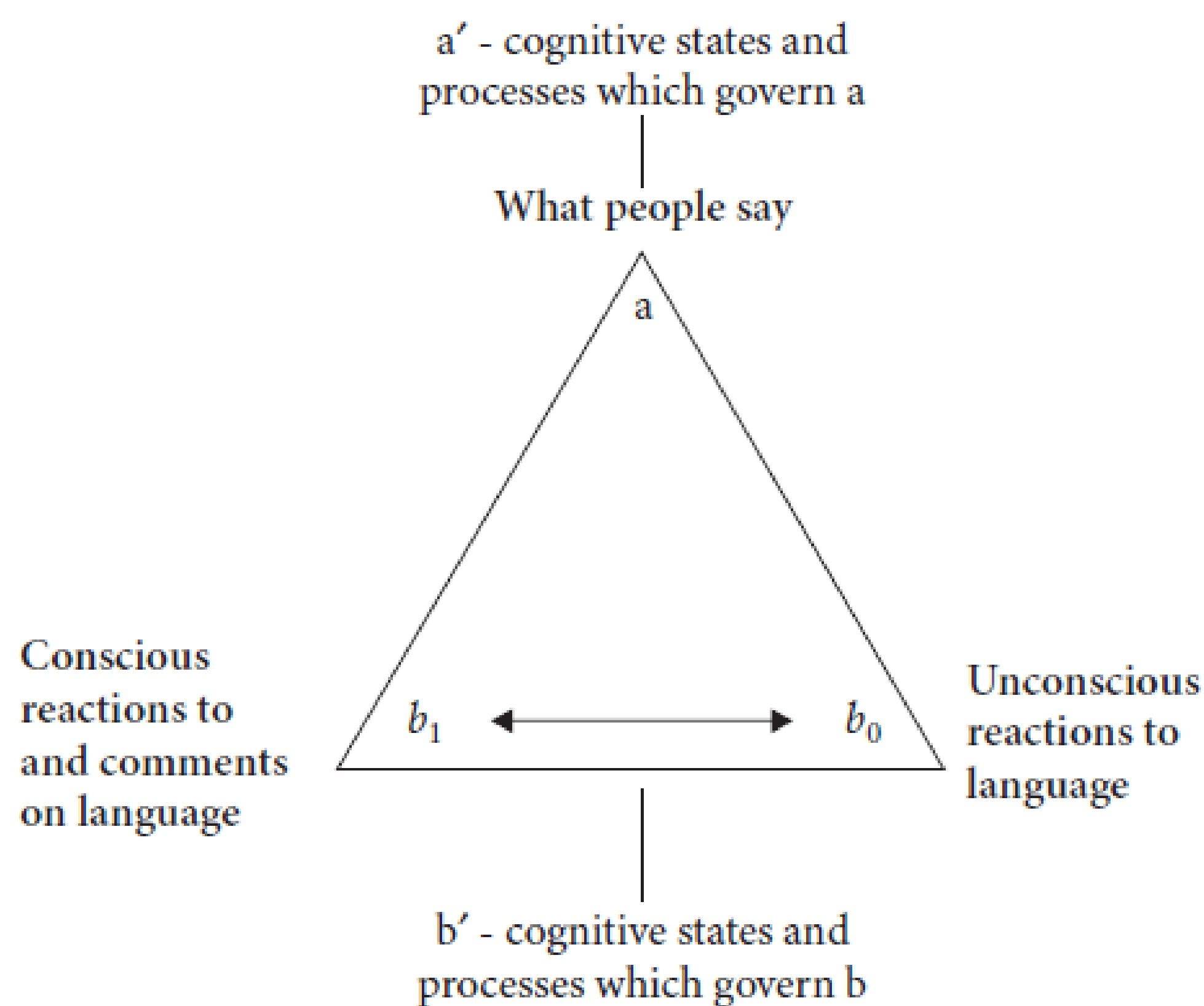
O atual ressurgimento do interesse pela LP data de uma conferência de 1960; Henry Hoenigswald (1966, p. 20) disse que

[...] devemos estar interessados não apenas em (a) o que acontece (com a linguagem), mas também em (b) como as pessoas reagem ao que acontece (são persuadidas, desanimadas, etc.) e (c) no que as pessoas dizem (quando conversam sobre a linguagem). Não adianta descartar esses modos de conduta secundários e terciários meramente como fontes de erro (tradução nossa).

Os pesquisadores em LP têm empregado uma série de técnicas em suas tentativas de revelar esses “modos de conduta secundários e terciários”. Em geral, os entrevistados são apresentados e/ou encorajados a discutir ou responder a áreas de preocupação com a linguagem que expõem não apenas suas noções tradicionais pré-empacotadas, mas também os processos que governam seu pensamento. Dessa perspectiva, a crença popular sobre a linguagem é um processo dinâmico que permite que não especialistas (ou seja, pessoas sem treinamento formal em linguística) expressem sua compreensão de seu ambiente linguístico.

A relação da LP com outras abordagens para o estudo da linguagem é ilustrada na figura 1.

Figura 1. A posição da Linguística Popular e atitudes linguísticas na Teoria Geral de Estudo da Linguagem³



O topo deste triângulo (a) caracteriza o “o que acontece” de Hoenigswald e o *a'* acima é a área que representa a maior parte do que a maioria dos subcampos da linguística estão preocupados: a *competência* linguística. A linha inferior do triângulo (*b1* ↔ *b0*) representa um *continuum* de consciência no que diz respeito aos comentários e reações a não apenas ao uso da linguagem, mas também tópicos de linguagem em geral. O lado mais à direita (*b0*) concentra-se em processos automáticos, aqueles em grande parte fora da consciência, e tem sido o domínio da psicologia social da linguagem ou dos estudos de atitude da linguagem, embora nem todos os estudos nessa tradição tenham sido de tais respostas inconscientes. O lado mais à esquerda (*b1*) é a área de preocupação na LP e é composto de atos conscientes e deliberativos.

Embora a fronteira entre os domínios consciente e automático não seja precisa, e trabalhos recentes em questões de psicologia social mais orientadas cognitivamente postulem crenças de fundo diferentes para os dois (por exemplo, Bassili e Brown, 2005), a distinção ainda vale a pena ser mantida, especialmente desde o trabalho sobre atitudes de linguagem que frequentemente encontram uma incompatibilidade entre as respostas implícitas e explícitas (por exemplo, Kristiansen, 2006). Embora a LP normalmente estude respostas mais deliberativas, ela espera contribuir para o trabalho na psicologia social da linguagem, fornecendo uma base mais explicativa para classificações de atitudes baseadas em teorias populares subjacentes.

³ Mantivemos a figura do texto original. Segue a tradução de cada item: *a'* - cognitive states and processes which govern a: *a'* - estados e processos cognitivos que governam a; *What people say*: O que as pessoas dizem; *Conscious reactions to and comments on language*: Reações e comentários conscientes sobre a linguagem; *Unconscious reactions to language*: Reações inconscientes à linguagem; *b'* - cognitive states and processes which govern b: *b'* - estados e processos cognitivos que governam b. [Nota dos editores].

Finalmente, assim como existe um *a'*, existe um *b'*, as crenças e os sistemas de crenças subjacentes que estão por trás das expressões folclóricas sobre a linguagem, e a LP espera determiná-los, além das respostas abertas que constituem os dados observáveis.

Em LP, entretanto, a dicotomia entre o consciente e o inconsciente não caracteriza totalmente os níveis e tipos de consciência das unidades linguísticas que podem estimular as respostas. A disponibilidade de diferentes unidades estruturais de linguagem foi delineada (por exemplo, Silverstein, 1981) e, mais recentemente, Preston (1996) caracterizou os níveis e modos de tal consciência: tópicos podem ser *indisponíveis* (aqueles sobre os quais o povo não queira, talvez não possa, comentar); *disponíveis* (discutidos apenas se forem cuidadosamente descritos); *sugestionáveis* (embora raramente iniciado pelo povo, no entanto, comentado sem descrição elaborada), e *comuns* (frequentes tópicos públicos de discussão em Linguística Popular).

Também é verdade que o popular pode ou não ser preciso (acurado) em sua discussão dos fenômenos linguísticos (embora, como em todos os estudos etnográficos, isso não tenha relação com o valor do dado). Além disso, o detalhe da percepção popular de um objeto pode ser *global* ou *específico*. Por exemplo, um sotaque pode ser descrito sem detalhes (...*todos falam engraçado...*), enquanto alguns fenômenos linguísticos são caracterizados com grande especificidade (...*é como se você estivesse tentando limpar a garganta enquanto fala*).

Finalmente, o grau de controle que um falante possui no desempenho de uma unidade linguística em discussão é variável e pode não estar correlacionado com nenhum dos outros tipos de consciência. Um falante que diz que alguém “fala engraçado” pode não ser capaz de mencionar qualquer característica específica que contribua para essa caracterização, mas pode ser capaz de dar uma imitação convincente. Em suma, a *consciência* em LP não é apenas uma questão de *grau de consciência*, mas também de modo ou tipo. Mesmo uma caracterização imprecisa de um fato linguístico ou uma imitação pobre de uma variedade demonstra algum tipo de consciência, e para cada ato de percepção da linguagem, o modo e o grau de consciência são uma questão aberta e interessante.

Além disso, a consciência dos fenômenos linguísticos é governada pela saliência, independentemente do nível de disponibilidade de um tipo estrutural ou do tipo de resposta elicitada. Sibata (1971) sugere que a atenção é atraída para a linguagem principalmente quando ela difere de si mesma, embora suspeitemos que o aviso também seja acionado por um falante usando uma forma diferente daquela que um ouvinte *espera* que ele use. Qualquer que seja o evento desencadeador, ele deve de alguma forma afastar o falante da prática comunicativa normal da linguagem, redirecionando o foco para a própria linguagem.

A LP talvez esteja mais alinhada com a etnografia da fala, na qual o trabalho em uma variedade de contextos levou a uma compreensão enriquecida do comportamento linguístico. A LP também beneficia a etnografia da fala, fornecendo detalhes mais ricos sobre a etnografia popular e a própria linguagem, dados talvez muito frequentemente derivados da observação da *performance* do que da elicitación de opinião. É claro, no entanto, que o tema da LP foi valorizado na tradição etnográfica. “Se a própria teoria do repertório linguístico e da fala da comunidade for considerada (como deve ser em qualquer relato etnográfico sério), as coisas se tornam ainda mais complexas e interessantes” (HYMES, 1972, p. 39).

A pesquisa em LP também contribuiu para α e α' – o ápice linguístico geral do triângulo. Plichta (2004), por exemplo, observou que o comentário popular sobre o caráter nasal do Norte, a pronúncia urbana dos EUA foi ignorada pelos linguistas com base em seu caráter não científico (por exemplo, o comentário de Labov em Hoenigswald, 1966, p. 23-24). Após uma cuidadosa investigação acústica de duas vogais envolvidas no cinturão de cidades do Norte, no entanto, Plichta descobriu que um formante nasal era, de fato, um traço que acompanhava o reposicionamento dessas vogais, uma forte confirmação da utilidade do comentário popular mesmo em questões de linguística geral e descritiva.

Embora não esteja diretamente representada no triângulo da figura 1, a pesquisa sobre variação e mudança na Linguística também se beneficia da pesquisa sobre as crenças populares nos fenômenos linguísticos. Uma vez que a crença na LP é parte integrante da etnografia de uma comunidade de fala, qualquer pesquisa que dependa da compreensão de uma comunidade precisará de informações de LP tanto quanto de qualquer outra caracterização demográfica e/ou linguística. É difícil imaginar não querer saber quais as crenças dos membros de uma comunidade de fala sobre os fenômenos linguísticos que estão sob investigação no estudo da variação e mudança.

Finalmente, a LP contribui para a linguística aplicada. Uma aplicação óbvia é para questões de aprendizagem de línguas, visto que as pessoas expressam inúmeras preocupações em suas discussões sobre a aprendizagem de uma segunda língua. Parece lógico sugerir que o que as pessoas acreditam sobre como aprendem a língua, o quão difícil é a língua-alvo e quais talentos específicos elas acreditam ter ou não para aprender uma segunda língua, bem como quais são os resultados sociais da aprendizagem, ajudaria aqueles que elaboram currículos, treinam professores e escrevem livros didáticos a fim de se adaptarem ou pelo menos refletir sobre uma compreensão da concepção do aluno sobre o processo de aprendizagem de línguas (por exemplo, PASQUALE; PRESTON, 2006).

2. Pragmática Popular

Se apreciarmos o valor da LP em geral, deve ser direto sugerir que vale a pena fazê-lo em todos os níveis linguísticos e de todos os pontos de vista de pesquisa. Isto é, assim como existe a fonologia, a sintaxe e a semântica popular, existe a pragmática popular. Assim como existe a psicolinguística popular, existe a sociolinguística popular. Na figura 1, portanto, a performance pragmática (que para nós inclui a performance do ouvinte, bem como do falante) é parte de α assim como qualquer outro nível de performance linguística, e a competência pragmática está tão seguramente inserida em α' . Se alguém tiver uma visão ampla da pragmática, que inclui conversação e organização de texto, bem como as várias práticas comunicativas, como polidez e estratégias de deferência, como fazemos, então há pouca dúvida de que os domínios dessas áreas em um "são vários e complexos", ainda mais pelo reconhecimento de que a competência pragmática inclui habilidades receptivas e produtivas.

O que pode ser considerado, portanto, como linguagem, o termo que preferimos para a gama de respostas à linguagem (todo o *continuum* $b1$ a bn que é a base da figura1), é facilmente confundido com respostas linguísticas, coisas em que acreditamos fazer parte de α . Por exemplo, quando um falante insulta um ouvinte, o ouvinte pode ficar com raiva, chateado, aborrecido, horrorizado, desanimado, desapontado – todas as características emocionais que podem parecer muito semelhantes aos tipos de respostas afetivas que associamos com o lado direito da base da figura 1. Poderíamos argumentar, entretanto, que tal ato e sua adoção não pertencem à área da LP ou mesmo às atitudes linguísticas. O ouvinte usou sua competência pragmática para entender o que quer que o falante tenha dito como um insulto (seja direto ou indireto, seja corretamente interpretado ou não). A resposta emocional ao ser insultado faz parte do sistema de resposta emocional usual do ouvinte, um sistema não vinculado ao foco na linguagem.

Estamos bem cientes do fato, no entanto, de que fatores relacionados à linguagem (sejam do lado das atitudes ou da LP do *continuum* b) podem interagir com estratégias pragmáticas de forma a redirecioná-los, mas não acreditamos que esse redirecionamento seja exclusivo da reinterpretação pragmática (por exemplo, NIEDZIELSKI, 1999). No cenário de insulto acima, por exemplo, vamos supor que o insulto foi feito em uma voz que o ouvinte reconheceu como da classe alta do sul da Inglaterra. Deixando de lado como as atitudes de linguagem do ouvinte podem ter sido formadas, vamos supor também que ele ou ela tenha uma opinião enormemente negativa sobre tal discurso e que o insulto é, portanto, considerado extremamente duro e o ressentimento é consideravelmente aumentado. Isso, nos parece, é um exemplo claro de um mecanismo de consideração da linguagem interagindo com o intérprete pragmático, pelo menos se alguém concordar que o grau de insulto é uma preocupação pragmática; certamente

o fazemos e, de fato, poderíamos também descrever casos em que o fator de consideração da linguagem é tão forte que um insulto é atenuado o suficiente para que não seja mais tomado como tal, mas entendido como brincadeira, provocação ou até mesmo um ato de solidariedade.

Também não nos preocupamos muito aqui com a questão do estatuto das próprias características da linguagem nas situações relativas à linguagem. Estamos bem cientes do fato de que performances de linguagem que desencadeiam respostas de respeito, sejam elas conscientes ou inconscientes, podem ser pistas para a identidade do falante e que essa identidade, mais do que a própria linguagem, constitui o real objeto de atitude. Edwards (1982, p. 20) resume essa correlação para muitos psicólogos sociais quando observa que “as reações das pessoas às variedades de linguagem revelam muito de sua percepção dos falantes dessas variedades.”

Há evidências, no entanto, de que desempenhos linguísticos de longa data podem despertar características de consideração sem apego aos grupos ou indivíduos que os usam caracteristicamente. Em Milroy e McClenaghan (1977), por exemplo, os entrevistados que conseguiam ou não identificar com precisão a região de origem do falante tiveram as mesmas respostas afetivas a uma variedade de dialetos ingleses da Grã-Bretanha e da Irlanda.

Tem sido amplamente assumido que um sotaque atua como uma dica de identificação da associação de grupo de um falante. Talvez essa identificação ocorra abaixo do nível de percepção consciente... Presumivelmente, por ouvir sotaques semelhantes com muita frequência, [alguém] aprendeu a associá-los a seus grupos de referência. Em outras palavras, sotaques com os quais as pessoas estão familiarizadas podem evocar respostas estereotipadas *diretamente* sem que o ouvinte primeiro atribua conscientemente o falante a um grupo de referência específico. (MILROY; MCCLENAGHAN, 1977, p. 8-9, itálico no original).

Deixamos para trás, portanto, a questão de saber se as respostas em relação à linguagem são respostas a uma performance de linguagem ou em relação a uma identidade do falante despertada por um fato linguístico. Nossa preocupação é com o lado esquerdo do *continuum b* da figura 1. A verdadeira LP considera que as respostas em relação à linguagem são aquelas quando a linguagem é o tópico. Quando o assunto é de preocupação pragmática com a linguagem, então a pragmática popular entra em jogo. Também distinguimos, portanto, entre a pragmática popular como uma subcategoria da LP e o que Mey (1993, Capítulo 13) chama de *metapragmática*. Ele cita a frase *Você fez um ótimo trabalho e não estou sendo educado* como aquela que contém, na última metade da frase, uma declaração metapragmática (270).

Nós distinguimos, entretanto, entre *sobre* o que uma frase trata e a que ela se *refere*. A frase que Mey cita *refere-se* à polidez linguística, mas não é *sobre* isso. O falante não discute, reflete,

elabora, ou mesmo descreve como a polidez linguística funciona ou é constituída. Duvidamos que até mesmo a extensão a seguir illustre um direcionamento à pragmática popular: *Você fez um ótimo trabalho e eu não estou sendo educado, porque não sou o tipo de pessoa que anda por aí dizendo coisas que não quero dizer.*

Considere este trecho de conversa (com retomadas, pausas e falsos começos removidos para maior clareza) entre um falante comum e um pesquisador de campo taiwanês que se sente envergonhado de perguntar se um irmão é mais velho ou mais jovem, embora sua formação cultural torne isso importante para ele saber esta informação. O trecho é claramente sobre polidez⁴.

H: Linguista Taiwanês em pesquisa de campo.

G: Entrevistado Europeu do Centro-Oeste Americano (homem de meia idade).

H: Mas – então aqui às vezes fico confuso quando as pessoas dizem “Oh... Ângela” ... Ela é minha – irmã. Então eu estou pensando se a irmã é mais nova ou mais velha.

G: Não tenha medo de perguntar. Pergunte. E ninguém se ofende. E eles vão dizer “Oh... mais velho (oldest) ou mais velho (eldest)” ou eles vão dizer “Mais novo”, sim. Não sinta medo. É uma boa maneira de iniciar uma conversa. De verdade... “Você tem um irmão ou irmã?” Você sabe, você pergunta, você sabe “mais velho (older) ou mais jovem, mais velho (elder) ou mais jovem”.

H: Quer dizer... Isso não é indelicado, certo?

G: Não, não, não é impróprio.

Esta não é apenas uma conversa sobre a polidez dos tópicos de conversação, mas também contém conselhos sobre sua utilidade para iniciar uma conversa. É, portanto, um exemplo de pragmática popular, ao invés de metapragmática no sentido de Mey. Por outro lado, muitos pragmaticistas (por exemplo, SILVERSTEIN, 1993) incluiriam claramente o que chamamos de pragmática popular dentro da categoria mais ampla de metapragmática.

3. Direções para pesquisas futuras

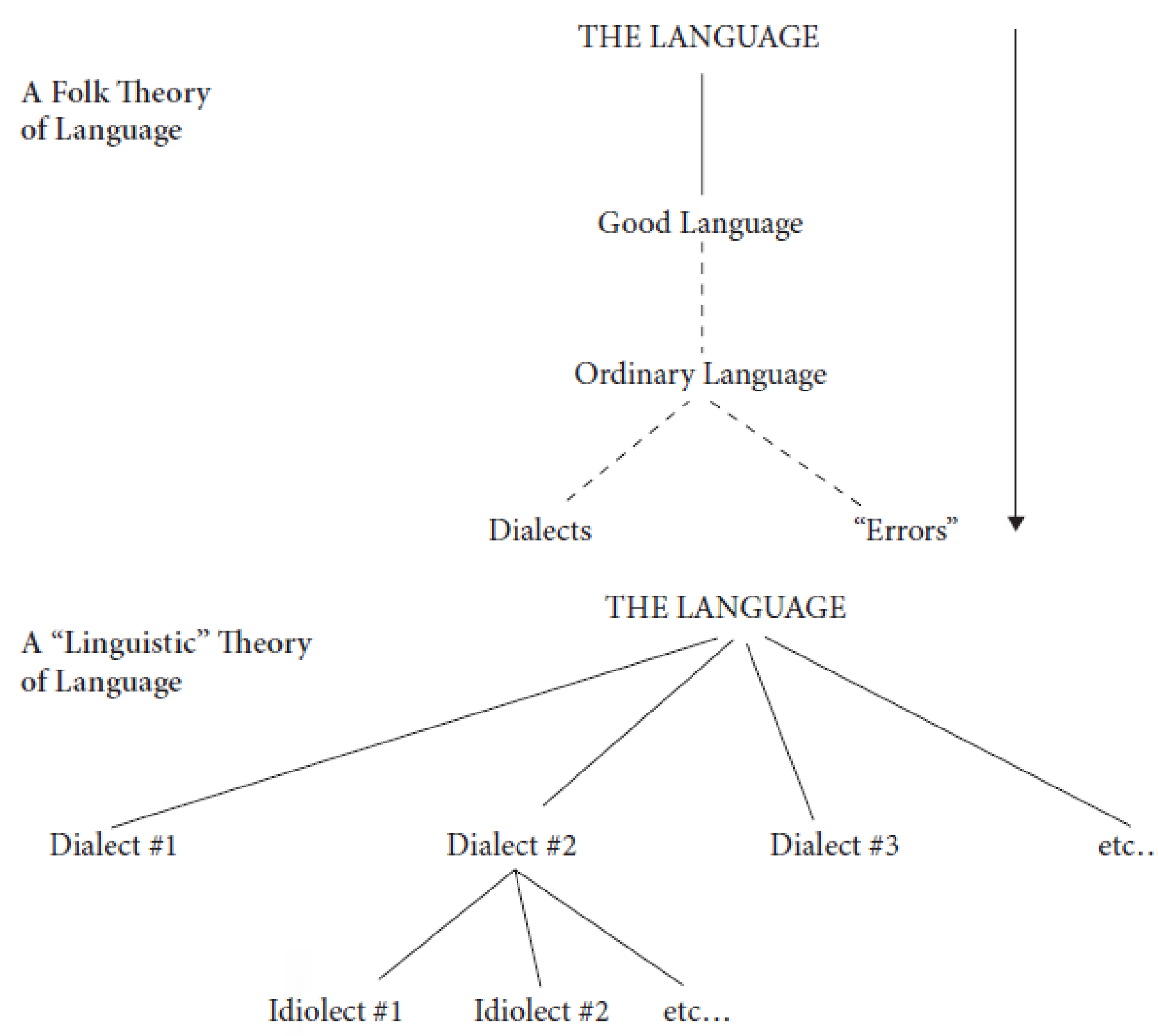
Embora a pragmática como tal não constitua uma seção de foco no *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2000), quando revisamos os dados para esse trabalho (e os dados coletados para ele, mas não incluídos nele, como o segmento acima), nós ficamos impressionados com o número de preocupações discutidas por nossos entrevistados que poderiam ter sido classificadas dessa forma. É necessário aprofundar mais cuidadosamente nesta área.

⁴ No inglês, o uso de *older/elder* pode indicar não apenas uma diferença de idade, mas também um certo grau de superioridade, de formalidade. Indicamos assim entre parênteses as ocorrências em inglês tal como aparecem no original. [Nota do tradutor].

Em conclusão, tomamos a noção da crença popular em face de seu valor nas pesquisas discursivas e quantitativas, e tentamos catalogá-las por tópico e investigá-las pelo que revelam sobre os tipos de crenças que as pessoas têm sobre a linguagem. Acreditamos que uma incursão interessante poderia ser feita em tais dados com o objetivo de coletar comentários pragmáticos populares também.

Um de nossos objetivos ao fazer LP, entretanto, foi sugerir que uma teoria popular geral da linguagem costuma ser o acompanhamento de qualquer expressão de crença popular. Embora não afirmemos ter a palavra final sobre essa teoria, acreditamos que muitos dos nossos dados quantitativos e discursivos dos EUA sugerem que uma teoria popular subjacente da linguagem está em total contraste com aquela sustentada pela maioria dos linguistas profissionais. A Figura 2 mostra essa relação.

Figura 2. Teoria Linguística e Popular da Linguagem⁵



Os linguistas acreditam que a linguagem é uma instanciação concreta na mente/cérebro dos indivíduos; certamente tem efeitos sociais, mas sua morada está dentro do indivíduo. Os linguistas abstraem dessa concretude noções como dialeto e linguagem, mas qualquer um que já tenha lutado com a distinção entre os dois concordará que a questão de quais variedades intimamente relacionadas são dialetos e quais são línguas é resolvida por políticas, geografias e até mesmo normas religiosas, não estruturais.

⁵ Mantivemos a figura do texto original. Segue a tradução de cada item da figura: *The Language*: A Linguagem; *A Folk Theory of Language*: Teoria Popular da Linguagem; *Good Language*: Boa Linguagem; *Ordinary Language*: Linguagem Ordinária; *Dialects*: Dialetos; *Errors*: "Erros"; *A "Linguistic" Theory of Language*: Teoria "Linguística" da Linguagem; *Dialect*: Dialeto; *Idiolect*: Idioleto. [Nota dos editores].

Não é assim com o povo, pelo menos não com o povo americano que investigamos. Para eles, a linguagem tem uma realidade cognitivamente exterior, embora saibam que os indivíduos possuem algo parecido com uma linguagem, mas essa posse pode (responsavelmente) refletir a abstração que é a linguagem *real* ou pode (irresponsavelmente) divergir mais e mais – daí até que atinja a suprema irresponsabilidade linguística do *dialeto* ou simplesmente o *erro*. Acreditamos que a busca por tais teorias subjacentes nos ajuda a entender uma grande parte do envolvimento popular em questões públicas sobre a linguagem (ensino, aprendizagem, avaliação do comportamento dos outros, até mesmo julgando seu intelecto) e que, mesmo que LP não esclarecesse as questões que envolvam profissionais de línguas com mais frequência, as revelações importantes que pode fazer sobre a língua e a vida pública fariam sua busca valer a pena.

Duvidamos que essa busca seja diferente na busca por dados pragmáticos populares, mas as teorias populares da pragmática podem depender de uma construção diferente daquela de uma realidade externa ideal ou correta. Em uma recente investigação discursiva das atitudes japonesas em relação às línguas inglesa e japonesa, Imai (2000) mostra como uma análise cuidadosa da estrutura discursiva ajuda a compreender as crenças do falante e as atitudes em relação à língua que são claramente pragmáticas por natureza. Ela iniciou a conversa que analisou perguntando simplesmente: “O que você acha das diferenças e semelhanças entre japonês e inglês?” Ela caracterizou a parte da conversa (entre dois entrevistados) que analisou como um argumento (seguindo SCHIFFRIN, 1985; PRESTON, 1993, 1994), um gênero de discurso que consiste, essencialmente, em posições, disputas e apoios.

Uma parte importante da investigação de Imai reside em sua descoberta de que uma jovem entrevistada, Y, baseia seus comentários sobre a linguagem em uma teoria do que pode ser chamado de “uso social”. Resumidamente, ela não considera os aspectos de uma linguagem como partes viáveis dela, a menos que sejam usados em uma conversa comum. A evidência para esta interessante teoria popular vem principalmente dos movimentos de apoio deste entrevistado, em vez de quaisquer posições que ela tome no argumento. Seu interlocutor, por exemplo, afirma que o inglês tem mais palavras do que o japonês, mas Y contesta essa posição e apoia sua contestação com a afirmação de que “os americanos não usam palavras difíceis”.

Quando seu interlocutor pergunta se os livros não podem ser linguisticamente difíceis, Y observa que ela está preocupada apenas com a conversa. Mais tarde, ela também observa que não considera os telefonemas dos vendedores uma linguagem autêntica, uma vez que as chamadas com roteiro também são preenchidas com uma linguagem difícil e incompreensível, o tipo que ela não encontrou na interação face a face.

O que é mais interessante, no entanto, é a eventual interpretação de Imai da teoria popular de Y quando se torna avaliativa. O apoio contínuo de Y à noção de que a linguagem autêntica é baseada no uso de conversação a leva a ser crítica ao que ela vê como uma insensibilidade americana às demandas por flexibilidade no uso da linguagem.

Y: Isso não é sobre as palavras e provavelmente é por causa das características nacionais, mas, bom, eu não sei como dizer isso, mas às vezes se eu falasse algo e eles não entendessem, eles falam que não entendem, certo? E se eles dissessem “diga de novo”, um japonês mudaria as palavras ou tornaria mais simples=

S: ((Risos))

Y: = Tentamos simplificar e explicar, não é? Os americanos repetem exatamente a mesma coisa.

All: ((Risos))

Y: Eles não são muito flexíveis, sabe?

Imai sugere que a teoria da boa linguagem de Y inclui sensibilidade para as necessidades do interlocutor, e ela claramente acha que os americanos são deficientes nesse aspecto. Esta é uma noção extremamente interessante para nós, uma vez que, como mostrado no livro *Folk Linguistics*, a noção prescritiva ligada à linguagem entre os entrevistados nos EUA quase sempre depende do que pode ser chamado de correção de sala de aula.

Talvez não seja surpreendente que os dois exemplos de pragmática popular que citamos aqui venham de contextos transculturais. Gostaríamos de parafrasear a noção de Sibata de por que a linguagem chama atenção para si mesma (ou seja, quando o sistema do falante difere do nosso) para o domínio pragmático, sugerindo que as preocupações pragmáticas são pré-fundamentadas ou se tornam um alvo potencial para a LP em casos de fracasso. Esses casos não se restringem claramente a interações interculturais, e acreditamos que essa regra prática pode ser uma boa maneira de começar esta investigação, que esperamos que dê frutos em um futuro próximo.

Referências

BASSILI, J. N.; BROWN, R. D. Implicit and explicit attitudes: Research, challenges, theory. *In*: ALBARRACÍN, D.; JOHNSON, B. T.; ZANNA, M. P. (ed.). **The handbook of attitudes**. Mahwah, NJ, US: Lawrence Erlbaum, 2005. p. 543-574.

EDWARDS, J. R. Language attitudes and their implications among English speakers. *In*: RYAN E. B.; GILES, H. (ed.). **Attitudes towards language variation**. London: Edward Arnold, 1982. p. 20-33.

HOENIGSWALD, H. A proposal for the study of folk-linguistics. *In*: BRIGHT, W. (ed.). **Sociolinguistics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 1966. p. 16-26.

HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. *In*: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. (ed.). **Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication**. Holt: Rinehart and Winston, 1972. p. 35-71.

IMAI, T. Folk linguistics and conversational argument. Paper presented at **New Ways of Analyzing Variation (N WAV)**. East Lansing, MI, October, 2000.

KRISTIANSEN, T. Social meanings and subjective processes: A presentation of theories and methods from the Næstved studies. Paper presented at **Approaches to the Study of Folk Linguistics, Sociolinguistic Awareness and Language Attitudes**. Centre for Research on Bilingualism, Stockholm University, 2006.

MEY, J. **Pragmatics**. Nova Jersey: Wiley–Blackwell, 1993.

MILROY, L.; MCCLENAGHAN, P. Stereotyped reactions to four educated accents in Ulster. **Belfast Working Papers in Language and Linguistics**, v. 2, p. 1-11, 1977.

NIEDZIELSKI, N. The effects of social information on the perception of sociolinguistic variables. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 18, n. 1, p. 62-85, 1999.

NIEDZIELSKI, N.; PRESTON, D. R. **Folk linguistics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2000.

PASQUALE, M.; PRESTON, D. R. The folk linguistics of language teaching and learning. Paper presented at the **2006 Second Language Research Forum (SLRF)**. University of Washington, Seattle, 2006.

PLICHTA, B. **Interdisciplinary perspectives on the Northern Cities Chain Shift**. Unpublished Ph. D. dissertation, Michigan State University, 2004.

PRESTON, D. R. The uses of folk linguistics. **International Journal of Applied Linguistics**, v. 3, n. 2, p. 181-259, 1993.

PRESTON, D. R. Content-oriented discourse analysis and folk linguistics. **Language Sciences**, v. 16, n. 2, p. 285-330, 1994.

PRESTON, D. R. Whaddayaknow?: The modes of folk linguistic awareness. **Language Awareness**, v. 5, n. 1, p. 40-74, 1996.

SCHIFFRIN, D. Everyday argument: the organization of diversity in talk. *In*: VAN DIJK, T. A. (ed.). **Handbook of Discourse Analysis 3**. Michigan: Academic Press, 1985. p. 35-46.

SIBATA, T. Kotoba no kihan ishiki. *Gengo Seikatsu* 236, p. 14-21, 1971. [English quotations and page references are taken from this article translated as 'Consciousness of language norms'. *In*: KUNIHICO, T.; INOUE, F.; LONG, D. (ed.). **Takesi Sibata**: Sociolinguistics in Japanese contexts. Berlin: De Gruyter Mouton, 1999. p. 371-377.

SILVERSTEIN, M. The limits of awareness. **Sociolinguistic Working Paper**, Southwest Educational Development Laboratory, n. 84, 1981.

SILVERSTEIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. *In*: LUCY, J. (ed.). **Reflexive language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 3-58.

Linguística popular: o espanhol da Costa Rica segundo os *ticos*⁶ e alguns centro-americanos residentes no país⁷

Por Carla Victoria Jara Murillo

Tradução de Mariana Morales da Silva
e Renata de Oliveira Carreon

6 "Ticos" são um grupo multiétnico de língua espanhola da América Central. [Nota das Tradutoras].

7 Texto original: *Linguística popular: el español de Costa Rica según los ticos y algunos centroamericanos residentes en el país*. Publicado na *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 6, n. 1 (11), Estudios sobre el español centroamericano, p. 55-99, 2008.

1. Introdução

1.1. O que é linguística popular

A primeira proposta sistemática de um campo específico denominado “linguística popular” (*folk linguistics*) aparece na apresentação “A Proposal for the Study of Folk-Linguistics” de Henry Hoenigswald (1966). Nesse trabalho se levanta a utilidade que poderia ter para a linguística científica a realização de estudos acerca dos julgamentos dos membros de uma comunidade linguística sobre sua própria conduta verbal. A proposta de Hoenigswald consistia em que, na descrição geral de uma língua, se levasse em conta as opiniões dos falantes, já que tal informação permitiria uma aproximação mais bem-sucedida à variedade linguística no estudo.

A investigação sistemática de qualquer língua supõe várias etapas que incluem a confecção de uma gramática e de um dicionário, a determinação dos dados tipológicos e genealógicos da língua, a descrição da estrutura da comunidade linguística etc. O interesse de Hoenigswald em sua proposta era ampliar o âmbito da linguística tradicional para que abarcasse a investigação na área do pensamento popular acerca da linguagem.

Em termos gerais, a proposta de Hoenigswald pode ser resumida da seguinte forma: a linguística deve interessar-se não só pelo “que é que ocorre com a linguagem”, mas também por “como as pessoas reagem diante do que ocorre com a linguagem” e pelo “que é que as pessoas dizem que ocorre com a linguagem”.

O cerne de um interesse particular na linguística popular ocorreu em 1999, quando apresentei ao Instituto de Investigações Linguísticas da Universidade de Costa Rica o projeto “Linguística popular aplicada ao espanhol da Costa Rica”, cuja duração foi de março de 1999 a dezembro de 2003. Durante esse período, vários estudantes colaboraram comigo administrando uma pesquisa escrita sobre o espanhol da Costa Rica entre várias pessoas do seu entorno. Esse conhecimento popular foi sistematizado e analisado no livro *El español de Costa Rica según los ticos. Un estudio de lingüística popular* (Jara Murillo, 2006).

Neste capítulo, síntese dessa pesquisa maior, concentrei-me em um dos aspectos que, segundo Hoenigswald, deveriam ser estudados pela linguística popular: as opiniões dos falantes sobre sua própria conduta verbal, isto é, como os membros da comunidade caracterizam sua fala e como a comparam com a de outros. Além das diferenças que os falantes podem apontar em relação a outras falas, buscam-se reações em relação à estrutura interna da fala dentro da comunidade linguística. Podem ser esperados apontamentos sobre diferenças por idade, sexo, características específicas da variedade etc. A reação pode ser explícita ou implícita. As reações implícitas não se manifestaram por meio de uma pesquisa como a usada para este estudo e, portanto, estavam fora de alcance. Trabalhou-se melhor com reações explícitas e

muitas vezes minuciosamente elaboradas pelos falantes, com base em um sistema de opiniões culturalmente compartilhadas ou “modelos culturais”.

Quanto ao conceito de modelo cultural, seu papel é fundamental na pesquisa científica contemporânea: trata-se de modelos de pensamento cunhados socialmente pelos membros da comunidade em que vivemos (HOLLAND; QUINN, 1987). Esta se tornou uma noção central das ciências cognitivas, das quais nos interessam particularmente a linguística, a psicologia e a antropologia cognitivas.

Destacamos aqui os fundamentos teórico-metodológicos e os principais resultados da referida pesquisa e acrescenta-se uma série de respostas, colhidas na ocasião, de falantes centro-americanos residentes na Costa Rica, a fim de incorporar essas opiniões populares aos quatro modelos culturais estabelecidos em Jara Murillo (2006).

1.2. Os preconceitos linguísticos

De acordo com Hudson (1981), os julgamentos baseados na fala são geralmente julgamentos avaliativos e, desse ponto de vista, é válido chamar tais julgamentos de “preconceitos linguísticos”. Embora os preconceitos linguísticos provoquem uma grande quantidade de problemas sociais, como a estigmatização e a marginalização, eles são, por sua vez, úteis porque constituem um elemento essencial da interação social. As pessoas avaliam os outros, favorável ou desfavoravelmente, com base nas características da fala, de modo que, se um falante manifestar em sua fala uma característica altamente valorizada, ele será, conseqüentemente, muito valorizado e vice-versa.

Em relação aos valores associados à fala, ocorre que a linguagem costuma ser empregada como símbolo de pertencimento a um determinado grupo e a forma com que se avaliam as características da fala depende dos valores do grupo ao qual se pertence. Isso porque compartilhamos modelos culturais e esse fato é o que nos caracteriza como membros de um grupo ou cultura; a visão individual depende da visão do grupo. O fato de que as pessoas se sentem membros de uma determinada comunidade linguística incide na questão dos preconceitos linguísticos. São comuns os que consideram que o seu grupo fala a melhor variedade da língua e, embora não seja assim em todos os casos, a “lealdade linguística” (a atitude positiva em relação à própria variedade) é uma forma disponível de articular a autoestima de um grupo, como Hudson aponta.

Por outro lado, no entanto, um grupo pode perceber sua variedade linguística como inferior à de outros grupos, o que, em oposição à lealdade, é denominado “insegurança linguística”. Hudson (1981, p. 211) fornece a seguinte explicação do motivo da insegurança linguística:

Os membros de uma sociedade complexa pertencem a grupos de diferentes níveis: casa, grupo de amigos, região ou cidade, 'classe socioeconômica' e nação [...]. Se existe conflito entre os valores de dois grupos, os valores de um nível podem triunfar às custas dos do grupo menos poderoso [...]. Os valores aceitos pela comunidade majoritária serão os do grupo de mais poder na comunidade, uma vez que será este o que controlará os canais de influência, como as escolas e os meios de comunicação.

O fenômeno das atitudes em relação à variedade linguística de uma comunidade está intimamente relacionado à linguística popular. Na próxima seção, a relação entre os dois campos será abordada.

1.3. Estado da questão

A linguística popular é um campo virgem dentro da área de estudo da linguística na América Central. Em um âmbito mais amplo, o campo desenvolveu-se graças aos trabalhos de Preston (2000) e Niedzielski e Preston (2003). A pouca atenção que até então esse campo havia recebido se reflete, por exemplo, no fato de que, de uma dezena de dicionários de linguística consultados, somente um inclui uma entrada correspondente, a saber, *A Student's Dictionary of Language and Linguistics*, no qual há a definição: "**Linguística popular**: especulação desinformada ou mitologia sobre a origem e a natureza da linguagem humana ou da própria linguagem, ou de seu lugar nos assuntos humanos. O mito da **Torre de Babel** é um exemplo famoso." (TRASK, 1997, p. 87).⁸

Em todo caso, quando tradicionalmente se fala de linguística popular, a ênfase tem sido nas teorias populares sobre a origem da linguagem. Esta pesquisa, em vez disso, centra-se no outro aspecto da definição: as características de uma variedade linguística a partir da perspectiva da comunidade que a utiliza.

A linguística popular compartilha objetivos com duas correntes consolidadas da linguística: a etnolinguística e a sociolinguística. A etnolinguística, e em particular Hymes (1962, 1972), aponta a importância de levar em consideração as crenças e julgamentos dos membros da comunidade para o estudo de sua competência linguística e comunicativa. Alguns estudos realizados na Costa Rica que seguem os postulados da etnolinguística e, em particular, da etnografia da fala desenvolvida por Hymes, são Constenla (1982), Jara Murillo (1986), Rojas (1988) e Lininger (1990). Nenhum desses trabalhos, no entanto, se relaciona com a área específica da linguística popular.

⁸ NT: Citação em inglês no texto original: "**folk linguistics**: Uninformed speculation or mythology about the origin and nature of human language or of one's own language, or of its place in human affairs. The **Tower of Babel** myth is a famous example."

No que diz respeito à sociolinguística, um dos seus campos de estudo é o das atitudes linguísticas, que está intimamente associado à área da linguística popular. Mais adiante veremos como esses campos se distinguem entre si. Sobre as atitudes linguísticas propriamente, foram realizados na Costa Rica vários trabalhos, como Arrieta, Jara e Pendones (1986), Pendones (1986), Umaña (1989 e 1990b), Quesada Pacheco (1990a e 1990b), Jaén (1991), Solano e Umaña (1994) e Herzfeld (1994).

No campo próprio da linguística popular, existe um antecedente importante: *Mitos del lenguaje. Expertos y autoridades*, de Wilson Kilburn (1996). Essa obra toca de certa forma meus objetivos, uma vez que reúne ideias populares pré-teóricas sobre a linguagem; porém, como indica seu subtítulo, refere-se às preconcepções de “especialistas e autoridades” que reivindicam o direito de determinar a correção e a incorreção nos usos da língua.

Meus objetivos diferem dos de Wilson em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, em meu trabalho o material coletado e analisado não se interessa tanto por opiniões de indivíduos específicos, mas por seu conjunto, que nos permite reconstruir modelos culturais cunhados socialmente por membros da comunidade costarriquenha; as “autoridades” poderiam ser incluídas, mas não constituem o objeto central de estudo. Em segundo lugar, a minha investigação não pretende dar uma visão crítica das opiniões expressas, mas propor uma descrição e sistematização delas, a fim de estabelecer regularidades que permitam falar de modelos partilhados e, portanto, de identificadores de uma comunidade linguística.

1.4. EspCR versus dialeto, língua espanhola e espanhol da Costa Rica de acordo com o sistema especializado (sistema experto)

Nesta pesquisa, se aborda o tema do espanhol da Costa Rica visto a partir da perspectiva de seus falantes, conceito que identificarei como **espCR**. Esta abreviatura deve ser lida como um símbolo que representa um objeto particular: a variedade do espanhol que segundo os *ticos* (e alguns centro-americanos) se fala na Costa Rica; em outras palavras, trata-se de um conceito fundamentado na noção de nacionalidade costarriquenha, de acordo com o qual proponho distingui-lo de vários outros objetos:

1. EspCR *versus* as múltiplas variedades dialetais presentes em todo o território nacional. Essas variedades regionais internas (por exemplo, Vale Central, Guanacaste etc.) não são o objeto deste estudo, uma vez que utilizei como objetivo um conceito geral, global, que apela ao sentido de nacionalidade dos falantes.
2. EspCR *versus* a língua espanhola em geral. Como se verá, muitos dos falantes têm um conceito do espanhol como uma língua ideal, original, pura, perfeita e invariável; um objeto ao qual se aspira e do qual espCR é uma variação ou, mais frequentemente, um desvio.

3. EspCR *versus* o espanhol da Costa Rica na perspectiva do sistema especializado. Finalmente, deve ficar claro que este trabalho se refere ao espanhol da Costa Rica segundo seus falantes, e não ao espanhol da Costa Rica segundo os linguistas profissionais.

Na próxima seção, serão traçados os delineamentos teóricos sobre os quais se apoia a investigação e é detalhada a relação entre os distintos enfoques dos fatos da língua: o enfoque da linguística popular, correspondente ao falante comum ou leigo e o enfoque do sistema especializado, correspondendo ao linguista profissional.

2. Perspectiva técnica e metodologia

2.1. Linguística popular, atitudes linguísticas e sistema especializado

Um trabalho extremamente útil para compreender as relações entre a linguística como ciência (o sistema especializado), o estudo das atitudes linguísticas (como parte da sociolinguística) e a linguística popular tal como aqui é concebida, é *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003). Os autores, considerando a proposta de Hoenigswald, apontam três áreas que dizem respeito ao estudo da linguagem:

- a) o que ocorre com a linguagem;
- b) como as pessoas reagem ao que ocorre com a linguagem; e
- c) o que as pessoas falam sobre todo esse assunto.

De acordo com essas três áreas de interesse, os autores desenham um triângulo de relações com o qual se pretende explicitar que o estudo da linguagem pode ser realizado a partir de três perspectivas:

- a) A primeira corresponde ao sistema especializado, ou seja, a linguística científica encarrega-se de estudar os estados e processos que regem o que as pessoas dizem, sendo “o que as pessoas dizem” a linguagem como tal;
- b) A segunda corresponde ao campo de estudo das atitudes linguísticas: como as pessoas sentem e percebem o que é dito.
- c) A terceira corresponde ao campo próprio da linguística popular: o que as pessoas pensam a respeito do que é dito.

Segundo afirmam os autores,

Os relatos em *c* [...] raramente são puros, pois () muito do que é dito em *c* é influenciado por *b* ou subvertido por estereótipos de comunicadores e funções comunicativas. A impureza, no entanto, é parte da sabedoria popular e do raciocínio que buscamos descobrir. (NIEDZIELSKY; PRESTON, 2003, p. 30).⁹

O enfoque apresentado por Niedzielski e Preston na edição de capa dura de sua obra *Folk Linguistics*, que apareceu em 2000, foi modificado na edição preliminar de 2003 (sempre a primeira edição). Os autores reafirmaram, em prefácio especial para essa publicação, as relações entre os três campos. A modificação é significativa devido à mudança de perspectiva a respeito da relação entre as atitudes linguísticas e a linguística popular. Enquanto na primeira proposta eles são concebidos como campos separados (*b* e *c*), na reformulação das relações são concebidos como um *continuum* de reações de mais conscientes a mais inconscientes (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003, p. 11, figura 2), uma percepção, sem dúvida, mais próxima dos processos mentais envolvidos nas reações das pessoas acerca da sua conduta verbal.

Concluimos, assim, seguindo Niedzielski e Preston, que o campo da linguística popular e o de atitudes linguísticas constituem um *continuum*, e atribuímos ao campo específico da linguística popular as reações mais conscientes, discursivamente elaboradas e explícitas, tal como foram coletadas na pesquisa delineada e administrada para este estudo, dos falantes sobre a conduta verbal de sua comunidade.

Do ponto de vista do sistema especializado, na Costa Rica há uma grande quantidade de estudos sobre o espanhol da Costa Rica. São fundamentais, por exemplo, a Linea de Investigacion Estudios de Lexicografia Hispanico-Costarricense ELEXHICfiS, dirigida pelo Dr. Victor Manuel Sánchez Corrales, e a Linea de Investigacion Estudio del Habla Culta Costarricense, iniciada pela Dra. Yamileth Solano, ambas patrocinadas pela Universidade da Costa Rica. Outras são as descrições e/ou análises de características linguísticas feitas por linguistas acadêmicos, como Ross (1977), Sanchez (1985, 1986), Solano (1986, 1989, 1991), Umaña (1990a), Quesada Pacheco (1996), Calvo (1990, 1995, 1996, 1997), Murillo (2000), para citar apenas alguns.

Por outro lado, na pesquisa sobre linguística popular, o objeto de estudo não são os traços objetivos da fala costarriquenha, mas os traços que, segundo os falantes, descrevem o espanhol costarriquenho. A título de exemplo, em uma das pesquisas coletadas, encontramos esta caracterização:

⁹ Citação em inglês no texto original: "The reports in *c* [...] are seldom pure, for () much that is said in *c* is influenced by *b* or subverted by stereotypes of communicators and communicative functions. The impurity, however, is a part of the folk wisdom and reasoning we seek to discover." [Nota das Tradutoras].

Na Costa Rica, não se fala bem o espanhol porque

- a) conjugamos mal os verbos: *hubieron* em lugar de *hubo*.
- b) temos uma pronúncia ruim: arrastamos os erres.
- c) não fazemos pausas ao falar.
- d) não respiramos bem.
- e) usamos anglicismos.

Nas respostas dos entrevistados, estas e outras formas de descrição popular dos traços do espCR vão emergindo recorrentemente.

2.2. A psicologia popular

Em termos gerais, uma teoria popular do comportamento é entendida como “nosso esquema conceitual cotidiano para explicar nossas próprias ações e as dos outros em termos de crenças, desejos, emoções e motivos” (GREENWOOD, 1991b, p. 1).¹⁰ A respeito do estudo de uma teoria por parte da psicologia tradicional, Greenwood (1991b, p. 1) observa:

Apesar da impressão criada por muitos críticos recentes da psicologia popular, seu tratamento sério como uma forma de teoria explicativa causal por filósofos e psicólogos é um fenômeno relativamente novo. Por muitos anos, a filosofia da mente tinha pouco a dizer sobre estados psicológicos intencionais, como crenças, desejos, emoções e motivos.¹¹

A capacidade explicativa de uma teoria popular é baseada na discussão sobre se os estados psicológicos intencionais (crenças, desejos, emoções e motivos) se articulam linguisticamente como corpos de proposições, isto é, se são estados psicológicos com conteúdo proposicional. Para os críticos da teoria popular, como Dennett, se o conjunto de princípios explicativos e preditivos que as pessoas comuns utilizam não se articula como um corpo de proposições, esta seria uma boa razão para não chamá-lo de “teoria” (DENNETT, 1991, p. 9).

Outros não questionam a existência da teoria popular. Assim, Churchland a define como “uma estrutura de conceitos, grosseiramente adequada às demandas da vida cotidiana, com a qual o modesto adepto compreende, explica, prediz e manipula um certo domínio de fenômenos” (CHURCHLAND, 1991, p. 51).¹²

¹⁰ Citação em inglês no texto original: “our everyday conceptual scheme for accounting for our own and other’s actions in terms of beliefs, desires, emotions, and motives”. [Nota das Tradutoras]

¹¹ Citação em inglês no texto original: “Despite the impression created by many recent critics of folk psychology, its serious treatment as a form of causal explanatory theory by philosophers and psychologists is a relatively new phenomenon. For many years, philosophy of mind had little to say about intentional psychological states such as beliefs, desires, emotions, and motives.” [Nota das Tradutoras]

¹² Citação em inglês no texto original: “a framework of concepts, roughly adequate to the demands of everyday life, with which the humble adept comprehends, explains, predicts, and manipulates a certain dominium of phenomena”. [Nota das Tradutoras]

Neste trabalho, assumimos a existência de uma teoria popular sobre o espanhol da Costa Rica, a qual consiste em um modelo explicativo formado por conceitos que se baseiam em opiniões, que se articula como um corpo de proposições e que serve para dar conta de um conjunto de conhecimentos partilhados por uma comunidade.

Churchland argumenta que os conceitos da psicologia popular dividem-se em duas classes: os conceitos plenamente intencionais que expressam atitudes proposicionais, como crenças e desejos, e os conceitos não intencionais ou quase intencionais, que expressam todos os demais estados mentais, como dor, medo, angústia, fome, em geral, emoções e sensações físicas. A matéria de estudo das atitudes linguísticas fará parte dos conceitos não intencionais. Em vez disso, aqui se caracterizam as crenças que compõem nossa linguística popular como “conceitos intencionais que expressam atitudes proposicionais”, do tipo “eu acho *p*”.

2.3. O modelo cultural

Embora a incursão no campo da psicologia cognitiva tenha nos servido para determinar que a teoria popular é um sistema conceitual explicativo baseado em um conjunto de opiniões populares, a antropologia cognitiva nos permite ancorar o conceito de teoria popular da língua em um cenário mais amplo, o da cultura. De acordo com a antropologia cognitiva, o conhecimento cultural é definido como as pressuposições compartilhadas pelos membros de um grupo sobre o mundo que o rodeia, organizadas em sequências de eventos prototípicos, esquemas que são denominados nessa corrente de “modelos culturais” e que se definem como:

[...] pressupostos e modelos de mundo tidos como certos e amplamente compartilhados (embora não necessariamente excluam outros modelos alternativos) pelos membros de uma sociedade e que desempenham um papel enorme em sua compreensão desse mundo e de seu comportamento nele. (HOLLAND; QUINN, 1987, p. 4).¹³

De acordo com as descobertas da antropologia cognitiva, os modelos culturais são responsáveis pelo comportamento dos membros de uma comunidade; são invocados para persuadir e são utilizados para organizar a própria experiência interior. O modelo cultural ganha força porque é identificado com o conhecimento especializado e a sabedoria cultural do grupo em geral, independentemente de que existam outros sistemas explicativos igualmente especializados e, mais ainda, sistemas contraditórios, mas igualmente razoáveis. Por exemplo, o conhecimento especializado sobre a língua que os falantes reconhecem majoritariamente é o das “autoridades” tais como as compiladas por Wilson (1996). Os representantes desse conhecimento especializado são acadêmicos (e outros não necessariamente acadêmicos)

¹³ Citação em inglês no texto original: “presupposed, taken-for-granted models of the world that are widely shared (although not necessarily to the exclusion of other, alternative models) by the members of a society and that play an enormous role in their understanding of that world and their behavior in it.” [Nota das Tradutoras]

normativos que acreditam em um ideal de língua, uma língua invariável e pura à qual os falantes devem aspirar. Por outro lado, o sistema especializado dos linguistas profissionais é praticamente desconhecido pelos falantes, a menos que tenham tido oportunidade de entrar em contato com ele por meio do ensino superior, por exemplo. Estes dois sistemas de conhecimento especializado estão em evidente conflito, mas o dos acadêmicos normativos é mais visível para a comunidade, pois aparece nos meios de comunicação, por meio de colunas no jornal ou programas de televisão dedicados à “purificação” do idioma. Como veremos, ambos os modelos se refletem nas respostas à pesquisa.

Deve-se ter em mente que os modelos culturais não funcionam necessariamente como ontologias coerentes ou conjuntos globalmente consistentes, mas sim como recursos ou ferramentas, utilizáveis quando são úteis e prescindíveis quando não o são. Não se trata de um sistema de conhecimento cultural altamente organizado, mas de um conjunto de esquematizações culturalmente compartilhadas, que se formulam ou invocam para realizar tarefas cognitivas particulares e isso explica a coexistência de modelos culturais conflitantes nos distintos domínios da experiência (HOLLAND; QUINN, 1987).

Keesing adverte sobre não cair na tentação de encontrar modelos culturais muito organizados ou simétricos. Em suas palavras:

Devemos também ser cautelosos, em nossa busca por modelos populares, de... criar modelos mais globais e coerentes do que nossos sujeitos de fato reconhecem. O modelo popular pode, por sua natureza, ter uma qualidade *ad hoc* parcial e situacional, uma falta de sistematicidade global. (KEESING, 1987, p.383).¹⁴

Com relação a este sinal de alerta, deve-se notar também que a pesquisa acadêmica visa justamente a esse objetivo: sistematizar o que aparece (ou parece) dessistematizado na realidade, a fim de melhor compreender a forma com que operam os mecanismos do conhecimento humano. Por isso, é necessário acrescentar às palavras de Keesing que, apesar do *corpus* fragmentário e do quão caóticas podem parecer essas esquematizações culturais, a observação cuidadosa dos dados muitas vezes permite sistematizar e delinear esquemas compartilhados pelos membros da comunidade em estudo. Em suma, em relação à questão – tanto da psicologia cognitiva quanto da antropologia cognitiva – de se é possível uma sistematização do conhecimento cultural, esta pesquisa pretende dar uma resposta afirmativa.

14 Citação em inglês no texto original: “We must also be wary, in our pursuit of folk models, of... creating more global and coherent models than our subjects in fact recognize. Folk model may by their nature have a partial and situational *ad hoc* quality, a lack of global systematicity.” [Nota das Tradutoras].

2.4. Metodologia

Um grupo de 93 estudantes universitários colaborou neste projeto durante o período de 1995-1999, coletando um total de 930 pesquisas escritas. A pesquisa coleta a idade, o local de nascimento e o local de residência do entrevistado.

De acordo com uma série de filtros que foram aplicados, o número total de pesquisas consideradas foi de 600 (os filtros incluíam pesquisas que não fornecem respostas discursivas, por exemplo, aquelas com respostas monoverbais como “bom”, “ruim” etc.), e pesquisas respondidas por estrangeiros, entre outras categorias menores).

Quanto às pesquisas respondidas por estrangeiros, para o presente artigo foram consideradas as correspondentes a nicaraguenses (11 pesquisas) e guatemaltecas (7 pesquisas). Essas respostas são apresentadas na seção 5.

Em uma inspeção preliminar, foram determinados dois tipos de informações que convém organizar e analisar separadamente: por um lado, os dados permitiram estabelecer os elementos da linguagem que compõem a representação mental que os entrevistados, a partir de agora identificados como H (falantes), fazem do espCR. Com isto, refiro-me a quais são os aspectos mencionados com mais frequência nas opiniões e que, portanto, constituem os elementos proeminentes do espCR na consciência de H. De acordo com esta primeira observação, as respostas foram segmentadas segundo as referências que foram feitas a aspectos específicos do espCR; essas referências foram classificadas em cinco áreas gerais: “vocabulário”, “pronúncia”, “gramática”, “variação dialetal” e “influência estrangeira”.

Por outro lado, era necessário olhar para a resposta como um todo para determinar o modelo cultural que ela refletia. Nessa segunda observação, percebeu-se que, ao formular opiniões sobre sua língua, os falantes elaboram uma resposta na qual se podem reconhecer diversas operações discursivas. As quatro operações discursivas que se reconhecem são as seguintes:

Descrição: um enunciado não valorativo em que se descreve o espCR em geral ou se mencionam características particulares que o caracterizam.

Valoração: em enunciado em que o entrevistado diz explicitamente se o espCR é bom, regular ou ruim.

Explicação: um enunciado complementar à descrição ou a valoração em que as causas ou razões do julgamento anterior são explicitadas.

Prescrição: uma menção explícita às ações corretivas que segundo o entrevistado deveriam ser realizadas no que diz respeito ao espCR (essa categoria não é considerada para o presente estudo, embora esteja sistematizada em Jara Murillo, 2006).

Uma vez iniciado o trabalho com as operações discursivas, foi determinado que as opiniões de H não poderiam ser tratadas como reflexo de um único modelo cultural, pelo contrário, refletiam vários modelos diferentes que em alguns falantes apareciam “puros” e em outros apareciam combinados ou justapostos. Estabeleceu-se que refletiram no conjunto de opiniões pelo menos quatro modelos diferentes:

M1: uma opinião não valorativa sobre o espCR, com ênfase em sua variabilidade ou diversidade.

M2: uma valoração positiva do espCR, mas apontando seus “defeitos”; incluída aqui a valoração do espCR como “regular” (mais ou menos bom/ruim).

M3: uma valoração (muito) negativa do espCR.

M4: uma valoração (muito) positiva do espCR.

Os entrevistados (H) eram principalmente adultos do Vale Central e, em particular, de San José. Em conjunto representam uma ampla faixa etária e todas as províncias, embora seja preciso levar em conta que a maioria são falantes nascidos e residentes em San José. A Tabela 1 mostra a distribuição dos entrevistados por província de nascimento e por província de residência:

Tabela 1. Distribuição dos entrevistados por província de nascimento e província de residência

Província	Por nascimento	Por residência
Alajuela	58	48
Cartago	48	55
Guanacaste	18	6
Heredia	26	58
Limón	11	3
Puntarenas	34	23
San José	405	407
TOTAL	600	600

A seguir, serão expostos os resultados da pesquisa no que se refere aos costarriquenhos, em seus dois âmbitos principais: 1) a representação mental que os falantes fazem sobre o espCR, e 2) os modelos culturais sobre o espCR que emergiram das respostas. Por fim, na seção 5, as respostas dos entrevistados centro-americanos serão relacionadas aos modelos propostos para o espCR.

3. Representação mental de espCR

3.1. Preliminares

O primeiro fator que se tornou aparente na inspeção inicial das respostas foi que, embora alguns falantes façam apenas uma referência geral ao espCR, a maioria deles aponta para elementos específicos no que concerne a vários aspectos ou níveis da língua. Alguns mencionam características da pronúncia, outros da gramática, com mais frequência referem-se a questões relacionadas ao vocabulário, outros focam sua resposta na diversidade ou variação da língua, ou mencionam a influência de línguas ou culturas estrangeiras. Alguns falantes fazem referências gerais e adicionam comentários sobre aspectos específicos; outros ainda apontam elementos em duas ou mais áreas.

Nesse sentido, a primeira questão a ser abordada na análise era: quando os falantes são questionados sobre sua variedade linguística, quais são os aspectos da língua que eles mencionam com mais frequência e os aspectos proeminentes do espCR na consciência geral? Em outras palavras, quais são os aspectos que têm maior proeminência na representação mental que H faz da língua.

As referências podem ser classificadas em dois tipos gerais, que por sua vez são subdivididos em grupos de aspectos mais específicos. O esquema a seguir mostra o conjunto e a organização dos tipos de referências que ocorreram nas respostas:

- I. Referências aos componentes ou níveis internos da língua:
 1. Referências à pronúncia (nível fonético).
 2. Referências à gramática (nível morfossintático).
 3. Referências ao vocabulário (nível léxico-semântico).
- II. Referências a fatores externos ao espCR (nível sociolinguístico):
 4. Referências às variações por idade, região, classe social, ou seja, por fatores extralinguísticos (variação dialetal).
 5. Referências à influência de línguas estrangeiras (influência linguística externa).

Exemplos de respostas em cada uma das áreas gerais são os seguintes:

Pronúncia: A seguinte resposta refere-se apenas à pronúncia do espCR, sem comentar sobre nenhum outro nível da língua (entre parênteses o número de identificação da pesquisa): *Se fala um espanhol muito rápido e fluido; não tem um sotaque característico como no resto da América Central (1705).*

Gramática: as referências gramaticais são escassas, como será visto, e frequentemente se justapõem a outros tipos de referências; na resposta a seguir é feita referência à gramática e ao vocabulário: *Fazemos confusão com o uso do verbo “haber” e “ser”; outros verbos conjugamos mal; há confusão de termos e mistura de palavras quanto ao seu significado (1426).*

Vocabulário: A grande maioria das respostas refere-se a aspectos próprios do vocabulário, muitas vezes com a inclusão de referências a outras áreas; o exemplo a seguir se refere basicamente ao vocabulário: *Se fala com clareza, mas é necessário mais conhecimento de algumas palavras que usamos (1504).*

Variação dialetal: O reconhecimento da variação, neste caso particular no que diz respeito à distinção fala urbana/fala rural, é a referência específica nesta resposta: *Se utiliza bem embora dependa do nível socioeconômico em que estamos envolvidos: as pessoas da cidade são mais educadas para falar do que as do campo (2305).*

Influência linguística externa: A seguinte resposta refere-se exclusivamente à influência do inglês: *Até um tempo atrás não havia tanta interferência de outros idiomas, mas atualmente o inglês se infiltrou (1503).*

A seguir estão exemplos de referências a essas cinco áreas principais, agrupadas por aspectos mais específicos com os quais as referências coincidem. Os aspectos específicos aparecem acompanhados por exemplos literais retirados das respostas (a barra oblíqua indica que as referências correspondem a pesquisas diferentes).

3.2 Nível fonético: referências à pronúncia

3.2.1. Valoração negativa da pronúncia

Quanto à pronúncia, o tipo de referência mais frequente, das 105 registradas, consiste em uma valoração negativa, visto que 41 referências constituem julgamentos negativos gerais sobre a pronúncia do espCR. Encontramos desde a valoração negativa absoluta: *a pronúncia é deficiente*, até a valoração atenuada: *algumas palavras não são pronunciadas corretamente*. Também encontramos respostas em que a valoração negativa está condicionada por certos fatores: *em determinados setores do país devido ao seu nível de escolaridade pronunciam mal / os jovens falam em abreviatura e em certa medida (mostram) “preguiça” na hora de articular / a pronúncia é ruim em geral e especialmente nos povoados*.

Em particular, são de especial interesse os exemplos concretos que H fornece para justificar a sua valoração negativa, isto é, por que ele opina que a pronúncia de espCR é ruim: *sotaques que não correspondem / defeito do idioma “tico”: pronúncia do “rr” / temos palavras mal pronunciadas: pa’onde / preguiça de pronunciar bem / má pronúncia porque não se articula bem / pronúncia ruim, por exemplo: arrastamos os r, não fazemos pausas ao falar, não respiramos*

bem / cortamos as palavras por preguiça de falar / comemos as palavras e soa assustador / há preguiça de pronunciar as palavras corretamente: “qui hubo”, por “que hubo”, “vuir” por “voy a ir”.

3.2.2. Valoração positiva da pronúncia

Frente à valoração negativa da pronúncia, encontramos 18 referências em que a valoração da pronúncia em geral é positiva; a valoração positiva se dá sobretudo em comparação com a pronúncia do espanhol de outros países (6 referências): *a pronúncia costarriquenha está entre as melhores da América Latina / o costarriquenho fala e se articula muito bem: Costa Rica e Colômbia são os países em que se pronuncia melhor.* Também ocorrem as valorações positivas não comparativas: *nosso sotaque faz com que a língua soe bonita.*

3.2.3. Referências a sons específicos

O aspecto mais relevante para nosso estudo na área específica do nível fonético são as referências a sons específicos do espCR (15 referências). Já havíamos visto na valoração negativa que a característica muito proeminente que H descreve como “arrastar o rr” é apontada como um defeito de pronúncia ou uma causa da pronúncia “ruim”. Nas referências aqui agrupadas, essa característica fonética nunca aparece positivamente apontada; encontramos apontamentos neutros como: *a pronúncia acentuada do “rr” o distingue / o tico tende a arrastar o r.* Mas com mais frequência encontramos a valoração negativa do traço: *má pronúncia do r em ferrovia, três, matrícula / o falar popular (apresenta) a distorção na sílaba “tr” como no inglês [chres] por três, [cuachro] por quatro / o costarriquenho não produz bem o “rr” / deve melhorar a pronúncia das palavras onde aparecem rr, tra, tre, tri etc. / marcam muito o r e isso soa muito feio / pronunciamos o “r” com a vibração na ponta da língua, não o pronunciamos corretamente e isso os estrangeiros percebem logo em um primeiro momento.*

É importante para nosso estudo apontar que das 15 respostas relativas a sons específicos, 12 referem-se ou incluem a referência à pronúncia de **r/rr/tr**. Outros sons referidos são aqueles representados pelas letras f, s, c/z, v e a lenição ou queda de d: *se reforça muito em letras como r e f / em áreas rurais geralmente não pronunciam a letra “s” e o “r” têm som diferente / muitas pessoas quando falam destacam o “r”, outras fazem o mesmo com o “s” / não pronunciamos as palavras que vão com “c” e “z”, com “v” / em vez de mercado dizemos mercao.*

3.2.4. Referências à variabilidade interna

O que se segue é uma típica referência, das 10 registradas, à variabilidade interna da pronúncia: *dentro do país encontramos diferenças bem marcadas de pronúncia, como entre Guanacaste e San José.* Essas referências, embora escassas, permitem observar em H o reconhecimento da diversidade fonética do espCR.

3.2.5. Percepção do sotaque como neutro frente às outras variedades

Em 8 referências é apontado que o espCR não tem sotaque ou pelo menos não é um sotaque muito marcado comparativamente: *tem sotaque “uniforme”, diferente do espanhol que é falado em outros países / não se nota nenhum tipo de sotaque ao falar / espanhol “simples”, sem qualquer tipo de sotaque, com algumas exceções como os camponeses*. Este é um fenômeno comum na linguística popular: a percepção de que a própria fala “não tem sotaque” (cf. BAUER; TRUDGILL, 1998).

3.2.6. Referências à velocidade da fala

A maior parte dessas referências, 7 no total, apontam que os ticos falam muito rápido: *há diferenças na velocidade com que se fala / falamos muito rápido*.

3.2.7. Referências à especificidade fonética

Em 6 referências, aponta-se que o espCR tem sua própria fonética, diferente do espanhol de outros lugares, por exemplo: *há uma grande distinção em termos de pronúncia e entonação de palavras, o que o distingue de outros países da América Central*.

3.3 Nível morfossintático: referências à gramática

Apenas 34 referências foram registradas no nível morfossintático, o que naturalmente reflete o fato de que sendo a gramática um dos aspectos mais abstratos da língua, menos acessíveis ao falante comum, os comentários sobre ela não tendem a emergir com facilidade. Podemos dizer que é baixo o destaque na representação mental que o falante faz da língua. Na valoração geral negativa, encontramos 15 referências, enquanto na positiva, apenas uma referência.

3.3.1. Valoração negativa da gramática

Como no caso da pronúncia, a valoração negativa da gramática pode aparecer como absoluta: *má construção gramatical*, ou mais atenuada e/ou condicionada: *utilizamos em algumas ocasiões formas gramaticalmente incorretas, especialmente em zonas rurais não se dá atenção à gramática*. Algumas respostas, das 15 recolhidas, mostram que H concebe a gramática como um aspecto da linguagem do qual se pode prescindir: *expressão gramatical muito reduzida / desconhecemos a gramática / não sabemos nem conhecemos o funcionamento seja sintático e morfológico de toda palavra*, ou então a crítica é feita ao uso incorreto da gramática: *as regras gramaticais não são respeitadas / muito para se corrigir principalmente em gramática / pouco importa o devido uso de frases e orações gramaticalmente boas e corretamente utilizadas*.

3.3.2. Valoração positiva da gramática

Uma única referência: *uma das mais refinadas em termos de sintaxe.*

3.3.3. Referências à conjugação verbal

O aspecto específico mais frequentemente mencionado no nível gramatical é a conjugação verbal, com 10 referências. Segundo se depreende das respostas, dentro do reduzido destaque que H destina à gramática na representação mental do espCR, a conjugação verbal é o elemento que tem maior destaque. Todas essas referências estão marcadas negativamente, sendo a típica *os verbos são mal conjugados*. Algumas referências específicas sobre a conjugação verbal são: *apresenta problemas entre os pronomes tu e vos e suas respectivas conjugações / temos confusão com o uso de “haber” e “ser” / conjugamos mal os verbos, ex: hubieron en lugar de hubo / há ausência de concordância entre o sujeito e o verbo, por exemplo: hubieron fiestas; não usamos o hubo fiesta [sic] muitas vezes por hábito.*

3.3.4. Referências a aspectos variados

Alguns outros aspectos gramaticais específicos são mencionados com frequência muito baixa (8 referências no total). O fator muito proeminente do diminutivo, em particular, o uso de **-tico**¹⁵, foi relatado em apenas algumas referências: *nos caracterizamos por abreviar as palavras e adicionar “tico” no final / se utilizam muitos diminutivos / recorreremos com frequência ao uso de diminutivos (pobrecitico, pequeñitico etc.).* Outras referências específicas são: *(há) queísmo / péssimo uso das preposições / geralmente não se utilizam as formas verbais, preposições e advérbios corretamente / a ordem das palavras não é tão ruim.*

3.4. Nível léxico-semântico: referências ao vocabulário

A área léxico-semântica é a que tem maior destaque na representação mental que H faz do espCR. O vocabulário é o aspecto mais concreto da língua para o falante comum; daí sua tendência a conceber a língua antes de tudo como um conjunto de palavras, um léxico. A palavra tem uma forma sonora (ou visual) e um significado relativamente unitário, evocável; por isso a representação da língua surge na consciência do falante comum como um conjunto de palavras, mais do que como um conjunto de sons ou de estruturas sintáticas.

É importante notar a confluência dessa característica da opinião linguística popular com a visão de um grupo crescente de linguistas, em particular, gramáticos lexicalistas, que trabalham com uma concepção de linguagem na qual o princípio organizador da gramática se encontra nas unidades lexicais. De acordo com esse sistema especializado, as propriedades gramaticais da linguagem estão contidas no vocabulário; cada palavra da língua contém sua gramática.

¹⁵ Em português, é representado pelo sufixo “inho”. [Nota das Tradutoras].

Embora esse fato não seja transparente para falantes comuns, e não se possa esperar que essa noção seja explicitamente declarada, em um sentido implícito o fato de que, quando o falante é solicitado a se expressar sobre sua língua, a tendência da maioria é se referir ao vocabulário refletindo que o sistema cognitivo do falante contém a noção de que o vocabulário da língua é a sua coluna vertebral, que é a partir do vocabulário que a língua se constitui. Por sua vez, a noção popular contrasta com a posição de outros sistemas especializados, que propõem uma gramática abstrata cuja existência é independente do vocabulário específico de cada língua particular; a gramática gerativa tradicional seria um exemplo.

As referências ao vocabulário constituem a esmagadora maioria e são, em geral, negativas ou condenatórias do vocabulário do espCR; do total de 246 referências, 77 são opiniões explicitamente negativas e aludem fundamentalmente a quatro aspectos: pobreza de vocabulário, escassez de vocabulário, incorreção ou uso incorreto do vocabulário e problemas com o significado das palavras. As referências explicitamente positivas sobre o vocabulário são apenas 7.

3.4.1. Valoração negativa do vocabulário

Pobreza de vocabulário: a classificação de vocabulário como pobre (25 referências) frequentemente aparece elaborada com explicações que refletem a noção de pobreza de vocabulário de H: *o vocabulário é pobre e abundante em vocábulos populares de muito mal gosto / tem vocabulário muito pobre, com uma alta porcentagem de palavras vulgares e neologismos sem fundamento / pachucadas, pobreza de vocabulário, muitos termos pachucos¹⁶ que o empobrecem / degenerou e “evoluiu” para localismos e frases populares que reduzem sua riqueza / é pobre por vocabulário, devido à influência dos meios de comunicação de massa / pobre porque nos limitamos a um certo vocabulário / as pessoas dizem palavras tolas e bobas / as pessoas não usam um vocabulário elevado / sempre usamos os mesmos adjetivos e não nos propomos a procurar ou aprender sinônimos para estes; a maioria de nós usamos palavras que geralmente não dizem nada.*

A elaboração na seguinte referência é particularmente interessante: *vocabulário pobre, palavras são desnecessárias quando “super” ou “chunche¹⁷” são um excelente curinga; para que adjetivos se “super” resolve tudo?; para que chamar as coisas pelo nome se “chunche” me poupa o esforço?; a adoção de “anglicismos” e do vocabulário “pachuco” contribuíram ainda mais para a deterioração do espanhol.*

¹⁶ Segundo o *Dicionário da Real Academia Espanhola*, na Costa Rica, o adjetivo “pachuco” é utilizado para se referir a uma pessoa de falas e hábitos não aceitos socialmente. [Nota das Tradutoras].

¹⁷ Segundo o *Dicionário da Real Academia Espanhola*, na América Central, “chunche” é um objeto cujo nome se desconhece ou não se quer mencionar. Em português, pode ser entendido como “coisa”. [Nota das Tradutoras].

Escassez/limitação de vocabulário: Com quase a mesma frequência (24 referências) surge a reclamação sobre a quantidade reduzida de vocabulário, referência que também aparece elaborada: *são inúmeras as palavras que não usamos / o vocabulário não é tão extenso porque no caso chega a 1.000 palavras no ensino médio / se desconhece uma grande variedade de palavras que poderiam nos ajudar a nos comunicar melhor / o léxico empregado é escasso, o que nos faz inventar palavras / o vocabulário ficou limitado a um certo número de palavras / por falta de leitura, seu vocabulário é mantido restrito e o conhecimento de outras palavras não é desenvolvido / o vocabulário médio é cada vez mais reduzido, o que é dramático para os jovens, especialmente para os universitários, que manejam umas 200 palavras e tentam se esconder atrás de vocábulos ou fórmulas técnicas específicas para cada carreira / vocabulário limitado usado pela nossa sociedade na sua comunicação habitual, na qual ninguém, senão pelos meios de comunicação (rádio, TV, etc.), gosta de apresentar um léxico amplo e rico em variedade.*

Incorreção/uso incorreto do vocabulário: Com menos frequência (12 referências) a reclamação sobre o vocabulário do espCR aponta para o uso incorreto de palavras: *muitas palavras mal utilizadas que entre nós entendemos por hábito / muitas palavras são mal empregadas por preguiça / se utilizam termos inadequadamente por falta de educação ou por não saber o significado.*

Problemas de significado: alguns falantes são mais específicos em relação a sua valoração negativa do vocabulário, referindo-se especificamente ao fato de perceberem que o problema do vocabulário é que o significado das palavras muda ou as palavras são usadas “sem significado” (16 referências): *as pessoas acrescentam palavras que não têm nenhum sentido / o problema em nosso país é a mudança de palavras quanto ao seu significado e sentido / abusam de certos termos que muitas vezes não aparecem em um dicionário e é preciso adivinhá-los para saber do que se trata / são usadas expressões com duplo sentido ou sentido distorcido / damos outros significados às palavras / mesmo na televisão os repórteres não dominam o verdadeiro significado das palavras / desconhecimento sobre o significado de muitas palavras, o que tende a limitar o vocabulário / há confusão de termos e mistura de palavras quanto ao significado / introduziram uma série de termos que distorcem o significado das palavras impedindo uma boa comunicação / os jovens usam palavras inacabadas e às vezes sem significado.*

3.4.2. Valoração positiva do vocabulário

Diante da abundância de valorações negativas, encontramos apenas 7 avaliações positivas nas respostas: *os termos são usados de forma adequada / têm dizeres excelentes / ricos em dizeres, expressões típicas / foi enriquecido com muitos termos científicos e tecnológicos / têm palavras muito próprias e ricas em significado.*

3.4.3. Avaliações combinadas

Alguns falantes preferem apontar o bom e o ruim do vocabulário do espCR (8 referências): *rico em expressões autóctones e frases adverbiais; porém a quantidade de palavras usadas é muito pequena, é necessário mais conhecimento de algumas palavras que usamos / termos vulgares são muito usados, mas tenta-se melhorar isto / bom léxico, uma pena que também se deteriora com tantos “dizeres” / em comparação com a América Central, é um dos mais polidos em amplitude de vocabulário, mas o vocabulário ainda é pobre, muito pobre.*

3.4.4. Referências à especificidade léxica do espCR

Quanto à caracterização não valorativa, ou melhor, atenuada na sua valoração negativa, do vocabulário de H, podemos agrupar as 116 referências coletadas em quatro títulos: referências ao vocabulário em geral, embora por vezes com menção a exemplos concretos (32); referências ao costarriquenismo e à fala (37); referências ao vulgarismo e ao pachuquismo (32); e referências ao chunchismo e à invenção de palavras (15).

Julgamentos gerais: os seguintes são exemplos de julgamentos gerais: *como nos outros países de língua espanhola, há uma série de termos próprios, populares, para se referir a determinados objetos e situações / usam palavras com um significado particular que em outros países teriam um significado diferente, por exemplo, “chingo”¹⁸ aqui comparado com seu significado no México, outros exemplos são hueco, empanada, etc. / a mistura do espanhol com a linguagem dos nossos indígenas na época colonial; a transformação de vocábulos existentes, a criação de outros (neologismos), junto com os barbarismos fizeram com que na Costa Rica o idioma seja diferente / o vocabulário especialmente é o mais diferente; tem muita influência pachuca e rural / existem diferenças de acordo com o significado já que uma palavra empregada na Costa Rica por exemplo terá um significado totalmente diferente neste país e muitas vezes dentro do mesmo país / há muita linguagem criada por nossa cultura, dizeres, frases típicas de um povo / nos acostumamos a viver com nosso idioma espanhol muito ao estilo tico, cheio de ditos e diminutivos, assim como “pachuquismos” / está cheio de palavras que só um tico entenderia.*

Referências a costarricísmos, regionalismos e dizeres: há 22 referências ao costarricísmo: *nossos povos têm seus próprios costumes e usam o costarricísmo e em alguns casos a Real Academia acaba aceitando-os / existem muitos costarricísmos que em algum momento deveriam ser aceitos.*

18 O *Dicionário da Real Academia Espanhola* traz um significado diferente para “chingo” de acordo com o país, como: “ofensa” no México; “diminuto” na Colômbia; “elegante” em Honduras; “pelado” ou “curto” na Costa Rica. [Nota das Tradutoras].

Outros termos típicos do nível léxico-semântico que são mencionados: “dizeres” (21 referências), ditados (2), expressões idiomáticas (5), regionalismos (3), apelidos (3), expressões “populares”, palavras camponesas, palavras “inusitadas”: *há muitos dizeres e apelidos como “parceiro”¹⁹, “aquele cara” / é dito: mae, tuanis, ¿que me ice?²⁰ / dizeres como: no me laik, okey, que chiva, muchos tenkius, buenos mornings*. Embora a referência ao dizer seja geralmente neutra: *muitos ditos populares são usados, típicos de nossos costumes, a referência negativa é comum: em nossos centros educacionais ouvimos cada dia novos “dizeres” que não estão ligados à nossa língua / há muitos costarricísmos e isso faz com que o espanhol não melhore*.

Referências ao pachuquismo e ao vulgarismo: a referência ao vocabulário como cheio de vulgarismos ou palavras chulas/vulgares aparece 14 vezes, embora associada a ideias diversas: *vulgarismos que o tornam um espanhol muito próprio / muitos vulgarismos e invenções de palavras / combinação de anglicismos e vulgarismos que resulta no conhecido pachuquismo / saturado de modismos e léxico vulgar ou pachuquismo / as palavras vulgares estão muito difundidas na sociedade para falar “normalmente” / se usa vocabulário indecente ou vulgar / (é) vulgar porque os ticos temos somado ou removido termos da palavra original / palavras vulgares e indecentes*.

Como visto em alguns dos exemplos anteriores, o vulgarismo aparece intimamente ligado ou identificado com o termo pachuquismo (também com “dizeres”), aparecendo em 34 menções; exemplos: *muitos dizeres populares e “pachuquismos” / muitos termos “pachucos ou vulgares” / pachuquismo e dizeres / modismos e “pachuquismos” / somos muito dados aos pachuquismos / algumas palavras são muito pachucas e inventadas / temos muitos ditados (idiai),²¹ anglicismos (friser)²² e pachucadas (mae) / usamos palavras que não são, “pachucadas” como “mae” / os jovens de hoje usam pachuquismos, coisismos e outras formas de expressão pouco cultas e desrespeitosas, como mae, chiva²³, playada²⁴ / é uma pena que os “pachuquismos” sejam usados / os “pachuquismos” deterioram o idioma*.

Referências a “chunchismo” [coisismo], palavras inventadas, palavras que não existem: aos termos “chunche” / “chunchismo” há 7 referências: *várias coisas podem ser designadas com a mesma palavra, por exemplo “chunche” / palavras são usadas que significam ou podem significar muito, como uma coisa, chunche / palavras como chunche são usadas sem especificar*

19 No espanhol da Costa Rica, “mae” pode ter diversos significados de acordo com o contexto. Em português, pode ser traduzido por cara, parceiro, mano. [Nota das Tradutoras].

20 Em português, “cara, beleza? O que manda?” [Nota das Tradutoras].

21 Em português, seria correlato à expressão “E aí?”. [Nota das Tradutoras].

22 Freezer. [Nota das Tradutoras].

23 Em português: legal, bacana. [Nota das Tradutoras].

24 Em português: pessoa “ruim”, “pesada”. [Nota das Tradutoras].

do que se está falando / nós inventamos palavras e usamos muletas²⁵ e chunchismos / nós usamos “chunche” pra tudo e não utilizamos bem seus termos por vício de linguagem.

À característica de inventar palavras são feitas 7 referências também, além da já registrada: *muitas palavras alteradas, inventadas / inventam palavras que não estão na Real Academia Espanhola / inventam palavras e mudam o significado de outras / palavras que não estão no dicionário, alguém os inventa.*

Outras referências à criatividade lexical, embora sempre apontadas negativamente, são: *foi se alterando por palavras que não existem / se tem ou se usa muitas palavras que não existem na Real Academia / é difícil para o costarriquenho designar as coisas pelo seu nome / (é usado) “coisa” como um substituto para o termo correto / caímos em um falar de palavras substitutas de nosso castelhano / juntamos palavras ou seu radical com termos nossos e soa horrível.*

3.4.5. Referências a palavras estrangeiras

Esse conjunto de referências (13) enfatiza a característica de se tomar palavras não espanholas, sem mencionar as que provêm de uma fonte específica, como no caso dos anglicismos, que serão discutidos posteriormente; é possível que ao fazer a referência o falante tivesse o inglês em mente, mas isso não é explícito, por isso consideramos apenas referências a palavras estrangeiras: *existe muita palavra “nova” como “ok” e “by” / os jovens adicionam muitas palavras estrangeiras: ok, ciao etc. / usamos vocábulos que não pertencem ao espanhol / criaram ditos, nomes de coisas e até mesmo de pessoas que não são nossos / há palavras que não são nossas como: tarado, mae, porta mi / viciou-se em vocábulos que não correspondem ao idioma / desvalorizamos nosso léxico substituindo uma palavra por algum estrangeirismo / houve uma invasão de estrangeirismos e termos vulgares / muitas palavras estrangeiras foram introduzidas ao idioma que deterioram o espanhol.*

3.4.6. Referências à variabilidade interna

O vocabulário específico de um grupo, por exemplo, etário ou profissional, apresenta 12 referências, em particular dirigidas ao vocabulário dos jovens: *cada grupo mantém o seu próprio léxico / especialmente os jovens usam termos que quase não constam no dicionário / os jovens de classe baixa com vocabulário obscuro e muitas palavras dos antigos “pachucos” / pachuquismo massificado em uma juventude faminta por falar diferente dos adultos com uma linguagem que lhes facilita encurtar frases e ideias para transmitir / regionalismos que só são usados em certas áreas / o vocabulário é muito pobre e pachuco, dependendo do lugar e da situação / em reuniões ou festas, o descuido do vocabulário é perceptível, tendemos mais*

²⁵ *Muletillas*: palavras ou frases consideradas “muletas”, como “bueno”, “pues”, “y eso”, “y tal”. [Nota das Tradutoras].

para o uso de palavras da moda e algumas provenientes de línguas estrangeiras / existem vocábulos muito próprios de um tipo de costarriquenho bombardeado por influências externas / políticos e profissionais não têm fluidez em seu vocabulário.

3.4.7. Outros aspectos marginalmente relacionados ao vocabulário

Referências ao encurtamento de palavras: Embora com baixa frequência, é interessante notar a característica percebida por H de que os *ticos* tendem a encurtar palavras (6 referências). No entanto, deve-se ressaltar que esse fator não constitui plenamente um aspecto próprio do nível léxico-semântico, mas sim um fenômeno que diz respeito tanto ao nível lexical quanto ao nível fonético. Eu o incluí no nível léxico considerando que H se refere “às palavras” e não à “pronúncia” do espCR: *as pessoas abreviam as palavras conforme sua conveniência / abreviam ou usam outros tipos de palavras / às vezes palavras são cortadas para expressar termos comuns / palavras são encurtadas / palavras fragmentadas / agora não terminamos as palavras.*

Referências ao uso de muletas: Como no caso do encurtamento de palavras, a inclusão de elementos popularmente chamados de “muletas” no nível léxico-semântico não é inteiramente apropriada, uma vez que esses elementos não são lexicais, mas são definidos por sua função discursiva; nós os incluímos aqui porque do ponto de vista fonomorfológico são palavras; no entanto, observa-se que algumas das referências aludem ao seu caráter discursivo (por exemplo, “usadas ao falar”): *múltiplas muletas como “este” / a fala popular está cheia de muletas / as muletas fazem parte das expressões que usamos quando falamos / carregado de muletas e expressões que são usadas em conversas / reiteraões e muletas em todos os lugares.*

3.5. Referências à variação dialetal

Este conjunto de referências, 127 ao todo, reflete o fato de que um número considerável de falantes percebe – coincidindo assim a noção popular com o sistema especializado – que a língua é inevitavelmente variável, que a variação linguística relacionada a fatores extralinguísticos é um fenômeno natural, que a língua não é um objeto único e uniforme, nem tem que ser. Em 127 registros, há referências à variabilidade do espCR em relação a múltiplos aspectos: região (variação diatópica ou dialetal), condição social ou educacional (variação diastrática ou sociocultural), idade (variação diacrônica), situação (variação estilística) e até em relação ao indivíduo (variação idioletal). Referências a formas de tratamento também foram localizadas nesta área.

3.5.1. Variação diatópica (dialetos ou variantes geográficas)

A percepção das diferenças dialetais ou geográficas se manifesta 34 vezes, principalmente em quatro sentidos:

a) uma percepção geral da variação: *(espCR) corresponde a uma variedade dialetal particular; mesmo em nosso país, podemos encontrar variações importantes a nível lexical e fonológico / há muita diversidade dependendo do lugar / em cada pequena cidade ou província se fala de forma diferente / grande quantidade de dialetos que o tornam interessante / é espanhol com algumas modificações que dependem da cultura e dos costumes de cada região / há variantes que se localizam nas diferentes regiões do país e lhe conferem uma grande variedade de nuances;*

b) a distinção rural/urbano: *nas diferentes regiões do país, a pronúncia é diferente da urbana / regionalismos que só são usados em certas áreas, a pronúncia é diferente de acordo com a área, o espanhol falado pelos nossos camponeses não é o mesmo que se fala em áreas urbanas / na Costa Rica, há duas maneiras diferentes de falar (usando a língua espanhola): a urbana e a rural;*

c) percepção da variação de acordo com as diferentes províncias: *certas diferenças entre as pessoas, por exemplo, alguém de Cartago não fala igual a alguém de San José, fala-se de acordo com a forma dialetal de cada lugar / Limón e Guanacaste são as províncias com as características mais acentuadas / em Limón, os habitantes usam o espanhol e o misturam com o inglês jamaicano; em Guanacaste, há um sotaque que os caracteriza e é muito diferente do sotaque que se sente no Vale Central ou em Limón / há províncias onde o idioma é muito marcado pelo lugar como Guanacaste, Limón e Puntarenas / é muito diferente de acordo com o lugar onde se está, porque quando se viaja para lugares como Guanacaste e Puntarenas, há palavras que não se entende e nem mesmo o sotaque se entende bem; as pessoas têm muita influência do lugar onde vivem e não tanto das raízes que têm;*

d) percepção da variação em relação ao espanhol de outros países: *diferente com relação aos demais países centro-americanos / ocorre como em todos os países, que têm seus dizeres nacionais / diferente do espanhol dos demais países.*

3.5.2. Variação diastrática (sociocultural)

A variação diastrática refere-se a diferenças na fala devido ao estrato social das pessoas; foram registradas 25 referências: *varia de acordo com o grupo social, predomina o espanhol coloquial, poucas pessoas têm uma linguagem mais avançada, mas tem. Em geral, a variação é percebida em relação à distinção vulgar/culto e se associa a norma culta ao grau de escolaridade: o vocabulário culto é reservado para a classe alta, o resto da população, com*

algumas exceções, tem uma linguagem geralmente vulgar / depende do grupo social em que as pessoas se desenvolvem, pois uns usam espanhol coloquial, outros muito culto / a pronúncia da língua depende da escolaridade da pessoa / depende do nível social e da educação que a pessoa tem / depende do tipo de pessoa e da educação que tem / está de acordo com o nível de educação / depende do grau de escolaridade que tem / se fala corretamente dependendo do nível cultural (estudos).

Algumas referências apontam explicitamente que o espCR é correto nas classes altas e incorreto se a pessoa for de baixo nível social: pessoas com alto nível cultural e educacional tendem a falar de forma mais correta / (se fala mal) em certos setores do país que, devido ao seu nível educacional, pronuncia mal e ignora o seu significado / a nível da classe baixa se fala muito mal: pachuco, a nível da classe média uns 75% bem, a nível da classe alta uns 90% bem / nas esferas intelectuais (universitários, profissionais) se fala bom espanhol / varia de acordo com os diferentes estratos sociais: quanto mais baixa a condição socioeconômica, mais viciada a linguagem / tem gente que se expressa por meio do pachuquismo que às vezes quem tem maiores conhecimentos não consegue estendê-la / péssima pronúncia e má conjugação gramatical nas classes de baixos recursos, melhora em pessoas estudadas ou profissionais / em um âmbito de média-baixa sociedade costarriquenha se fala uma mistura de espanhol correto com espanhol popular camponês.

A referência a seguir aponta um fato interessante e reconhecido no sistema especializado (cf. LABOV, 1972), que a mudança linguística tende a ocorrer a partir das classes populares: a população com menor educação tem transformado o idioma e incluído novas palavras e pouco a pouco a sociedade em geral (as) foi assimilando e (passaram a) fazer parte da vida do nosso país.

3.5.3. Variação diacrônica ou geracional

As 20 referências à variação de acordo com a idade ou geração das pessoas são quase inteiramente condenatórias da linguagem dos jovens: nosso espanhol até um tempo atrás era uma língua muito culta e continua sendo para os adultos, os jovens de hoje usam pachuquismos, coisismos e outras formas de expressão pouco cultas e desrespeitosas, como mae, chiva, playada / no estrato de 20 a 30 anos predomina um “espanhol” pachuco / os jovens na sua maioria deterioram o idioma constantemente / sua qualidade diminuiu porque os jovens não têm interesse em se expressar bem / os jovens usam uma linguagem desagradável e não se entende o que eles querem dizer / foi sendo modificado para pior por causa dos jovens / perdeu sua essência, especialmente aquele falado por crianças e adolescentes / especialmente o jovem de hoje fala mal espanhol e o usa menos para escrever / a juventude geralmente usa um espanhol pouco ilustrado, pessoas com mais de 60 anos usam palavras e construções

gramaticais deficientes, mas em relação a eles é aceitável, são de outra época / distorcido pela moda da juventude de usar palavras inacabadas e às vezes sem significado / ouvir uma conversa entre dois jovens é francamente deprimente, com palavras como “mae” e “ta loco” não passam / os jovens de 15 a 18 falam muito pachuco, feio.

3.5.4. Variação estilística (registros)

A variação estilística refere-se a diferenças em relação a distintas situações de fala. Foram recolhidas 11 referências: *em geral, sabemos o que dizer de acordo com a ocasião / o vocabulário depende do tipo de ambiente em que cada pessoa se desenvolve, muitas vezes uma pessoa fala de forma diferente dependendo de quem encontra / é bom ou regular em relação ao ambiente em que a pessoa se desenvolve / se é dentro de seu meio é compreensível. Algumas referências aludem a situações específicas de fala: entre amigos falam de forma muito vulgar / com frequência, especialmente em reuniões ou festas, nota-se que há um descuido com o vocabulário / vulgarismo usado nas ruas e nos meios de comunicação / é triste ouvir nos programas nacionais expressões incorretas, a partir disso é que as pessoas generalizam / costuma-se misturar a língua inglesa com o espanhol nas conversas e até ao escrever cartas.*

3.5.5. Variação idioletal

Apenas duas referências foram registradas para a variação que depende de cada pessoa em particular: *pode-se dizer que assim como há pessoas que falam corretamente, há outras que fazem o emprego da fala de forma incorreta / cada pessoa fala como bem entende.*

3.5.6. Referências combinadas à variação dialetal

Naturalmente, muitos entrevistados relacionaram a variação linguística a vários dos fatores extralinguísticos já mencionados. Questão que reflete um nível mais amplo de percepção sobre a variação (23 referências): *depende do nível cultural, do lugar e do ambiente / há usos diferentes de acordo com o lugar em que é usada e a idade da pessoa / é uma língua padrão, com suas características, como a do Atlântico, Guanacaste, Puntarenas, centro de Alajuela, mercados, Parque Central, juventude etc. / no nível profissional muito bem, as pessoas fazem uso corretamente, embora haja quem abuse de seu bom léxico; em um nível normal (de pessoas não profissionais), alguns fazem bom uso, outros mal; depende inclusive do que se fala / Depende da localidade, idade e nível social das pessoas / Podemos classificá-la de acordo com a classe social ou de acordo com o ambiente em que se desenvolve / Varia muito dependendo da classe social, da idade e da cultura / não se fala muito bem, principalmente em áreas distantes da capital e entre os muito jovens / devido à nossa transculturação, nossa língua sofreu muitas variações em termos de fatores geográficos, sociais e intelectuais / o vocabulário é muito pobre e pachuco, dependendo do lugar e da situação / é falado um tipo de dialeto, cada pessoa fala segundo sua cultura e conforme onde vive.*

3.5.7. Referências às formas de tratamento

É particularmente interessante que sendo o voseo²⁶ uma das características mais notórias do espCR, ele tenha recebido apenas 12 referências: *o voseo o distingue / tem suas próprias coisas como o voseo / não usamos o "tú", ponto positivo / Eu gosto do voseo, mas acho que está se perdendo / perdemos o voseo / tende-se a combinar formas (tú com vos e usted) / muitas vezes, ao falar se misturam "tú, vos e usted" / foi substituído o tradicional "vos" pelo "tú" / varia muito, uns falam com proximidade usando o "vos" e outros palhaços, o "tú" / tem gente que começa falando com o "tú" e mistura com o "usted" e com o "vos", soa horrível / passou-se do tratamento do "vos" para o cotidiano "tú", que acredito lhe retira a sua pronúncia original e o uso para espanhol / o voseo é respeitado, mas é necessário abarcar a forma "tú" e "usted".*

3.6. Referências à influência estrangeira

Depois das referências ao vocabulário, a segunda posição em termos de número de referências, com 208, é ocupada pela influência estrangeira, a qual se estabelece fundamentalmente na influência do inglês e, em particular, a sua interferência no vocabulário. A percepção de uma profusão de estrangeirismos no espCR é proeminente na representação mental que H faz do espCR. Essas menções se dão principalmente como genéricas (88) ou explicitamente fazendo referência ao inglês (116); em uma escala menor, indica-se a influência dos emigrantes nicaraguenses (4).

3.6.1. Referências gerais

Nessas referências, indica-se que a influência de outras línguas no espCR é bastante marcada, principalmente no vocabulário. Há menções frequentes aos termos "palavras estrangeiras", "estrangeirismos" e "barbarismos". A valoração negativa desta característica do espCR é típica nas respostas: *o tico é muito dado a adotar estrangeirismos como sendo próprio em detrimento do nosso idioma / muitos estrangeirismos são incorporados na comunicação cotidiana, o que deforma enormemente o espanhol / são introduzidas palavras de outros idiomas que nos fazem perder o pouco que usamos ou sabemos do nosso idioma.*

Em meio a essas referências, encontramos algumas opiniões neutras: *recebe influências de diferentes diáletos e idiomas que criaram uma grande diversidade de palavras de uso comum, que não pertencem ao espanhol e que de fato, em alguns casos, afetam a nossa idiossincrasia / muda pelas influências do exterior / tem relação e derivações de outras línguas / tem muita influência de outros idiomas, não só do inglês como se pensa / (tem) influências estrangeiras que não podemos omitir porque somos parte de um todo / nosso espanhol se mistura com*

26 Uso do pronome de tratamento "vos" em substituição ao "tú". Fênomeno típico de alguns países da América Central e da América do Sul. [Nota das Tradutoras].

o espanhol de outros lugares de fala hispânica e com o inglês / assumimos a importação de palavras, adoramos misturar palavras de outros idiomas com o espanhol / apesar das influências do exterior, temos essa característica “tica” do nosso idioma.

No entanto, a maioria dos falantes percebe a influência estrangeira como um fator negativo não apenas em relação ao espCR, mas com a cultura costarriquenha em geral: a influência forasteira e outros fatores culturais estão alterando negativamente o idioma / (espCR) vem sendo degradado por uma série de fatores, inclusive costumes importados / nos prejudicou muito a entrada de estrangeiros de fala diferente, que o tico quer imitar / há vocábulos que são muito típicos de um tipo de costarriquenho bombardeado por influências externas / se viu invadido por uma série de termos alheios aos nossos costumes ou ao nosso idioma.

Além disso, as referências muitas vezes enfatizam a influência não só de línguas estrangeiras, mas também diretamente dos falantes dessas línguas ou variantes: nos permitimos ser muito influenciados pelos estrangeiros / há muitos modos de falar ou palavras alheias devido à migração / é adotado o modo de falar de outros países / ultimamente os estrangeiros têm influenciado muito / há muitos estrangeiros e influência da linguagem deles / (muito ruim) devido à grande quantidade de estrangeiros que a distorcem por terem pouca ou nenhuma educação / (ruim) devido à grande quantidade de estrangeiros que há no país / diariamente imitamos os estrangeiros / foi-se perdendo pelos muitos estrangeiros que vivem no país / nos deixamos ser influenciados por outras culturas estrangeiras, bebendo de seus modos de falar, etc.

3.6.2. Anglicismos/influência dos Estados Unidos

A palavra “anglicismo(s)” aparece 50 vezes no corpus, sendo, portanto, o termo linguístico mais citado (após o termo “palavra(s)”) no total das respostas. Porém, nas menções à influência do inglês, esta não se expressa apenas pelo termo “anglicismo”, mas, evidentemente, por uma série de outras denominações: muito aglosaxismo [sic] / muitas palavras em inglês / palavras novas, resultado da combinação dos dois idiomas (espanhol-inglês) / muitos termos anglosaxões são usados / vocabulário de outros países, como dos Estados Unidos, é muito usado.

Algumas das referências à influência do inglês são neutras: nós, ticos, gostamos de falar com anglicismos / é normal ouvir combinações espanhol-inglês / anglicismos (são usados) nos meios de comunicação / permitimos a nós mesmos sermos influenciados pelo inglês, muitas pessoas mudam as palavras do nosso idioma por outras em inglês / é falado de uma forma muito popular às vezes com frases em inglês / (ao nosso idioma) foi incorporado o uso de “gírias” gringas / foi muito incorporado o inglês mal falado, especialmente em locais de lazer, como praias, parece que a pessoa está nos Estados Unidos / influência especialmente dos Estados Unidos, então se fala o “espanglês” / combinações de anglicismos e vulgares

dão como resultado o conhecido pachuquismo / é costume misturar o idioma inglês com o espanhol nas conversas e mesmo quando se escreve cartas / a influência estrangeira pode enriquecer o idioma, mas a “mistura” entre espanhol e inglês poderia ser o início de um novo idioma.

Porém, o caráter explícito da desaprovação quanto ao uso dos anglicismos e da influência norte-americana em geral é muito mais frequente: logo será substituído pelo inglês (tem gente que escreve bem em inglês mas não sabe escrever em espanhol) / falamos com anglicismos e com tuteos²⁷ que não nos são comuns / a adoção de anglicismos, muitos deles “castelhanizados”, é encarregado pelo barbarismo que tem contribuído ainda mais para a deterioração do espanhol / é uma pena que na CR sejam usadas diariamente palavras de origem inglesa / agora introduzem anglicismos que fazem com que se perca o nosso idioma / espero que nos esqueçamos dos anglicismos / a influência do inglês está afetando muito a sua pureza / alienação devido à influência do inglês / não gosto da influência do inglês que é promovida nos meios de comunicação / alienação linguística, quase tudo é em termos em inglês, é notório principalmente em jornais e ouvido no rádio e na televisão / influência desmedida do inglês, o qual em sua simplicidade técnica substituiu termos mais longos e menos usados do espanhol, ou seja, os anglicismos que avançam engolindo com eles o culto e o puro do nosso espanhol.

Apesar do destaque abundante que indica aspectos da influência estrangeira, são poucas as referências que trazem exemplos de anglicismos: por causa dos nossos “ares” de querer parecer “desenvolvidos”, introduzimos muitas palavras do inglês, como ok, CD, coffee maker / carregada de anglicismos ou palavras estrangeiras como “super”, “chiao” [sic], “Miss Costa Rica” / foram modificadas pelos anglicismos, é muito comum dizer “ok” em vez de “está bien” e os barbarismos / influência do inglês, por exemplo, “sandwich” para emparedado²⁸ / muito influenciado pelo inglês, o que é visto em nomes comerciais, nomes de pessoas, filmes, etc. Retirados de outros grupos de referências: há ditos como: no me laik [combinação do espanhol “no me gusta” com “deslike” do inglês], ok, muchos tenkius [combinação do espanhol “muchas gracias” com “thank you” do inglês], buenos mornings [combinação do espanhol “buenos días” com o “good morning” do inglês] / querem pegar palavras de outros idiomas e torná-las espanholas; ex: stiker (sic) por calcomanía²⁹.

Ainda em relação ao anglicismo, é frequente a referência para além do idioma, no domínio da cultura norte-americana: as pessoas imitam muito os gringos / somos copiadores dos EUA / a influência de outras culturas como a norte-americana alterou o nosso espanhol / tem uma

27 Fazer uso do pronome de tratamento “tú”, seja em situação formal ou informal. [Nota das Tradutoras].

28 Equivalente ao “lanche”, em português. [Nota das Tradutoras].

29 Equivalente a “adesivo”, em português. [Nota das Tradutoras].

grande influência forasteira (Estados Unidos) / a influência de outras culturas dominantes como a dos Estados Unidos é sentida / há muita influência gringa pela publicidade / nos permitimos ser influenciados pelos termos em inglês, pela influência que os americanos têm em nossa cultura.

Foi encontrada uma única referência ao anglicismo no sentido oposto à de todas as outras (que acusam a marcante influência do inglês): *quase não tem anglicismos*. A seguinte referência também é positiva: *embora a influência do inglês seja grande, ela permanece bastante nativa*.

3.6.3. Influência de Nicarágua

São poucas as referências explícitas à influência do espanhol por imigrantes nicaraguenses (embora em algumas das referências à influência estrangeira em geral pareça haver uma alusão implícita a este fator, por exemplo: *em certos lugares há um traço importado de outros países vizinhos*): *há também o problema do sotaque nicaraguense / ultimamente copiam expressões dos nicas, que são erradas / por haver tantos nicaraguenses, o espanhol está se transformando e eles falam muito mal / há muita influência do país fronteiriço*.

3.7. Conclusões preliminares

Tendo revisado todos os tipos de referências específicas que aparecem nas respostas, podemos propor os elementos que constituem a representação mental que H faz do espCR de acordo com a sua frequência. A Tabela 2 compara as referências aos aspectos frequentes do espCR em termos numéricos e percentuais:

Tabela 2. Frequência absoluta e percentual dos elementos que conformam a representação mental do espCR

Aspectos específicos por área	Nº	%
VOCABULÁRIO	246	43
EspCR tem um vocabulário particular caracterizado por costa-ricanismos, ditados, pachuquismo, vulgarismo, “chunchismo” e invenção de palavras (especificidade léxica)	116	16
O vocabulário do espCR é péssimo (valoração negativa)	77	10
Outros	53	8
INFLUÊNCIA LINGUÍSTICA ESTRANGEIRA	208	29
EspCR tem muitos anglicismos pela influência dos Estados Unidos	116	16
EspCR tem muito estrangeirismos	88	12
Outros	4	1
VARIAÇÃO DIALETAL	127	18
EspCR varia segundo a região, a classe social e/ou idade das pessoas	102	14
Outros	25	4

PRONÚNCIA	105	14
A pronúncia do espCR é péssima	41	5
A pronúncia do espCR é boa/agradável	18	3
EspCR tem má pronúncia de r/rr/tr	12	1
Outros	34	5
GRAMÁTICA	34	5
EspCR está muito ruim em gramática	15	2
No espCR os verbos são mal conjugados	10	2
Outros	9	1

Observa-se que o vocabulário possui frequência abundante na representação mental sobre o espCR. Na consciência geral da língua, a frequência do vocabulário e, em particular, da noção da palavra, é um fenômeno observado por Niedzielski e Preston (2003, p. 266) em suas próprias pesquisas sobre a linguística popular, nas quais apontam que a “palavra” é o “objecto por excelência da linguística popular”. O vocabulário em geral é seguido em destacada frequência pela influência do inglês e a esta, segue-se a variação por fatores extralinguísticos, principalmente a região, a classe social e a idade. O nível fonético e principalmente o nível morfosintático apresentam baixo destaque em geral. As respostas a seguir exemplificam alguns dos julgamentos prototípicos na representação mental que H faz do espCR (o número de identificação do questionário consta entre parênteses):

Há muitos costaricanismos que o tornam distinto, se o compararmos com os países de fala hispânica; o voseo o distingue e a pronúncia forte do “rr” também; considero que não existem grandes diferenças entre as províncias, o que me chama a atenção é que degenerou o espanhol tico em “pachuco”. Este ficou tão popular que já é utilizado por grande parte da nossa população, principalmente jovens e crianças, e considero de mau gosto usá-lo em comerciais e programas de televisão (5117).

Onde quer que se fale, é sempre em espanhol, apenas com algumas modificações que dependem da cultura e dos costumes de cada região, mas, ao mesmo tempo, acredito que cada vez mais estamos assassinando o nosso idioma com anglicismos inúteis que não o favorecem em nada. (802).

Tem uma boa pronúncia, respeitamos a maioria das regras do idioma, mas falhamos indiscutivelmente no número de palavras utilizadas e no tipo de léxico, usamos muitos anglicismos e palavras não aceitas (1101).

*É falado um espanhol aceitável com sotaque suave e pontual, porém há palavras bem típicas de um tipo de costarriquenho bombardeado por influências externas; no estrato de 20 a 30 anos, predomina um *despanhol* “pachuco” (7116).*

4. Modelos culturais sobre espCR

4.1. Preliminares

Na seção anterior, analisei as respostas de acordo com os elementos proeminentes ou frequentes da língua, tendo em vista dar uma ideia da representação mental que os falantes (H) fazem dela. Nessa análise, verificou-se que H tende a manifestar-se principalmente em relação ao vocabulário e, em segundo lugar, sobre a influência linguística estrangeira. Nesta seção, são retomadas as respostas, agora em seu caráter discursivo global, e busca-se determinar o modelo cultural no qual cada resposta se insere.

No início da pesquisa, minha intenção era descobrir qual era o modelo cultural que se refletia nas opiniões dos falantes. Porém, à medida que avancei nas análises, percebi que não era possível falar de um único modelo, mas que os falantes refletiam claramente diversas posições, pelas quais percebi que, ao comentar sobre sua língua, utilizavam esquemas ou modelos diversos e, em algumas respostas, esses esquemas apareciam combinados ou justapostos. Ao final da análise, percebeu-se que poderíamos falar de quatro posições claramente identificáveis, que aqui proponho como modelos culturais aos quais os falantes recorrem quando são questionados em relação à sua opinião sobre sua própria língua.

Na maioria dos casos, a resposta reflete claramente um dos quatro modelos; entretanto, em 22% (130 respostas) encontramos a sobreposição ou justaposição de dois deles. É provável que a combinação de mais de dois modelos pudesse inclusive ter sido determinada em alguns casos, mas essa opção não foi investigada. Elegi, assim, o reconhecimento do modelo puro e a combinação de dois dos modelos, somente.

Antes de observarmos as reações de H classificadas de acordo com os modelos culturais que elas refletem, é necessário mencionarmos o tipo de proposição às quais as respostas fazem referência. Já foi discutido na seção 2.2 que uma teoria popular é uma explicação baseada em um corpo de proposições às quais H atribui valor de verdade. Convém, portanto, estabelecer o tipo de proposição à qual estamos nos referindo, para, na sequência, definir os modelos culturais propostos como conjuntos de proposições explicativas sobre o objeto em questão.

De acordo com Richard (1997, p. 197), as atitudes proposicionais podem ser definidas em termos muito amplos como relações, tais como, crença, desejo, conhecimento, compreensão, suposição, etc., entre a mente e as proposições. Mais especificamente, tais atitudes podem ser identificadas com estados mentais que normalmente possuem condições de verdade, na medida em que envolvem uma representação de tal relação. Os estados mentais, como as atitudes proposicionais, distinguem-se dos estados perceptivos como 'ver', 'ouvir', etc.

As atitudes proposicionais são relações binárias entre indivíduos e proposições, que se manifestam na seleção de verbos de atitude, como 'acreditar', 'dizer', etc. No caso das opiniões coletadas neste estudo, os verbos de atitude mais frequentes são: 'opinar' (explícito na questão do questionário), 'pensar', 'considerar', 'acreditar' ou expressões de ponto de vista (também chamadas "quadros de perspectiva" em Gutiérrez Ordóñez, 2000), tais como, 'em minha opinião', 'para mim', etc.; a função de sujeito da proposição é do espCR. Desta forma, as opiniões de H são atitudes proposicionais que podem ser esquematizadas da seguinte forma:

H v (opina, etc.) que p (espCRSUJ é + atributo)

Em síntese, as atitudes proposicionais, que são coletadas neste estudo, podem ser caracterizadas como relações complexas entre o indivíduo (H), uma representação (espCR) e um conteúdo representacional que é constituído por uma proposição (p).

Na codificação das respostas na base de dados, foi omitida a primeira parte do esquema (*acho que, na minha opinião, para mim, considero que, penso que, parece-me que, etc.*) e apenas a opinião em si foi conservada, isto é, p, desde que a omissão não distorcesse a resposta.

Observamos na seção 2.4 que as opiniões podem ser analisadas segundo as operações discursivas que H realiza ao emitir opiniões, como uma valoração (V) ou uma descrição (D) seguida de uma explicação. Essa tendência de justificar ou tornar explícitas as causas de V/D é o que nos permite falar de uma teoria popular: uma explicação do fenômeno que é descrito ou é valorado. Dos 600 questionários, 401 oferecem uma explicação que aparece explicitamente relacionada a V/D por meio de conectores causais, tais como, "porque", "já que", "devido a", "pois" ou simplesmente justaposto.

Essa elaboração discursiva, em que H opina que o espCR é X porque Y, é a base sobre a qual mais adiante delinearemos os modelos culturais refletidos nas respostas. Para tanto, interessamos destacar que a proposição p (espCR é + atributo) aparece, geralmente, complementada por um número variável de proposições relacionadas à proposição atributiva por meio de conectores causais. Veremos também que a proposição básica pode ser adversamente relacionada a uma série de proposições por meio da conjunção "mas" ou equivalentes. Sendo assim, ao definir os modelos como um conjunto de proposições, teremos uma proposição atributiva básica, espCR é + atributo, relacionada, causal ou adversamente, a uma série de proposições:

espCR é + atributo (PORQUE q) / (MAS q)

Na próxima seção, apresentamos a descrição dos modelos com seus respectivos exemplos e sua caracterização como conjuntos organizados de proposições. Como modelos culturais que são, baseiam-se em conjuntos de conceitos prototípicos. Para cada um deles, devemos inferir o conjunto de proposições prototípicas que definem cada modelo da lista de opiniões

expressas por H. A frequência com que certos fatores explicativos são convocados é o que nos permite configurar o modelo.

4.2. Descrição dos quatro modelos culturais

4.2.1. M1: O modelo sociolinguístico: a variação ou diversidade como normal

Vejam a seguinte descrição do espCR:

É um dos resultados do idioma castelhano, adaptada ao nosso meio; nosso espanhol é muito nosso; não só contém palavras originárias da Espanha ou das regiões de onde era falado, mas também palavras nativas que são muito nossas; o jeito como se fala na CR é o resultado da transformação e adaptação ao nosso meio (4502).

Desta descrição, entende-se uma visão não avaliativa do espCR, pela qual a variedade linguística é concebida como resultado, o que implica sua evolução normal; como *muito nosso*, o que sugere sua particularidade em relação a outras variantes linguísticas; é feita referência ao vocabulário, que como vimos, é normal na representação mental que H faz de espCR; o falante reconhece que o vocabulário de uma língua tem um componente geral, comum a todas as suas variantes, e um vocabulário nativo. Finalmente, a descrição termina com uma conclusão genérica, aplicável a qualquer variante, enfatizando o fato de que uma variante linguística é o resultado de *transformação e adaptação*.

Este primeiro modelo, que chamo de “modelo sociolinguístico”, tem como premissa a variação ou diversidade como algo normal e típico de uma variante linguística. EspCR é visto como mais uma forma de espanhol, com suas características particulares, e nenhuma avaliação sobre o fato é oferecida. Eu o chamo de sociolinguística porque coincide com a posição do sistema especialista, pelo qual a variante linguística em estudo não é avaliada positiva ou negativamente, apenas são descritas as suas características.

Este modelo se reflete em 163 respostas (27% dos entrevistados). Em 119, ele aparece como um modelo puro (e, portanto, nenhuma avaliação é refletida nas respostas). Nos 44 casos restantes, é combinado com algum outro modelo, do qual emerge a avaliação do falante.

A seguir estão exemplos de M1 em sua forma pura:

O espanhol da CR é esse jeito particular que nós, os costarriquenhos, temos de nos comunicar, é a expressão dos nossos sentimentos, do nosso cotidiano vivido, reflete o ser costarriquenho real; cada povo tem sua forma de expressar seus sentimentos e pensamentos a respeito das experiências que o cercam (4605).

É falado um espanhol muito “a lo tico”, muito popular, que vem dos nossos antepassados e com as mudanças que as novas gerações fizeram (4816).

A CR tem zonas culturais muito diferentes, diferentes modos de vida levam a diferentes formas de expressão; as pessoas de Naranjo e San Ramón “falam” diferente das pessoas de Guadalupe, que falam diferente das de Heredia, e isso apenas no Vale Central, sem falar em áreas como Guanacaste e Limón, e sem levar em consideração a diversidade de dialetos; mas, ao meu entender, nós ticos, principalmente do Vale Central, notamos pouco as diferenças e também acreditamos que falamos de forma “preciosa”: não comemos os “s” como os nicas e quase todos os demais centro e sul-americanos. Somos tão etnocêntricos com os outros países da América Central que nossa maneira de falar nos parece ser a melhor de todas, a mais fina, a mais sofisticada (3706).

Em resumo, M1 sustenta sua descrição na premissa de que a variação ou diversidade é normal e típico de uma variante linguística. O corpo de proposições que configura este modelo é o seguinte:

- EspCR é uma forma particular do espanhol, com características próprias;
- espCR nos identifica;
- como qualquer outra variante linguística, é variável;
- como todas as variantes linguísticas, muda e evolui;
- é apropriado/funcional;
- tem seu próprio vocabulário;
- é influenciado por outras línguas.

4.2.2. M2: a lealdade crítica: é bom, mas...

Observemos agora a seguinte resposta:

O espanhol em si é bom, mas há muitas pessoas (me incluo) que não o empregam corretamente; temos muitos costa-ricanismos que fazem parte de nós, mas temos muitas palavras que qualifico como indecentes e que deveríamos eliminar (3304).

Esta opinião é parte de uma avaliação positiva do espCR: é bom, seguido por um comentário adverso introduzido pelo *mas*. Nesta resposta, a conjunção adversativa *mas* introduz o defeito que H atribui ao espCR, neste caso de caráter geral: o seu uso é incorreto. Na segunda parte de seu comentário, H relativiza sua visão crítica, iniciando com um elemento positivo: *costa-ricanismos que fazem parte de nós*, para voltar a confrontá-lo com o negativo: *palavras indecentes*. Neste

caso, também vemos que o julgamento geral é complementado pela referência específica ao vocabulário.

Eu chamo esse segundo modelo de “modelo crítico de lealdade”. Sua premissa é que o espCR é basicamente uma variante “boa”, mas com alguns ou muitos defeitos. Chamo isso de lealdade crítica porque parte de uma avaliação positiva que reflete um certo grau de lealdade, mas essa lealdade recebe nuances de uma visão crítica segundo a qual nosso espanhol não é o que deveria ser ou que deve ser, em certo sentido, “melhorado”. Neste modelo, também foi incluído o tipo de reação que avalia o espCR como “regular”, com a consequente indicação de virtudes e/ou defeitos. Este modelo é refletido em 158 das respostas (26%): em 110 como um modelo puro e, nos 48 casos restantes, combinado com algum outro modelo.

A seguir estão exemplos de M2 em seu modo puro:

É falado um espanhol bom, mas algumas pessoas decidiram degenerá-lo tanto na escrita quanto na pronúncia; a fala tem sido afetada de forma mais perceptível, haja vista uma influência negativa notada nos meios de rádio e TV, onde figura muito o sotaque popular baixo (típico dos pachucos), vulgar; além disso, nota-se uma deterioração na escrita e ortografia básicas porque as pessoas quase não leem livros, jornais, revistas, etc. (3606).

Não é o mais adequado, mas é melhor do que o de outros países; na CR falam-se muitas palavras tiradas de outros idiomas, às vezes me parecem corretas porque estou acostumado a ouvi-las (3107).

Em termos gerais fala-se bem, porém ocorrem vários fenômenos: o costarricanismo se mantém em uma geração de origem camponesa, mesmo vivendo na cidade, há uma grande influência de outros idiomas e de outros países devido aos efeitos da abertura que vive o país, por conta do turismo e dos imigrantes em nosso território; os meios de comunicação também influenciam a deterioração do nosso idioma (2103).

Regular, com seus costarriquenismos e folclore urbano (6711).

Em resumo, M2 é um modelo avaliativo cuja premissa é que o espCR é uma variante linguística basicamente “boa” que, no entanto, tem alguns ou muitos defeitos. O corpo de proposições explicativas que compõe este modelo é o seguinte:

- a influência externa é excessiva (influência negativa dos EUA, do inglês em particular, e dos imigrantes);
- é influenciado pelos meios de comunicação;

- a qualidade da educação é desigual;
- foi vulgarizado;
- existem muitas disparidades nos fatores sociais;
- o localismo o determina;
- diverge da norma da Real Academia Espanhola;
- os jovens o modificam;
- tem problemas específicos de pronúncia;
- tem problemas específicos de vocabulário;
- tem problemas de clareza na comunicação;
- apresenta uma combinação dos problemas anteriores.

4.2.3. M3: A nostalgia pelo bem perdido: desaprovação absoluta

A resposta a seguir é um exemplo típico do terceiro modelo:

Idiomáticamente, somos un país perezoso, sin espíritu exploratorio en el uso del español; no es sólo culpa de que importamos para nuestra lengua, es que no valorizamos la virtud de tener una lengua materna considerada por los lingüistas como una de las más bellas y puras, o que no interesa mucho a nosotros, costarricenses, que preferimos cargar nuestro idioma con pachuquismos, modismos, anglicismos para una comunicación simple y esquálida (2101).

A avaliação negativa do espCR, nesta resposta, aponta inicialmente para os falantes: o país como um todo é *idiomáticamente perezoso*, o que H quer enfatizar é o desinteresse dos costarricenses por sua língua. Mais uma vez, o problema centra-se no vocabulário, carregado de *pachuquismos, modismos e anglicismos*. Apela-se à autoridade do sistema especialista (*lingüistas*) para contrastar o que se entende como o “verdadeiro” espanhol (*lengua bela e pura*) com o espCR, uma variedade comunicativa *simple e esquálida*.

Este modelo, que chamo de “modelo da nostalgia do bem perdido”, implica a concepção de um estado anterior da língua no qual as coisas eram definitivamente melhores. É um modelo avaliativo cuja premissa é sustentada na noção de que o espCR é uma variante do “verdadeiro espanhol”, concebido como um estado de língua ideal/pura/perfeita. Nossa variante é descrita como: *deformada, desvirtuada, contaminada, desprestigiada, degenerada, deteriorada, alienada, etc.* A avaliação negativa neste modelo é absoluta e é o modelo majoritário, o qual se reflete em 222 respostas (37%): em 202 aparece como um modelo puro e em 20 é combinado com algum outro modelo.

A seguir estão exemplos de M3 em seu modo puro:

Não sabemos falar bem; é uma mistura entre o espanhol e o vulgarismo, ou seja, uma zombaria à língua espanhola (3920).

É muito mal falado pois nós, ticos, omitimos muitas letras por preguiça às vezes; comete-se muita falha na pronúncia, escrita e leitura (1510).

É falado de maneira muito popular e limitado; o espanhol é um idioma muito extenso e rico, mas nós, costarriquenhos, não o conhecemos totalmente e, por isso, não o falamos corretamente (3917).

Muito mal falado, porque se inventam palavras que não estão na Real Academia Espanhola; os estrangeiros estranham a nossa linguagem (3911).

Nosso idioma está contaminado com anglicismo; o anglicismo nos invade há muito tempo, então, atualmente, não falamos o verdadeiro espanhol em si; e também encontramos um idioma degenerado pela prática de frases rápidas (3905).

Em suma, o M3 parte da premissa de que o espCR é uma variedade degenerada da língua espanhola, a qual é concebida como um estado de língua ideal/puro/perfeito. O corpo de proposições que configura este modelo é o seguinte:

O EspCR é uma variedade linguística péssima porque:

- tem graves problemas de vocabulário: os pachuquismos e/ou os estrangeiros (particularmente, os anglicismos) o degeneraram;
- tem problemas com o significado das palavras e seu uso correto;
- o vocabulário é escasso;
- a pronúncia é muito ruim;
- a educação não foi capaz de resolver o problema do idioma;
- os jovens o estão degenerando;
- os meios de comunicação exercem uma influência negativa;
- tem um problema de atitude nas pessoas;
- tem problemas de gramática;
- apresenta todos ou uma combinação dos problemas anteriores.

4.2.4. M4: a lealdade incondicional: aprovação absoluta e comparada

Finalmente, observemos a seguinte resposta:

Ele é o melhor espanhol da América Central; é falado com clareza, sem sotaque nas frases; o espanhol é claro e fácil de entender para os falantes hispânicos (2403).

Neste caso, observamos a aprovação comparada com a América Central. Os elementos com os quais H justifica sua avaliação positiva são serem *claros, fáceis de entender e sem sotaque*. Este modelo, que chamo de “lealdade incondicional”, parte da premissa de que o espCR é uma variante absolutamente boa ou comparativamente boa e sem indicações de defeitos, refletindo um grau de lealdade total ao espCR. Este modelo inclui o tipo de avaliação positiva em que o espCR é comparado com os espanhóis de outros países, geralmente da América Central, mas ocasionalmente também da América Latina. Este modelo é refletido apenas em 57 registros (9,5%) como um modelo puro (39) ou um modelo combinado (18).

A seguir estão exemplos de M4 em seu modo puro:

O espanhol de CR é o que mais gosto; tem excelentes “ditos”, sotaque agradável e não usamos “tú”, ponto positivo; deixamos o “arcaísmo” na Espanha, graças a Deus (3502).

Muito melhor do que no resto dos países da América Central (3433).

Em geral, o costarriquenho fala e articula muito bem, em comparação com os demais países latino-americanos; CR e Colômbia são os países onde é melhor pronunciado (2.803).

É um dos mais puros que se fala na América Latina; é um dos mais parecidos ao da Espanha (406).

É um espanhol muito bom; tem suas próprias coisas, como o vos, o léxico particular aplicado aos elementos da Costa Rica e o sotaque (4603).

Em resumo, M4 é um modelo avaliativo cuja premissa é que o espCR é uma excelente variante linguística. A lealdade demonstrada neste modelo pode ser absoluta ou comparativa, no sentido de que se manifesta em comparação com os espanhóis de outros países, geralmente da América Central (AC), mas ocasionalmente também da América Latina (AL).

O corpo de proposições que configura este modelo é o seguinte:

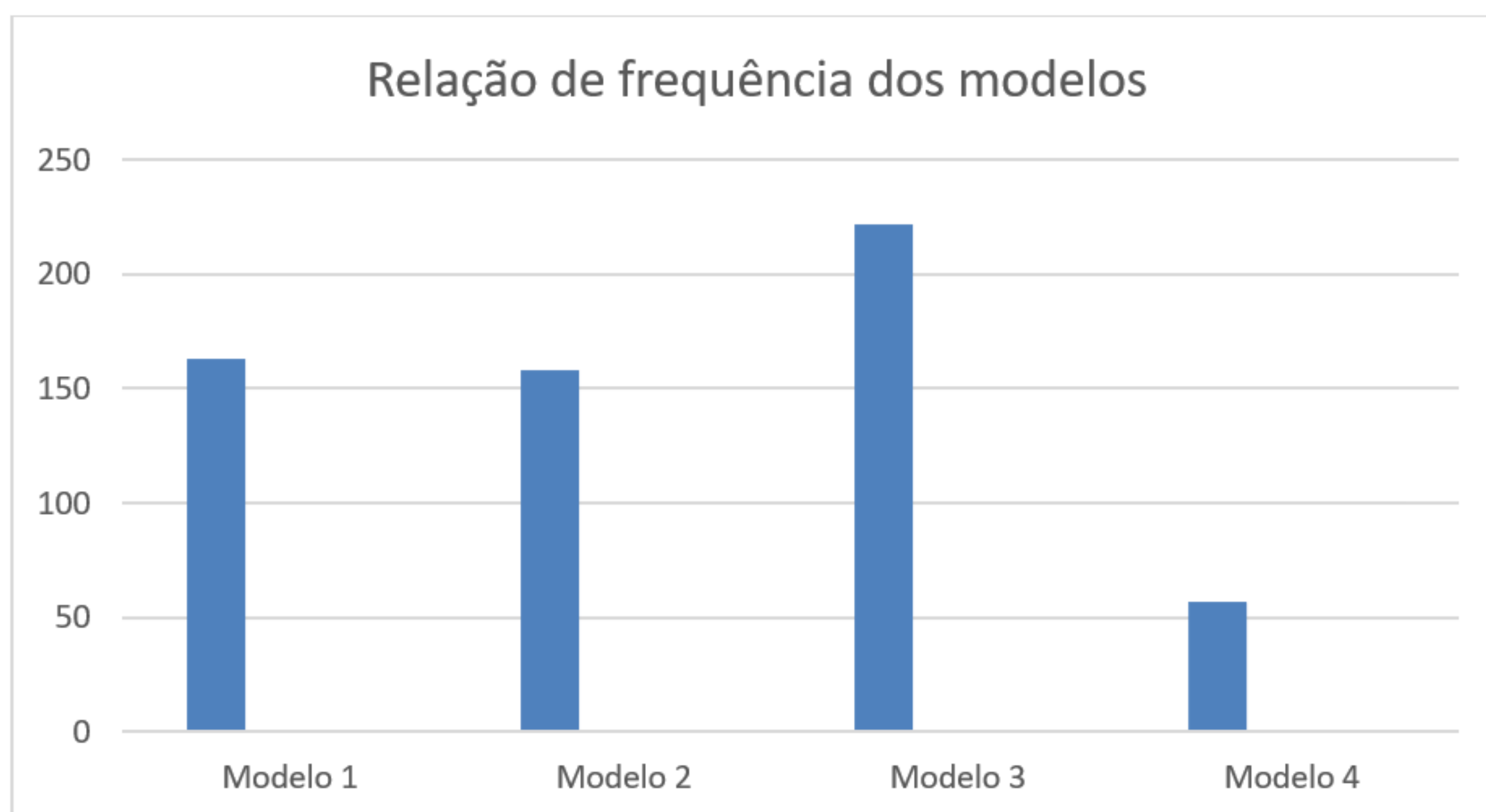
EspCR é (muito) bom / o melhor de (AC, AL) porque:

- nos expressamos com clareza e com boa dicção;
- temos um nível muito bom de alfabetização/sistema educacional;
- não temos sotaque;
- não copiamos estrangeiros;
- espCR é rico/elaborado/adequado;
- espCR tem sua própria idiossincrasia;
- espCR é homogêneo.

4.3. Relação de frequência dos modelos

No Gráfico 1, são comparadas as frequências de cada modelo no total dos 600 questionários:

Gráfico 1. Frequência absoluta dos quatro modelos



4.4. Combinação dos modelos

Todas as combinações possíveis encontram exemplificação no *corpus*, a despeito do fato de que a combinação de certos modelos pode ser abertamente contraditória, o que ilustra um aspecto da teoria popular, conforme discutido na seção 2.2. A tabela a seguir mostra a frequência das doze combinações possíveis (todos os exemplos de combinações estão incluídos em Jara Murillo, 2006):

Tabela 3. Frequência de combinação dos modelos

Modelo (total)	M1(163)	M2(158)	M3(222)	M4(57)
Puro	119	110	202	39
Com M1	-	24	14	9
Com M2	15	-	3	8
Com M3	20	7	-	1
Com M4	9	17	3	-

4.5. Conclusões preliminares

Os quatro modelos culturais propostos podem estar localizados em um *continuum* de atitudes conscientes, como correspondente ao objeto de estudo da linguística popular, que se relacionam em um macromodelo onde encontramos, em um extremo, a atitude neutra e não avaliativa (M1), no centro a atitude crítica, mas moderada (M2) e no extremo oposto as reações atitudinais mais pronunciadas, seja no sentido negativo (M3) seja no sentido positivo (M4).

Em todos os modelos encontramos a tendência de perceber o espCR como um objeto que varia e, nesse sentido, há duas direções possíveis. No M1, o modelo não avaliativo, há a noção de que o espCR é variável de acordo com fatores extralinguísticos; em sua tendência descritivista, assemelha-se ao modelo especialista. Nos modelos avaliativos dá-se a noção de que espCR é uma degeneração de um objeto ideal, melhor ou anteriormente perfeito; em seu viés prescritivista, esses modelos se assemelham à gramática normativa tradicional.

O modelo de lealdade crítica (M2) apresenta uma diferença de grau com o modelo de avaliação negativa (M3). No M2 nem tudo está perdido: os problemas do espCR estão focalizados em uma determinada área, geração ou aspecto da linguagem, ou seja, o espCR não é tão ruim quanto poderia ser, ou pode ser recuperado. É natural que, na combinação dos modelos, o modelo não avaliativo (M1) e a lealdade crítica (M2) sejam os que se apresentam maior frequência em combinação. Este falante está dividido entre a atitude não avaliativa, que reconhece a variante linguística como normal, e uma certa lealdade “responsável”, isto é: algo de ruim deve estar acontecendo com espCR e devo dizê-lo. Aparentemente, a grande diferença com o M3 é que, neste modelo, as avaliações são sempre desfavoráveis, enquanto no M2 encontramos tanto avaliações favoráveis como desfavoráveis, já que H muitas vezes tenta estabelecer o bom e o mau do espCR. Por exemplo, pode apontar as virtudes da pronúncia *versus* os defeitos do vocabulário.

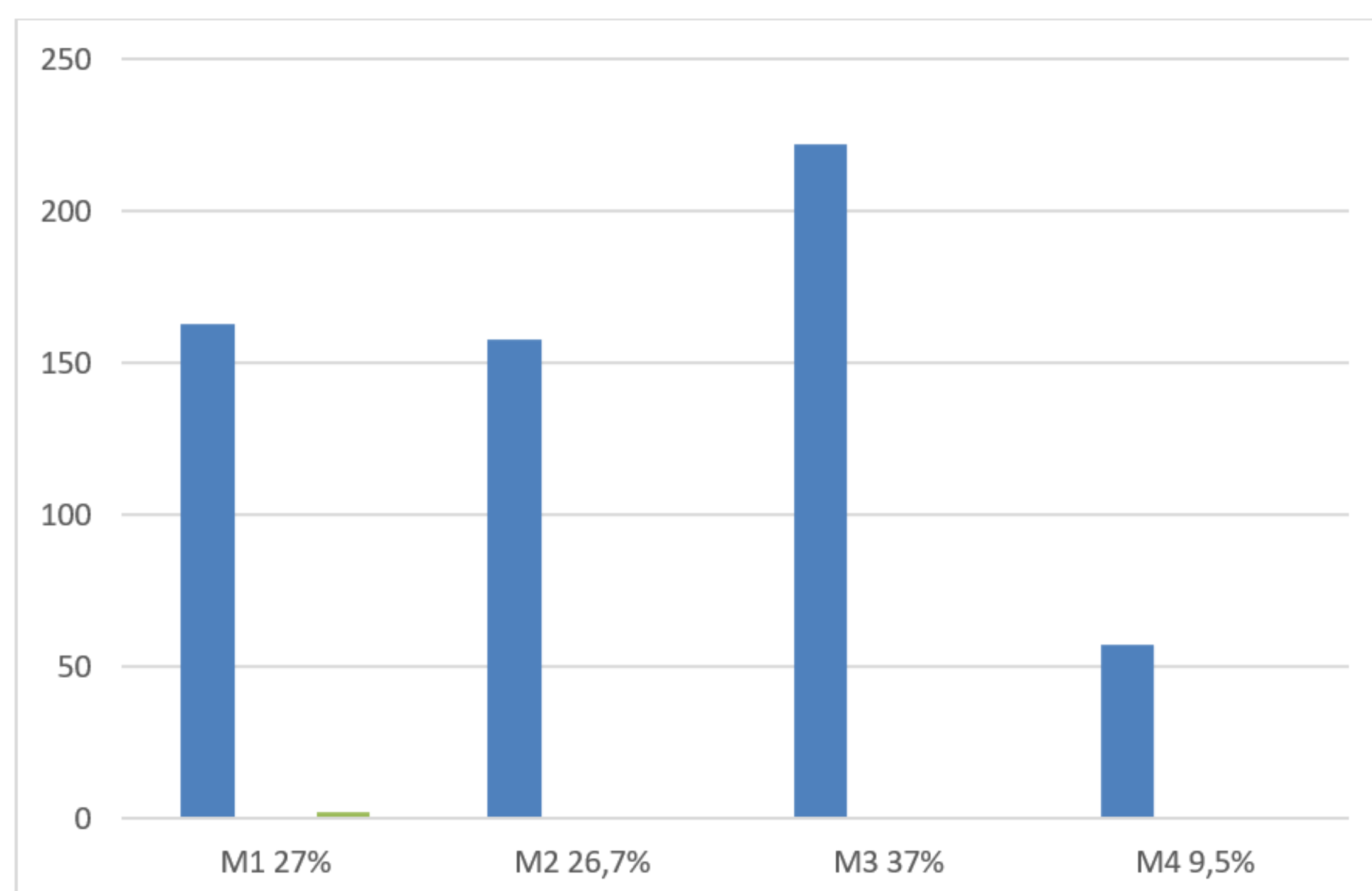
Quanto à possibilidade de combinar modelos, tínhamos mencionado que os modelos culturais ganham força porque são identificados com o saber especializado e a sabedoria

cultural do grupo em geral. Diferentes sistemas explicativos especializados podem coexistir, e inclusive, sistemas contraditórios, mas igualmente razoáveis. A combinação de modelos permite ver claramente como H tenta combinar modelos de especialistas aos quais atribui autoridade na língua espanhola. Em primeiro lugar, a Real Academia Espanhola, em segundo, colunistas da imprensa nacional e, em algumas ocasiões, científicos ou da linguística profissional. A fonte especializada essencial que H reconhece é a da gramática tradicional normativa, que postula um ideal de língua pura e invariável ao qual os falantes devem aspirar.

Por outro lado, H reconhece um sistema especialista que postula a variabilidade da língua como normal. Esse reconhecimento não é fruto do contato com a linguística científica, mas é baseado na sabedoria popular e no bom senso. Situações deste tipo mostram que os modelos culturais não funcionam necessariamente como ontologias coerentes, como foi apontado, mas sim como conjuntos de esquematizações culturalmente compartilhadas, que são formuladas ou invocadas para realizar tarefas cognitivas particulares, o que explica a coexistência de modelos culturais, em conflito ou em harmonia, nas reações de H que mostram modelos combinados.

Em termos quantitativos, podemos observar que enquanto os modelos M1 e M2 compartilham uma proporção semelhante de respostas, de aproximadamente um quarto cada, entre os dois modelos extremos, M3 e M4, a diferença é abismal, como pode ser visto no Gráfico 2 a seguir, que mostra a relação de frequência já apresentada, porém agora com as respectivas percentagens:

Gráfico 2. Frequência porcentual dos quatro modelos



Isso significa que o modelo cultural M3, com uma atitude negativa máxima em relação à própria variante linguística, está profundamente enraizado na consciência coletiva e vale a

pena perguntar por que isso acontece. Por um lado, a resposta pode ser que “de fato, o espCR é um objeto ruim”, mas vimos que a linguística científica não admite tais julgamentos de valor e, portanto, esta explicação é inadmissível do ponto de vista científico. A outra explicação possível é que os falantes estão refletindo um modelo cultural de grande força diretiva e, conforme explicado pela antropologia cognitiva, é imposto pela elite do poder.

Lembremos que a força diretiva dos modelos culturais está associada à sua força ideológica e ao seu uso como instrumento no estabelecimento da hegemonia ideológica. O discurso político da “pureza do idioma”, em que o conceito de idioma é fetichizado como objeto correto, perfeito e invariável e que a ideologia dominante impõe à comunidade linguística, reflete-se no modelo cultural mais frequente, o M3. Nesse modelo, o falante comum percebe nostalgicamente o objeto “espanhol” como um bem perdido que se tornou o “espCR”, ou seja, um objeto cheio de defeitos, dos quais os mais acentuados são: o anglicismo (perda de pureza) e o pachuquismo (proletarização/vulgarização). O modelo está embutido na cognição popular e funciona como um mecanismo autorrepressivo com o qual as pessoas se punem, culpando-se por “falar mal”.

Finalmente, dentro de H (a comunidade falante do espCR) este modelo autorrepressivo, que se manifesta em M3, coexiste (em conflito ou harmonia, uma vez que ambas as possibilidades são intrínsecas aos modelos culturais) com um “submodelo” de M4 (o da “lealdade comparativa”) que a mesma elite no poder promove, com maior força diretiva que o modelo do bem perdido, por ser mais geral e mais imediato à comunidade: o modelo da superioridade da CR em relação à América Central. Isso implica que, no que diz respeito à América Central, o espCR é o melhor, como mostra esta reação que combina os modelos M3 e M4:

Falamos muito mal porque ainda não sabemos como usá-lo adequadamente; não é usado como é usado na Espanha, bem usado. Apesar de tudo, porém, a CR é um dos países onde se fala melhor o espanhol porque, em comparação com a Nicarágua, falamos melhor (4908).

5. Mas... o que os centroamericanos opinam sobre espCR?

Em todo o *corpus*, há comparações recorrentes do espCR com o espanhol falado em outros países, particularmente na Nicarágua, embora, como vimos, essas referências sejam frequentemente alusões veladas. A referência à América Central também é constante e, em menor medida, as referências comparativas são feitas ao espanhol latino-americano. Vimos que essa comparação é uma parte intrínseca do modelo M4: lealdade incondicional, mas também aparece no M1, um modelo sociolinguístico, e nos esquemas de combinação de modelos. Exemplos dessas referências comparativas são os seguintes:

M1: [...] me parece que nós, ticos, principalmente do Vale Central, percebemos poucas diferenças e também acreditamos que falamos de forma “preciosos”: não comemos os “s” como os nicaraguenses e quase todos os outros da América Central e do Sul. Somos tão etnocêntricos em relação aos demais países da América Central, que nossa maneira de falar nos parece ser a melhor de todas, a mais fina, a mais sofisticada (3706).

M4: É o melhor espanhol da América Central. É falado com clareza, sem sotaque nas frases. O espanhol é claro e fácil de entender para os falantes de língua hispânica (2403).

Muito melhor do que no resto dos países da América Central (3433).

Referências relativas aos níveis linguísticos ou sociolinguísticos: [...] não tem um sotaque característico como no resto da América Central / há uma grande distinção em termos de pronúncia e entonação de palavras, o que o distingue de outros países da América Central / diferente de outros países da América Central / Acontece como em todos os países, que têm seus ditos ao nacional / diferente do espanhol do resto dos países / em comparação com a América Central é um dos mais polidos em termos de vocabulário, porém o vocabulário ainda é pobre, muito pobre.

As referências à Nicarágua, embora escassas, caracterizam-se pela avaliação negativa da influência que o discurso dos imigrantes pode exercer sobre o espCR: Em alguns lugares tem vestígios importados de outros países vizinhos / tem também o problema do sotaque nicaraguense / ultimamente copiam expressões nicaraguenses que estão erradas / porque são tantos nicaraguenses, o espanhol está mudando e falam muito mal / há muita influência do país fronteiriço.

No entanto, os 18 questionários respondidos pelos centro-americanos residentes na Costa Rica (11 nicaraguenses e 7 guatemaltecos) também aderem a um dos modelos propostos. As respostas fornecem elementos interessantes que podem ser aprofundados por meio de pesquisas sobre linguística popular que abrangem os países da América Central.

5.1. Nicarágua

A resposta a seguir reflete claramente o M1, ou seja, em nenhum momento se manifestam julgamentos avaliativos com relação à fala da Costa Rica ou com respeito à fala da Nicarágua; por outro lado, é oferecido um inventário pequeno, mas rico, de diferenças dialetais, todas no nível lexical.

Considero que o espanhol é uma língua muito rica e devemos cuidar dele para transmiti-lo o mais fielmente possível às gerações futuras. Por ser nicaraguense e, embora tenha vivido na

Costa Rica por 20 anos, continuo tendo interferências entre as duas culturas, principalmente no nível da comunicação. Claro, superei a barreira da “língua costarriquenha”, mas sempre aprendo algo novo. É interessante notar como o significado do léxico varia de um país para outro em nossa própria América Central. Por exemplo, em casa continuo a falar “a lo nica”, isto é, uso o vocabulário que aprendi em casa e não o que aprendi na universidade.

Digo, por exemplo, “passa a toalha” (para secar depois do banho) e não o pano e quando uma das roupas não combina com a cor eu falo “isso não sai”. Também compartilho com frequência vezes com outras pessoas guatemaltecas, salvadorenhas e chilenas, e posso ver a incompreensão cultural que às vezes prevalece entre nós. Uma mulher guatemalteca me disse que ficou chocada com o fato de, na Costa Rica, haver tantos “huecos” [buracos] nas ruas, já que na Guatemala “huecos” significa homossexual, eles dizem “hoyos” [poços]. Também é curioso notar que neste país existem inúmeras palavras escritas com “che”, especialmente em alimentos.

Por exemplo, na Nicarágua, você não pode dizer a alguém “no jodás” [não fudas], porque é agressivo e ofensivo, o “no jodás” torna-se “no fregués” ou “no molesés”.

O uso de “vos”, voseo, é generalizado entre todos os jovens e ensina-se a dizer “usted” às pessoas que estão acima de qualquer hierarquia: pai, mãe, professor, chefe, idoso, etc., mas entre amigos sempre falam de “vos”, mesmo com pessoas que acabaram de conhecer, na Costa Rica muitos jovens ainda se tratam de “usted”.

Além disso, na minha casa às vezes adotamos palavras que são usadas aqui, mas que em geral não fazem parte do nosso vocabulário, por exemplo: às vezes dizemos “eu estava angustiado” e acrescentamos “como dizem aqui”, pois, na Nicarágua, nós diria “Eu estava aflito” e o “fijate vos” [preste atenção] é mais como “figurate vos”.

Entre amigos diz-se “salir a chingar o salir a joder” [sair para dançar/sair para divertir-se], na Nicarágua se fala “ir a bacanalear o ir de bacanal” e o famoso “pelón” (festa) é o “bacanal”. Isso também acontece com expressões que mudam de forma, como: “tocar la puerta” na Nicarágua é “golpear la puerta” [bater na porta]; outro exemplo: dizer “¿qué ropa te vás a poner?” [que roupa você vai vestir?] na Nicarágua eu diria “¿qué te vás a encanchar?” e isso todo mundo entende. O “dinheiro” chama-se “riales” ou “billetes”, o namorado ou namorada chama-se “el jaño(a)”.

Acredito que na Nicarágua as pessoas usem menos palavras em inglês do que aqui na Costa Rica, mas “brother” é muito comum para dizer “mae”, também se diz “brotherazo”.

E não posso deixar de citar o famoso “jodido ou jodida” que quer dizer o que aqui é “condenado”.

Para terminar, conto uma anedota para demonstrar um ex. de desentendimento cultural: Minha mãe ia ser operada na Clínica Católica, quando ia para a sala de cirurgia a enfermeira perguntou se ela usava “plancha” (dentadura). Minha mãe disse que sim (pensando em ferro de passar

roupa [em espanhol: plancha]) e a enfermeira mandou ela deixar na gaveta da mesa, e minha mãe disse “mas se eu não trouxe”. Na Nicarágua é chamado de “chapa”.

“Pendejo” é um palavrão que não dá para falar, é como dizer “HP” [hijo de puta] e aqui ele fica meio medroso ou covarde.

E mesmo o homossexual é chamado de “cochón”, mas também uma pessoa covarde ou medrosa.

“Hizo un berrinche” aqui significa fazer uma birra, na Nicarágua significa “urinar”, “el berrinche” é a urina (8401).

Existem vários aspectos interessantes. Em relação aos modelos culturais, encontramos a combinação de M1 e M3, isso se reflete na primeira frase do segundo parágrafo, em que os “vícios linguísticos” do espCR são apontados. Esta pessoa, embora se declare nascida na Nicarágua, aderiu à comunidade linguística da Costa Rica, mediante o uso de expressões como “dizemos”, “no nosso país dizemos”, “se queremos dizer ...”, etc. Por outro lado, recorre-se a um sistema de autoridade baseado na norma castelhana, que vemos na sinalização do seseo, geral em toda a América Latina, e do yeísmo, geral em toda a esfera centro-americana. O falante se esforça para apontar aspectos de todos os níveis da língua, começando pela fonética, passando pela sintática e pelo léxico.

Na Costa Rica, o espanhol não é homogêneo. Isso porque existem diferenças socioculturais, geográficas e estilísticas. No nível fonético, descobrimos que a pronúncia de c, s e z -seseo- não difere. Por exemplo, casa e caza [caça] são pronunciadas da mesma forma. Também temos o yeísmo - o mesmo pronunciamento de y e ll-. Um exemplo seria cayó e callo. Outra diferença fonética é que r é pronunciado com maior intensidade quando está no meio de uma palavra do que quando está no início. Como exemplo temos Rosa e Enrique.

No nível sintático, também podemos encontrar vícios linguísticos. Por exemplo, em vez de dizer: “temas por tratar” –o correto-, dizemos “temas a tratar”. Há também o dequeísmo que consiste no uso desnecessário da preposição de. Em vez de dizer: “siente que no lo quieren” [sente que não o amam], no nosso país dizemos - incorretamente -: “siente de que no lo quieren” [sente de que não o amam]. Além disso, às vezes os artigos são mal utilizados. Por exemplo, se quisermos dizer: “les voy a ller una carta” [vou ler uma carta para eles], também poderíamos dizer: “se las voy a leer a ellos”. Nesse caso, o artigo deve estar no singular, pois se refere a uma carta; mas em nosso país dizemos: “se las voy a leer”, onde o “las” se refere a uma carta, e como é apenas uma carta, deveria estar no singular.

No nível lexical, encontramos a existência de anglicismos e galicismos. Anglicismos são palavras tiradas do inglês e adaptadas à nossa língua. Por exemplo, temos a palavra overjol: da palavra

over-all, bistec, sandwich, bloc, etc. Entre os galicismos, falamos um bulevar, hotel jardin e restaurante.

Os anglicismos são usados principalmente em Limón, onde se fala um “idioma” conhecido como espanglês, que é uma mistura entre inglês e espanhol, e o sotaque de Limón é semelhante ao dos americanos (8201).

A seguir, faz-se referência, sobretudo, aos aspectos fonéticos, embora em primeiro lugar se observe a diferença nas formas de tratamento. A percepção deste entrevistado, de que o *tuteo* é mais generalizado na Costa Rica é impressionante. Os falantes da Nicarágua podem se sentir ainda mais *voseantes* do que os costarriquenhos. O modelo cultural que é mais claramente refletido é o M1:

Na Nicarágua, o vos é mais usado, o que denota confiança, enquanto na Costa Rica o uso do tú é mais generalizado. Além disso, na Costa Rica o r é pronunciado com muito mais força. Em vez de dizer Ricardo, [os costarriquenhos dizem] algo semelhante a RRicardo. Na Nicarágua não existe essa anomalia fonética da linguagem. Finalmente, na Nicarágua, o “s” final não é pronunciado em palavras; em vez de dizer “pués”, dizem “pué”. Este costume não é observado na Costa Rica (8202).

O trecho que se segue contrasta significativamente com o anterior no que se refere à opinião que os entrevistados expressam em relação às formas de tratamento familiar coexistentes nos dois países: o *vos* e o *tú*. A resposta limita-se ao M1.

Pessoalmente, não estou de todo familiarizado com o espanhol da Costa Rica. Muitas formas da variação padrão do Vale Central me são estranhas, ou não as articulo: assim, por exemplo, uso “vos” e “tú” em contextos diferentes -antes de usar apenas o segundo-, sem misturar eles e dependendo da situação social: de “vos” no meio acadêmico, com os colegas. Por outro lado, sem saber por que ou como, minha entonação e maneira de falar confundiram muitas vezes algumas pessoas que me colocaram muito mal por pensar que o faço como espanhol, principalmente quando um “tú” me escapa.

Parece-me que o espanhol usado na Costa Rica mostra, como o de outros países onde se fala espanhol, a inevitável fragmentação de uma língua, sua mudança linguística. Embora prefira não fazer avaliações éticas (o bom-mau), por não haver padrão de comparação, nem por ser uma categorização adequada, reconheço minha inclinação para a norma “cultura” e prestigiosa, no que diz respeito ao discurso coloquial e popular, não como formas exclusivas, mas diferentes (6501).

O recorte a seguir mostra o modelo M4 e, como a segunda, mostra a identificação do falante nicaraguense com a comunidade linguística da Costa Rica.

Em particular, acho que é um espanhol muito bom, em comparação com outros países, da América Latina, acho que não é tão acentuado como nos países do Caribe ou no norte da América Central.

O nosso só pode ser comparado com a Colômbia. Isso se deve em grande parte, acredito, à boa educação fornecida pelo estado (3434).

Já, aqui, se percebe uma mescla de M1 e M4:

É semelhante à forma como é falado em algumas partes da Colômbia. É caracterizada pelo som «tr» exagerado até o francês na parte fonética. Tem muitas expressões legais e contagiosas (2402).

As respostas a seguir são exemplos do M3:

Muito ruim, uso de palavrões ou pachucas, mudam o sentido das palavras (3938). / É um pouco degradado (3429). / Eles são muito preguiçosos para falar (3424).

Um exemplo do M2:

Fala-se mais ou menos (3423).

Finalmente uma resposta que pode ser caracterizada como enigmática:

Somos emaranhados. Um sotaque meio complexo. Cultos. São mais cultos (4710).

5.2. Guatemala

Nas respostas dos entrevistados guatemaltecos, encontramos expressões do M1, como as seguintes:

São falados muitos modismos ticos, para que haja um dicionário de costarriquenhos é porque falam o seu idioma. Tive que aprender a falar porque falando espanhol não entendia nada (7101).

No começo você tenta ouvir para se comunicar bem. Existem muitos ditados e existem objetos e coisas e nomes aos quais é preciso saber ao que se referem para poder pronunciar-los e dizê-los corretamente em bons termos ticos. Quando eles falam rápido, é difícil entender e tem que ter um bom ouvido para escutar, mas quando se familiariza, escuta-se bem. Algumas palavras não as pronunciam como está escrito (3109).

A língua popular é falada principalmente por jovens (3110).

Como manifestação do M2, podemos incluir a resposta a seguir:

Com muita influência (palavras e ditos) de outras línguas, vulgar, superficialmente correto, porque na Costa Rica a cultura espanhola predomina em todos os sentidos (3108).

Exemplo do M3:

Em geral, é mal falado, existem muitas palavras mal pronunciadas como “aplanchar” e “arrecostarse”. Frases mal utilizadas. Gramaticamente mal executadas (7114).

Finalmente, encontramos um exemplo, do M4:

É um idioma claro, muito rico e bonito (5119).

A seguinte resposta do entrevistado da Guatemala mostra uma combinação de modelos, em particular o M1 (descrição não avaliativa, no segundo parágrafo) e o M2 (uma avaliação positiva, mas crítica, no primeiro parágrafo):

O costarriquenho é uma pessoa muito favorecida em termos de níveis de instrução acadêmica, ou seja, uma alta % de alfabetização. No entanto, em muitas ocasiões, pouco uso é feito desse estoque de vocabulário disponível.

Além disso, o costarriquenho também tem uma criatividade própria como povo, quebra as regras estabelecidas do idioma castelhano e cria ou recria novas expressões de acordo com o histórico, social, político, familiar, cultural, etc., isto também ocorre na Guatemala (3111).

6. Conclusões gerais

A variante do espanhol falado na Costa Rica foi designada, neste estudo, com a abreviatura espCR, o qual foi visto pela perspectiva dos falantes (H), nesta obra. Trata-se de um conceito baseado na noção de nacionalidade costarriquenha.

Foram realizadas duas tarefas relativamente independentes: por um lado, buscou-se estabelecer como o objeto espCR é percebido na cognição geral de H (representação mental de espCR) e, por outro lado, determinou-se que, ao emitir opiniões sobre o espCR, os falantes foram fundamentalmente atribuídos a um dos quatro modelos culturais:

- MI: O modelo sociolinguístico;
- M2: O modelo de lealdade crítica;
- M3: O modelo de nostalgia do bem perdido;
- M4: O modelo de lealdade incondicional.

Também foi determinado que os falantes às vezes combinam as premissas desses modelos em suas opiniões. No entanto, a combinação de modelos constitui apenas um quinto do total de respostas: a grande maioria (470, ou seja, 78%) mostra qualquer um dos quatro modelos na forma pura, enquanto a combinação de modelos aparece apenas nas 130 respostas restantes (22%). Isso mostra que, embora a combinação de modelos seja uma faceta possível no esquema conceitual de H, é muito mais provável selecionar um único modelo e seguir suas premissas.

Os achados desta pesquisa, feita fundamentalmente com base nas opiniões dos falantes da Costa Rica sobre sua própria variante linguística, mostram-se aplicáveis às opiniões dos falantes da América Central residentes na Costa Rica, já que a amostra dos 18 questionários respondidos pelos nicaraguenses (11) e pelos guatemaltecos (7) mostram um dos quatro modelos (ou alguma combinação deles). Isso nos permite pensar que os quatro modelos culturais propostos poderiam servir para descrever as opiniões populares sobre as diferentes variantes linguísticas vistas por seus próprios falantes, ou por falantes da língua que pertencem a outras comunidades, mas que, em determinado momento, estão vivendo na comunidade. Neste caso, a comunidade da Costa Rica e um grupo de outros centro-americanos que nela residem.

Espera-se em um futuro próximo continuar pesquisando a linguística popular de duas maneiras: expandindo a amostra de centro-americanos residentes na Costa Rica para coletar um conjunto maior de opiniões populares de falantes não nativos e, em um segundo estágio, mais geral, estender o estudo aos países da América Central para investigar as opiniões populares dos falantes sobre cada uma de suas próprias variedades de espanhol.

Referências

ARRIETA, M.; JARA, C.; PENDONES, C. Actitudes lingüísticas hacia dos variedades de habla: Valle Central y Guanacaste. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 12, n. 2, p. 113-128, 1986.

BAUER, L.; TRUDGILL, P. (ed.). **Language Myths**. Suffolk: Penguin, 1998.

CALVO, A. El plural en los sustantivos terminados en vocal en el cantón de Curridabat: estudio cuantitativo. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 16, n. 2, p. 75-83, 1990.

- CALVO, A. Variación fonética de /r/ y /r / en el habla culta de San José". **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 21, n. 1, p. 115-134, 1995.
- CALVO, A. Variación del fonema /f/ en dos sociolectos costarricenses. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 22, n. 1, p. 19-127, 1996.
- CALVO, A. El fonema fricativo /s/ en el habla culta de San José: implicaciones en el sistema de las coronales. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 23, n. 1, p. 235-246, 1997.
- CHURCHLAND, P. M. Folk psychology and the explanation of human behavior. *In*: GREENWOOD, J. D. (ed.). **The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 51-69.
- CONSTENLA, A. Algunos aspectos de la etnografía del habla de los indios guatusos. **Estudios varios sobre las lenguas chibchas de Costa Rica**, v. 1, p. 5-31, 1982.
- DENNET, D. C. Two contrasts: folk craft versus folk science, and belief *versus* opinion. *In*: GREENWOOD, J. D. (ed.). **The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 135-148.
- GREENWOOD, J. D. (ed.). **The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991a.
- GREENWOOD, J. D. Introduction: Folk psychology and scientific psychology. *In*: GREENWOOD, J. D. (ed.). **The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991b. p. 1-21.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, S. **Temas, remas, focos, tópicos y comentarios**. Madrid: Arco Libros, 2000.
- HERZFELD, A. Language and identity: the black minority of Costa Rica. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 20, n. 1, p. 113-142, 1994.
- HOENIGSWALD, H. M. A Proposal for the Study of Folk-Linguistics. *In*: BRIGHT, W. (ed.). **Sociolinguistics**. The Hague: Mouton, 1966. p. 16-26.
- HOLLAND, D.; QUINN, N. (ed.). **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 1987.
- HUDSON, R. **La sociolingüística**. Barcelona: Anagrama, 1981.

HYMES, D. The ethnography of speaking. *In*: GLADWIN, T.; STURTEVANT, W.C. (ed.). **Anthropology and human behavior**. Washington D.C.: Anthropological Society of Washington, 1962. p. 13-53.

HYMES, D. Models of interaction and social life. *In*: GUMPERZ, J.; HYMES, D. (ed.). **Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p. 35-71.

JAÉN, X. **Las actitudes lingüísticas de los hablantes del Distrito de Sardinal, Cantón Carrillo, Poviaicia de Guanacaste, hacia su propia habla**. Tesis de maestría en lingüística. San José: Universidad de Costa Rica, 1991.

JARA MURILLO, C. V. Recopilación y análisis de 'juegos de palmadas'. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 12, n. 1, p. 103-121, 1986.

JARA MURILLO, C. V. **El español de Costa Rica según los ticos. Un estudio de lingüística popular**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2006.

KEESING, R. M. Models, 'folk' and 'cultural': paradigms regained? *In*: HOLLAND, D.; QUINN, N. (ed.). **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 369-393.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LININGER, B. Cómo proponer matrimonio en bribri. **Estudios de Lingüística Chibcha**, v. 9, p. 65-80, 1990.

MURILLO, J. Expresión de la optatividad y modo subjuntivo en el habla culta costarricense. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 26, n. 2, p. 127-138, 2000.

NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. **Folk Linguistics**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003.

PENDONES, C. Análisis fonético connotativo: la /tj/ en el español de Costa Rica. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 13, n. 2, p. 119-146. 1986.

PRESTON, D. A renewed proposal for the study of folk linguistics. *In*: PEYTON, J. K. *et al.* (ed.). **Language in action: New studies of language in society**. New Jersey: Hampton Press, 2000. p. 113-138.

QUESADA PACHECO, M. Á. Actitudes hacia el habla campesina de Costa Rica a través de la historia. **Herencia**, v. 2, p. 72-82, 1990a.

- QUESADA PACHECO, M. Á. Una nueva perspectiva en torno al habla popular. **Herencia**, v. 10, p. 75-82, 1990b.
- QUESADA PACHECO, M. Á. El español de America Central. *In*: ALVAR, M. (dir.). **Manual de dialectología hispánica**. El español de América. Barcelona: Ariel, 1996. p. 161-115.
- RICHARD, M. "Propositional Attitudes". *In*: HALE, B.; RIGHT, C. (ed.). **A companion to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell, 1997. p. 197-226.
- ROJAS, C. Descripción y análisis de la fiesta de los diablos de Boruca. **Estudios de Lingüística Chibcha**, v. 7, p. 121-135, 1988.
- ROSS, R. La simplificación de reglas como mecanismo del cambio lingüístico: un ejemplo del español de Costa Rica. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 3, n. 6, p. 93-95, 1977.
- SÁNCHEZ, V. M. Fricación de erre en el español de Costa Rica: un caso de escisión fonológica. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 1, n. 1, p. 63-66, 1985.
- SÁNCHEZ, V. M. Escisión fonológica de 111 en el español de Costa Rica. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 12, n. 2, p. 129-133. 1986.
- SOLANO, Y. Una variación lingüística en el habla costarricense. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 12, n. 1, p. 133-143, 1986.
- SOLANO, Y. Los conectores pragmáticos en el habla culta costarricense. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 15, n. 2, p. 143-154, 1989.
- SOLANO, Y. Las formas nexuales adversativas en el habla culta costarricense. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 17, n. 1-2, p. 219-234, 1991.
- SOLANO, Y.; UMAÑA, J. Inseguridad lingüística del universitario costarricense. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 20, n. 1, p. 169-178, 1994.
- TRASK, R. L. **A Students Dictionary of Language and Linguistics**. London: Arnold, 1997.
- UMAÑA, J. La relación entre actitudes lingüísticas, conducta e identidad. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 15, n. 2, p. 121-130, 1989.
- UMAÑA, J. Variación de vibrantes en una muestra de habla de clase media costarricense. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 16, n. 1, p. 127-137, 1990a.

UMAÑA, J. Grupos portadores de actitudes lingüísticas. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, v. 16, n. 2, p. 103-109, 1990b.

WILSON KILBURN, J. **Mitos del Lenguaje. Expertos y autoridades**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1996.

Como os métodos da Linguística Popular podem fundamentar a Sociolinguística crítica³⁰

Por Nathan John Albury

Tradução de Júlio Antonio Bonatti Santos

30 Texto original: "How folk linguistic methods can support critical sociolinguistics", publicado na revista *Lingua*, n. 199, p. 36-49, 2017 (disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2017.07.008>).

1. Introdução

A linguagem é tanto um fenômeno social quanto um fenômeno cognitivo, ou seja, atrai o interesse humano, a dúvida, a metalinguagem e, além disso, nos permite reivindicar certos tipos de conhecimento. A experiência social da língua é central para a crítica sociolinguística que remonta aos trabalhos pioneiros de Hymes (1962, 1972) e Gumperz (1964). Essa experiência nos pede para interrogar como o envolvimento humano com questões pertinentes às desigualdades das estruturas linguísticas e as relações de poder entre as línguas e os falantes é algo que se aproxima dos interesses mais amplos de teoria crítica (HORKHEIMER, 1982). Um ponto central para o entendimento dessas desigualdades e as relações de poder é o papel exercido pela influência do conhecimento (FOUCAULT, 1980; HABERMAS, 1978). O conhecimento, quer a sua origem esteja em uma visão ontológica do mundo, quer seja algo idiossincrático, tal como um “ouvir dizer”, está carregado de interpretações sobre o que é ou não verdade em qualquer momento no tempo.

Cada instanciação ou expressão de conhecimento – seja sobre linguagem ou outros fenômenos sociais – pedestaliza um olhar epistêmico acima de outras possíveis visões. A pesquisa sociolinguística crítica, para a qual o conhecimento tem sido identificado e visto de forma operacionalizada, tende a ser executada por meio dos métodos mais tradicionalmente associados a uma teoria crítica. Estes incluem, por exemplo, análises críticas de discursos políticos (JOHNSON, 2011; WODAK; MEYER, 2009) e etnografias (DUCHÊNE; HELLER, 2012; HORNBERGER, 2002; HYMES, 1962), que identificam, por exemplo, alegações normativas sobre a língua que, em última instância, valorizam certas línguas e falantes em relação a outras, e conflitos epistemológicos nos quais línguas e culturas entram em contato. No entanto, na medida em que as pessoas de uma comunidade afirmam ter conhecimento sobre fenômenos linguísticos, e de fato discutem e põem em prática esse conhecimento, então os métodos linguísticos populares também podem ajudar a identificar e a analisar fatos e lógicas que criam e sustentam as desigualdades de base e as estruturas de poder, conceitos esses que dizem respeito aos sociolinguistas críticos.

Após uma discussão sobre a natureza do conhecimento embasada nas relações de poder e sua relevância para os sociolinguistas críticos, este capítulo analisa especificamente de que maneira as principais técnicas de pesquisa em linguística popular, conforme propostas por Preston (2011), podem servir de apoio à sociolinguística crítica. Por um lado, os métodos de pesquisa da linguística popular podem munir os sociolinguistas críticos de mais ferramentas metodológicas para elucidar questões que remetem às desigualdades linguísticas e às estruturas de poder, e como elas se manifestam na comunidade e são postas em prática através de reivindicações de conhecimento (MESTHRIE, 2000).

Por outro lado, eles podem abordar simultaneamente desigualdades epistêmicas dentro da própria circunscrição dos estudos sociolinguísticos sobre a natureza da linguagem. Este texto, portanto, também defende que as técnicas de pesquisa da linguística popular podem responder ao crescente apelo à definição de “conhecimento” para os estudos sociolinguísticos, permitindo que os fenômenos linguísticos venham a ser compreendidos por meio de perspectivas locais e não mediante teorias externas (CANAGARAJAH, 2005). A própria instituição acadêmica é um ator nesse jogo de poder uma vez que pode valorizar, desvalorizar, incluir e excluir certas visões de mundo ao autenticar determinado conhecimento.

Na medida em que a teoria crítica nos pede para reconhecer a diversidade das concepções de mundo sobre a natureza da linguagem, bem como para estarmos cientes da pedestalização implícita do conhecimento ocidental (WIDDOWSON, 2001), podemos dizer que a “injustiça é, quase necessariamente, o seu resultado” (BLOMMAERT, 2009, p. 18) – e, caso não nos resguardemos, isso também afetará diretamente o campo em que estamos inseridos. Isso indica que os métodos de pesquisa na linguística popular podem contribuir para a descolonização de aspectos teóricos e metodológicos da sociolinguística, uma vez compreendendo, expressando, legitimando e, de fato, aplicando mais ontologias e epistemologias da linguagem do que aquelas que geralmente pressupõem o estado da arte atual (SMAKMAN; HEINRICH, 2015).

2. Sociolinguística crítica e conhecimento

O presente capítulo compreende a sociolinguística crítica como situada na interseção da linguagem na sociedade e da teoria crítica, mais amplamente envolvida na preocupação com as desigualdades linguísticas e com o poder (MESTHRIE, 2000). Ou seja, para este trabalho a sociolinguística crítica se preocupa com os “processos pelos quais os sistemas de desigualdade social são criados e sustentados” (TOLLEFSON, 2006, p. 43), mais especificamente no que diz respeito às línguas e seus falantes (em vez de, por exemplo, apenas com o uso da língua como forma de adequação e expressão de outras diferenças sociais), mantendo um ceticismo em relação a qualquer reivindicação normativa sobre como a linguagem atua na sociedade (DEAN, 1994). Sua gênese, portanto, está estabelecida epistemologicamente no campo da teoria crítica, pois ela está relacionada à sociedade como um todo, especialmente com a tradição marxista que chama a atenção para a situação dos marginalizados e procura “libertá-los das circunstâncias que os escravizam” (HORKHEIMER, 1982, p. 244). Procedendo dessa maneira, é possível enxergar um avanço para os estudos acadêmicos que “rejeitam suposições epistemológicas” e “obscurecem todas as versões dos fatos” (ALVESSON, 2002, p. 1), pois trata-se de como a linguagem como fenômeno social pode ser entendida ontologicamente e epistemologicamente.

Uma abordagem crítica sobre a linguagem na sociedade já existe desde os estudos sociolinguísticos pioneiros, especialmente feitos por Hymes (1962, 1972, 1996), e mais recentemente por Silverstein (1996), que argumentam que a linguagem não é apenas uma propriedade cognitiva, o que se assemelharia à linguística chomskiana, mas também um fenômeno social sujeito a influências e regulações sociais. A prova disso estaria na comunidade de falantes, em que vemos recursos linguísticos e estratégias únicas serem socializadas a fim de alcançar objetivos comunicativos, sem necessariamente a comunidade aderir às prescrições de uma dada linguagem.

Nessa perspectiva, a natureza da linguagem como algo socialmente incorporado significa que a linguagem também está sujeita a avaliações do próprio homem, pelas quais as comunidades podem sustentar reivindicações de normas sobre como funciona a linguagem na sociedade. E, por sua vez, isso cria e alimenta estruturas de poder e desigualdades entre falantes de diferentes variedades linguísticas quando certas opiniões ou convenções são postas e recebem maior destaque sobre outras. Hymes (1996, p. 25) nos diz que, embora não haja nenhuma razão empírica para acreditar que línguas individuais possam ser distintas em si, “os recursos linguísticos existem, com efeito, de forma organizada no mundo”. Consequentemente, questões como a diversidade linguística, o meio em que a língua é manifestada, a estrutura de uma língua e as suas funções se tornam temas sujeitos a diferentes pontos de vista e, portanto, à problematização, debate e crítica.

A impressão, então, é que certas crenças se tornam convencionalizadas socialmente e mesmo hegemônicas. E as implicações críticas surgem quando tais convenções construídas socialmente sobre a linguagem encontram repertórios linguísticos complexos e práticas linguísticas alternativas por meio das quais a linguagem e os falantes que não estão em conformidade com os padrões convencionais são marginalizados. Portanto, o trabalho etnográfico de Hymes (1962, 1977) chama a nossa atenção para a diversidade de como o mundo sociolinguístico pode ser organizado e compreendido.

Para a sociolinguística crítica, isso nos levou a pesquisar, a questionar e a desafiar convenções sociais sobre a linguagem, buscando os interesses da diversidade e dando voz aos marginalizados. Por exemplo, uma epistemologia linguística que relaciona diretamente a língua à nacionalidade e superestima uma variedade específica desta como padrão para a exclusão de outras variedades, ou vê o monolinguismo social como normal e necessário (WRIGHT, 2003, 2007), é algo bastante analisado pelos estudiosos críticos. Isso inspirou trabalhos etnográficos críticos como o de Hornberger (2003), que investigou como a suposta normatividade do monolinguismo inglês nos Estados Unidos é praticado nas salas de aula e traz desvantagens para uma alfabetização diversificada em repertórios.

No entanto, a sociolinguística crítica também pode ser conduzida por intermédio de métodos que vão além da etnografia. A análise crítica do discurso (doravante vez ou outra ACD), por exemplo, adota uma abordagem interdisciplinar para analisar textos orais e escritos como prática social em que o uso da língua reflete e reproduz crenças específicas, concepções de mundo e relações de poder. O papel do ACD é, logo, examinar tais textos tanto do ponto de vista linguístico como, entre outros, sociológico, político, histórico, psicológico e também analisando os contextos com a perspectiva de que tudo o que é percebido como senso comum é sempre questionável e carregado de poder (SCHUTZ, 1962; WEISS; WODAK, 2007). Isso torna a ACD um valioso instrumento metodológico para identificar e expor as desigualdades na sociedade. A título de ilustração, o livro editado por Wodak, Khosravinik e Mral (2013) inclui análises críticas dos discursos políticos populistas de direita na Europa, identificando, entre outras coisas, a construção discursiva do nacionalismo nos textos políticos e nos meios de comunicação, da política de imigração como criação de vencedores e perdedores, bem como das identidades e culturas hegemônicas. Ou seja, a ACD pode pesquisar as desigualdades sociais e como as relações de poder se manifestam, em vez de necessariamente se deter somente sobre a língua.

A sociolinguística crítica também busca compreender a discriminação dos falantes individuais, a cujo estudo se dedica a análise crítica da conversação (ACC). A ACC, concebida como um método de pesquisa, examina os detalhes das interações sociais que se dão de forma natural, bem como a estrutura dos diálogos humanos tendo como referência as escolhas linguísticas, a semiótica e a pragmática (SIDNELL; STIVERS, 2012). Por exemplo, Rickford e King (2016) examinaram a discriminação linguística contra Rachel Jeantel basicamente através da análise de conversas. Jeantel foi a testemunha-chave no caso estadunidense de Trayvon Martin, que foi morto a tiro por George Zimmerman. Zimmerman foi posteriormente absolvido do crime de assassinato, o que gerou protestos em todos os Estados Unidos contra o racismo. As provas de Jeantel, argumenta-se, não foram tornadas credíveis devido à sua forma de falar, ao seu inglês vernáculo afro-americano, com o qual a sala do tribunal não estava familiarizada, o que levou a terem atitudes preconceituosas em relação a ela. Como Rickford e King (2016, p. 950-951) explicam,

[...] não só o inglês vernáculo de Jeantel foi fundamental na depreciação de seu testemunho, realmente importante neste caso, mas vemos isso acontecer também em numerosos outros casos tanto nos Estados Unidos como em todo o mundo, em que testemunhas ou réus usam uma variedade vernácula da língua em vez da variedade principal, por isso essas pessoas tendem a ser mal compreendidas ou desacreditadas, encontrando uma falta de familiaridade ou preconceito com seu dialeto nas salas de audiência e em resultados judiciais potencialmente injustos.

Concluimos que, para além de atitudes negativas, o conhecimento – ou a falta dele – sobre uma variedade linguística foi algo que se destacou na análise dessas interações jurídicas, certamente causando um desequilíbrio de poder. Nesse sentido, sabemos, mediante a teoria crítica e de sua preocupação com a normatividade e com a convencionalização – especificamente sobre a língua ou sobre a sociedade em geral –, que o conhecimento está intrinsecamente ligado à criação e sustentação das relações de poder.

Os exemplos acima mostram que os métodos de pesquisa da sociolinguística crítica são úteis para identificar e expor crenças socialmente construídas, as quais assumem autenticidade epistêmica e criam relações de poder desproporcionais. Assim, a relação entre conhecimento e poder pode ser entendida em termos foucaultianos, segundo os quais o conhecimento é um construto, a verdade não é predeterminada, e a imposição de uma forma de verdade favorece a valorização de alguns tipos de conhecimento e a marginalização de outros (FOUCAULT, 1980). Porque o conhecimento assume a “autoridade da ‘verdade’, mas tem o poder de *tornar a si próprio verdade*” (HALL, 2001, p. 76), qualquer instanciação ou operacionalização do conhecimento que regula comportamentos, ideias e discursos – inclusive sobre o mundo sociolinguístico – é inerentemente inoculada de poder. Isso se aplica tanto ao conhecimento sobre a língua, tal como se manifesta numa comunidade de falantes, quanto à sua criação e reprodução pelos acadêmicos.

Tal fato nos leva a ver que a sociolinguística crítica, como o pós-modernismo de forma mais ampla, também convida os pesquisadores a uma autorreflexão sobre os temas ontológicos, epistemológicos e ideológicos que eles trazem para as suas pesquisas. Pela perspectiva de Habermas (1978), que vê o positivismo como a lente por meio da qual a ciência reinterpreto o mundo e desvalorizou os paradigmas de conhecimento alternativo, podemos reconhecer que a pesquisa é, enquanto ação, submetida às estruturas do poder ontológico e epistemológico. Isso nos ajuda a abordar a reprodução sistêmica e revestida de poder dos regimes de verdade (FOUCAULT, 1980) que superestimam visões de mundo específicas de uma sociedade e marginalizam as verdades de outras. Em nosso entender, as (re)interpretações ocidentais do mundo social, baseadas nas visões do mundo ocidental, muitas vezes ainda dominam as ciências sociais, incluindo a sociolinguística. A sociolinguística crítica defende que, assim como nunca podemos chegar a uma única e definitiva visão de mundo ou verdade, nunca devemos nos comprometer com “uma única perspectiva” (WIDDOWSON, 2001, p. 15).

Este contexto vem mostrando um crescente interesse em descolonizar a sociolinguística com mais visões do mundo da linguagem, para além daquelas do Norte global que tendem a dominar a teoria e a metodologia (SMAKMAN; HEINRICH, 2015). Refletindo sobre isto, porém, Pennycook (2004) argumenta que muitos sociolinguistas críticos são, de fato, somente *críticos*

modernos. Ele diz que, ao se proporem a abordar as desigualdades sociais, muitos pesquisadores o fazem apenas dentro da mesma visão modernista da linguagem que muitas vezes foi responsável por criar as desigualdades num primeiro momento, em vez de por intermédio da epistemologia ou da ontologia daqueles que procuram uma emancipação. O argumento de Pennycook é de fato a apresentação à sociolinguística de uma questão mais ampla dentro da teoria social crítica, conforme Lorde (1984) aponta: o desmantelamento do “mestre” pode ser conseguido usando as mesmas “ferramentas do mestre”. O argumento aqui é que um trabalho verdadeiramente crítico não só critica as injustiças, mas também deve ser pós-moderno, no sentido de transcender os limites epistemológicos de modernismo e empregar a visão de mundo dos que se emanciparam.

A marca conflitual, ponto central dos argumentos de Pennycook e de Lorde, tem se mostrado na literatura sociolinguística, especialmente no contato entre a visão indígena e a ocidental sobre o universo da língua. Por exemplo, tentativas na Austrália de chamar a atenção para a visível *morte* de línguas têm muitas vezes aplicado ontologias ocidentais sobre a vitalidade das línguas e não visões de mundo aborígenes que não necessariamente percebem as línguas como *mortas* ou *vivas* (WALSH, 2001). Romaine (2006) tem argumentado que os teóricos ocidentais frequentemente dão demasiada ênfase à alfabetização quando reconstituem as línguas com a suposição errônea de que a língua escrita e a alfabetização são importantes nas percepções não ocidentais sobre a vitalidade das línguas. Nesta linha, Whiteley (2003) argumentou que o próprio conceito de direitos linguísticos, por mais benevolente que seja, é um valor ocidental, sendo aplicado a partir de um centro hegemônico aos povos não ocidentais. Dizendo de outra forma, a emancipação dos povos indígenas ainda está, em grande medida, enraizada nas necessidades epistemológicas do Ocidente.

Todavia, o conhecimento sociolinguístico que não está fundamentado em uma visão de mundo culturalmente específica ou em nível epistemológico comunitário, mas, ao invés disso, se faz idiossincrático ou incidental, também pode ter impactos locais críticos. Por exemplo, o que pais afirmam saber sobre o desenvolvimento da linguagem infantil provavelmente influencia sua decisão sobre ensinar uma língua de herança em casa. Mertz (1989) descobriu que alguns pais no Cabo Bretão do Canadá decidiram não falar gaélico com seus filhos tendo por base a suposição de que isso comprometeria a aquisição do inglês, podendo criar problemas cognitivos. Naturalmente, tal conhecimento pode estar dinamicamente relacionado a uma ideologia social mais ampla, mas não necessariamente. Como King e Fogle (2006) mostram no caso das políticas linguísticas familiares, as opiniões epistemológicas sobre o bilinguismo podem ser informadas por memórias pessoais ou por boatos. Eles descobriram que, ao desenvolver posições epistêmicas sobre se o bilinguismo infantil é vantajoso, os pais se baseiam em suas

próprias observações pessoais, lembranças de serem crianças bilíngues, ou no discurso de terceiros. Seu conhecimento, portanto, se originou antes em situações idiossincráticas e pessoais do que em uma ideologia ou discurso comunitário *per se*.

Tudo isso se soma à necessidade de uma localização do conhecimento em sociolinguística (ALBURY, 2016; CANAGARAJAH, 2005). Pesquisar o que comunidades locais e seus indivíduos afirmam saber sobre fatos e razões do senso comum sobre seu próprio mundo linguístico nos permite compreender os fenômenos de línguas locais através de paradigmas de conhecimento e cognição também locais em vez de lançarmos mão de teorias a eles externas. O resultado é uma explicação mais sólida da razão pela qual os fenômenos sociolinguísticos são como são no local estudado, considerando assim devidamente os conhecimentos que podem ser uma manifestação de uma ontologia local ou de uma epistemologia da linguagem, ou ainda uma instanciação de conhecimento idiossincrático. Da mesma forma, a localização do conhecimento não só aceita como busca o conhecimento ontológico e a diversidade epistemológica, e ajuda os sociolinguistas críticos a compreender as visões do mundo local sobre a língua e a aplicá-las no interior das análises sociolinguísticas, em vez de colonizar fenômenos sociolinguísticos locais por meio de interpretações preestabelecidas. Para operacionalizar esta localização do conhecimento, creio que a linguística popular tem muito a oferecer.

3. Linguística popular

O pesquisador estadunidense Dr. Dennis Preston (1993, p. 182) foi uma liderança na tradição da linguística popular, subscrevendo o ponto de vista de que “a opinião popular sobre linguagem... é essencial para o empreendimento da pesquisa sociolinguística”. A linguística popular estuda o que os não-linguistas sabem, e o que percebem, sobre os temas linguísticos, pois eles se relacionam com qualquer área de linguística que o povo pode se envolver. Os trabalhos seminais de Preston quantificaram e qualificaram o que os estadunidenses afirmam saber sobre a variação da língua, o que consideram ser o inglês americano padrão e quem o fala, como se sentem sobre diferentes dialetos, e até testou a capacidade popular de identificar as origens de um falante com base no sotaque (ver, para exemplo, Preston, 1986, 1996b, 2002). Outros tomaram o exemplo do pioneirismo de Preston e pesquisaram o conhecimento popular e as configurações sobre a diversidade dialetal em outras situações linguísticas, fazendo da dialetologia popular, em muitos aspectos, um campo autônomo (ver, por exemplo, BENSON, 2003; MIŁOBÓG; GARRETT, 2011; PEARCE, 2009). No entanto, a linguística popular se estende além da dialetologia perceptiva e reúne também conhecimento popular sobre uma série de outras temáticas sociolinguísticas. Chávez (2009) examinou o que os estudantes estadunidenses de alemão afirmavam saber sobre as propriedades da língua alemã e se alguma noção preconcebida sobre o alemão influenciou suas decisões de iniciarem os estudos desse

idioma. Outros trabalhos examinaram como o povo percebe e interpreta textos e diálogos a partir de uma perspectiva pragmática (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2009); como o povo enxerga o papel do nacionalismo nas teorias da língua (MEADOWS, 2014), e como o conhecimento linguístico popular pode informar as decisões, ideias e discursos sobre políticas linguísticas locais (ALBURY, 2017a).

A linguística popular, focando seu interesse em conhecimentos detidos por não-especialistas que provavelmente não têm uma base empírica sólida, certamente possui críticos, e não foi posicionada de forma holística dentro da pesquisa sociolinguística. A questão-chave para a linguística popular não é se o que as pessoas afirmam saber é correto ou confiável, tendo, assim, como base qualquer perspectiva positivista que centraliza a autoridade do conhecimento. Pelo contrário, assim, as primeiras palavras do pesquisador Dennis Preston ainda são verdadeiras: a linguística popular trata de “processos dinâmicos que permitem a não-especialistas dar conta de seu próprio mundo” e, por sua vez, a pesquisa em linguística popular nos ajuda a examinar e compreender “os processos por trás do que eles pensam sobre a linguagem” (PRESTON, 1994, p. 285). Afinal de contas, a grande maioria das pessoas na sociedade que usam a linguagem, falam sobre a língua e tomam decisões linguísticas não são linguistas de formação. As pessoas podem tomar decisões em consonância com atitudes linguísticas que são o tema central da investigação dentro da sociolinguística contemporânea e, por isso, também podem reivindicar conhecimentos epistêmicos sobre assuntos linguísticos.

É isso que, no meu entendimento, torna a tradição da pesquisa em linguística popular mais capaz de contribuir para a sociolinguística crítica. As estruturas de poder e as desigualdades só podem tomar forma através da intervenção humana, na qual as reivindicações de conhecimento popular são postas em ação a respeito daquilo que consideram correto e verdadeiro e também sobre o que não consideram. Como discutido acima, a teoria crítica vê o conhecimento como uma fonte de poder, em que cada aplicação do conhecimento alegado nos discursos, ideias e objetivos linguísticos – mesmo quando estes não são empiricamente sólidos – constrói ou revalida um regime específico de verdade (FOUCAULT, 1977). Do ponto de vista metodológico, requerer tal conhecimento – e de fato relatá-lo – pode ter implicações éticas. Por um lado, a pesquisa em linguística popular pode ser vista enfatizando ou mesmo autenticando e perpetuando as próprias crenças que causam as desigualdades. Um argumento positivista poderia acrescentar que a pesquisa de conhecimentos linguísticos de não especialistas é, portanto, “desinformada, não qualificada e até perigosa” (WILTON; STEGU, 2011, p. 1).

Da mesma forma, sem um planejamento metodológico cuidadoso, abordagens diretas que buscam conhecimentos ou crenças podem inadvertidamente levar os participantes a “tomar posições que apresentam uma imagem ótima de si mesmos” (NIEDZIELSKI; PRESTON, 1999,

p. 9). Em contrapartida, porém, podemos dizer que, enquanto a língua na sociedade continua sujeita à investigação acadêmica, então “a pesquisa em linguística popular é particularmente importante para qualquer pessoa que se intitula ‘um linguista aplicado’” (WILTON; STEGU, 2011, p. 2). A partir desta perspectiva, eu acrescentaria que a pesquisa em linguística popular não é simplesmente interessante, mas pode ser vista como uma ferramenta para realmente identificar, analisar e expor crenças nocivas que estão por trás das igualdades linguísticas para que estas possam ser compreendidas e tratadas por líderes comunitários, políticos e juristas.

Isso traz à tona o que conta como conhecimento linguístico popular relevante para a sociolinguística crítica. Preston (1996a) aponta que o conhecimento linguístico popular pode ser compreendido em termos do conhecimento *disponível* para o povo (ou seja, a título de ilustração, que temas entram no discurso metalinguístico); o quão *detalhado* é esse conhecimento (ou seja, se o conhecimento reivindicado é sofisticado ou superficial); a *precisão* do conhecimento (nos casos em que a identificação e o tratamento de conhecimentos empiricamente incorretos podem ajudar a corrigir discursos preconceituosos, tais como, psicolinguistas que podem procurar educar os pais céticos acerca dos benefícios do bilinguismo infantil), e quanto *controle* um falante tem sobre aquilo que sabe (este especificamente diz respeito ao conhecimento sobre a variação dialetal que um linguista popular pode demonstrar ao perceber ou imitar um dialeto). Escolhi uma perspectiva mais crítica (ALBURY, 2017a), inspirada no princípio do discurso-conhecimento de van Dijk (2003) para interpretar o conhecimento linguístico popular como variável por tipologia e gênese.

Alguns conhecimentos sobre a língua podem ser informados por uma ontologia ou epistemologia culturalmente contextualizada, e podem, logo, ser particularmente concretos, como a visão ocidental discutida anteriormente que vê as línguas como *vivas* ou *mortas*, em contraste com as visões do mundo de indígenas australianos. Alguns conhecimentos podem fazer parte de uma ideologia que inclui conhecimento normativo, socialmente endossado, mas essa seria uma de muitas ideologias em conflito em uma determinada comunidade e pode se modificar com o tempo. Isso pode incluir, por exemplo, uma ideologia sobre a naturalidade do bilinguismo social e individual, o qual pode evoluir através da “superdiversidade” (BLOMMAERT, 2013). Outros conhecimentos podem ser incidentais, tais como, o “ouvir dizer”, interpretações idiossincráticas ou uma suposição, em que esse conhecimento pode ser mais maleável, como foi o caso no trabalho de King e Fogle discutido anteriormente. Tais conhecimentos podem ser identificados de diferentes maneiras, como mostram os diferentes métodos da linguística popular.

4. Método

Examinaremos agora como os métodos adotados pela linguística popular, originários da linguística aplicada e não intencionalmente projetados para embasar a sociolinguística crítica, podem, no entanto, identificar conhecimentos específicos sobre a língua e o mundo sociolinguístico responsáveis por criar e sustentar desigualdades linguísticas e estruturas de poder, tanto nas suas raízes materiais como no discurso acadêmico. Os métodos são aqueles especificamente definidos por Preston (2011) em seu artigo *Métodos em linguística popular (aplicada): entrando na mente do povo*³¹. Nesse texto, Preston oferece uma visão geral de “técnicas e interpretações que são associadas à linguística popular”, compreendendo tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas de pesquisa e dados. As técnicas que identifica, reconhecidas pelo autor como de “difícil distinção em todo momento” (p. 15), são:

1. *tradicional*, que se refere a “um rico repositório de crenças incrustadas em contos, ditados, rituais e práticas” (p. 15);
2. *operacional*, que ele relaciona à dialectologia conceitual pela qual o conhecimento sobre a variação geolinguística é representado através de trabalhos baseados em mapas;
3. *experimental*, que se refere às ações linguísticas buscadas por intermédio de métodos experimentais, tais como, a técnica de combinações guiadas, pela qual os participantes avaliam um orador sobre vários valores sociais quando falam línguas diferentes, não sabendo que este é de fato o mesmo orador. Uma vez que as técnicas experimentais pesquisam especificamente as atitudes linguísticas populares e não o conhecimento linguístico popular, esta técnica não é mais explorada neste trabalho. Em sua visão geral, Preston propõe discutir a *identificação de área* como uma técnica experimental, mas este capítulo trata disso como uma técnica operacional porque se trata de variação geolinguística semelhante a outras técnicas operacionais;
4. *discursiva*, que se refere a “comentários sobre a linguagem e seu uso por não-linguistas” (p. 16).

A análise de cada técnica e sua contribuição potencial para a sociolinguística crítica se sustenta em exemplos de pesquisas existentes. Tais exemplos ilustram e não são uma visão exaustiva de todas as evidências ou pesquisas relevantes. A literatura que lida de alguma forma com o que as pessoas sabem sobre linguagem e linguística é incontrolavelmente grande, e nem todos podem ser identificados com confiança porque nem toda literatura relevante terá sido definida como linguística popular. Em vez disso, os exemplos são extraídos, sempre que possível, da literatura que se posiciona como linguística popular, incluindo meu próprio trabalho.

³¹ Título original: *Methods in (applied) folk linguistics: Getting into the minds of the folk*. [Nota do tradutor].

Outros exemplos são extraídos de pesquisas que lidam explicitamente com o conhecimento local, a diversidade ontológica e a diversidade epistemológica relevantes à técnica que está sendo analisada. Em todos esses casos, esses exemplos se centram sobre o conhecimento, especificamente sobre o mundo sociolinguístico, o qual é recuperado mediante métodos da linguística popular.

5. Técnicas tradicionais

Preston (2011) divide as técnicas tradicionais de pesquisa em linguística popular em folclórico-literárias e antropológico-culturais. Vamos examiná-las agora separadamente.

5.1. Folclórico-literárias

As técnicas *folclórico-literárias* requerem uma interpretação do conhecimento sobre a linguagem por meio de bases de saberes culturais e históricos semelhantes às aquelas utilizadas nos estudos literários e culturais. As fontes de dados podem variar, incluindo *corpora* da língua, de entrevistas e de documentos públicos. A premissa epistemológica, no entanto, continua sendo a mesma: noções leigas sobre a natureza da linguagem estão encrustadas na própria linguagem. Referindo-se ao trabalho de Lakoff e Johnson (2008), Preston (2011) discute metáforas como manifestações de conceitualizações culturalmente situadas sobre a natureza da linguagem. Por exemplo, metáforas inglesas como “é difícil passar essa ideia a ele” e “tente empacotar mais pensamentos em menos sentenças”³² constroem epistemologicamente a língua para ser objetivo, um condutor de pensamentos, e concebem as sentenças como recipientes destes pensamentos (LAKOFF; JOHNSON, 2008). Isso é um tipo de epistemologia definida culturalmente e já incorporada, que reproduz uma visão de mundo aparentemente positivista da língua inglesa.

Essas ideias podem ser vistas por meio de uma lente sapir-whorfiana no que diz respeito à relação entre linguagem e cultura, bem como até que ponto a linguagem, como exemplificada através de metáforas, pode moldar o pensamento. Nessa área, muitos trabalhos têm investigado e comparado como diferentes línguas constroem epistemicamente as categorias de espaço e tempo através de diferentes visões do mundo (ver, por exemplo, Alverson, 1994). Independentemente de se afirmar a hipótese Sapir-Whorf, o importante aqui é que os dados folclóricos revelam a diversidade ontológica e epistemológica acerca de como o tempo e o espaço são concebidos.

Por outro lado, uma questão menos pesquisada é a que diz respeito a como diferentes visões de mundo sobre a própria linguagem estão enraizadas em diferentes línguas e culturas –

³² As expressões originais que o autor menciona são: *it is hard to get that idea across to him* e *try to pack more thoughts into fewer sentences*. [Nota do Tradutor].

em vez de apenas os fenômenos cognitivos de tempo e de espaço que podem ser identificados dentro da linguagem. Investigar isso, no entanto, abriria uma janela para começar a entender a própria natureza e construção da linguagem em sociedades ontologicamente distintas através de *corpora* de línguas existentes. E tal empreitada nos permitiria traçar um compromisso com a descolonização da nossa visão do mundo sobre a linguagem, reconhecendo, expressando e aplicando ontologias e epistemologias que tenham relevância e são produzidas pela comunidade linguística que estiver sob investigação, e não em qualquer outro lugar. A linguagem artística e poética é especialmente fértil para se compreender a ligação entre linguagem, cultura e sociedade (SHERZER, 1987), isso significando que artefatos folclóricos podem ser examinados na busca de conhecimento linguístico popular. Penso que a pesquisa folclórica de Ryon (2002, 2005) na Louisiana seja especialmente convincente e crítica. A memória popular da Louisiana entende a mudança do francês para o inglês na região de forma diferente da acadêmica, e a versão local da história está documentada na literatura e na música. Um dos pontos do argumento de Ryon é que, embora o conhecimento institucional sobre a mudança linguística na Louisiana seja incompleto, ou mesmo incorreto, ele é tido como legítimo por causa do capital de conhecimento que os acadêmicos possuem. Ele se opõe às suposições epistemológicas e imprecisões empíricas tecidas na literatura acadêmica sobre o francês na Louisiana, argumentando que elas suprimem em vez de se apoiarem na linguagem. Ryon critica especialmente Blyth (1997, p. 2), o qual espera que os linguistas, agora “embasados em atitudes científicas e técnicas rigorosas do estruturalismo, retornarão aos confins daquele estado para continuar a urgente colheita dos vestígios da fala francesa naquela parte do Novo Mundo”. Ryon, no entanto, explica que o povo da Louisiana sabe que o francês é falado além das regiões *bayou*³³. Ele também critica a literatura acadêmica, uma vez que esta concebe a mudança linguística em Louisiana como algo voluntário. Os registros populares rememoram e descrevem a política e as estruturas de poder que se desenrolaram localmente e pressionaram a assimilação dos falantes de francês. Além disso, Ryon se opõe a uma epistemologia que vê essa língua como um francês contaminado, ao ponto de restarem apenas vestígios – e que esses vestígios podem ser colhidos como se fossem produtos agrícolas. Os pós-modernistas sem dúvida apoiariam Ryon neste argumento, mas sua questão é mais ampla. Ele tenta mostrar que o entendimento institucional teria se beneficiado de um possível diálogo com o conhecimento local. Ademais, o conhecimento linguístico popular – obtido através do folclore – é necessário, valioso e, acima de tudo, legítimo na busca de uma melhor compreensão das estruturas sociais e desigualdades que levaram à mudança linguística na Louisiana.

³³ *Bayou* é um termo geográfico comumente usado no sul dos Estados Unidos para designar regiões alagadas, formadas por braços de rios, como é o caso do Rio Mississípi na Louisiana. [Nota do Tradutor].

5.2. Antropológico-cultural

Preston (2011) afirma que o campo da antropologia está pronto para descobrir as contribuições da linguística popular. A etnografia, que é a marca característica da investigação antropológica, já pode ser vista se utilizando de metodologias diretas, como entrevistas e definição de grupos personalizados, o que lhe possibilita interrogar o que os linguistas populares sabem, como eles racionalizam seu conhecimento e como justificam sua aplicação em cenários da vida real. Os dados resultantes dessa observação são discursivos e, portanto, serão tratados mais adiante neste capítulo sob a técnica *discursiva*.

No entanto, as interpretações puristas da etnografia restringem seu método à observação por meio da participação, quer no espaço tridimensional na vida real ou através de observações *on-line* ou por meio de filmagens (CRANG; COOK, 2007). Sabemos que a etnografia está bem posicionada teoricamente para analisar a influência e os impactos das ideologias linguísticas e como os mecanismos sociolinguísticos são administrados. Esse é o caso de trabalhos seminais como o de Hornberger (1988) e o de King (2000), revelando como ideologias linguísticas afetaram a manutenção do quíchua na América do Sul em relação ao *status* político e social do espanhol. O conhecimento linguístico popular pode não ser o alvo explícito dos estudos etnográficos, porém, pode ser observável se manifestado ou posto em prática de alguma forma. Para isso, a *teoria da cultura linguística* de Schiffman (2006), inspirada por pesquisa etnográfica feita na Índia, deveria, a meu ver, ter maior destaque na sociolinguística crítica. Ele afirma que os falantes trazem uma bagagem cultural para suas relações com a linguagem, incluindo “ideias, valores, crenças, atitudes, preconceitos, mitos coletivos e restrições religiosas” (p. 112), as quais são observáveis por intermédio da etnografia. Essa soma de bagagem pode, como já argumentei (ALBURY, 2017a), e, de fato, deve ser vista como incluindo o conhecimento linguístico popular, equivalendo a uma crença epistêmica compartilhada.

Para a sociolinguística crítica, o que está em jogo é *se e como* tal conhecimento cria ou sustenta estruturas de poder. Quanto a isso, Schiffman (2006) torna clara a importância do conhecimento linguístico popular para a sociolinguística crítica quando discute os significados dos mitos que podem ser desconsiderados como não-empíricos, mas que, no entanto, constituem verdades locais. Ele demonstra que a população francesa há muito acreditava na existência de leis puristas da língua que regulavam um padrão nacional do francês, embora essas leis não existissem de fato até os anos 1990. Este mito era tão difundido que funcionava como uma política de fato, porque embasava as ideologias e decisões sobre qual variedade de francês e, na verdade, quais falantes do francês, deve ter prestígio linguístico e, conseqüentemente, qual deve ser promovida – bem como quais são indesejáveis e devem ser modificadas. Em outro caso, o estudo etnográfico de Cavanaugh (2004) na cidade italiana de Bérgamo revelou as

concepções locais – já que se trata de ambos, uma ideologia e uma ontologia da linguagem – sobre o italiano padrão e o dialeto local. Em primeiro lugar, todos os participantes aderiram a uma visão de mundo positivista da língua, em que o dialeto e a língua padrão são identificáveis e reificados, e as línguas estão ou vivas ou mortas. Os participantes mais velhos explicaram que uma mudança do dialeto para o italiano padrão é inerente ao progresso e disseram como o dialeto estava ficando gravemente ameaçado. Os participantes mais jovens, no entanto, alegaram que o dialeto é criação de uma época já antiga, implicando que ele não tem, nem poderia ter, um futuro. Suas concepções apresentadas sobre a vitalidade da língua estavam em desacordo com a dos participantes mais velhos. Isso poderia ter implicações críticas, pois as concepções dos participantes mais jovens provavelmente agiriam contra qualquer revitalização dialetal que os mais velhos pudessem desejar. Como Albury (2017a) discute, o conhecimento linguístico popular e as opiniões populares podem, e de fato influenciam as ideias e ambições de um planejamento linguístico em grau igual ou até maior do que as atitudes linguísticas. O que as pessoas de uma comunidade reclamam como fatos e opiniões sobre seu meio sociolinguístico, mesmo quando esse conhecimento é empiricamente duvidoso, merece atenção porque pode ser fundamental na forma como os assuntos linguísticos locais são administrados.

6. Técnicas operacionais

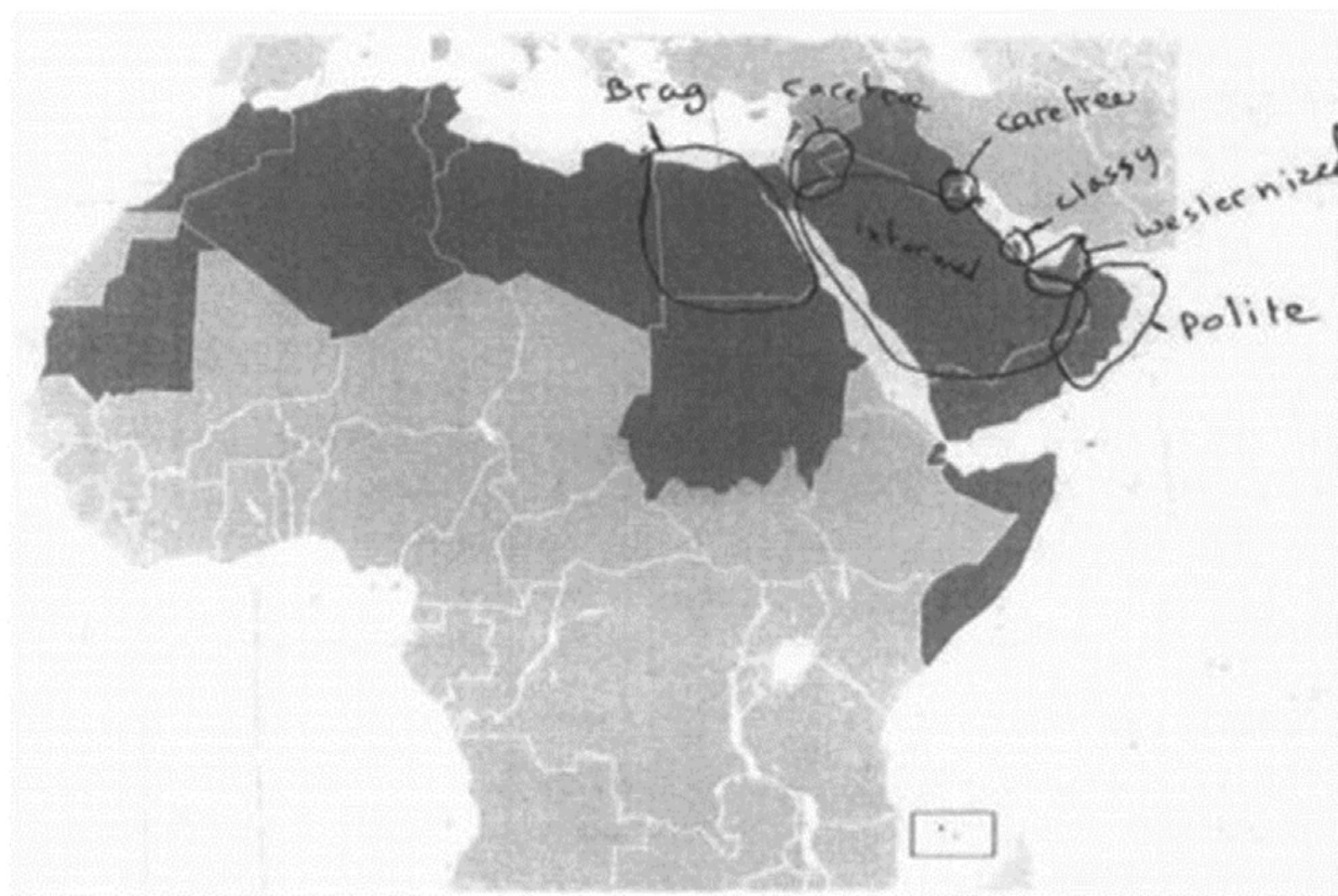
Concebemos as *técnicas operacionais* como ferramentas baseadas em abordagens diretas, destinadas a quantificar o conhecimento linguístico popular, ou a falta dele, sobre um fenômeno linguístico específico. Preston (2011) observa que muitos métodos ou procedimentos são possíveis, e enfatiza os *mapas linguísticos populares* como uma técnica operacional para a dialetologia perceptual. A isto acrescento as *sondagens de conhecimento*, que podem fazer um balanço do que é conhecido em uma comunidade, semelhante às sondagens de atitude que fazem um balanço no que diz respeito ao que é percebido ou sentido.

6.1. Mapas da linguística popular

A marca registrada da pesquisa em linguística popular é uma abordagem que se constitui em propor ao público entrevistado a tarefa de indicar em um mapa onde ele acredita que existe diversidade dialetal. De uma perspectiva crítica, estes mapas podem ser vistos como a expressão e reprodução das verdades linguísticas reivindicadas na comunidade. Tendo sua gênese na linguística aplicada e não na sociolinguística crítica, exercícios de mapeamento criam dados que permitem aos pesquisadores quantificar os graus percebidos de diferença na variação dialetal entre as comunidades. Por exemplo, temos o *método da pequena seta*, em que se pede ao entrevistado para indicar em um mapa onde os falantes percebem que

as pessoas falam mais similarmente ou mais diferentemente, desenhando pequenas setas entre regiões (RENSINK, 1955), e a *identificação por áreas*, em que se pede aos participantes que ouçam diferentes vozes e tentem localizá-las em um mapa (PRESTON, 1996b). Por fim, os exercícios de mapeamento na linguística popular convidam os participantes a representar o conteúdo e os limites de seu conhecimento geolinguístico sobre a variação da língua, bem como quaisquer atitudes que tenham em relação a variedades linguísticas específicas estabelecidas através de seus conhecimentos (BENSON, 2003; PRESTON, 1996b). Esse foi o caso do estudo de Theodoropoulou e Tyler (2014). Um mapa em branco de onde se fala a língua árabe no mundo foi dado a 42 mulheres estudantes de graduação da Universidade do Catar, a quem solicitou-se demarcar diferentes áreas de dialeto e descrevê-las em termos valorativos. A figura 1 mostra que uma estudante foi capaz de demarcar apenas certas áreas de dialeto e, ao fazer isso, estabeleceu uma correspondência entre variedade e nação. Somadas a isto, suas disposições revelaram uma orientação guiada pela oposição *nós e eles* ao considerar as variações. Isso nos mostra os limites de seu conhecimento linguístico popular sobre a diversidade dialetal em nível regional e a reprodução de estereótipos linguísticos baseados em identidades nacionais.

Figura 1. A representação linguística popular de uma estudante do Catar (THEODOROPOULOU; TYLER, 2014).



Meu argumento é que as dimensões epistêmicas das abordagens baseadas em mapas são valiosas para a sociolinguística crítica em três sentidos. Em primeiro lugar, os mapas localizam o conhecimento de uma forma que responde ao panorama do conhecimento local em sociolinguística. Esta contribuição específica dos mapas não é nova, porque Benson (2003, p. 307) observa que, além da dialetologia popular ser interessante por si só, os mapas linguísticos populares podem “informar nosso entendimento sobre os critérios que são importantes para a comunidade na definição de regiões dialetais e deve ser considerado na construção de mapas de dialeto”. Isso é importante, como Benson também observa, porque algumas pessoas podem demarcar áreas de dialeto mais com base na percepção de identidades políticas e civis,

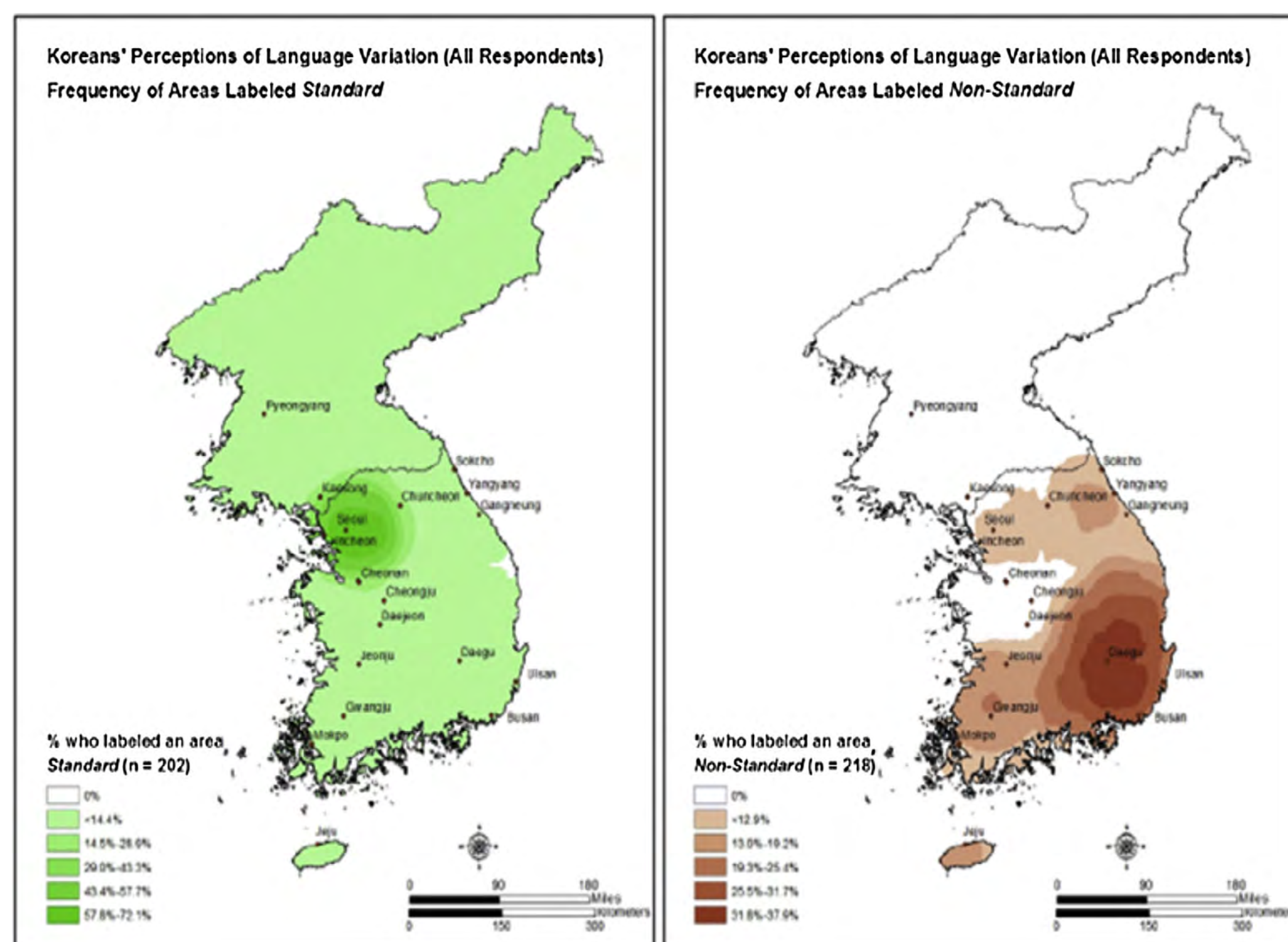
do que com base em questões linguísticas. Vemos isso claramente na pesquisa de Preston (1996b) onde o sul dos Estados Unidos é consistentemente demarcado por seus participantes estadunidenses como uma única e muitas vezes homogênea área dialetal, mesmo que os procedimentos de identificação dessas áreas sejam provenientes do fato que os falantes estadunidenses distingam entre diferentes sotaques do sul e aquilo que o povo vê como suas correspondentes origens geográficas.

A este respeito, os mapas contribuem para uma pesquisa em ciência social mais ampla sobre o nacionalismo e as identidades locais, tal como são demonstradas mediante as percepções da língua. Além disso, os mapas revelam informações que de fato *não* eram conhecidas, como foi o caso na figura 1, em que o conhecimento linguístico popular de uma estudante do Catar estava inscrito numa dialetologia que se restringia ao leste do mundo árabe. Atividades de mapeamento, portanto, ajudam a rastrear o que está hierarquizado na consciência metalinguística e aquilo que não recebe atenção.

Em segundo lugar, esses mapas podem revelar mais especificamente conhecimentos metalinguísticos sobre estereótipos e ideologias. Dependendo da atividade em questão, quando os participantes se aproximam de um exercício de mapeamento da linguística popular, eles identificam, reconstroem e transmitem as crenças coletivas gerais sobre a linguagem sem necessariamente endossar ou rejeitar essas crenças. Por exemplo, na pesquisa de Jeon e Cukor-Avila (2015), 436 mapas dialetológicos foram feitos com uma amostragem da população sul-coreana. Os dois mapas gerados por computador (Figura 2), com base em todas as respostas, mostram onde os sul-coreanos acreditam que se fala o coreano padrão e o não-padrão. Mesmo os sul-coreanos da região considerada como onde se fala tipicamente um coreano não-padrão identificaram a variedade dentro e em torno de Seul como sendo a mais padrão, independentemente de como eles se sentiam em relação a essa concepção ideológica. Essa é a reprodução de uma convenção hegemônica sobre língua em uma sociedade, em vez de expressar ou endossar a aprovação pessoal de uma ideologia.

Como sabemos, a repercussão crítica da padronização linguística inclui o desenvolvimento de estruturas e ideologias de poder linguístico que marginalizam alguns falantes, mas consideram a língua de outros mais apropriada para dicionários e representações nos espaços públicos. Na pior das hipóteses, isso pode incluir discriminações que inibem a mobilidade socioeconômica, incentiva a assimilação de línguas ou, como discutido anteriormente, impede o acesso à justiça. Estes mapas não podem explorar as repercussões das ideologias linguísticas, mas oferecem uma visualização dos estereótipos, hierarquias ou concepções hegemônicas. Eles podem manter um panorama de como ideologias específicas persistem, de forma semelhante ao que Foucault (1977) vê como a comunicação de uma determinada verdade em um particular momento histórico.

Figura 2. Imagens produzidas por um programa de computador acerca das percepções de coreanos sobre a língua coreana padrão (esquerda) e não-padrão (direita) (JEON; CUKOR-AVILA, 2015).



Em terceiro lugar, as abordagens de *identificação por áreas* provam se as pessoas têm ou não o conhecimento para distinguir variedades linguísticas, como elas demonstram isso, ou se fatores sociais e políticos mais amplos influenciam a percepção. Por exemplo, Preston apresentou sete amostras de voz para 96 participantes e pediu que relacionassem cada voz com um dos vários locais que se estendem do alto centro-oeste até o sul dos EUA. O foco era se os participantes podiam perceber características bem específicas que aumentavam gradualmente à medida que se ia em direção ao sul. Preston (2011) descobriu que os participantes eram habilidosos nesta tarefa, mas alguns afirmaram não ter consciência metalinguística suficiente para categorizar as vozes como sendo do norte ou sul. Isso nos lembra o estudo de Evans (2011), que procurou apurar conhecimentos sobre a variação da fala no estado de Washington, mas encontrou participantes que reproduziam a crença de que, de fato, nenhuma variação existe. Niedzielski (1999), por outro lado, descobriu que se os participantes em Michigan fossem levados a crer que outro falante também era de Michigan, eles provavelmente perceberiam a fala dessa pessoa de acordo com seu conhecimento pré-determinado sobre como a língua era falada em Michigan, em vez de se fiarem na realidade das amostras acústicas.

Ou seja, uma crença epistêmica de que os habitantes de Michigan falam o padrão estadunidense do inglês fazia com que os participantes ignorassem ou não registrassem variações fonéticas que, de outra forma, caracterizariam a fala dos moradores desse estado como não-padrão. As informações sociais sobre a língua, incluindo o conhecimento que reivindicavam sobre ela, podem, portanto, ter implicações críticas, uma vez que podem se sobrepor à percepção para o recrudescimento de conhecimentos específicos.

Penso que a contribuição crítica dos mapas linguísticos populares pode ser estendida a qualquer tema geolinguístico que o povo possa discutir. Fiz um estudo piloto em 2014 do conhecimento linguístico popular na Nova Zelândia sobre o multilinguismo na Europa. Esse estudo foi inspirado em uma pesquisa feita pelo *National Centre for Research on Europe* (2003), que quantificou as percepções da população neozelandesa sobre o continente europeu por meio de imagens mentais espontâneas da noção de *Europa* por intermédio de 1000 questionários feitos por telefone. Os neozelandeses normalmente associam a Europa à política, ao Euro, a um princípio de unidade e ao turismo. Meu estudo piloto apresentou um mapa da Europa, contendo apenas as fronteiras nacionais, a 13 funcionários públicos na cidade de Wellington e pediu-lhes que representassem, como eles achassem conveniente, o quadro linguístico europeu. Os dados empíricos obtidos não são plenamente confiáveis, pois se tratava de um pequeno piloto envolvendo participantes com diferentes níveis de educação, proficiência linguística e vínculos com a Europa; além disso, os participantes não foram questionados se aprovavam ou não a publicação dos mapas feitos por eles. Entretanto, a forma como os participantes abordaram essa atividade nos é de grande interesse, pois os mapas revelaram duas epistemologias linguísticas concorrentes. Cinco participantes subscreveram uma epistemologia etnonacionalista da linguagem que reconstruía, de um lado, a ideia de uma nação ou língua e, de outro, a demarcação de áreas etnolinguísticas homogêneas. Isso implicou o seguinte resultado: alguns traçaram fronteiras nacionais e atribuíram uma única língua correspondente à nação considerada (por exemplo, à Croácia foi atribuído o croata), enquanto outros demarcaram áreas etnolinguísticas que podiam atravessar fronteiras nacionais, mas assumiam uma correlação direta entre etnicidade e uma língua nativa (BLOMMAERT, 2006) (por exemplo, alguns delimitaram uma área etnolinguística expandida monolíngue do russo para incluir os países bálticos, Ucrânia, Belarus e Romênia). Os demais participantes não fizeram distinção entre essas duas formas de entendimento. Nações inteiras foram associadas a um rol de proficiência que refletia múltiplas línguas que, de acordo com os participantes, as pessoas daquele país falavam (por exemplo, a Finlândia foi marcada em três mapas como sendo uma nação de falantes do finlandês, do russo, e do inglês).

Essas duas abordagens incorporam epistemologias diferentes e implicam relações de poder entre as línguas. Uma delas enxerga a língua no seu contexto moderno, de construção da nação que legitima a língua de determinado segmento nacional e a normatividade do monolinguismo social, com exclusão das minorias. A outra é pós-moderna, pois concebe a língua como um repertório de competências em uma Europa regionalizada, ao mesmo tempo, que integrada em redes. Seguir adiante com essa pesquisa, especialmente dentro da Europa e realizada com cidadãos europeus, no contexto da política europeia que promove a diversidade, seria algo de grande valor para a sociolinguística crítica. Dado que os mapas são expressões de

saberes reivindicados pelo povo, uma análise por meio dessa ferramenta poderia considerar se o conhecimento sobre multilinguismo é ou não normativo, até que ponto os participantes sabem e valorizam as línguas indígenas e outras línguas minoritárias, que *status* político e geográfico eles atribuem às línguas específicas e, sobretudo, que epistemologias linguísticas vemos refletidas nesse envolvimento cognitivo. Acredito que isso forneceria dados cruciais sobre oportunidades epistêmicas e desafios para os formuladores de políticas preocupados em promover a diversidade.

6.2. Pesquisas de sondagem de conhecimento

As pesquisas do tipo *sondagem* têm sido utilizadas há bastante tempo na sociolinguística para obter informações atitudinais, em termos quantitativos e qualitativos, com relação a vários temas linguísticos. Isso incluiu, por exemplo, atitudes em relação ao uso da língua, línguas minoritárias, e até mesmo políticas linguísticas (ver, por exemplo, BAKER, 1992; GARRETT, 2010). Para sondar atitudes por meio de uma pesquisa desse estilo, os participantes geralmente recebem declarações que oferecem posições avaliativas sobre tópicos específicos e pedem que eles avaliem ou expliquem sua discordância/concordância. Geralmente, os tópicos que merecem ser estudados são aqueles considerados como atrativos à opinião pública, como a educação bilíngue e a manutenção da língua de herança. Uma abordagem semelhante pode ser adotada para sondar conhecimentos linguísticos populares.

Essas pesquisas podem apresentar ao povo fatos ou opiniões produzidas sobre a língua que são postos em circulação pelos discursos locais e, assim, reproduzir as relações linguísticas de poder, permitindo aos pesquisadores examinar até que ponto, e por que, as pessoas concordam ou discordam com esses fatos ou opiniões. Cabe lembrar que o conhecimento pode ser categorizado de diferentes maneiras, pois as pesquisas são uma ferramenta especialmente valiosa para investigar se ontologias específicas, epistemologias ou conhecimentos normativos dentro de uma ideologia possuem alguma relevância local. Por exemplo, Albury (2016) fez um estudo com cerca de 1300 jovens neozelandeses sobre o que eles dizem saber sobre a revitalização da língua māori, incluindo o que significa, como é posto em desenvolvimento e a razão de ser desse projeto. As pesquisas de sondagem de conhecimento diferem das pesquisas atitudinais, na medida em que, nestas últimas, as pessoas podem apresentar uma atitude espontânea, enquanto na pesquisa de conhecimento se investiga a extensão de como o povo pode concordar com ideias específicas com base naquilo que ele já conhece. No entanto, nem sempre há um conhecimento preexistente. Isso gera o risco de que as pesquisas, inadvertidamente, levem os participantes a endossar ou a rejeitar uma declaração epistêmica sem de fato deter algum conhecimento linguístico popular que fundamente suas respostas. Portanto, também deve-se solicitar aos participantes que expliquem, em termos qualitativos,

por que eles responderam da forma como o fizeram, para que suas respostas possam assim ser analisadas como um discurso metalinguístico.

Dessa maneira, a pesquisa de Albury (2016) constatou que um grupo muito grande de jovens neozelandeses definiu a revitalização da língua māori, e até o próprio conceito de vitalidade, para finalidades locais, mas de uma maneira que a teoria da implementação dessa política linguística não se adequava ao discurso do governo da Nova Zelândia. Os jovens rejeitaram a posição epistêmica de que a língua indígena está em relação direta com sua identidade étnica, que a revitalização inclui a padronização da linguagem, e que a transmissão intergeracional da língua no ambiente doméstico é essencial para a vitalidade da língua. Em vez disso, esses jovens argumentaram que é nas salas de aula onde acontece a revitalização da língua, que a língua estabelece uma identidade bicultural e interétnica, e que a autêntica revitalização da língua prioriza a tradição oral acima de uma planificação de *corpora* textuais. Isso revela uma poderosa contradição epistêmica entre os jovens neozelandeses, os formuladores de políticas e os teóricos sobre o que é a revitalização, o que ela compreende, quem deve envolver e quais objetivos deve alcançar. Em última instância, a aplicação de uma teoria de origem externa sobre uma situação indígena local equivale à imposição de um regime de verdade estrangeiro que silencia as perspectivas e os sentimentos linguísticos locais.

O conteúdo do conhecimento linguístico popular também ajuda a explicar fenômenos que os formuladores de políticas e sociolinguistas podem ver como desafios ou possíveis fracassos, tais como, os avanços limitados do aumento do uso da língua māori em casa e o declínio das matrículas nas disciplinas de *māori-medium*, que enfatizam a autodeterminação indígena em vez da identidade nacional bicultural. Diante disso, o que pode ser visto como um obstáculo de uma perspectiva orientada por uma matriz teórica ocidental pode também ser transformado através de uma reinvenção e reconfiguração da revitalização linguística através da diversidade epistemológica.

7. Técnicas discursivas

Como sabemos, a análise do discurso e da fala está bem estabelecida no campo da sociolinguística crítica. Preston (2011, p. 34) defende especialmente o foco em “abordagens linguísticas para o conteúdo metalinguístico da fala sobre a fala”. O objetivo desse trabalho reside especificamente na descoberta do conhecimento linguístico popular, analisando não apenas o que é dito *abertamente* sobre língua e linguística, mas também o que é pressuposto sobre a natureza da linguagem como um conhecimento compartilhado que estrutura o discurso metalinguístico. Não é surpresa que os linguistas populares possam afirmar abertamente o que asseveram saber uma vez impelidos a fazer isso. Em entrevistas realizadas com as mães

questionadas sobre a decisão de criar ou não seus filhos como bilíngues em espanhol e inglês, King e Fogle (2006) descobriram conhecimentos declarados abertamente sobre o bilinguismo infantil. Esse trabalho não foi inscrito como um projeto em linguística popular, mas o conhecimento popular influenciou as decisões dos pais de transmitir ou não o espanhol como língua de herança. Por exemplo, Mimi, uma das entrevistadas, explicou que ela vai criar seu filho como bilíngue porque “tudo o que eu li sobre esse assunto diz que isso só vai torná-lo mais inteligente, e você sabe que os torna melhores em matemática e mais apreciadores de outras culturas – e é isso o que eu realmente quero para ele” (p. 701). Aqui, seu conhecimento linguístico popular parece não ser formado por uma ideologia social em si, mas por um conhecimento incidental que ela adquiriu. De uma perspectiva crítica, isto prova que o conhecimento demonstrado por um indivíduo pode ter consequências reais na vida local (FOUCAULT, 1977), mesmo que esse conhecimento seja apresentado por apenas um indivíduo.

A análise de Albury (2016) sobre os jovens neozelandeses que diz respeito à revitalização da língua *māori*, mencionada anteriormente, descobriu que o conhecimento linguístico popular declarado abertamente era tão poderoso que até mesmo ofuscava ou obscurecia atitudes linguísticas. Por exemplo, um entrevistado contrastou suas atitudes negativas sobre o destaque dado ao *status* da língua *māori* com seu próprio conhecimento linguístico de que um planejamento do *status* da língua é necessário, explicando: “não concordo que isso deva ser usado em mais situações, mas é assim que a língua será revitalizada” (p. 299). Além disso, respostas atitudinais quantitativas à proposta de que a *língua māori deveria se tornar uma disciplina obrigatória no sistema escolar neozelandês* produziram reações negativas, as quais foram racionalizadas por concepções qualitativas e não por simples disposições negativas, de um modo que a psicologia social tradicional teria passado ao largo. A questão de tornar essa língua obrigatória no sistema escolar é controversa, ocupa o espaço do discurso da política linguística local, e não é amplamente apoiado. Entretanto, a razão para esta atitude entre os participantes da pesquisa se apoia no fato de que eles tinham a seguinte opinião:

[...] não há professores suficientes [para que isso] seja uma opção viável. Aulas de idioma mal ensinadas seriam um desastre (desapontando pais e alunos) e não haveria aprendizagem efetiva em andamento. Deveria apenas considerar tornar esse ensino obrigatório quando e se houver número suficiente de professores competentes para tal (p. 303).

Esse tipo de pensamento coloca em xeque muitas alegações de que as atitudes contra o ensino obrigatório de línguas são simplesmente manifestações de neozelandeses que se posicionariam como inimigos da revitalização da língua *māori* (BAUER, 2008; HARLOW, 2005). O ponto central aqui é que uma abordagem da linguística popular identificou um raciocínio epistêmico local que a academia, com uma suposta autoridade sobre o conhecimento, não tinha

manifestado ou, ainda, um raciocínio que não havia sido verificado por meio da metodologia tradicional sobre as atitudes linguísticas.

Por outro lado, o conhecimento linguístico popular também pode estar implícito ou pressuposto dentro do discurso metalinguístico. O que chamamos de *pressuposto* pode envolver especialmente ontologias e epistemologias de linguagem que constituem um senso comum partilhado, de tal forma que não precisam ser declaradas, mas ainda assim estruturam a fala metalinguística. Em relação a isso, Preston (1994) se refere especialmente a entrevistas sobre linguística popular, conduzidas por um estudante de pós-graduação sobre o inglês afro-americano, em que estas discussões pressupunham verdades linguísticas compartilhadas, incluindo a existência de dialetos nos Estados Unidos e a opinião de que os dialetos se manifestavam mais no interior da região Sul, e que o inglês afro-americano é um etnoleto identificável. Estes pressupostos foram essenciais para a fala metalinguística dos participantes sobre o inglês afro-americano.

Acredito que esse tipo de conhecimento pressuposto pode ser de interesse específico para a sociolinguística crítica, para a qual isso equivaleria ao conhecimento normativo que cria ou sustenta as desigualdades. Por exemplo, Albury (2017b) discute a fala metalinguística na Malásia através da análise linguística popular orientada para o conteúdo (PRESTON, 1994). Foram realizadas vinte e quatro discussões em grupos específicos, com jovens malaios, chineses e indianos em universidades de toda a península da Malásia para investigar o multilinguismo a partir de uma perspectiva epistêmica da linguística popular, incluindo a política de língua malaia e seus impactos, mudança de língua, línguas mistas, além do multilinguismo social e individual. Uma indagação crítica particular que o autor teve foi por que o mandarim é usado como uma língua franca entre as comunidades chinesas, sendo a única língua do ensino médio chinês, ainda que as migrações históricas trouxessem várias línguas chinesas para a Malásia, mas não o mandarim. Uma perspectiva crítica nos leva a um questionamento sobre o *status* e a marginalização dessas variedades não-mandarinas. Por meio de uma ontologia e uma epistemologia locais sobre a linguagem, de matriz não ocidental, e partindo de dentro do discurso linguístico popular, esclareceu-se porque esta hierarquia linguística existe. Vemos isso nos seguintes diálogos:

(1) – Pesquisador: E por que você fala mandarim entre grupos chineses? Você sabe que o cantonês também é uma língua importante, então por que não usar o cantonês?

Estudante 2: Então, para nos basearmos no que faz a China, eles colocam o mandarim como língua materna.

Pesquisador: Por que não ensinam em hokkien ou cantonês?

Estudante 1: Porque somos chineses, então devemos aprender nossa língua materna.

(2) – Pesquisador: Sim, ok. O que torna o hokkien e o mandarim diferentes?

Estudante 2: Hokkien é um dialeto, mas o mandarim é uma língua.

Estudante 4: Isso mesmo.

Pesquisador: Certo; e se passa algo distinto com o cantonês?

Estudante 4: O cantonês também é um dialeto.

Estudante 2: Outro dialeto, realmente.

Estudante 4: O mandarim é uma língua e, no caso dos dialetos, temos o hakka, o cantonês, o hokkien, o teochew. Possuímos muitos dialetos.

Temos duas suposições-chave que esclarecem por que o mandarim é colocado em posição superior em relação a outros idiomas chineses. O primeiro diálogo revela o pressuposto ontológico de que uma língua materna é sempre a língua de um coletivo étnico e não está relacionada com uma possível proficiência individual, e que a língua materna de todo o povo chinês deve ser o mandarim. Isso se explica pelo fato de o mandarim ter “certo prestígio político, social, econômico ou simbólico que conta como a única língua chinesa que pode criar uma identidade étnica chinesa integrada” (ALBURY, 2017b, p. 17). Em segundo lugar, e de forma bem relacionada, essa concepção ontológica conduziu os estudantes para pressuporem, no segundo diálogo, que as línguas chinesas não-mandarim não podem ser definidas como línguas em si próprias. Isso se explica pela busca dos estudantes em tentar construir uma identidade etnolinguística que, embora em um contexto de diáspora, seja tão homogênea quanto possível. De uma perspectiva sociolinguística crítica, estes elementos de conhecimento linguístico popular – como manifestações de visões do mundo local – explicam por que línguas não-mandarins não são usadas pelos grupos de chineses. Uma visão do mundo ocidental teria dificuldades para identificar e compreender este fenômeno porque as ontologias ocidentais da linguagem geralmente definem a língua materna não como a língua do grupo étnico, mas conforme a(s) língua(s) em que alguém é criado. Não incluir uma visão do mundo chinês-malaia em tal análise, no entanto, deslocaria radicalmente um paradigma conceitual local pertinente em favor de uma visão de mundo externa. Ou seja, esse fenômeno chinês-malaio só pôde realmente ser compreendido por intermédio de uma visão do mundo também chinês-malaia que um projeto de pesquisa da linguística popular foi capaz de verificar.

8. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi mostrar que os métodos de pesquisa em linguística popular também podem trazer contribuições valiosas para a sociolinguística crítica, mas de uma forma diferente da análise do discurso, da análise de conversação e da etnografia, que tendem a se inspirar na literatura acadêmica sobre a relação entre linguagem e o poder. Dessa forma, como os métodos da linguística popular abrangem pesquisas quantitativas e qualitativas, direta

e indiretamente, e seus interesses abrangem uma ampla gama de tópicos, suas possíveis contribuições críticas são igualmente amplas. Ao delinear técnicas de pesquisa em linguística popular, e ao lançar um olhar crítico às suas concepções e seus resultados, este capítulo procurou mostrar que os métodos da linguística popular podem ser de grande valia para identificar e elucidar relações epistêmicas de poder e como elas se manifestam tanto na comunidade quanto em nossas próprias pesquisas enquanto sociolinguistas.

O princípio teórico adotado aqui não é novo, mas embasa-se na teoria crítica: a expressão ou aplicação do conhecimento, seja na comunidade ou no meio acadêmico, identifica ou reproduz verdades e ideias específicas enquanto marginaliza outras (FOUCAULT, 1977, 1980; HALL, 2001). A afirmação e a operacionalização do conhecimento são dependentes das relações de poder e tecidas em desigualdades, quer seja entre línguas e falantes ou em decisões sobre como regular a diversidade. Este conhecimento pode emergir de várias formas, seja enraizado profundamente dentro de uma ontologia ou epistemologia linguística, seja formando parte de uma ideologia da linguagem ou se mostrando nas idiossincrasias. Portanto, suas implicações são diversas.

Meu argumento reside, pois, na premissa de que a linguística popular oferece um conjunto de ferramentas metodológicas adicionais para o campo de pesquisa da sociolinguística crítica. Com base na literatura acadêmica existente e pertinente sobre o tema, este trabalho mostrou que diferentes métodos da linguística popular oferecem múltiplas oportunidades teóricas e empíricas para identificar e elucidar o conhecimento como uma forma de poder. Por um lado, as análises em linguística popular podem identificar e verificar como o conhecimento normativo na sociedade, em última instância, pedestaliza certas línguas e falantes, marginalizando outros. Da mesma forma, a linguística popular pode mostrar que convenções e reivindicações normativas ainda dominam o conhecimento metalinguístico. Os testes feitos com mapas linguísticos populares, por exemplo, revelam como as próprias comunidades percebem a relação entre a língua e a nacionalidade; além disso, são importantes ferramentas para evidenciar o conhecimento metalinguístico sobre língua padrão e não-padrão. As pesquisas de sondagem de conhecimento nos permitem quantificar e qualificar as tendências epistemológicas da política, por exemplo, na definição da vitalidade linguística, dos agentes da língua e dos objetivos linguísticos. Outras abordagens, tais como, as antropológicas, análise da conversação e técnicas folclóricas revelaram, por exemplo, o papel do “ouvir dizer” para decidir se uma língua de herança deveria ser mantida, bem como os impactos concretos nas instâncias judiciais de uma sala de audiências que não conhece a diversidade dialetal. Tal conhecimento, que tem implicações críticas quando posto em prática, é identificável através de pesquisas em linguística popular, na medida em que investiga como as pessoas de uma dada comunidade entendem e constroem seu próprio mundo linguístico.

Por outro lado, esses métodos também operacionalizam o crescente apelo pós-moderno para descentralizar o conhecimento sociolinguístico no que diz respeito ao conhecimento detido por determinados grupos. Isso pode contribuir para o conhecimento institucional com ontologias e epistemologias locais da linguagem, ou seja, como sociolinguistas podemos obter uma apreciação muito mais matizada das histórias locais, das preferências e comportamentos conforme vão sendo informados pelos contextos epistêmicos locais. Vimos isso acontecer no caso em que existia dissonância entre os relatos acadêmicos da mudança linguística na Louisiana e a própria memória que a comunidade tinha da sua história sociolinguística.

Destarte, buscamos trazer uma contribuição mais ampla aqui, mostrando que a pesquisa em linguística popular pode ajudar a enfrentar o domínio contínuo das visões de mundo ocidentais nos estudos sociolinguísticos. O pós-modernismo e a teoria crítica nos convidam, como pesquisadores, a refletir sobre as concepções fundantes em nossa sociedade e os preconceitos que trazemos ao nosso trabalho. Nesse sentido, a linguística popular nos permite investigar ativamente como as diferentes culturas e visões de mundo percebem a natureza da linguagem. Isso foi, por exemplo, claramente visível na discussão conduzida por Albury sobre a concepção linguística popular do chinês-malaio, em que uma perspectiva ocidental da língua materna não compreenderia uma visão de mundo local que associa as línguas maternas à identidade étnica intergeracional, em vez de associá-las a um princípio de proficiência. No espírito da descolonização sociolinguística, os métodos da linguística popular nos ajudam a identificar, demonstrar, legitimar e aplicar mais ontologias e epistemologias da linguagem do que aquelas ocidentalizadas que comumente estruturam as análises sociolinguísticas. Isso, como assevera Pennycook (2004), nos ajuda a passar de *críticos modernos* para *críticos sociolinguistas*, ou, nas palavras de Lorde (1984), a desmontar “o mestre” por meio de outras ferramentas que não as “do mestre”.

Referências

ALBURY, N. J. Defining Maori language revitalisation: a project in folk linguistics. **J. Sociolinguist.**, v. 20, p. 287-311, 2016.

ALBURY, N. J. The power of folk linguistic knowledge in language policy. **Lang. Policy**, v. 16, p. 209-228, 2017a.

ALBURY, N. J. Mother tongues and languaging in Malaysia: Critical linguistics under critical examination. **Lang. Soc.**, 2017b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S0047404517000239>

ALVERSON, H. **Semantics and Experience: Universal Metaphors of Time in English, Mandarin, Hindi, and Sesotho.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

ALVESSON, M. **Postmodernism and Social Research**. Open University Press, Buckingham, Philadelphia, 2002.

BAKER, C. **Attitudes and Language. Multilingual Matters, Clevedon**. 2008.

BAUER, W. Is the health of te reo Maori improving? **Te Reo**, v. 51, p. 33-73, 1992.

BENSON, E. J. Folk linguistic perceptions and the mapping of dialect boundaries. **Am. Speech**, v. 78, p. 307-330, 2003.

BLOMMAERT, J. Language ideology. *In*: BROWN, K. (ed.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 510-522.

BLOMMAERT, J. Language, asylum, and the national order. **Curr. Anthropol.**, v. 50, p. 415-441, 2009.

BLOMMAERT, J. Citizenship, language, and superdiversity: towards complexity. **J. Lang. Identity Educ.**, v. 12, p. 193-196, 2013.

BLYTH, C. The sociolinguistic situation of Cajun French: the effects of language shift and language loss. *In*: VALDMAN, A. (ed.). **French and Creole in Louisiana**. New York: Plenum, 1997. p. 25-46.

CANAGARAJAH, S. Reconstructing local knowledge, reconfiguring language studies. *In*: CANAGARAJAH, A. S. (ed.). **Reclaiming the Local in Language Policy and Practice**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005. p. 3-24.

CAVANAUGH, J. R. Remembering and forgetting: ideologies of language loss in a northern Italian town. **J. Linguist. Anthropol.**, v. 14, p. 24-38, 2004.

CHAVEZ, M. Learners' descriptions of German pronunciation, vocabulary, and grammar: a folk linguistic account. **Unterrichtspraxis (Teach. Ger.)**, v. 42, p. 1-18, 2009.

CRANG, M.; COOK, I. **Doing Ethnographies**. London: Sage Publications, 1994.

DEAN, M. **Critical and Effective Histories: Foucault's Methods and Historical Sociology**. London: Routledge, 1994.

DUCHÊNE, A.; HELLER, M. (ed.). **Language in Late Capitalism: Pride and Profit**. New York & London: Routledge, 2012.

EVANS, B. "Seattletonian" to "faux hick": perceptions of English in Washington state. **Am. Speech**, v. 86, p. 383-414, 2011.

FOUCAULT, M. **Discipline and Punish**. London: Travistock, 1980.

FOUCAULT, M. **Power/knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977**. Brighton: Pantheon, 1977.

GARRETT, P. **Attitudes to Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GUMPERZ, J. Linguistic and social interaction in two communities. **Am. Anthropol.**, v. 66, p. 137-153, 1964.

HABERMAS, J. **Knowledge and Human Interests**. 2. ed. London: Heinemann, 1978.

HALL, S. Foucault: power, knowledge and discourse. *In*: WETHERELL, M.; TAYLOR, S.; YATES, S. J. (ed.). **Discourse Theory and Practice: A Reader**. London: Sage Publications, 2001. p. 72-81.

HARLOW, R. Covert attitudes to Maori. **Int. J. Sociol. Lang.**, p. 133-147, 2005.

HORKHEIMER, M. *Critical Theory*. Seabury Press, New York. Hornberger, N., 1988. Language ideology in Quechua communities of Puno, Peru. **Anthropol. Linguist.**, v. 30, p. 214-235, 1982.

HORNBERGER, N. Multilingual language policies and the continua of biliteracy: an ecological approach. **Lang. Policy**, v. 1, p. 27-51, 2002.

HORNBERGER, N. H. Continua of biliteracy. *In*: HORNBERGER, N. H.; BAKER, C. (ed.). **Continua of Biliteracy: An Ecological Framework for Educational Policy, Research, and Practice in Multilingual Settings**. Clevedon: Multilingual Matters, 2003. p. 3-34.

HYMES, D. The ethnography of speaking. *In*: GLADWIN, T.; STURTEVANT, W. C. (ed.). **Anthropology and Human Behavior**. Anthropological Society of Washington: Washington, DC, 1962. p. 13-53.

HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. *In*: GUMPERZ, J., HYMES, D. (ed.). **Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication**. New York: Holt, Rinehart, & Winston, 1972. p. 35-71.

HYMES, D. Discovering oral performance and measured verse in American Indian narrative. **New Lit. Hist.**, p. 431-457, 1977.

HYMES, D. **Ethnography, Linguistics, Narrative Inequality: Toward an Understanding of Voice**. London, Bristol: Taylor & Francis, 1996.

JEON, L.; CUKOR-AVILA, P. "One country, one language"?: mapping perceptions of dialects in South Korea. **Dialectol. Rev. Electròn.**, p. 17-46, 2015.

JOHNSON, D. C. Critical discourse analysis and the ethnography of language policy. **Crit. Discourse Stud.**, v. 8, p. 267-279, 2011.

KING, K. A. Language ideologies and heritage language education. **Int. J. Biling. Educ. Biling.**, v. 3, p. 167-184, 2000.

KING, K.; FOGLE, L. Bilingual parenting as good parenting: parents' perspectives on family language policy for additive bilingualism. **Int. J. Biling. Educ. Biling.**, v. 9, p. 695-712, 2006.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors We Live By**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

LORDE, A. The master's tools will never dismantle the master's house. *In*: LORDE, A. (ed.). **Sister Outsider: Essays and Speeches**. Santa Cruz: The Crossing Press, 1984. p. 110-113.

MEADOWS, B. Examining the role of nationalism in folk theories of language: the case of language complaints in multilingual settings. **Int. J. Appl. Linguist.**, v. 24, p. 337-356, 2014.

MERTZ, E. Sociolinguistic creativity: Cape Breton Gaelic's linguistic tip. *In*: DORIAN, N. C. (ed.). **Investigating Adolescence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 103-116.

MESTHRIE, R. Critical sociolinguistics: approaches to language and power. *In*: MESTHRIE, R.; SWANN, J.; DEUMERT, A.; LEAP, W. L. (ed.). **Introducing Sociolinguistics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. p. 316-353.

MIŁOBÓG, M.; GARRETT, P. Perceptions of and attitudes towards regional varieties of Polish: views from two Polish provinces. **Lang. Aware.**, v. 20, p. 275-293, 2011.

National Centre for Research on Europe. External Perceptions of the European Union. A Survey of New Zealanders' Perceptions and Attitudes towards the European Union. University of Canterbury, Christchurch, 2003.

NIEDZIELSKI, N. The effect of social information on the perception of sociolinguistic variables. **J. Lang. Soc. Psychol.**, v. 18, p. 62-85, 1999.

NIEDZIELSKI, N.; PRESTON, D. **Folk Linguistics**. Berlin: Walter de Gruyter, 1999.

NIEDZIELSKI, N.; PRESTON, D. Folk pragmatics. *In*: SENFT, G.; ÖSTMAN, J.-O.; VERSCHUEREN, J. (ed.). **Culture and Language Use**. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 146-155.

PEARCE, M. 2009. A perceptual dialect map of north east England. **J. Engl. Linguist.**, v. 37, p. 162-192, 2009.

PENNYCOOK, A. Critical applied linguistics. *In*: DAVIES, A.; ELDER, C. (ed.). **The Handbook of Applied Linguistics**. Malden, MA: Blackwell, 2004. p. 784-807

PRESTON, D. Perceptual Dialectology. FORIS, D.; PRESTON, D. 1993. The uses of folk linguistics. **Int. J. Appl. Linguist.**, v. 3, p. 181-259, 1986.

PRESTON, D. Content-oriented discourse analysis and folk linguistics. **Lang. Sci.**, v. 16, p. 285-331, 1994.

PRESTON, D. Whaddayaknow?: the modes of folk linguistic awareness. **Lang. Aware.**, v. 5, p. 40-74, 1996a.

PRESTON, D. Where the worst English is spoken. *In*: SCHNEIDER, E. W. (ed.). **Focus on the USA**. Amsterdam: John Benjamins B.V., 1996b. p. 297-360.

PRESTON, D. Perceptual dialectology: aims, methods, findings. *In*: BEERNS, J. V. M. J. (ed.). **Trends in Linguistics Studies and Monographs**. Berlin: de Gruyter, 2002. p. 57-04.

PRESTON, D. Methods in (applied) folk linguistics: getting into the minds of the folk. **AILA Rev.**, v. 24, p. 15-39, 2011.

RENSINK, W. Dialectindeling naar opgaven van medewerkers. **Mededelingen der Centrale Commissie voor Onderzoek van het Nederlandse Volkseigen**, v. 7, p. 20-23, 1955.

RICKFORD, J. R.; KING, S. Language and linguistics on trial: hearing Rachel Jeantel (and other vernacular speakers) in the courtroom and beyond. **Language**, v. 92, p. 948-988, 2016.

ROMAINE, S. Planning for the survival of linguistic diversity. **Lang. Policy**, v. 5, p. 443-475, 2006.

RYON, D. Cajun French, sociolinguistic knowledge, and language loss in Louisiana. **J. Lang. Identity Educ.**, v. 1, p. 279-293, 2002.

RYON, D. Language death studies and local knowledge: the case of Cajun French. *In*: CANAGARAJAH, A. S. (ed.). **Reclaiming the Local in Language Policy and Practice**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005. p. 55-72.

SCHIFFMAN, H., Language policy and linguistic culture. *In*: RICENTO, T. (ed.). **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Malden: Blackwell, 2006. p. 111-125.

- SCHÜTZ, A. On the methodology of the social sciences. *In*: SCHÜTZ, A. (ed.). **The Problem of Social Reality**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, The Hague, London, 1962. p. 3-47.
- SHERZER, J. Discourse-centered approach to language and culture. **Am. Anthropol.**, v. 89, p. 295-309, 1987.
- SIDNELL, J.; STIVERS, T. **The Handbook of Conversation Analysis**. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.
- SILVERSTEIN, M. Encountering language and languages of encounter in North American ethnohistory. **J. Linguist. Anthropol.**, v. 6, p. 126-144, 1996.
- SMAKMAN, D.; HEINRICH, P. **Globalising Sociolinguistics: Challenging and Expanding Theory**. London: Routledge, 2015.
- THEODOROPOULOU, I.; TYLER, J. Perceptual dialectology of the Arab world: a principal analysis. **Al-LArabiyya J. Am. Assoc. Teach. Arabic**, v. 47, p. 21-39, 2014.
- TOLLEFSON, J. W. Critical theory in language policy. *In*: RICENTO, T. (ed.). **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Malden: Blackwell, 2006. p. 42-59.
- VAN DIJK, T. The discourse-knowledge interface. *In*: WEISS, G.; WODAK, R. (ed.). **Critical Discourse Analysis. Theory and Interdisciplinarity**. London: Macmillan, 2003. p. 85-109.
- WALSH, M. A case of language revitalisation in "settled" Australia. **Curr. Issues Lang. Plan. 2**, p. 251-258, 2001.
- WEISS, G.; WODAK, R. **Critical Discourse Analysis**. Springer, 2007.
- WHITELEY, P. Do "language rights" serve indigenous interests? Some Hopi and other queries. **Am. Anthropol.**, v. 105, p. 712-722, 2003.
- WIDDOWSON, H. Coming to terms with reality: applied linguistics in perspective. **Applied Linguistics for the 21st Century. AILA Rev.**, v. 14, p. 2-17, 2001.
- WILTON, A.; STEGU, M., Bringing the "folk" into applied linguistics: an introduction. **AILA Rev.**, v. 24, p. 1-14, 2011.
- WODAK, R.; MEYER, M., **Methods for Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2009.
- WODAK, R.; MRAL, B.; KHOSRAVINIK, M. Right-wing Populism in Europe: Politics and Discourse. **Bloomsbury Academic**, London, New York, 2013.

WRIGHT, S. **Language Policy and Language Planning: From Nationalism to Globalisation.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

WRIGHT, S. The right to speak one's own language: reflections on theory and practice. **Lang. Policy**, v. 6, p. 203-224, 2007.

Os dicionários colaborativos *on-line*: objetos metalinguísticos profanos³⁴

Por Kaja Dolar

Tradução de Roberto Leiser Baronas

34 Uma versão modificada deste texto foi publicada em francês na revista *Les Carnets du Cediscor* [on-line], 14 | 2018, postado em 22 novembro de 2018, consultado em 01 março 2021. Disponível em Kaja Dolar, "Les dictionnaires collaboratifs en ligne, des objets métalinguistiques profanes". URL: <http://journals.openedition.org/cediscor/1161>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cediscor.1161>.

Todo dicionário é em si mesmo um objeto metalinguístico por excelência, mas a questão da metalinguagem se articula de maneira singular no quadro da lexicografia colaborativa *on-line*. Os dicionários colaborativos *on-line*, como o *Wikidicionário*, por exemplo, são bases lexicais editadas por voluntários. Esses dicionários nascem com a web 2.0, que marca a passagem de páginas web estáticas para páginas dinâmicas e tornam possível a criação e a modificação colaborativas, fenômenos muito recentes e, no momento, ainda pouco estudados. Dois dicionários colaborativos são objetos do nosso estudo: o dicionário francófono *La Parlure: o dicionário colaborativo do francês falado* e esloveno *Razvezani jezik, Slovar žive slovenščine (A língua desatada: dicionário livre do esloveno vivo)*. A escolha desses dicionários se baseia nos seguintes critérios: nos dois casos, trata-se inteiramente de dicionários colaborativos (não há fases de validação ou de moderação nas proposições dos verbetes), são monolíngues, gerais e de extensão similar (5000 e 5500 entradas, respectivamente). Esses pontos tornam o nosso *corpus* diretamente comparável e o fato de escolhermos dicionários de línguas diferentes nos permite uma abertura interlinguística, abrindo caminho para análises comparativas ulteriores. O objetivo dessa contribuição é apresentar esses dicionários colaborativos como objetos metalinguísticos profanos e também estudar as particularidades metalinguísticas desse gênero discursivo que é relativamente recente.

Num primeiro momento, nos debruçamos sobre a noção de lexicografia colaborativa e seu estatuto entre “linguística popular” e “linguística científica”. Depois de apresentarmos os dois dicionários, que constituem o nosso *corpus* de estudos, descrevemos as características da sua metalinguagem. Nesse sentido, muitas questões são levantadas: qual é a natureza da metalinguagem nos dicionários colaborativos? Essa metalinguagem está situada em um *continuum* entre um polo científico e um polo ordinário? Como os colaboradores comentam seu próprio discurso e qual é a função desses comentários nos verbetes propostos? Há um espaço para a experiência pessoal? Enfim, qual é o papel dessa experiência na construção da posição discursiva do redator dos verbetes?

1. Dicionários colaborativos *on-line*: objetos produzidos por não-linguistas

Os dicionários colaborativos *on-line* são objetos convencionais: seus usuários podem não somente consultar o dicionário, mas também participar de maneira ativa, criar entradas, retomar verbetes existentes corrigindo-os, completando-os. A lexicografia colaborativa é um fenômeno relativamente recente, o primeiro dicionário colaborativo *on-line*, *Urban dictionary*³⁵, data de 1999. Depois dessa data, um número muito grande de dicionários colaborativos, mais

35 Disponível em: <https://www.urbandictionary.com/>.

ou menos especializados e em diferentes línguas, passou a ser desenvolvido no mundo inteiro. Definimos a lexicografia colaborativa, apoiando-nos notadamente nos trabalhos de Cotter e Damaso (2007), Granger (2012), Meyer e Gurevych (2012) como um gênero *dicionarístico* que integra as contribuições de uma comunidade e que cria, via internet, um espaço virtual em que os colaboradores se apoiam e colaboram com a redação dos verbetes.

1.1. O que sabemos dos colaboradores?

As informações dos usuários dos dicionários colaborativos *on-line* são muito restritas. Na maioria dos *sites*, por conta de questões confidenciais, essas informações não estão disponíveis. É difícil saber quem contribui com os dicionários colaborativos. Todavia, podemos supor que a maioria dos elaboradores de verbetes é composta por não-linguistas, isto é, “locutores/as ordinários/as, cuja cultura e práticas sociais não comportam saberes particulares, especializados sobre a língua” (PAVEAU, 2008b, p. 148). Dito de outro modo, trata-se de um “locutor que produz enunciados metalinguísticos não se fundamentando na linguística científica” (ibid.). as categorias de linguista (“linguista profissional, isto é, especialista em ciências da linguagem, enquanto disciplina científica”, ibid., p. 147-148) e de não-linguista não são, portanto, distintas, mas se apresentam segundo um *continuum* (ibid.):

Entre esses dois, a massa dos não-linguistas às vezes se aproxima dos saberes científicos (escritores, corretores, professores, pesquisadores de outras disciplinas como historiadores e sociólogos e certos jornalistas), mas às vezes se distancia desses mesmos saberes, adotando atitudes metalinguísticas menos fundamentadas linguisticamente do que os anteriores (humoristas, observadores da vida social, alguns jornalistas, locutores ordinários)³⁶.

No quadro da lexicografia colaborativa, apoiando-nos em Paveau (2008, p. 97) e em Meyer e Gurevych (2012, p. 27-28), perscrutamos a hipótese de que os usuários são linguistas amadores: “corretores-leitores-redatores”; escritores ou ensaístas; “ludolinguistas”; locutores preocupados (militantes ou apaixonados); locutores ordinários, etc. Não deixa de ser verdade que os linguistas também contribuem com os dicionários colaborativos *on-line*, mas em menor medida do que os não-linguistas. De outra forma, os editores dos *sites* e das edições impressas, organizadas a partir de bases de dados *on-line*, são quase exclusivamente não-linguistas: a maior parte deles se qualifica como “amador” ou “entusiasta” pelo estudo da língua, mas não como linguistas profissionais. Enfim, os atores nesse domínio são frequentemente designados por meio de construções sintáticas negativas. Nesse sentido, encontramos na literatura “não-linguistas” (STEFFENS, 2017), “lexicógrafo não-profissional” ou ainda “não lexicógrafo” (MURANO, 2014

³⁶ No que concerne ao LEO (dicionário institucional semi-colaborativo multilíngue), Melchior (2012, p. 359-367) estabelece uma tipologia dos usuários levando em consideração as suas expectativas em relação ao dicionário (dicionário prescritivo, descritivo, especializado, enciclopédico, geral) e a maneira como esses usuários fazem isso (manual, obra normativa, obra de referência).

e 2017, VINCENT, 2017). As designações mais correntes a partir de construções positivas são “lexicógrafo amador” (MURANO, 2014; STEFFENS, 2017), mas é especialmente o adjetivo *profano*³⁷ que é mais utilizado: *lexicógrafo profano* (MURANO, 2017), *usuário profano* (MOLINARI, 2017) e *locutor profano* (STEFFENS 2017).

1.2. Os objetos metalinguísticos profanos

Os pesquisadores Achard-Bayle e Paveau (2008, p. 4) observam:

O aumento do nível de conhecimento dos indivíduos, sobretudo em razão do desenvolvimento das novas tecnologias, o aumento da disponibilização dos saberes nas publicações tradicionais ou eletrônicas, a expressiva difusão da informação em múltiplos suportes, especialmente os gratuitos. Todos esses fenômenos (que concernem, especialmente, aos países desenvolvidos) contribuem significativamente para o aumento dos saberes dos indivíduos e para um certo apagamento das diferenças entre profissionais do saber (que são os universitários, por exemplo) e os detentores profanos de saberes ou de saberes profanos.

Os dicionários colaborativos *on-line* são aparentemente um dos resultados do processo descrito anteriormente por Achard-Bayle e Paveau (2008): eles são ligados às novas tecnologias (em plataformas eletrônicas gratuitas) e redigidos por não-linguistas. A designação desse tipo de objeto coloca, todavia, um problema. Aspecto esse que os estudos sobre a lexicografia colaborativa francesa discutem muito pouco. Quanto à prática da lexicografia colaborativa, muitas possibilidades de nomeação se apresentam. Murano (2014, p. 148-149, retomado mais tarde por CELOTTI, 2016) pleiteia pela utilização da expressão *lexicografia popular*, baseando-se em duas séries de argumentos. Primeiramente, “a elaboração de dicionários *on-line* por meio do conhecimento partilhado pelos internautas parece se dar a partir de uma abordagem próxima das práticas que são objeto de investigações da linguística popular”; em segundo lugar, o “adjetivo ‘popular’ já foi empregado em (meta)lexicografia, bem antes do surgimento da internet”. Encontramos esse adjetivo, por exemplo, em sintagmas “definição popular” (WEINREICH, 1970, retomado em MURANO, 2014, p. 148) e “lexicografia popular” (PAVEAU, 2006 em MURANO, 2014, p. 148). Murano (2014, p. 149) conclui: “nos parece que à qualificação popular convém a produção lexicográfica colaborativa, pois esse adjetivo faz referência à expressão das competências (meta)linguísticas dos lexicógrafos não-profissionais”. Por sua vez, Vincent (2017) opta pela expressão *lexicografia profana*, visto que ela abarca frequentemente a lexicografia colaborativa

³⁷ *Profano* pode igualmente fazer referência aos saberes, ao discurso (MOLINARI, 2017) ou a competências (MURANO, 2014), embora de uma forma bem marginal.

e os módulos “dicionário” dos portais linguísticos. Do mesmo modo, ele qualifica de “profanos” os recursos³⁸ colaborativos (que são frequentemente definidos de maneira negativa³⁹):

Os dicionários profissionais são, portanto, produzidos por lexicógrafos que trabalham em instituições públicas ou privadas, enquanto os dicionários profanos são produzidos por empresas e são redigidos por não-lexicógrafos, que podem vir de muitas origens, incluindo linguística, mas sem uma especialização em lexicografia. (VINCENT, 2017, *on-line*).

Se por um lado parece haver um consenso de que *profano* pode designar os actantes, por outro, as designações da prática lexicográfica oscilam entre *profano* e *popular*. Notamos que as etiquetas *nativo*, *espontâneo*, *ordinário* e *folk* são praticamente inexistentes no contexto da lexicografia colaborativa. Todas essas denominações citadas permanecem, no entanto, problemáticas, pois, de uma parte, não sabemos se se trata realmente – e unicamente – de não-linguistas, e, de outra parte, essas denominações implicariam uma oposição binária – colocada justamente em questão pelas abordagens colaborativas, que apresentam em vez disso um *continuum* entre os dois polos.

A expressão lexicografia colaborativa engloba também fenômenos muito diversos (DOLAR, 2017c):

- Os dicionários inteiramente colaborativos nos quais, sem nenhum tipo de mediação editorial, as contribuições dos internautas são diretamente publicadas no *site* (como o *La Parlure* e o *Razvezani jezik*);
- Os dicionários colaborativos com a validação dos verbetes propostos antes da publicação (como o *Urban Dictionary*). Essa etapa pode ser efetuada tanto pelos internautas quanto pelo administrador do *site*, o *webmaster*;
- Os dicionários parcialmente ou semi-colaborativos (como o *LEO*, o dicionário multilíngue, nascido na Universidade Técnica de Munique – Alemanha), são bases lexicais em que o *webmaster* ou o editor administra as proposições dos internautas e realiza um verdadeiro tratamento editorial.

Constatamos também que a lexicografia colaborativa pode se dar em diferentes contextos: institucionais (no quadro de uma universidade, de um grupo de pesquisa, de uma editora, etc.) ou não institucional (dicionários colaborativos independentes).

38 Vincent (2017) utiliza *profano* para qualificar *dicionário*, *recurso* e *ferramenta*.

39 Consideramos, todavia, que o dicionário colaborativo se opõe ao dicionário profissional (STEFFENS, 2017; VINCENT, 2017), tradicional (MOLINARI, 2017; DOLAR, 2017b e 2017c), clássico (STEFFENS, 2017) ou ainda científico (STEFFENS, 2017).

1.3. O estatuto da lexicografia colaborativa

O número de pesquisas sobre lexicografia colaborativa até o presente momento é relativamente pequeno. Os pesquisadores estão particularmente interessados na Enciclopédia *Wikipédia*, mas também no *Wikcionário*, que está no centro de muitos projetos de investigação em linguística (FUERTES-OLIVERA, 2009; ZESCH; GUREVYCH, 2009; MATUSCHEK; GUREVYCH, 2011; MEYER; GUREVYCH 2010a, 2010b, 2011 e 2012; MÜLLER-SPITZER, 2015). O dicionário anglófono *Urban Dictionary* tem despertado certo interesse científico (SMITH, 2011, DALTON; DIETZ, 2013). No entanto, neste momento há poucos trabalhos com outros dicionários colaborativos monolíngues. Em particular, no espaço francófono, as pesquisas sobre a lexicografia colaborativa são ainda fortemente lacunares: por um lado, elas se interessam principalmente pelas representações e normas linguísticas. Tais como os trabalhos de Dolar (2017a), Schwarze (2017), Steffens (2017), Vincent (2017), Murano (no prelo) e, por outro, os trabalhos de Murano (2014 e 2017), Celotti (2016), Dolar (2017b e 2017c), que buscam compreender o funcionamento dos dicionários colaborativos (com elementos de tipologia) e também as características inovadoras desses dicionários. A lexicografia tradicional parece ainda desconfiar das abordagens participativas: “Desde a criação da *Wikipédia*, a exatidão dos recursos colaborativos construídos “pela massa de leigos” foi colocada em dúvida” (NAVARRO e outros, 2009, p. 18).

As mudanças recentes na lexicografia não são acolhidas favoravelmente pela abordagem tradicional, sendo muito frequentemente criticadas (PENTA, 2011). Essa posição evolui muito lentamente e os atores institucionais parecem ainda muito desfavoráveis a ela.

Alguns contraexemplos existem. No quadro institucional, a lexicografia colaborativa pode se apresentar de várias maneiras: alguns dicionários tradicionais, isto é, elaborados por uma equipe de lexicógrafos, possuem uma seção colaborativa (no seu *site* na internet, como é o caso do dicionário multilíngue *LEO*)⁴⁰ ou os internautas podem fazer sugestões, completar verbetes existentes, etc. Esse tipo de colaboração pode ser proposta também pelas editoras. Todavia, a questão aqui é saber em que medida o aspecto colaborativo é real e não se trata somente de uma estratégia publicitária. *Razvezani jezik*, o dicionário colaborativo, esloveno, fez o percurso inverso: começou como um dicionário independente, podendo agora demandar o reconhecimento acadêmico. Enquanto mantém sua característica colaborativa, faz parte do *corpus* nacional Esloveno *Nova beseda* (*A Nova fala*), gerado pelo *Inštitut za slovenski jezik Frana Ramovša pri ZRC SAZU* (Instituto para a língua eslovena Fran Ramovš, ZRC SAZU)⁴¹. Um último exemplo é o *Wiki Língua Francesa* (ou *Wiki LF*), lançado pelo Ministério da Cultura e da

40 No Brasil, o Dicionário Aulete é um exemplo. [Nota do tradutor].

41 Acessível em: http://bos.zrc-sazu.si/s_beseda.html.

Comunicação da República francesa, em 2011 e acessível no endereço <https://wikilf.culture.fr>. Trata-se de um *site* colaborativo, cujo objetivo principal é ter um retorno sobre os neologismos potenciais em língua francesa: “O *Wiki LF* propõe a todos que deem sua opinião sobre as palavras do amanhã”⁴². O *Wiki LF* não é um dicionário colaborativo, mas um espaço virtual de discussão sobre os potenciais neologismos em francês.

Embora a lexicografia não esteja completamente excluída do quadro institucional, estamos ainda longe de uma atitude “integracionista” que considere “dados avaliativos e perceptivos da linguística *folk* plenamente integráveis à linguística científica” (PAVEAU, 2008b, p. 144). As pesquisas que tomam a lexicografia colaborativa como complementar à abordagem tradicional são ainda minoria. Geralmente, ela representa um paradigma paralelo, especialmente, quando se trata de projetos colaborativos independentes, não-institucionais. Esses últimos têm aumentado muito ultimamente tanto em números quanto em seu desenvolvimento interno. É precisamente esse tipo de dicionário colaborativo *on-line* que buscamos analisar neste capítulo.

2. O corpus estudado

Antes de discutirmos as diversas formas metalinguísticas encontradas nos dicionários colaborativos *on-line*, apresentamos brevemente o nosso *corpus*.

2.1. *La Parlure*

La Parlure, o dicionário colaborativo do francês falado é um dicionário francófono proveniente do Quebec no Canadá. Seu endereço eletrônico é www.laparlure.com. Esse dicionário foi criado em 2009 por Greg Sadetsky e atualmente conta com 5000 entradas de dicionário. Uma das particularidades significativas do *site* é a sua dimensão geográfica: os colaboradores podem indicar diretamente onde ouviram a palavra ou expressão em questão e dessa forma o *site* destaca a variação diatópica.

42 Para maiores informações, acesse o *site* do *Wiki LF*: <https://wikilf.culture.fr/a-propos>.

Figura 1. Captura de tela da página inicial do Dicionário La Palure

The screenshot shows the homepage of the La Palure dictionary. At the top, there is a search bar with the text 'Chercher:' and a 'Trouver' button. Below the search bar is a navigation menu with links for 'Accueil', 'Ajouter une expression', 'Twitter / Flux RSS', 'À propos', and 'Contact'. The main content area features three entries, each with a title, a definition, an example, and a 'Like' button. The first entry is 'Caché des fromages suisses dans ses paupières', the second is 'Frapper des photos d'agrumes', and the third is 'Se sentir coupable'. Each entry also includes a 'Ajouter une définition et un exemple' link and a 'Like' button with a count. To the left of the entries, there is a section for 'T-shirts Beltrikon' with a link to 'Voir toutes les expressions'.

Figura 2. Captura de tela da página de inserção de dados no Dicionário La Palure

As contribuições para o *La Palure* se dão por meio de uma estrutura que é imposta pela arquitetura do *site*: depois da inserção do termo escolhido, dois campos são propostos – uma para a definição e outro para exemplo de uso (captura de tela 2). O dispositivo tecnodiscursivo prevê uma estrutura binária de verbete de dicionário, elemento técnico que influencia fortemente o conteúdo das proposições. Depois de ter inserido o verbete, ele aparece diretamente no *site* (sem passar por nenhuma fase de mediação ou validação).

Ajouter une expression

Expression:
Exemples: Flo, Toqué, Parler dans le dos, Être dans le trou, etc.

Définition:
Exemple de définition pour "sacrer": Verbe. Porter un coup.

Exemple:
Exemple pour "mouiller": Il va mouiller tout à l'heure.

Optionnel: J'ai déjà entendu cette expression au/en...
Choisir

Publier cette expression sur Facebook


Veillez retaper le mot ci-dessous dans la boîte à droite:

Cliquez l'image si celle-ci n'est pas claire

Figura 3. Captura de tela da página de resultado de proposição de verbete no Dicionário *La Palure*

Ao clicar em entrada, as fases de redação do verbete se tornam visíveis. Elas seguem uma sequência cronológica – da mais recente (no alto da página) à mais antiga (na parte de baixo da página). Desse modo, não há nenhuma dúvida que essas fases são fisicamente separadas (captura de tela 03). Essa apresentação deixa transparecer a estrutura dialógica dos verbetes propostos.

Mettre de la phrase sur le gâteau

(Québec - Estrie)

[Ajouter une définition et un exemple](#)

J'ai déjà entendu ça aulen... [Choisir]

Définition: Pourrait aussi venir de "frasil", petite couche de glace qui se forme à la surface de l'eau. 0 pour, 1 contre

Exemple: Explicite.

Ajouté le 27 mar 2016.

Définition: Nous à la maison ma mère mettait du frassage sur le gâteau. Sucre en poudre et lait avec de la vanille. 1 pour, 2 contre

Exemple: Elle nous faisait également cueillir des fraises des champs (elle nous occupait durant une bonne heure) car par la suite elle nous faisait une mousse au fraise. Blanc d'oeuf monté en mousse ajout de sucre et terminé avec des petites fraises des champs c'était délicieux. Pendant ce temps là elle pouvait frazer son gâteau.

Ajouté le 03 Jan 2016.

Définition: Un simple suggestion : à mon humble avis, le mot « phrase » devrait plutôt s'écrire FRÂZE ou FRÂSE car il origine de l'anglais « frosting », glaçage. Nous ne plaçons pas une phrase (des mots) sur un gâteau ! Ceci étant dit, la sonorité est bonne (phrase) mais l'orthographe est douteux. Merci.

Exemple: Ma mère a mis une belle frâze (frâse) sur son gâteau à l'éritable.

Ajouté le 01 mar 2014.

Définition: Glacer un gâteau, mettre le glaçage dessus. 3 pour, 0 contre

Exemple: Après avoir fait cuire ton gâteau au carottes, tu mettras de la phrase dessus avec un couteau à beurre de pinottes.

Ajouté le 18 nov 2011.

2.2. Razvezani jezik

Razvezani jezik, Prosti slovar žive slovenščine, que poderíamos traduzir em português por *A língua desatada: dicionário livre do esloveno vivo*, é um dicionário colaborativo para a língua eslovena, disponível *on-line* no endereço www.razvezanijezik.org. A ideia do projeto nasceu em 2004 no centro da *Društvo za domače raziskave* (Associação pelas pesquisas domésticas), instituição fundada por Damijan Kracina, Alenka Pirman e Jani Pirnat. A nomenclatura conta com 5500 entradas, que descrevem os mais variados usos, que em sua grande maioria, não são usos cultos (palavras dialetais, empréstimos semânticos, palavras de baixo calão, palavrões, etc.).

Figura 4. Captura de tela da página inicial do Dicionário *Razvezani jezik*

The screenshot shows the homepage of the *Razvezani jezik* dictionary. At the top, the title "Razvezani jezik" is prominently displayed in a stylized font, with the subtitle "prosti slovar žive slovenščine" below it. A navigation bar includes links for "prilpomi" and "zgodovina članka". The main content area is divided into several sections: "Naslovnica" (Home) with a brief description of the dictionary; "Izbrani članki" (Selected articles) featuring a list of words and their meanings; "SVEŽE" (Recent) with a tweet and a list of new entries; and "KLJUČNE" (Key words) with a list of words and their frequencies. The page also includes a search bar, a sidebar with navigation links, and a footer with contact information.

No que concerne ao processo de redação de uma contribuição para *Razvezani jezik*, o *site* funciona segundo os mesmos princípios do *Wiki*, permitindo criar e modificar de maneira colaborativa as páginas no interior de um *site* da *web*. Trata-se do princípio *open editing*, que busca colocar em prática uma utilização democrática da internet para os não-especialistas. O dispositivo tecnodiscursivo difere daquele mobilizado pelo *La Palure*, cuja arquitetura prevê uma estrutura binária (definição e exemplo): a redação de verbetes no *Razvezani jezik* se dá a partir de um só campo (captura de tela 05). De certa maneira, a estrutura do verbete não é dada previamente, permanecendo mais flexível. Cada usuário pode manipular livremente o verbete já publicado: ele pode acrescentar elementos, retirá-los, corrigi-los. Quanto ao histórico de postagem das versões do verbete, a entrada apresenta sempre a última versão: as versões posteriores podem ser consultadas em uma aba separada, “*zgodovina*” (“histórico”) – (captura de tela 06).

Figuras 5 e 6. Captura de telas das páginas (Edição – 5) e (Histórico de versões – 6) do Dicionário *Razvezani jezik*

A base lexical deu origem pela primeira vez a uma edição eletrônica *Razvezani snopič, Zvezek za začetek 2004-2006*⁴³ (PANGOS; PIRMAN, 2006), seguidas de duas edições impressas *Razvezani jezik* (PANGOS; PIRMAN, 2007) e *Razvezani jezik XXXY*⁴⁴ (DOLAR; PANGOS 2014). Constatamos, no entanto, que a passagem de uma base *on-line*, sempre dinâmica e modificável,

43 A edição está disponível no endereço: http://razvezanijezik.org/snopic/razvezani_jezik_0.pdf.

44 A partir do convite de Alenka Pirman, conseguimos participar ativamente desse projeto e editar o novo dicionário impresso (como a única linguista da equipe). Nesse sentido, temos participado das escolhas editoriais, da seleção das entradas e do tratamento dos dados; por exemplo, nos deparamos com a questão da homogeneização e da organização do material e também com a escolha das referências lexicais. É preciso destacar, contudo, que não fizemos nenhuma modificação na base lexical *on-line* a fim de não enviar o *corpus* que nos serviu de base para a investigação.

a um livro, um objeto fixo e estável, muda radicalmente o estatuto do dicionário; embora o trabalho provenha de uma base colaborativa, ele é forçosamente submetido às escolhas editoriais. É por essa razão que neste capítulo analisamos unicamente a base *on-line* e não os dicionários impressos resultantes dessas bases *on-line*.

3. As propriedades da metalinguagem nos dicionários colaborativos

A metalinguagem nos dicionários colaborativos *on-line* apresenta muitas particularidades notáveis. Destacaremos particularmente três pontos, a saber: o seu caráter informal; os comentários que são postados pelos colaboradores a propósito da redação dos verbetes e as experiências e histórias pessoais inseridas nas entradas pelos redatores. Essas três características, ligadas ao estatuto não científico dos dicionários colaborativos, são especificidades próprias da lexicografia colaborativa e não aparecem nos dicionários tradicionais.

3.1. Uma metalinguagem que transita do científico ao ordinário

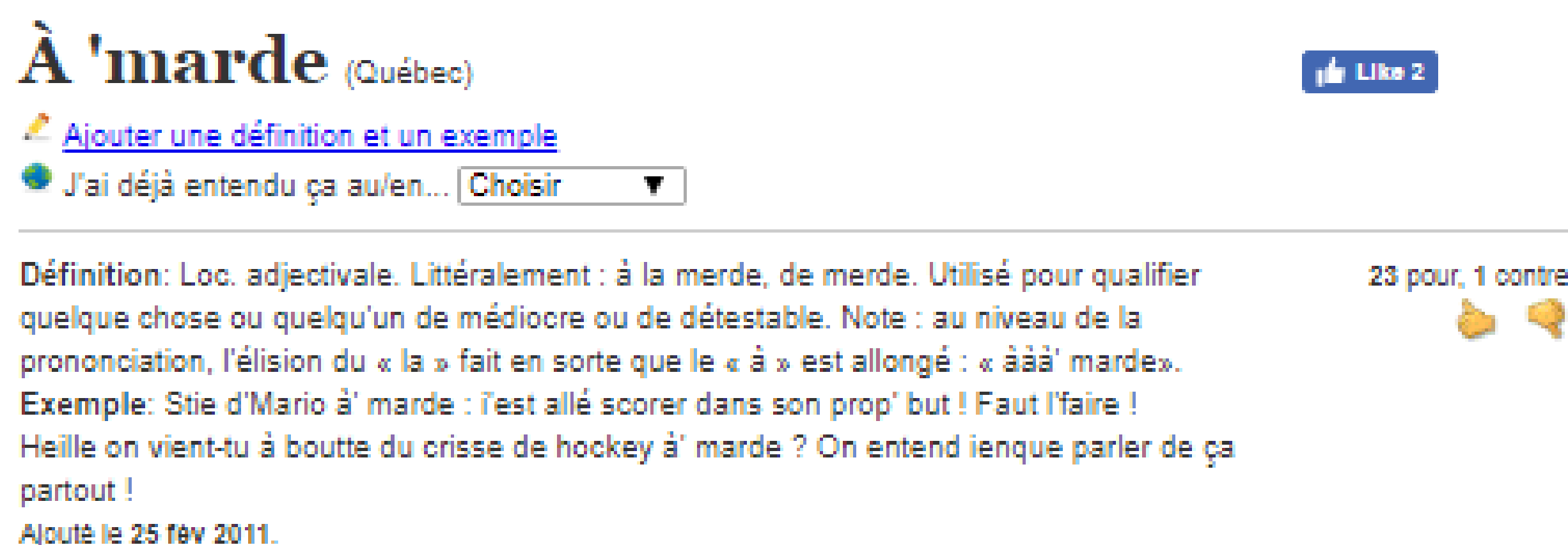
Os estudos sobre a metalinguagem se inscrevem em diferentes quadros teóricos e conhecem uma diversidade de abordagens teórico-metodológicas, bem como apresentam uma variedade terminológica (CULIOLI, 1974; REY-DEBOVE, 1979 e 1997; AUTHIER-REVUZ, 1992 e 2012; JULIA, 2001). No entanto, parece haver um ponto de convergência entre essas diferentes teorias e abordagens: o fato de estabelecer tipos metalinguísticos.

Neste capítulo, nos apoiaremos sobre uma terminologia binária, a qual nos parece ser pertinente para a análise das formas metalinguísticas nos dicionários colaborativos *on-line*: a distinção entre a metalinguagem científica e a metalinguagem ordinária. Rey-Debove (1997, p. 22-23) emprega os termos “metalinguagem didático-científica” e “metalinguagem não-didática e familiar”. O primeiro é parcialmente, ou melhor, totalmente formalizado e axiomatizado: ele “corresponde ao discurso do linguista (no âmbito da linguística) e refere-se àquele que aprende ou ensina uma língua, interessando ao especialista” (ibid.). Nessa categoria, haveria também um “modo corrente” que “corresponde ao discurso do usuário de uma língua” (ibid.), este último tem necessariamente uma consciência menos metalinguística e exprime-se mais livremente. Em contrapartida, a metalinguagem não-didática e familiar provém “de uma necessidade prática de comunicação e de distinção (melhor comunicar e preservar-se melhor), satisfazendo dessa forma uma necessidade lúdica: jogo de palavras e jogo da língua” (ibid.). É de fato a competência de cada um dos falantes, com todas as falhas e também toda a flexibilidade da linguagem ordinária” (REY-DEBOVE, 1979, p. 15⁴⁵). Essa distinção parece bem operacional para a nossa

45 Num quadro teórico diferente, Culioli distingue uma atividade metalinguística (“a atividade do linguista”; CULIOLI, 1974, p. 53-54) e atividade epilinguística (“atividade metalinguística não consciente de todo o sujeito; 1974, p. 72-75). Para Culioli, as paráfrases e as glosas são formas metalinguísticas por excelência).

análise; todavia é preciso compreender a metalinguagem como um fenômeno escalar, com dois polos, científico e ordinário. Os dicionários tradicionais pertencem *per definitionem* e de maneira exclusiva do lado do primeiro polo, o científico. Por outro lado, a metalinguagem nos dicionários colaborativos *on-line* pode ocupar diferentes lugares na escala, indo do científico ao ordinário. Podemos ilustrar essa observação com base no exemplo seguinte.

Figura 7. Captura de tela do Dicionário *La Palure*, verbete *À merda*



O artigo comporta na sua primeira parte o sintagma vindo da gramática “locução adjetiva” e o advérbio “literalmente”; ambos se inscrevem numa metalinguagem mais científica e formal. Na sequência, o verbete apresenta um comentário metalinguístico sobre a pronúncia: “em termos de pronúncia a elisão do ‘a’ torna o ‘a’ mais longo (ààà *merda*)”. A descrição se afasta, todavia, do discurso linguístico científico (por exemplo, o redator não utiliza categorias vindas da linguística e nem uma outra descrição formal), indicando igualmente que se trata de metalinguagem corrente ou ordinária, como nos mostra a formulação “torna o ‘a’ mais longo”, bem com a ilustração desse alongamento pela reduplicação da letra “a”: “ààà *merda*”.

Como mostra esse exemplo anterior, encontramos nos dicionários colaborativos *on-line* uma espécie de co-habitação da metalinguagem científica (ou ao menos no seu “modo corrente”) e da ordinária. Os fenômenos metalinguísticos nos dicionários colaborativos *on-line* se apresentam de maneira mais variada e heterogênea do que nos dicionários tradicionais.

3.2. Os comentários metaenunciativos

Outra particularidade da metalinguagem no quadro da lexicografia colaborativa, que merece destaque, são os comentários⁴⁶ produzidos pelos colaboradores em relação à sua própria redação. Para nossas análises, buscamos embasamento nos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz, que define a meta-enunciação como: “ter por objeto o próprio discurso”, mais precisamente como “[discurso] produzido *espontaneamente* pelo enunciador e não por conta de uma resposta a

46 É possível analisar os comentários metalinguísticos a partir de diversos pontos de vista. Para nos determos somente em alguns, citamos Preston (2004, em Jaworski, Coupland, Galasinski). Esse autor distingue os comentários e as atitudes em relação à língua (*comments and attitudinal responses to language*) das crenças subjacentes (*underlying beliefs*). Jaworski, Coupland e Galasinski (2004, p. 4) distinguem, por sua vez, os comentários sobre a performance, sobre o estilo e sobre a sua função retórica.

uma solicitação explícita exterior [...] *ao sujeito* – isto é, [um discurso] reenviado ao *seu próprio dizer*” (AUTHIER-REVUZ, 2012, p. 38-41). Os comentários meta-enunciativos são então parte do discurso produzido pelo enunciador a propósito do seu próprio discurso. Essa prática ausente na lexicografia tradicional pode aparecer em todas as fases de redação de um verbete nos dicionários colaborativos *on-line*. No próximo exemplo, *avoir le feu au cul*⁴⁷, observamos na primeira fase de redação do verbete, sempre abaixo, o comentário meta-enunciativo. O escritor reforça seu discurso por meio de um comentário colocado entre parênteses:

Figura 8. Captura de tela do Dicionário *La Palure*, verbete *avoir le feu au cul*

avoir le feu au cul (Québec) f Like 0

[Ajouter une définition et un exemple](#)
 J'ai déjà entendu ça au/en... Choisir ▼

Définition: Être enragé. 11 pour, 0 contre
 Exemple: Il m'a insulté... "Ça m'a mis le feu au cul..."
 Ajouté le 10 jul 2012.

Définition: En France : avoir de très forts besoins sexuels (en général, en parlant d'une femme) 8 pour, 2 contre
 Exemple: La voisine a vraiment le feu au cul, c'est le troisième mec que je vois chez elle cette semaine.
 Ajouté le 31 mai 2012.

Définition: Être rouge de colère (oui oui, jusque là!) 15 pour, 3 contre
 Exemple: Câline, tu devais vraiment avoir le feu au cul!
 Ajouté le 04 août 2010.

O locutor retorna sobre sua própria enunciação (“sim, sim, até lá!”) para acentuar a glosa proposta (“Estar vermelho de raiva”). Da parte do locutor, trata-se de um comentário imediato iniciado por ele mesmo sobre o seu discurso. O escritor antecipa uma suposta dúvida do interlocutor, visando refutar uma possível contra-argumentação na sequência. Podemos, com efeito, observar o mesmo tipo de comentário no dicionário esloveno:

Figura 9. Captura de tela do Dicionário *Razvezani jezik*, verbete *babenberg*

BABENBERG

opis gruče žensk, ki se vedno (hehetajoče se) prikažejo skupaj ter vse počno istočasno in izjemno usklajeno.

Mišljeno nežno karajoče, baje tudi ljubkovalno (a ne verjamem).

A palavra eslovena *babenberg* é constituída de *baba* (termo pejorativo para mulheres) e da palavra alemã *berg* (*montagne*; com um *n* intercalado a partir do qual podemos interpretar como uma imitação da morfologia da língua alemã). É definido como “grupo de mulheres que sempre aparecem juntas, riem alto e vão a todos os lugares de maneira agrupada. Em um sentido terno, afetivo, segundo algumas pessoas (mas eu não acredito)”. O locutor retorna sobre sua

⁴⁷ No português brasileiro, não em todas as regiões brasileiras, essa expressão poderia ser traduzida livremente por *ter coceira no cu*. [Nota do tradutor].

própria enunciação (“mas eu não acredito”) para marcar distância em relação ao seu discurso, introduzindo de certa maneira uma forte subjetividade, transparecendo um julgamento pessoal a propósito da definição proposta, com base nas suas crenças e instituições sem se antecipar a possíveis contra argumentos linguísticos ou lexicográficos.

3.3. A legitimidade e o lugar da experiência individual

As contribuições nos dicionários colaborativos *on-line*, na sua grande maioria, não são assinadas e os redatores permanecem anônimos. Nesse sentido, a questão da legitimidade das glosas pode ser colocada em xeque. Parece-nos, todavia, que os próprios escritores são conscientes do estatuto problemático que podem ter algumas entradas nos dicionários colaborativos, na medida em que eles colocam em prática muitas técnicas para legitimar a sua posição discursiva. Essas estratégias não estão previstas na arquitetura do *site*, mas provém dos colaboradores. Mediante os processos frequentemente utilizados, podemos destacar as seguintes:

- o encaminhamento para uma ou várias outras páginas da *web* (por exemplo, para as redes sociais) sob a forma de *links*, sendo esse *link* a prova do uso atestado da lexia em questão;
- a menção de um recurso, por exemplo, os dicionários tradicionais ou mesmo a imprensa, utilizados como instância objetiva, contribuindo para produzir um *ethos* de cientificidade (a menção pode às vezes se aproximar fortemente da citação científica com a utilização de aspas ou mesmo da referência bibliográfica precisa);
- a experiência pessoal utilizada para reforçar a definição proposta. Essa última categoria nos parece particularmente interessante, como mostra a seguir o exemplo retirado do dicionário esloveno:

Figura 10. Captura de tela do Dicionário *Razvezani jezik, verbete orkadibigoli*

orkadibigoli

je kletvica - evfemizem za porkodio (kletvica italijanskega izvora), n.pr.:

Orkadibigoli, sem se usekal po prstih!

Se ne strinjam. Iz otroštva se spominjam podaljšane izvedbe te besede in sicer v orkadibiguliboguli in je veljalo za ne prestrogo žuganje otroku: "le pazi se!":

Orkadibiguliboguli, a bo mir! Orkadibiguliboguli!

O artigo começa pela definição e exemplo de uso: “Orkadibigoli é um palavrão – eufemismo para *porco dio* (blasfêmia de origem italiana), por exemplo: “Orkadibigoli, machuquei meus dedos!”. Na sequência, o autor do verbete marca um desacordo explícito com o escritor

anterior⁴⁸: “Eu discordo. Lembro-me de conhecer na minha infância uma versão mais longa dessa palavra, a saber, *orkadibiguliboguli*, acompanhado de um gesto ameaçador que você faz a uma criança: *Orkadibiguliboguli, acalme-se! Orkadibiguliboguli*”. Nesse comentário, mais do que em dados científicos, o redator fundamenta a argumentação na sua experiência pessoal (“Lembro-me de conhecer na minha infância uma versão mais longa dessa palavra”). Trata-se de uma prática corrente nos dicionários colaborativos, que consiste em fazer menção a um saber que vem da experiência pessoal do autor do verbete, isto é, de um “não-especialista”.

Encontramos o mesmo tipo de formulação no dicionário francófono:

Figura 11. Captura de tela do Dicionário *La Palure*, verbete Colocar a cobertura no bolo / *Mettre de la phrase sur le gâteau*

Mettre de la phrase sur le gâteau Like 5

(Québec - Estrie)

[Ajouter une définition et un exemple](#)

J'ai déjà entendu ça au/en...

Définition: Pourrait aussi venir de "frasil", petite couche de glace qui se forme à la surface de l'eau. 0 pour, 1 contre

Exemple: Explicite.

Ajouté le 27 mar 2016.

Définition: Nous à la maison ma mère mettait du frassage sur le gâteau. Sucre en poudre et lait avec de la vanille. 1 pour, 2 contre

Exemple: Elle nous faisait également cueillir des fraises des champs (elle nous occupait durant une bonne heure) car par la suite elle nous faisait une mousse au fraise. Blanc d'œuf monté en mousse ajout de sucre et terminé avec des petites fraises des champs c'était délicieux. Pendant ce temps là elle pouvait frazer son gâteau.

Ajouté le 03 jan 2016.

Définition: Un simple suggestion : à mon humble avis, le mot « phrase » devrait plutôt s'écrire FRÂZE ou FRÂSE car il origine de l'anglais « frosting », glaçage. Nous ne plaçons pas une phrase (des mots) sur un gâteau ! 4 pour, 1 contre

Ceci étant dit, la sonorité est bonne (phrase) mais l'orthographe est douteux. Merci.

Exemple: Ma mère a mis une belle frâze (frâse) sur son gâteau à l'érable.

Ajouté le 01 mar 2014.

Définition: Glacer un gâteau, mettre le glaçage dessus. 3 pour, 0 contre

Exemple: Après avoir fait cuire ton gâteau au carottes, tu mettras de la phrase dessus avec un couteau à beurre de pinottes.

Ajouté le 18 nov 2011.

A contribuição do dia 27 de março de 2016 é particularmente interessante: “Em casa, minha mãe colocava o *frassage* no bolo. Açúcar em pó e leite com baunilha”. Em seguida no campo do exemplo: “Ela nos fazia colher morangos no campo [...] Enquanto isso, podia assar seu bolo”. Parece-nos que se trata de uma descrição de um rito familiar; seguida da explicação dada no campo pela definição, que substitui o exemplo pelo uso da sentença: *colocava o frassage no bolo*. O mesmo verbete ilustra também essa característica informal da metalinguagem, na segunda fase de redação (contribuição dada em 01 de março de 2014):

[1] Uma simples sugestão: em minha humilde opinião, a palavra “frase” deve ser soletrada FRÂZE ou FRÂSE, pois vem do inglês “frosting”, glaçage. Nós não glaçons uma frase (de palavras) sobre um bolo! Dito isso, a sonoridade é boa (phrase), mas a ortografia é questionável. Obrigado.

48 É preciso destacar que, no Wiki, as diferentes fases de redação não são separadas fisicamente.

O comentário marca um desacordo com o escritor precedente (contribuição do dia 18 de novembro de 2011) e objetiva corrigir (“a palavra ‘frase’, que deveria ser soletrada FRÂZE ou FRÂSE”) e depois segue com algumas observações sobre a pronúncia (“a sonoridade é boa”) e a ortografia (“é questionável”), passando também pela suposta questão da etimologia da expressão (a origem é do inglês ‘frosting’). De acordo com a última contribuição (datada de 27 de março de 2017), a expressão “poderia vir também de ‘frasil’, pequena camada de gelo que se forma sobre a superfície da água”. Esse capítulo confronta assim diferentes hipóteses atinentes às etimologias (e ortografias) possíveis e antecipadas pelos redatores do verbete. Essas hipóteses se baseiam em saberes dos locutores não-linguistas e colocam em evidência certa flutuação no que concerne à origem da expressão.

Os três fenômenos tratados: a flutuação da metalinguagem científica para a ordinária, os comentários meta-enunciativos, bem como a experiência pessoal como estratégia para aumentar a legitimidade do verbete proposto podem também co-habitar e se combinar. Dado que essas são características metalinguísticas constitutivas e próprias da lexicografia colaborativa, no nosso entendimento, elas podem ser consideradas como as características específicas de uma metalinguagem profana, típica desse gênero de discurso.

O nosso interesse se centrou na metalinguagem dos dicionários colaborativos (*La Parlure* e *Razvezani jezik*), os quais propomos enquanto objetos metalinguísticos profanos. A análise nos permitiu dar conta de características particulares da metalinguagem de não-linguistas no contexto da lexicografia colaborativa, constituindo um gênero discursivo relativamente recente. Se os dicionários tradicionais são espaços de expressão da metalinguagem científica/didática, os dicionários colaborativos *on-line* se encontram em um *continuum* entre os dois polos, o científico e o ordinário. Na verdade, a mesma entrada pode apresentar fenômenos diferentes, colocando-se em diversos pontos nessa escala. Esses comentários meta-enunciativos podem marcar uma distância em relação ao discurso, amarrando-o, ou ao contrário, reforçando-o. Assim, as formas para reiterar (marcadores gramaticais e lexicográficos, glosas definicionais com propósito explicativo, etc.) e as formas de dizer a palavra estão lado a lado. Enfim, entendemos que os colaboradores fazem um esforço muito particular a fim de justificar sua posição discursiva por meio da experiência de vida do indivíduo e de aumentar a legitimidade de sua proposição com base em muitas estratégias. Parece-nos que estamos enfrentando questões que vão além não somente do campo da lexicografia, mas também da linguística. Certos trabalhos inscritos na linguística profana e as abordagens colaborativas existem desde há muito tempo, mas a internet e as possibilidades que ela abre provocam uma mudança radical no paradigma tradicional: a lexicografia colaborativa, ligada ao médium da internet, marca uma ruptura na concepção mesmo da lexicografia. O deslizamento da autoridade “especialista” *versus* “não-especialista” toma assim novas dimensões – especialmente nos dicionários que são totalmente

colaborativos (com ou sem validação editorial) – e desempenha um papel chave nessa mudança de paradigma, na medida em que coloca não somente questões de representação da língua e da norma, mas também – e antes de tudo – de legitimidade.

Referências

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Présentation. La linguistique « hors du temple ». **Pratiques**, v. 139-140, Metz, Centre de recherche sur les médiations, p. 3-16, 2008. Disponível em: <http://pratiques.revues.org/1171>. Acesso em: 18 maio 2021.

AUTHIER-REVUZ, J. De quelques idées reçues au sujet du discours rapporté, Perspectives du français 4. **Bulletin interdépartemental du Canton de Vaud**, Lausanne, p. 15-21, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. **Ces mots qui ne vont pas de soi. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire**. Limoges: Lambert-Lucas, 2012.

CELOTTI, N. Voies novatrices du « Dictionnaire de la Zone, tout l'argot des banlieues » en ligne: à l'écoute des voix sur la toile. **Publif@rum 26**, Genes, Università di Genova – Dipartimento di Lingue e Culture Moderne, p. 1-8, 2016. Disponível em: http://publiforum.it/ezone_articles.php?id=375. Acesso em: 18 maio 2021.

COTTER, C.; DAMASO, J. Online Dictionaries as Emergent Archives of Contemporary Usage and Collaborative Codification. **Queen Mary's OPAL (Occasional Papers Advancing Language) 9**, London, Queen Mary University of London, Department of Linguistics, p. 1-10, 2007, Disponível em: <http://linguistics.sllf.qmul.ac.uk/linguistics/research/papers-and-publications/qmopal/>. Acesso em: 18 maio 2021.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation. Tome II: Formalisation et opérations de repérage**. Paris: Orphys, 1974.

DALTON, J.; DIETZ, L. UMass CIIR at TAC KBP 2013 entity linking: query expansion using urban dictionary. **Proceedings of the Sixth Text Analysis Conference. TAC 2013** (November 18-19, Gaithersburg, Maryland), Gaithersburg, National Institute of Standards and Technology, 2013. Disponível em: <https://tac.nist.gov/publications/2013/papers.html>. Acesso em: 18 maio 2021.

DOLAR, K. La question de la norme dans les dictionnaires collaboratifs: régulation et auto-régulation. In: FEUILLARD, C. (éd.). **Usage, norme et codification. De la diversité des situations à l'usage du numérique**. Fernelmont, EME éditions, p. 233-242, 2017a.

DOLAR, K. **Les dictionnaires collaboratifs en tant qu'objets linguistiques, discursifs et sociaux**. These soutenue le 13 janvier 2017 – Université Paris Nanterre, Paris, 2017b.

DOLAR, K. Les dictionnaires collaboratifs non institutionnels dans l'espace francophone: éléments de typologie et bilan. **Reperes – dorif 14**, Rome, DoRiF Università, 2017c. Disponible em: http://www.dorif.it/ezone/ezone_articles.php?id=380. Acesso em: 18 maio 2021.

DOLAR, K.; PANGOS, I. (éd.). Razvezani jezik XXXY, Ljubljana, Društvo za domače raziskave. *In*: FUERTES-OLIVERA, P. The function theory of lexicography and electronic dictionaries: WIKTIONARY as a prototype of collective free multiple-language internet dictionary, 2009. *In*: BERGENHOLTZ, H.; NIELSEN, S.; TARP, S. (éd.). **Lexicography at a crossroads: dictionaries and encyclopedias today**, Lexicographical Tools Tomorrow. Berne: Peter Lang, 2014. p. 99-134.

GRANGER, S. Introduction: Electronic Lexicography: From Challenge to Opportunity. *In*: GRANGER, S.; PAQUOT, M. (éd.). **Electronic Lexicography**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1-14.

JAWORSKI, C. G. Metalanguage: Why now? *In*: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N.; GALASINSKI, D. (éd.). **Metalanguage: Social and Ideological Perspectives**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2004. p. 3-8.

JULIA, C. **Fixer le sens. La sémantique spontanée des gloses de spécification du sens**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2001.

La Parlure. **Le dictionnaire collaboratif du français parlé**. Disponible em: <http://www.laparlure.com/>. Acesso em: 18 maio 2021.

MATUSCHEK, M.; GUREVYCH, I. Where the journey is headed: Collaboratively constructed multilingual Wiki-based resources. **Mehrsprachigkeit**, SPF 538, Hamburg, 2011. Disponible em: https://www.informatik.tudarmstadt.de/fileadmin/user_upload/Group_UKP/publikationen/2011/GSCL_gurevych_matuschek_camera_ready.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

MELCHIOR, L. Halbkollaborativität und Online-Lexikographie. Ansätze und Überlegungen zu Wörterbuchredaktion und Wörterbuchforschung am Beispiel LEO Deutsch-Italienisch. **Lexicographica 28**. Berlin, New York: De Gruyter, 2012. p. 337-372.

MEYER, C. M.; GUREVYCH, I. How Web Communities Analyze Human Language: Word Senses in Wiktionary. **Proceedings of the WebSci10. Extending the Frontiers of Society On-Line** (April 26-27, Raleigh, North Carolina), Raleigh, Web Science Trust: 2010a. p. 1-8. Disponible em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.424.3793&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

MEYER, C. M.; GUREVYCH, I. Worth Its Weight in Gold or Yet Another Resource – A Comparative Study of Wiktionary, OpenThesaurus and GermaNet. *In*: GELBUKH, A. (éd.). **Computational Linguistics and Intelligent Text Processing**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2010b. p. 38-49.

MEYER, C. M.; GUREVYCH, I. What Psycholinguists Know About Chemistry: Aligning Wiktionary and WordNet for Increased Domain Coverage. **Proceedings of the 5th International Joint Conference on Natural Language Processing** (November 8-13, Chiang Mai, Thailand), Chiang Mai, Asian Federation of Natural Language Processing: 2011. p. 883-892.

MEYER, C. M.; GUREVYCH, I. Wiktionary: A new rival for expert-built lexicons? Exploring the possibilities of collaborative lexicography. *In*: GRANGER, S.; PAQUOT, M. (éd.). **Electronic Lexicography**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 259-291.

MOLINARI, C. Nouvelle lexicographie vs anciennes representations. **Reperes – dorif 14**, Rome, DoRiF Università, 2017. Disponível em: http://www.dorif.it/ezone/ezone_articles.php?art_id=381. Acesso em: 18 maio 2021.

MÜLLER-SPITZER, C. Observing Online Dictionary Users: Studies Using Wiktionary Log Files. **International Journal of Lexicography 28, 1**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 1-26.

MURANO, M. La lexicographie 2.0: nous sommes tous lexicographes? **Cahiers de recherche de l'école doctorale en linguistique française 8**. Trieste: Edizioni Università di Trieste, 2014. p. 147-162. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/bitstream/10077/10767/1/9Murano.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

MURANO, M. Une lexicographie deux fois populaire: les dictionnaires collaboratifs du français « non conventionnel ». **Reperes – dorif 14**, Rome, DoRiF Università, 2017, Disponível em: http://www.dorif.it/ezone/ezone_articles.php?art_id=371. Acesso em: 18 maio 2021.

MURANO, M. Norme(s) et usage(s) dans les dictionnaires collaboratifs en ligne. *In*: MINERVA, N. (éd.). **Norm and Usage in Bilingual Lexicography: 16th – 21st century**. Münster: Nodus Publikationen (no prelo).

NAVARRO, E.; SAJOUS, F.; GAUME, B.; PRÉVOT, L.; SHUKAI, H.; TZU-YI, K.; MAGISTRY, P.; CHUREN, H. Wiktionary and NLP: Improving Synonymy Networks. **ACL Workshop on The People's Web Meets NLP: Collaboratively Constructed Semantic Resources** (August 7, Suntec, Singapore), Suntec, Coling 2010 Organizing Committee, 2009. p. 19-27.

PANGOS, I.; PIRMAN, A. (éd.). **Razvezani snopič. Razvezani jezik: slovar žive slovenščine**, Zvezek za začetek 2004-2006. Ljubljana: Društvo za domače raziskave, 2006. Disponível em: <http://razvezanijezik.org/?page=Razvezani0.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

PANGOS, I.; PIRMAN, A. (éd.). **Razvezani jezik: slovar žive slovenščine**. Ljubljana: Društvo za domače raziskave, 2007.

PAVEAU, M.-A. **Les prédiscours: sens, mémoire, cognition**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

PAVEAU, M.-A. Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk. **Pratiques 139-140**, Metz, CREM, Université de Lorraine, 2008a. p. 93-109. Disponível em: <http://pratiques.revues.org/1200>. Acesso em: 18 maio 2021.

PAVEAU, M.-A. Le parler des classes sociales dominantes, objet linguistiquement incorrect? Dialectologie perceptive et linguistique populaire. **Études de linguistique appliquée 2**. Paris: Klincksieck, 2008b. p. 137-156.

PENTA, D. J. The Wiki-fication of the Dictionary: Defining Lexicography in the Digital Age. **Media in Transition 7 Conference Unstable platforms: The Promise and Peril of Transition**. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2011. Disponível em: <http://fliphtml5.com/axdz/xxtp>. Acesso em: 18 maio 2021.

PRESTON, D. R. Folk metalanguage. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N.; GALASINSKI, D. (éd.). **Metalanguage: Social and Ideological Perspectives**. Berlin: New York, Mouton de Gruyter, 2004. p. 75-104.

RAZVEZANI JEZIK. **Slovar žive slovenščine**. Disponível em: <http://razvezanijezik.org/>. Acesso em: 18 maio 2021.

REY-DEBOVE, J. Les logiciens et le métalangage naturel. **Histoire Épistémologie, Langage 1**, 1, Paris, Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage, 1979. p. 15-22.

REY-DEBOVE, J. **Le métalangage. Étude linguistique du discours sur la langue**. Paris: Armand Colin, 1997.

SCHWARZE, S. Auctorialité collective et interactivité dans Wikipédia et ses effets sur les représentations de la langue (française). **Reperes – dorif 14**, Rome, DoRiF Università, 2017. Disponível em: http://www.dorif.it/ezone/ezone_articles.php?art_id=367. Acesso em: 18 maio 2021.

SMITH, R. E. Urban dictionary: youth slanguage and the redefining of definition, **English Today 27**, 4. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 43-48.

STEFFENS, M. Lexicographie collaborative, variation et norme: le projet 10-nous. **Reperes – dorif 14**, Rome, DoRiF Università, 2017. Disponível em: http://www.dorif.it/ezine/ezine_articles.php?art_id=393. Acesso em: 18 maio 2021.

VINCENT, N. Présence et description d'emplois québécois dans des dictionnaires disponibles gratuitement en ligne. **Reperes – dorif 14**, Rome, DoRiF Università, 2017. Disponível em: http://www.dorif.it/ezine/ezine_articles.php?art_id=379. Acesso em: 18 maio 2021.

Urban dictionary. Disponível em: <https://www.urbandictionary.com/>. Acesso em: 18 maio 2021.

WEINREICH, U. La définition lexicographique dans la sémantique descriptive, **Langages 19**. Paris: Armand Colin, 1970. p. 69-86.

WIKTIONNAIRE. Disponível em: https://fr.wiktionary.org/wiki/Wiktionnaire:Page_d'accueil. Acesso em: 18 maio 2021.

ZESCH, T.; GUREVYCH, I. Wisdom of crowds versus wisdom of linguists – measuring the semantic relatedness of words. **Natural Language Engineering 16**, 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 25-59.

**“Glossário da
paquera digital”:
definição de
termos nativos
da *web* por não
linguistas**

**Por Mariana Morales da Silva
e Renata de Oliveira Carreon**

Introdução

Este trabalho busca colocar em diálogo duas teorias ainda em construção. De um lado, a Linguística Popular, trazendo aportes de forma exploratória em relação às produções e aos saberes de linguistas profanos (PAVEAU, 2020), e de outro, a teoria do discurso digital postulada também por Paveau (2017) com contribuições de Maingueneau (2015).

Objetivamos compreender o funcionamento do que aqui denominamos “glossário da paquera digital”, no qual, por meio de descrições feitas por não linguistas, termos originários da Web 2.0, ligados à temática de relacionamentos, passam a figurar em diversos *sites* com características dignas de observação.

Em razão de nossos objetivos é que justificamos, portanto, este exercício de análise com caráter exploratório sobre a prática discursiva de construção de glossários sobre termos típicos do universo digital, o que nos parece, em primeiro momento, só ser passível de análise a partir, justamente, do diálogo de teorias, já que a Análise do discurso ainda não teoriza sobre o lugar do não linguista para a teoria e, de mesmo modo, a linguística *folk* não trata, ainda, das especificidades do digital.

Para tanto, dentro da temática de relacionamentos amorosos no espaço digital, selecionamos notícias veiculadas na Web que trazem características de glossários de termos tipicamente ligados a práticas discursivas digitais. Assim, selecionamos quatro notícias publicadas entre os anos de 2018 e 2020. A princípio, disponibilizamos uma descrição geral e, em seguida, analisamos a construção das definições dos seguintes termos eleitos: *crush*, *ghosting*, *orbiting*, *sexting*, *shippar* e *stalkear/stalker*. As definições são analisadas em um ritmo fluido com as notas tecidas sobre as duas teorias postas em diálogo.

Os gêneros na web: dicionários, glossários ou listas

De início, é preciso pontuar o motivo de trabalharmos, neste estudo, com “glossário” e não “dicionário” ou “listas” – três denominações encontradas nas notícias que compõem nosso *corpus* para denominar o esforço empreendido de descrever e explicar os usos da língua na relação com acontecimentos discursivos digitais.

Faz-se necessário marcar que nosso *arquivo* é composto por notícias de entretenimento disponíveis na *web*. A partir de gestos de leitura, procedemos ao recorte discursivo de quatro notícias *on-line*, publicadas entre os anos de 2018 e 2020, que trazem práticas gramatizadas de vocabulário tipicamente do discurso digital com o recorte eleito na temática de relacionamentos amorosos na era digital.

Como Maingueneau (2015) já afirmava, quando falamos em páginas da *web*, a identidade mesma de um enunciado se torna problemática, pois segundo o autor, se existem gêneros na *web*, estes funcionariam como grandes categorias distintas da noção que se tem clássica de gênero. De acordo com o pesquisador francês, seria mais produtivo lidar com a categorização de hipergênero, que consiste em formatações pouco restritivas ou, pelo menos, não tão rígidas como as formatações dos gêneros clássicos. Isso significa que, no espaço digital da *web*, são possibilitadas a existência de muitas cenografias, ou seja, “Na maior parte dos *sites*, uma página da tela não é *um* texto, mas um mosaico de módulos, heterogêneos do ponto de vista enunciativo e modal: sinais, diagramas, propagandas, começos de artigos, *slogans*, vídeos...” (MAINGUENEAU, 2015, p. 165). Contudo, segundo o autor, essa possibilidade de diversificação não é infinita e, então, vemos que algumas rotinas se instalam permitindo-nos marcar características comuns das quatro notícias analisadas.

Verificamos que a estruturação das notícias pode variar e nelas há um atravessamento de gêneros diversos, mas todas contêm:

- Título;
- Subtítulo;
- Imagem relacionada à temática do universo digital;
- Introdução, que pode ser mais breve ou mais longa, geralmente em tom de proximidade com o leitor;
- Entradas dos termos, em sua grande maioria na língua inglesa;
- Definições, fortemente coladas a práticas digitais e do mundo híbrido;
- Ocorrências, ou seja, exemplos de usos, também associadas a práticas digitais.

Estes últimos três critérios, entradas, definições e ocorrências, são os que mais nos interessam neste estudo por compor a noção do que entendemos por glossários.

Há ainda uma forte incidência de presença de juízo de valor, sobretudo na introdução e nos comentários finais, quando o gênero notícia volta a emergir com suas características mais marcadas na composição do hipergênero. Em alguns casos, vemos uma recorrência significativa a relatos pessoais de usuários da internet como recurso ao discurso legitimador pela experiência pessoal compartilhada, ou seja, vivenciada e conhecida pelo leitor ideal das notícias selecionadas. E, de maneira geral, as notícias variam ao definir a proposta como dicionário, glossário ou lista ora de termos e palavras, ora de expressões, marcando mais uma vez os esgarçamentos dos limites entre gêneros na *web*.

Frente à indefinição de gênero típica do funcionamento discursivo da *web*, recorremos a Cunha e Aguilera (2019) que chamam a atenção para o fato de que metalexícógrafos concordam que há uma problemática relacionada às definições tipológicas de obras lexicográficas, pois há inúmeras definições diferentes e pouco consenso entre autores. A partir disso, fazendo um percurso histórico de definições, os autores contrapõem, de um lado, vocabulários (que aproximamos à noção de listas) e glossários (*corpus* baseado na fala) e, de outro, léxicos e dicionários (*corpus* baseado na língua).

Para os autores brasileiros (2019, p. 102), “do ponto de vista histórico-prático, o termo ‘glossário’ é e foi empregado para designar um tipo de obra que se ocupa de elucidar palavras obscuras contidas em um texto, ou conjunto de palavras de certa área do conhecimento, jargão, entre outros”. Em razão disso, Cunha e Aguilera afirmam que o termo pode ser utilizado nas acepções do Dicionário Aurélio – século XXI, para o qual glossário é:

1. Vocabulário ou livro em que se explicam palavras de significação obscura; elucidário.
2. Dicionário de termos técnicos, científicos, poéticos, etc.
3. Vocabulário que figura como apêndice a uma obra, principalmente para elucidação de palavras e expressões regionais ou pouco usadas.
4. Léxico de um autor, que figura, em geral, como apêndice a uma edição crítica. (FERREIRA *apud* CUNHA; AGUILERA, 2019, p. 103).

Nesse sentido, entendemos que a proposta do nosso material de análise aproxima-se à noção de glossário pela tentativa de desdicotomizar a relação escuro-claro, quando palavras e expressões são incorporadas em um fluxo quase automático sem tempo para a reflexão dos possíveis significados e origens dos termos. Funcionamento típico da dinâmica do espaço do digital que existe na relação fundante com o instantâneo e o imediato. É um “já-lá” metálico que, nas relações entre memória e atualização, o digital, com sua instantaneidade, faz com que a circulação de termos nativos seja muito maior, o que os torna parte do cotidiano e das práticas discursivas, neste caso, digitais, levando a deslizamentos de sentidos que passam a ser repetidos e a circular ou que simplesmente são ignorados pelos embates da interincompreensão regrada da língua pela incorporação, principalmente, de termos de outro idioma, o da língua inglesa, sobretudo. Fator que leva muitos dos glossaristas populares a assumirem a prática de tradução como verdadeiros especialistas da língua, ao mesmo tempo em que se valem massivamente de saberes empíricos compartilhados, direcionando a responsabilidade da definição também para o leitor.

Compreendemos que essas práticas populares de gramatização de termos tem um funcionamento muito próximo à noção de apêndice de uma obra, na qual a obra em questão figuraria como o conjunto de práticas discursivas digitais dos sujeitos usuários da Web. Nesse

sentido, poderiam também ser compreendidos como um conjunto de expressões regionais, no sentido de estarem vinculados a uma localidade que, neste caso, não tem uma fronteira física e espacial definida, mas antes uma condição de produção bem delimitada, qual seja: o digital. Finalmente, então, pode-se aproximar o empreendimento dos não linguistas da Web a um glossário de termos pouco usados e, por isso, a necessidade de serem explicados e descritos, pois embora o uso tenha ganhado certa popularidade, só funciona associado a um contexto específico que é o de práticas discursivas atravessadas pelo digital.

Já o dicionário seria considerado um “termo guarda-chuva” para abrigar a descrição do léxico da língua. Porém, entendemos que o digital não cria uma nova língua, mas sim uma textualidade outra que permite que idiomas distintos componham um mesmo enunciado:

Por ter servido como hiperônimo a qualquer obra de cunho lexicográfico, a tarefa de definir a tipologia dicionário torna-se ainda mais complexa. Afinal, que tipo de obra lexicográfica é o dicionário, *stricto sensu*? A maioria das definições de ‘dicionário’ apresentadas pelos metalexígrafos é *lato sensu*, como a de Biderman (2001, p. 131), por exemplo, que define ‘dicionário’ como “organização sistemática do léxico, uma espécie de tentativa de descrição do léxico de *uma* língua”. (CUNHA; AGUILERA, 2019, p. 106, grifo nosso).

A partir dessas considerações iniciais, que buscam elucidar questões terminológicas, observamos que, do âmbito da Linguística, mais especificamente da Lexicografia, não se discute a autoria de glossários ou dicionários, pois ela é tida aparentemente como evidente: metalexígrafos produzem definições desse tipo. Aqui, defendemos que a linguística popular fornece ferramental para que observemos tal fenômeno por outro prisma: o da produção de definições por não linguistas. Assim, pontuamos que não buscaremos observar a construção do glossário da paquera digital em termos lexicográficos, mas como ele funciona alimentado por linguistas profanos como um tecnôgênero (PAVEAU, 2017).

Glossário da paquera digital

A seguir, disponibilizamos as definições de seis termos digitais: *crush*, *ghosting*, *orbiting*, *sexting*, *shippar* e *stalkear/stalker*. Como das quatro páginas analisadas três trazem majoritariamente ou exclusivamente termos com marcas de origem na língua inglesa, o primeiro critério de escolha dos termos para compor o nosso *corpus* foi a referência a termos de origem na língua inglesa, devido a esta ter sido uma característica bastante marcante nos glossários observados. Em segundo lugar, a presença de estratégias de legitimidade da construção de glossários em relação a tipos e formas, ou seja, presença de entrada, de definições e de ocorrências. Em terceiro lugar, a frequência do termo nas distintas notícias selecionadas.

É importante pontuar, que devido à relevância de algumas marcas presentes nas definições dos termos, alguns deles são apresentados mais de uma vez conforme apareceram em notícias distintas.

1. **Crush:** O termo é usado para mencionar alguém por quem somos apaixonados ou sentimos algum tipo de atração. A palavra de língua inglesa pode ser traduzida como “esmagar” ou “colidir”. O indivíduo pode ter vários *crushes* diferentes. A gíria também pode ser interpretada como um “amor platônico”, quando o sujeito tem um sentimento não recíproco por alguém.⁴⁹
2. **Ghosting:** Este é um termo conhecido, você conhece uma pessoa via internet, conversam pelo *chat*, combinam de sair, se encontram algumas vezes, podem ou não ter trocado alguma intimidade, e tudo vai bem, até que a pessoa desaparece, para de responder suas mensagens, suas ligações e não marca mais encontros. Isso acontece mais vezes do que imaginamos e por inúmeras razões, mas basicamente cada uma delas significa uma mesma coisa, a pessoa não quer nada sério, pelo menos naquele momento.⁵⁰
3. **Ghosting:** Quando alguém com quem você vinha se relacionando há algum tempo para de responder mensagens subitamente ou não dá mais sinal de vida. Em geral, a vítima do *ghosting* fica sem entender o que houve de errado.⁵¹
4. **Orbiting:** Esta é uma das atividades mais esquisitas do mundo da paquera digital, já que a pessoa vai ignorar suas mensagens e suas ligações, até mesmo te bloqueando, mas vai se manter super ativa em suas redes sociais [*hiperlink*], estando realmente ligada em tudo o que você faz e atualiza nelas. Muitas das pessoas que fazem isso não têm ideia do que elas estão fazendo. Ou seja, elas estão ao seu redor, mas sem chegar muito perto.⁵²
5. **Orbiting:** Quando o amor acaba, mas uma das partes continua interagindo com a outra nas redes sociais – curtindo publicações, visualizando *stories*, comentando em fotos. Ou seja, continua “orbitando” o mundo do outro. Pode ser um truque para demonstrar interesse, ou simplesmente um jeito muito doloroso de lidar com o término.⁵³

49 Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/as-definicoes-de-relacionamento-foram-atualizadas-confira>. Acesso em: 27 fev. 2021.

50 Disponível em: <https://www.novomomento.com.br/veja-o-vocabulrio-do-mundo-da-paquera-e-do-namoro-online/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

51 Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/23/paquera-na-pandemia-entenda-o-beaba-do-amor-nos-relacionamentos-virtuais.htm>. Acesso em: 27 fev. 2021.

52 Disponível em: <https://www.novomomento.com.br/veja-o-vocabulrio-do-mundo-da-paquera-e-do-namoro-online/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

53 Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/23/paquera-na-pandemia-entenda-o-beaba-do-amor-nos-relacionamentos-virtuais.htm>. Acesso em: 27 fev. 2021.

6. **Sexting:** Este é um termo bastante popular, já que muitas pessoas já praticam este tipo de sexo, mas por mensagens de textos, além disso, pode também receber fotos, vídeos e áudios. Nele, cada parte do casal vai se estimulando e estimulando o outro tudo pelo meio do conteúdo compartilhado.⁵⁴
7. **Shippar:** Esse termo é para quem gosta de ver a união de duas pessoas ou personagens. O ato de *shippar* é manifestar a sua vontade de ver esses indivíduos em um relacionamento amoroso.⁵⁵
8. **Shippar:** Uma das gírias mais usadas em toda a Internet, o verbo “shippar” deriva da palavra inglesa “*relationship*”, que significa “relacionamento”, e é empregado como sinônimo de torcer pela união de um casal. A expressão começou a ser usada por fãs de séries, filmes ou livros que gostariam de ver seus personagens favoritos juntos. Para incentivar o romance, é comum misturar os nomes do par e divulgar o “shipname” com uma *hashtag* – Finn e Rachel se transformam em #Finchel, por exemplo.⁵⁶
9. **Stalkear/stalker:** *Stalkear* é o aportuguesamento do verbo “*to stalk*”, que, em inglês, significa perseguir. Na vida real, o ato indica uma violação séria à privacidade do indivíduo “stalkeado”, mas o sentido é diferente no mundo virtual. A expressão é usada como sinônimo para entrar no perfil de alguém e conferir tudo sobre a pessoa. Em outras palavras, o “stalker” é o bom e velho bisbilhoteiro.⁵⁷

Notas sobre Linguística popular

Podemos observar que a emergência da Linguística Popular é alicerçada no contraste ao estatuto de verdade adquirido pelo discurso científico. A Linguística, sobretudo depois de ter alcançado seu caráter científico como objeto de estudo de Saussure, tem se debruçado, no último século, em atribuir ao linguista o lugar de estudioso da linguagem, enquanto ao falante é atribuído um único lugar: o de “usuário” da língua. Assim, os saberes associados à língua são reservados tradicionalmente àqueles que assumem o papel de “autoridade”, enquanto o falante é tido como aquele que ignoraria seu funcionamento.

Trata-se de um interessante paradoxo, pois a Linguística tem se dedicado, a partir de suas diversas correntes, a compreender o papel do sujeito, incluindo ou excluindo sua participação em relação à fala, à significação, à história e à ideologia; mas, por outro lado, tem ignorado, com frequência, a possibilidade de esse mesmo sujeito produzir epistemologia da linguagem.

54 Disponível em: <https://www.novomomento.com.br/veja-o-vocabulrio-do-mundo-da-paquera-e-do-namoro-online/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

55 Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/as-definicoes-de-relacionamento-foram-atualizadas-confira>. Acesso em: 27 fev. 2021.

56 Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2019/12/17-girias-que-surgiram-na-internet-nesta-decada.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2021.

57 Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2019/12/17-girias-que-surgiram-na-internet-nesta-decada.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Fenômeno distinto do que observamos no material selecionado. De maneira geral, verificamos que as notícias podem ter a referência de autoria ou não, indicando que essa marca não é uma obrigatoriedade quando falamos em glossários construídos e disponibilizados na *web*. Porém, no caso de estar marcada a autoria, nota-se que não há menção à formação do sujeito que escreve, recurso bastante utilizado como legitimador do lugar de escrita metalinguística. É nesse sentido que não temos indícios de que as notícias foram escritas por profissionais especializados na língua, podendo ser caracterizados como produções de sujeitos não linguistas, que se autorizam a ocupar esse lugar descrevendo inclusive aspectos estritamente linguísticos como quando fazem referência à tradução:

Critério observado	Indícios
Aspecto linguístico (tradução)	<p>“A palavra de língua inglesa pode ser traduzida como” “o verbo [...] deriva da palavra inglesa [...], que significa [...], e é empregada como sinônimo de [...] “aportuguesamento do verbo [...] que, em inglês, significa [...] Oferta de sinônimo popular “bisbilhoteiro” para o termo <i>stalker</i>.</p>

Entendemos, assim, que o fenômeno por nós observado é de grande interesse para o campo da Linguística Popular.

Segundo Marie-Anne Paveau (2020), o termo “linguística popular”, baseado em “folk”, é utilizado em uma série de denominações anglo-saxônicas, a partir das quais em francês (e também em português) pode-se traduzir para popular, espontâneo, profano, entre outras traduções. Embora a autora aponte que tenta conservar a tradução do termo “folk” para “popular” de maneira literal, destaca que este termo, em português e francês, é polissêmico.

Em razão disso, a autora situa a Linguística Popular a partir, inclusive, das conotações pejorativas que podem geralmente ser associadas ao termo para postular que tomará “popular” enquanto o saber espontâneo dos atores sociais sobre o mundo em contraposição aos saberes científico e acadêmico, o que implica dizer que “O saber espontâneo é constituído de saberes empíricos, não suscetíveis de verificação lógica [...] e também de crenças que constituem guias para a ação dos atores sociais” (PAVEAU, 2020, p. 16).

Em concordância ao postulado pela autora francesa, observamos que a legitimação sobre o exercício meta(tecno)discursivo, nas notícias selecionadas, repousa no saber comum, na experiência compartilhada dos sujeitos usuários na *web* que pode ser verificada nos destaques a seguir:

Critérios observados	Indícios
Legitimidade a partir da experiência pessoal compartilhada	“muitas pessoas já praticam” “você conhece uma pessoa” “isso acontece mais vezes do que imaginamos” “suas mensagens e suas ligações”
Legitimidade a partir de uma apropriação instaurada (uso coletivo)	“termo bastante popular” “uma das gírias mais usadas” “termo conhecido”

Interessante notar, então, que a legitimidade das definições das entradas se sustenta sobretudo pela recorrência ao saber comum, a saberes empíricos compartilhados e não à referência a uma voz de autoridade do campo da Linguística. Ainda, nos casos em que se verificou a presença de uma voz de autoridade nas notícias, estas não apareciam na parte do hipergênero que podemos caracterizar como o glossário em si e, sim, nos comentários e desenvolvimento do texto que mais caracterizam o gênero notícia.

Ainda sobre as vozes de autoridade encontradas nas notícias, podemos dizer que elas foram inseridas pelo recurso do discurso direto de um sujeito especialista, porém, é importante marcar que, nas notícias analisadas, esse especialista não se tratava de um linguista, mas sim, de especialistas em relacionamentos. Instaura-se, assim, mais uma vez, a legitimidade em relação ao saber sobre a língua construída nas bases dos saberes empíricos compartilhados, ou seja, no âmbito do popular.

Paveau (2017), em seus escritos sobre a Linguística popular, propõe que esse campo de investigação inclua quatro tipos de práticas linguísticas: (i) **descritiva**, pela qual se descreve a atividade de linguagem; (ii) **normativa**, na qual se prescreve comportamentos da linguagem; (iii) **intervencionista**, por meio da qual se intervém nos usos da linguagem; (iv) **militante**, pela qual se questionam os usos da linguagem. Assim, compreendemos que, em relação às práticas linguísticas profanas elaboradas pela autora, parece-nos interessante observar, a partir do nosso material, as:

Descrições ou (pré)teorizações linguísticas, por exemplo, aquelas que se relacionam com a designação (chamar um gato de gato ou as coisas por seu nome) ou sobre a hierarquia entre escrito e oral (palavras verbais, falar como um livro, colocar os pingos nos is, dizer ao pé da letra) ou ainda sobre a conformidade com as regras da língua (agente vai e você está afim “não são português”). (PAVEAU, 2020, p. 19, grifo nosso).

Considerando, portanto, que não linguistas produzem descrições e teorizações linguísticas, asseveramos que tal fenômeno se faz ainda mais recorrente no espaço da *web*: “Pode-se [...] constatar a presença do que nomeamos linguística dos locutores profanos na internet, notadamente nos fóruns de discussão [...]” (ROSIER, 2004, p. 70). Apesar de Rosier referir-se aos linguistas populares para exemplificar a questão do debate sobre o purismo na língua, que é sempre alvo de discussões em ambientes virtuais, acreditamos que o olhar não deve estar restrito apenas ao imaginário popular com relação ao conjunto de regras da língua, mas devemos buscar observar a questão a partir de uma visão global da relação do não linguista e da língua em seu cotidiano que, atualmente, é fortemente atravessado pelo digital.

Notas sobre o discurso digital

Segundo Castells (2017), em nossa sociedade, vivenciamos o espaço híbrido, aquele construído entre as redes sociais da internet, ou seja, da Web 2.0, a *web* participativa com o espaço urbano, em uma interação constante. Nesse sentido, segundo Marie-Anne Paveau (2017), quando falamos em digital, rompemos com a dualidade de virtual *versus* real, pois o digital existe na relação intrínseca com o não digital ou pré-digital, da mesma forma como este é afetado e transformado pelo constitutivamente tecnológico. Tal relação, que é entendida tanto no senso comum como em diversos estudos acadêmicos como dual ou assumida como híbrida, aparece nas definições dos termos digitais selecionados como se pode notar a seguir:

Critérios observados	Indícios
Referência à dualidade real <i>versus</i> virtual	“na vida real” <i>versus</i> “mundo virtual”
Referência ao mundo híbrido	Coexistência de “você conhece uma pessoa via internet”, “conversam pelo chat”, com “combinam de sair”, “se encontram algumas vezes”, “podem ou não ter trocado alguma intimidade”.

Paveau (2017) aproxima-se à noção de mundo híbrido de Castells (2017) ao defender uma teoria não dualista que, a partir do conceito ecológico da linguagem, leve em consideração o sujeito, a linguagem, a máquina e a sociedade. Para tanto, a autora postula que é preciso pensar no discurso produzido no espaço digital como “tecnodiscurso”, em que “tecno” não seria apenas um morfema, mas um modificador, enquanto opção teórica, da própria episteme das ciências da linguagem. Isso quer dizer que trabalhar com conceitos “tecno” (tecnopalavra, tecnogênero) evidencia a tomada de um posicionamento, e de certa forma de rompimento, em relação aos estudos tradicionais da Linguística, de maneira geral, e da Análise do discurso, de maneira específica, pois à dimensão languageira serão acrescentadas as determinações de ordem técnica.

Paveau propõe, então, pensar os tecnôgêneros a partir da perspectiva ecológica que observa ecossistemas nativos para compreender como se constroem e se desenvolvem os gêneros de discurso digitais em seus ambientes discursivos e digitais:

Vamos definir o tecnôgênero do discurso como um gênero de discurso dotado de uma dimensão composta, resultante de uma co-constituição de linguagem e tecnologia. O tecnôgênero pode fazer parte de um gênero pertencente ao repertório pré-digital, mas que em ambientes digitais nativos são dotados de características específicas (como comentários *on-line*), ou constituem um gênero digital nativo e, portanto, novo (como *twitterature* ou arte de imprensa, uma antologia de *links* ou *tweets*). O tecnôgênero do discurso é, portanto, marcado pela dimensão tecnológica do discurso, o que implica funções e propriedades particulares. (PAVEAU, 2017, p. 301, tradução nossa⁵⁸).

Pela citação, compreendemos que, ao postular que o tecnôgênero adota uma dimensão compósita, isto é, derivada da constituição languageira e tecnológica, a autora francesa entende que o tecnôgênero pode advir de um gênero pertencente ao pré-digital, mas este adquire especificidades próprias no ambiente digital. A partir disso, Paveau (2017, p. 301-303), considerando as restrições tecnológicas, classifica os tecnôgêneros em três categorias :

- **tecnôgêneros prescritos:** entendidos como gêneros de discurso propostos *on-line* e que sofrem forte coerção dos dispositivos tecnológicos. Não existe *off-line*, pois depende das ferramentas digitais;
- **tecnôgêneros negociados:** compreendidos como gêneros de discurso pré-existentes e estabilizados ou não nas produções pré-digitais, mas que *on-line* adquirem características tipicamente tecnodiscursivas;
- **tecnôgêneros produzidos:** definidos como um gênero nativo produzido por internautas fora das restrições dos tecnôgêneros prescritos e das rotinas dos tecnôgêneros negociados.

Adotaremos aqui, em razão do nosso material coletado, que o “glossário da paquera digital” pode ser entendido como um tecnôgênero negociado, uma vez que, apesar de o gênero glossário ser anterior ao digital, ele adquire características próprias do ambiente digital, por exemplo, a possibilidade de compartilhamento, a abertura para a participação por meio do recurso de caixas de comentários, a localização por ferramentas de busca, a presença de *hiperlinks*, a possibilidade de atualização a qualquer instante e por quantas vezes se desejar, a circularidade em outras redes sociais etc.

58 No original: “On définira le technogène de discours comme un genre de discours doté d’une dimension composite, issue d’une coconstitution du langagier et du technologique. Le technogène peut relever d’un genre appartenant au répertoire prénumérique, mais que les environnements numériques natifs dotent de caractéristiques spécifiques (comme le commentaire en ligne), ou constituer un genre numérique natif et donc nouveau (comme la *twittérature* ou l’artique de presse sous forme d’anthologie de liens ou de *tweets*). Le technogène de discours est donc marqué par la dimension technologique du discours, ce qui implique un fonctionnement et des propriétés particuliers”.

Também é importante observar que, além de se constituir enquanto tecnogênero, o intuito dos glossários é definir termos que surgem no ambiente digital, o que parece ser um fenômeno “meta(tecno)linguístico” interessante de ser observado, já que, por um lado, se ocupa da metalinguagem inerente à definição de termos, e por outro, se relaciona à sua natureza tecnodiscursiva. Em outras palavras, refere-se a termos que têm seu funcionamento intrínseco às interações digitais, como se pode constatar a seguir:

Critério observado	Indícios
Referências às práticas discursivas do espaço do digital	<p>“praticam mas por mensagens de texto” “usadas em toda a Internet” “divulgar [...] com uma <i>hashtag</i>” “conhece uma pessoa via internet” “conversam pelo <i>chat</i>” “para de responder suas mensagens” “entrar no perfil” “atividades do mundo da paquera digital” “bloqueando” “redes sociais” “atualiza” “continua interagindo nas redes sociais” “curtindo publicações, visualizando <i>stories</i>, comentando em fotos”</p>

Outro recurso muito interessante utilizado nos glossários observados que vincula os termos aqui selecionados ao espaço digital é que a maioria traz também exemplos de ocorrências dos termos, ou seja, exemplos de usos, que, nos casos observados, fazem nova referência à intrínseca relação dos usos desses termos a vivências digitais, o que nos permite mais uma vez caracterizá-los como tecnodiscursos. Nos casos analisados, quando havia a apresentação de exemplos de usos, estes eram disponibilizados com o recurso de capturas de tela com imagens de postagens da rede social do Twitter, como se pode verificar pelas ocorrências disponibilizadas na definição do termo “ghosting”:

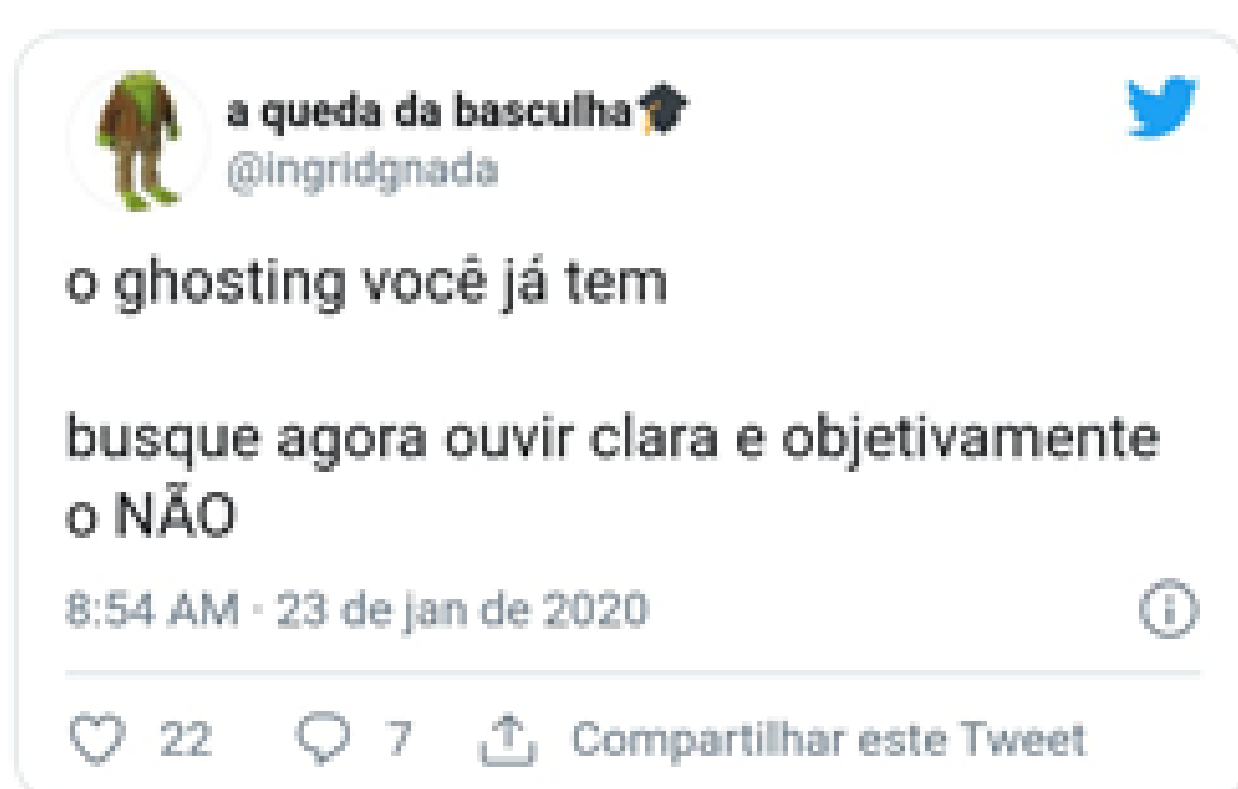


Imagem 1. Captura A de tela de postagem do Twitter

Imagem 2. Captura B de tela de postagem do Twitter

Finalmente, retomamos o critério das entradas estarem majoritariamente expressas em inglês. Compreendemos que os termos nativos da *web*, que compõem os glossários analisados, ao serem trazidos em sua forma em inglês em meio a um enunciado construído com base no idioma português, figuram como mais um fator que nos permite sustentar que tais termos são nativos da *web*.

Compreendemos que esses tecnodiscursos, a partir de sua textualização em inglês, ao serem incorporados à língua portuguesa, em situações languageiras de fala e escrita, colam vivências coletivas compartilhadas especificamente do espaço digital. Em outros termos, temos que as interações e relações construídas e atravessadas pelo digital não podem mais descolar-se desse funcionamento que já é híbrido, não dualista e não simplesmente originário do pré-digital e transposto para o digital. Indício que reforça mais uma vez a classificação de tais práticas metatecnolinguísticas como tecnogêneros negociados.

À guisa das conclusões

Com o objetivo de compreender o funcionamento de práticas discursivas digitais materializadas em construções de glossários da e na *web*, empreendidas por não linguistas, defendemos que termos típicos da Web 2.0 passam a figurar em diversos *sites* com características dignas de observação tanto para as teorias da Linguística Popular quanto para a Análise do discurso digital.

Em nosso percurso, enfocamos principalmente três aspectos comuns desses glossários digitais: as entradas dos termos, suas respectivas definições e as características e os funcionamentos das ocorrências de cada termo, quando disponibilizadas.

Destacamos que pela característica das entradas majoritariamente de termos na língua inglesa é que se nota uma forte responsabilização pelo lugar ocupado de fazer episteme da língua por sujeitos não especializados. Este fator da origem inglesa das entradas permitiu-nos também defender a vinculação intrínseca de tais termos ao espaço digital. Finalmente, as ocorrências dos termos possibilitaram que retomássemos os argumentos quanto ao atravessamento constitutivo do digital e reflexões sobre a coexistência de diferentes idiomas em um mesmo enunciado, o que nos parece um forte indicador de uma memória digital/híbrida associada a esses termos.

Nas definições de cada entrada, encontramos marcas que permitem reforçar e justificar tais discursos como nativos da *web*, pois a ressignificação de tais termos no espaço digital colou definitivamente a vivência empírica às experiências atravessadas pelo digital. Por outro lado, é nas definições que vemos os linguistas profanos compartilharem a responsabilidade sobre a definição dos termos ao buscar a legitimação de sua prática discursiva nas experiências pessoais compartilhadas.

Nesse sentido, entendemos que este trabalho, ainda que de forma exploratória, contribuiu para colocar teorias aparentemente dissociadas em diálogo. Tentamos entrelaçar, então, por meio da Análise do discurso digital e da Linguística Popular, campo ainda emergente no Brasil e na França, práticas que aqui denominamos “meta(tecno)linguísticas” para observar a composição do hipergênero (segundo Maingueneau) e do tecnogênero negociado (segundo Paveau) “glossário da paquera digital” produzido por não linguistas. Em síntese, parece-nos apenas o início de profícua discussão pensar que linguistas profanos, interditados pela literatura corrente da Linguística, possam produzir distintos saberes sobre a língua no âmbito digital.

Referências

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CUNHA, C. A.; AGUILERA, V. A. Tipologia das obras lexicográficas e o léxico histórico do Português Brasileiro. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 99-114, jan./jun. 2019.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

PAVEAU, M-A. **L'Analyse du discours numérique.** Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017.

PAVEAU, M.-A. **Linguística folk:** uma introdução. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020.

ROSIER, L. La circulation des discours à la lumière de “l’effacement énonciatif”: l’exemple du discours puriste sur la langue. **Langages**, Paris: Larousse, n. 156, p. 65-78, 2004.

Linguagem
neutra: “sobre
*este tema, ouçam
os linguistas*”

Por Marcelo Rocha Barros Gonçalves

Introdução

Neste capítulo, vamos tratar da questão da linguagem neutra. Numa análise de perspectiva discursiva e à luz de alguns ensinamentos da Linguística Popular (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003), vamos discutir, na imbricação entre os saberes populares e científicos, como se manifesta a neutralidade de gênero em Língua Portuguesa. Para além de uma questão morfológica *stricto sensu*, observamos que as discussões em torno de uma linguagem neutra extravasam a estrutura linguística para trazer à materialidade da língua algumas questões de identidade e representatividade de seus usuários. Basicamente, a linguagem neutra permitiria a representatividade de gênero de um determinado grupo de falantes através da utilização de *uma pessoa* no neutro (em oposição, portanto, ao *feminino* e ao masculino). Daí as formas *x*, *@* e *e* (e outras) nos artigos e nos sufixos das palavras, nas vogais temáticas. Alguma coisa como *As, Os, @s, Es [...], Todes, todxs, etc...*

Mas a marcação de gênero neutro está longe de se apresentar como uma questão exclusivamente linguística, e menos ainda pacificada. No ambiente de livre circulação dos textos com os quais trabalhamos, a contenda parece ter apenas começado e há uma série de perguntas pertinentes aos linguistas nesta discussão para responder. Perguntas que vão desde o uso da forma na estrutura da língua, suas relações com a escrita (e fala) formal, com o ensino de língua materna, passando por questões sobre os sujeitos da argumentação até mesmo à formulação de algumas teorias linguísticas espontâneas, ou seja, aquelas produzidas por usuários comuns em oposição (ou não) às formulações teóricas e científicas propostas por especialistas.

Para as respostas que este artigo pretende dar, selecionamos para análise um conjunto de cinco textos diversos, disponíveis *on-line*, que abarca desde uma notícia até a íntegra do texto de um Projeto de Lei da Câmara dos Deputados. Alguns destes textos permitem aos usuários tecer comentários sobre o tema da linguagem neutra e, como é comum nestes ambientes virtuais, estabelecer contato entre si. Estes dados são riquíssimos em comentários sobre a língua e sobre a linguagem que interessam e muito ao campo da Linguística Popular e por tabela ao de uma Teoria Geral da Linguística. Nestes ambientes virtuais, podemos observar o (des)empenho dos falantes comuns (ordinários) para a produção de variados saberes linguísticos, seus investimentos e estratégias no trabalho com a linguagem, suas interações, quais implicações teórico-metodológicas podem estar imbricadas em suas decisões, seus argumentos e argumentações, etc...

“Mas quem são os não-linguistas?”⁵⁹ São todos os falantes sem formação especializada em Linguística que traçam comentários “meta” sobre a língua que falam. Produzem um tipo de saber, popular, sobre a língua que usam (falam, escrevem, comunicam, conversam, argumentam, etc...). Conforme Preston (2011, p. 15, tradução nossa⁶⁰):

Uso enfaticamente o termo folk/popular na linguística popular para me referir a todas as pessoas, exceto aos linguistas acadêmicos, da mesma forma que os linguistas seriam populares em um estudo de botânica popular, química popular, etc... Definitivamente, não uso o termo para me referir a grupos rurais, marginalizados, menos educados ou romantizados (“pitorescos”). Somos todos populares quando entramos no mundo do conhecimento tradicional e das formas de comportamento fora de nosso próprio treinamento técnico.

Para Achard-Bayle e Paveau (2019, p. 4262):

[...] o campo de investigação da linguística popular incluiria o conjunto dos enunciados que podemos qualificar como práticas linguísticas profanas – isto é, que não vêm de representantes da linguística como uma disciplina estabelecida, os “não linguistas” [...] designando, avaliando ou referindo-se aos fenômenos da linguagem para produzi-los.

Numa visão escalar e anti-eliminativa entre os saberes populares e científicos, Paveau (2018) propõe uma tipologia dos não linguistas classificando as posições por “coeficiente” decrescente de detenção de um saber linguístico e acompanhadas de uma categorização aproximada do tipo de práticas executadas. No *continuum* que vai do falante comum até o linguista profissional, a autora aponta para uma série de não-linguistas⁶¹ e suas práticas (mais comuns), por exemplo, os ludolinguistas, logófilos e glossomaníacos, os linguistas amadores e os cientistas não-linguistas.

Nosso ponto de entrada nos textos é a análise de formulação de teorias *folk*, especialmente as produzidas por não especialistas sobre linguagem e, por tabela, sobre a argumentação. Conforme já confirmado por Doury (2020, p. 98), é possível identificar “certos aspectos das teorizações espontâneas da argumentação que são refletidas nas declarações meta-argumentativas e nas estratégias refutativas de falantes engajados na defesa de um ponto de vista.”. Fazemos nossas as palavras da autora:

59 Pergunta originalmente feita por Paveau (2020, p. 27).

60 No original em inglês: “I also most emphatically use the term folk in folk linguistics to refer to all persons except academic linguists, just as linguists would be folk in a study of folk botany, folk chemistry, etc.... I definitely do not use the term to refer to rural, marginalized, less educated, or romanticized (‘quaint’) groups. We’re all folk when we step into the world of traditional knowledge and ways of behaving outside our own technical training.”

61 Ainda assim, é a própria autora que faz o alerta: “A questão da identidade ou da identificação dos não-linguistas é, sem dúvida, uma das mais difíceis no domínio da linguística *folk*. Se a identificação profissional dos linguistas é feita de modo relativamente fácil pela existência de cursos, diplomas, especialidades universitárias que correspondem, na França, a seções do CNU e do CNRS (no Comitê Nacional, tratam-se das seções 7, 9 e 34) e de uma literatura disciplinar relativamente bem circunscrita e balizada por dicionários, a identificação profissional dos não-linguistas que lidam com atividades linguísticas não se baseia em nenhum critério mais institucional” (PAVEAU, 2020, p. 27).

Seguiremos, assim, o programa estabelecido pela linguística popular, o qual nos convida a prestar atenção tanto às declarações “meta” quanto aos julgamentos críticos de aceitabilidade ou de não aceitabilidade de sequências discursivas [...] – aqui, argumentativas. Procuraremos estabelecer até que ponto essas conceituações espontâneas ecoam as conceituações acadêmicas da argumentação e, em particular, as teorias normativas.

O estabelecimento do corpus

Para discutir a questão da linguagem neutra neste artigo, organizamos o *corpus* (MAZIÉRE, 2007, p. 14) desta pesquisa a partir dos seguintes textos:

- a) o texto do Guia do Estudante “Linguagem neutra: bobagem ou luta contra a discriminação?” de 05 de novembro de 2020: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/linguagem-neutra-bobagem-ou-luta-contra-a-discriminacao/>
- b) o texto do Jornal da USP (Portal da USP) “Linguagem neutra pode ser considerada movimento social e parte da evolução da língua” de 18 de fevereiro de 2021: <https://jornal.usp.br/atualidades/linguagem-neutra-pode-ser-considerada-movimento-social-e-parte-da-evolucao-da-lingua/>
- c) o texto do portal de notícias UOL, do canal TAB, “Linguagem neutra: proposta de inclusão esbarra em questões linguísticas” de 07 de outubro de 2020: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/07/linguagem-neutra-proposta-de-inclusao-esbarra-em-questoes-linguisticas.htm>
- d) o texto “Proposta proíbe uso de linguagem neutra na língua portuguesa”, na seção de Educação, Cultura e Esportes do portal de notícias da Câmara de Deputados (Agência Câmara de Notícias) de 30/11/2020: <https://www.camara.leg.br/noticias/710660-proposta-proibe-uso-de-linguagem-neutra-na-lingua-portuguesa/>
- e) e o texto do Projeto de Lei 5248/2020 de 24/11/2020 da Câmara de Deputados: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1943895

Esses textos são os primeiros resultados de aproximadamente 639.000 dentre os encontrados por uma ferramenta de busca na *web*. Preferimos aqui os textos em formato de notícias, considerando às vezes a presença ou não de comentários por leitores usuários. Obviamente que parte desta escolha pensava diretamente na questão do saber popular produzido por não especialistas sobre linguagem e, mais especificamente, na formulação de teorias linguísticas espontâneas. As notícias parecem já ter uma série de mecanismos e estratégias textuais à disposição dos sujeitos na interação, escritores e leitores, nem sempre em posições discursivas tão claramente estratificadas.

Como contraponto (ou não) às notícias, recolhemos aqui também o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, muito pela insistência (que vimos nos comentários à notícia veiculada no portal da própria instituição) à remissão ao texto original como referência. Veremos, contudo, que excetuando o fórum de discussão estabelecido, institucionalizado, a justificativa ao projeto parece apresentar características bastante comuns às notícias nos demais veículos, sobretudo do ponto de vista da sua estrutura textual e argumentativa. Em outras palavras significa dizer que, ainda que o tipo de texto formalizado como Projeto de Lei implique na sua constituição em artigos, a *JUSTIFICATIVA* guarda fortes semelhanças, do ponto de vista de uma formulação de uma teoria *folk* de linguagem (de linguística), com os textos produzidos pelos outros não especialistas.

Esquema geral

Ainda que não esteja dentro de nossos objetivos neste trabalho discutir verticalmente a questão dos Gêneros do discurso, ou Gêneros Textuais, algumas palavras podem ser ditas sobre este tipo de texto específico, a notícia *on-line*. Na perspectiva de Maingueneau (2010, p. 130), “gêneros são considerados dispositivos de comunicação sócio-historicamente condicionados”, ou seja, tipos de enunciados nos quais:

[...] os falantes reconhecem as atividades em curso como sendo determinados eventos com os quais eles precisam contribuir: com base nos seus conhecimentos socioculturais, eles devem saber como os componentes desses gêneros tipicamente coocorrem.

Bakhtin (1997, p. 280) de certa maneira já havia colocado a questão em outros termos, compreendidos como *tipos relativamente estáveis de enunciados*.

De uma maneira geral, as notícias *on-line* costumam apresentar uma estrutura bastante simples de organização textual: são geralmente monotemáticas e plurisemióticas, são opinativas e têm claro interesse de divulgação para o público leitor. É sobre um determinado assunto que as variadas opiniões – de não especialistas e de especialistas – concorrem para a formação de sentidos do texto através dos mais diversos *mídiun*⁶² – textos, imagens, áudios, vídeos, etc. Em nosso *corpus*, portanto, são textos sobre a linguagem neutra com as opiniões favoráveis ou desfavoráveis sobre o seu uso, com regular remissão às formulações teóricas nem sempre unificadas de linguistas. Estas formulações populares nem sempre são apropriadas ou correspondentes com a produção científica de linguistas e nem sempre são consonantes entre os próprios não linguistas.

62 Ver Maingueneau (2002, p. 71).

Nestes textos produzidos por não especialistas é comum a circulação da ideia normatizada de língua, de língua como norma apoiada numa série de instrumentos linguísticos⁶³, principalmente. É uma tese que confunde a própria noção de língua com as respectivas tecnologias (AUROUX, 2009) que foram produzidas para ela, como as gramáticas e os dicionários. Daí decorre uma visão *formalista* da língua, mais presa à estrutura, na qual as mudanças e variações não podem ser determinadas externamente, e, conseqüentemente, a utilização da linguagem neutra não pode ser autorizada.

giovanisop (uol)

07/10/2020 17h17

queria entender qual a justificativa plausível pra se fazer uma mudança tão radical na lingua portuguesa

fernandafernandes (uol)

07/10/2020 17h07

isto não pertence à Ortografia oficial.

Mateus Batista

01/12/2020 21:34

Excelente proposta do Dep. Derrite, precisamos proteger não só a língua portuguesa, como nossa cultura e nossas crianças, mudar a língua é o modo mais fácil de mudar o modo de pensar.

Daniel Fernandes

09/01/2021 15:25

Pronome neutro n faz nem sentido mano.

Uma segunda tese formulada nestes textos é de que a língua é um organismo vivo, social, e, portanto, sensível às determinações externas. Assim sendo, se a língua é reflexo da sociedade plural na qual o sujeito vive (dizendo), era de se esperar que a utilização da linguagem não binária pudesse ser autorizada. Veremos, contudo, mais adiante, que não se trata de um raciocínio tão linear quanto se apresenta.

Comentários ao texto do UOL

Os comentários em notícias veiculadas na internet são manifestações espontâneas de usuários de uma determinada língua sobre um tema, sobre um texto. Aqui, grosso modo, são declarações populares, algumas com algum tipo de vinculação científica, outras apenas fruto do conservadorismo, da tradição, do amadorismo, perpetuado por um discurso insistente a favor da “norma culta”. Nestes ambientes, estas interações entre os usuários e os textos e entre os próprios usuários entre si são lugares privilegiados para a observação de fenômenos linguísticos de percepção e atitude dos próprios falantes sobre a língua ou a linguagem.

⁶³ Ver também, por exemplo, os trabalhos de Bagno (2002) e Faraco (2008).

Muitos dos comentários, distantes da real pluralidade linguística brasileira, apoiam-se com frequência na narrativa-padrão do reconhecimento de uma norma culta, norma padrão, escrita, formal, que seria a representação ideal da língua portuguesa. Não raros, há nesses casos referências explícitas aos instrumentos linguísticos de legitimação de um idioma, como as Gramáticas, os dicionários, os Acordos... Há também o uso indiscriminado de jargão (supostamente) especializado, bem como o recurso à produção científica especializada como agente abonador de teorias linguísticas espontâneas. Há nesta esteira comentários/projetos que sustentam inclusive propostas bastante ousadas para o ensino de língua materna:

Leia23

07/10/2020 22h48

Tem uma forma tão simples e seu ônus de resolver essa situação: abraçar que o gênero linguístico masculino não é masculino, mas sim neutro em primeiro lugar, e passar a ensinar isso. Em vinte anos a questão está resolvida para os que requerem um gênero neutro e para aqueles que não querem mudanças desnecessárias (e caras) na língua. Basta mudar o entendimento do conceito e ensinar isso. A inteligência de se fazer isso dessa forma, inclusive, que ela remove qualquer tentativa de resistência por parte dos conservadores.

Comentários ao Texto da Câmara dos Deputados

Nos comentários ao texto do portal da Câmara dos Deputados também são percebidos investimentos dos usuários em ambas as direções quanto ao uso da linguagem neutra, ou seja, a favor ou em desfavor à sua utilização. Novamente, há uma série de estratégias utilizadas pelos usuários que podem ser vistas nos comentários, por exemplo, o recurso à narrativa padrão, o recurso a um jargão (pseudo)científico, etc...

Ruan Asse

09/01/2021 11:52

[...] Todo mundo sabe que pronome neutro jamais iria ser ensinado nas escolas, mas os políticos adoram fazer graça e gastar tempo e dinheiro público. E é norma padrão, não se fala mais norma culta desde 2000, desavisado.

Rebeca Cristina Araújo

06/12/2020 18:20

Tanta lei importante, [...] e a câmara está preocupada com "pronome neutro?" [...]

Léo Mathias

03/12/2020 23:20

Sr. Deputado, o que a norma-padrão considera correto atualmente já foi considerado erro um dia. O latim vulgar, do qual descende o português, era marginalizado pela aristocracia de Roma.

Maria Souza

01/12/2020 15:22

Excelente projeto, não podemos banalizar nosso português com essa tal língua neutra.

Dentre os comentários do portal, podem ser recorrentemente coletadas formas como Ideologia de gênero, preservação da língua nacional, utilização dos pronomes neutros, o uso formal/culto da língua portuguesa, a noção de erros de escrita... Na lista de comentários, como talvez fosse de se esperar, há uma variada remissão ao texto de inteiro teor do Projeto de Lei 5248/20. Nos comentários a seguir, os usuários utilizam como recurso o próprio diálogo (imaginado) com o deputado autor do PL, ainda que o comentário seja permitido apenas à notícia:

Emerson Miguel

09/01/2021 11:20

Legislar sobre língua é uma das coisas mais inúteis que um deputado pode fazer. São os falantes (a comunidade linguística) que definem o caminho de um idioma. Nenhuma língua viva escapa da variação. A língua varia conforme a época, o lugar, o segmento social e até mesmo um indivíduo pode fazer escolhas linguísticas de acordo com a situação. Alguma lei impediu que “Vossa Mercê” se transformasse em “você” e até em “cê” em algumas circunstâncias? A língua padrão já é o registro exigido em situações formais. Não precisa legislar sobre isso. Agora, se o “neutro” vai “pegar” ou não, se vai se expandir ou ficar limitado a um grupo social restrito, isso eu não controlo. Nem devo querer controlar. É inútil.

Laís Caldeira

07/12/2020 09:09

Caro deputado, os pronomes neutros fazem parte da linguagem inclusiva, e também ajuda[m] jovens a conhecerem mais sobre as diversas possibilidades na língua portuguesa, em minha opinião se essa lei for estabelecida seria uma forma de “censurar” o que os jovens aprendem, e pode ser desrespeitoso com jovens que nessa idade já se identificam com o gênero binário. Essa lei precisa mesmo ser criada? Com tantas outras leis que ajudariam os professores e alunos, porque criar essa lei que pode ser preconceituosa? Espero que entenda minha opinião.

Veja a seguir, por exemplo, como se manifestam alguns usuários sobre a linguagem neutra⁶⁴:

Higor Vincius Sales

05/12/2020 15:01

Isto é muito errado. A linguagem neutra existe por um motivo, a proibição desta resulta na discriminação das minorias que a usam. Cabe ao Federal defender estas! Não excluí-las!

⁶⁴ Os eventuais erros de ortografia foram mantidos conforme o original.

Fernanda Rodrigues

03/12/2020 13:37

Não existe linguagem neutra. Pronto e acabou. Querem inventar uma coisa que não existe. Não tá satisfeito, muda de país.

Rosamaria Aguiar

02/12/2020 23:08

Sr. Deputado, com tanta coisa urgente e necessária, esse projeto chega a ser um acinte! Além do mais, está faltando um conhecimento linguístico: o português é a evolução histórica do Latim VULGAR, não do Latim clássico. Logo, a origem da língua portuguesa já não tem “sangue azul”. Também é preciso lembrar que a língua é um organismo vivo, em constante mutação, o que é facilmente perceptível quando se observam os falares de diferentes gerações. Assim, não há lei capaz de deter as mutações linguísticas, até pq existem inúmeros outros locais, sobretudo os virtuais, estabelecendo, continuamente, novas formas de expressão, neologismos, etc. Assim, por favor, dedique seu tempo, pago com recursos públicos, para tratar de assuntos relevantes para a sociedade, e que são passíveis de intervenções legais, como a saúde, a educação, a segurança pública e a imperiosa necessidade de vacina contra a COVID 19. Por favor!

Guilherme Matias

02/12/2020 15:16

Um mero estudo de linguística faria o deputado e os apoiadores da proposta perceberem a carga ideológica de tentar naturalizar significados linguísticos, que são TODOS ARTIFICIAIS, e não naturais, incluindo as noções de gênero. [...]

Respostas aos comentários: *design* de interação e argumentação

Neste excerto, pretendemos discutir as estratégias espontâneas de argumentação a partir do *design* de interação do texto do portal de notícias UOL, do canal TAB, “Linguagem neutra: proposta de inclusão esbarra em questões linguísticas”, realizado não mais entre os usuários e o tema/texto, mas sim entre os próprios usuários. Assim, selecionamos, dentre os comentários dos usuários, os que continham algum tipo de interação, ou seja, uma resposta às declarações de outros usuários.

Primeiramente, vamos olhar para uma interação entre usuários sobre a utilização da *linguagem não binária*:

TheHeadshaker

08/10/2020 14h36

Se a linguagem reflete uma sociedade e se os mais jovens estão criando nova linguagem nas redes sociais, por que não deixar que a tal “linguagem não binária” ocorra por si só ao invés de

tentar forçá-la goela abaixo para todos de uma vez, por decreto? Olha, tem um quintal pra carpir aqui perto...

6 Responder Respostas (1)

r7hb4f99r6lu

08/10/2020 17h23

Exatamente. A língua é um organismo vivo, em constante mutação. O português que se fala hoje é bem diferente do que o que se falava no século XIX. SE UM DIA isso for relevante, será incorporado naturalmente, e não pq militantes assim o querem.

Como anunciamos anteriormente, a perspectiva da língua como reflexo da sociedade não é categoricamente uma premissa dos usuários para a utilização de uma linguagem não binária. Ao contrário, o argumento se baseia exatamente numa incorporação natural da língua. *TheHeadshaker* levanta duas hipóteses bastante correntes no campo de estudos linguísticos acadêmicos: a concepção de linguagem como reflexo da sociedade e (indiretamente) a de que a estratificação etária pode marcar variações na língua (“[...] os mais jovens estão criando nova linguagem nas redes sociais [...]”).

A concordância de *r7hb4f99r6lu* se dá através do advérbio *exatamente*, mas traz um dado novo à argumentação, ainda que em acordo com a concepção de que as línguas variam: seu investimento é de apontar desta vez para questões históricas, ou seja, há percepção de que a língua varia numa mesma sincronia e a de que a língua muda na diacronia. São percepções populares sobre as já consagradas teses de variação e mudança tão pesquisadas na Sociolinguística e na Dialetologia.

A seguinte interação envolve usuários que são contra a utilização do gênero neutro, portanto, em desfavor à linguagem neutra, mas a argumentação não está exclusivamente alicerçada em discussões *sobre* linguagem:

Bahamut

08/10/2020 01h05

Mais uma frescura q grupos de “minorias” inventaram p ver se ganham mais fama e adeptos. Não me importo se querem ser de gênero neutro ou q mais resolverem inventar, mas a questão é q biologicamente só existem 2 opções, feminino ou masculino. Em questões médicas e de segurança, não existe meio termo... em casos de acidentes, numa mesma condição, mulheres são prioridade pq o corpo feminino é mais sensível à perda de sangue. Na documentação é necessário dizer se é homem ou mulher p o caso de uma revista ou identificação. Como cada um se vê e quer levar sua vida é decisão de cada um, mas existe limite. P indústria de vestuário, acho válido, mas não dá p mudar certas coisas como a saúde. Homens não vão ao ginecologista,

mulheres não vão no urologista. O mesmo acontece com o sistema prisional por exemplo... não dá p inventarem presídio sem gênero ou quem segue essa moda não comete crimes, dirige bêbado, usa drogas, etc como qualquer outra pessoa?

7 Responder Respostas (1)

Pensante SP

08/10/2020 10h23

Frescura e total falta do que fazer, sempre existiram palavras que usam o artigo feminino ou masculino sem estar conectadas ao gênero do ser. Portanto isso é realmente falta do que fazer, mal sabem o impacto que isso leva aos estudantes, até hoje em concursos onde sempre a matéria Português tem um peso muito grande, pessoas que foram alfabetizadas da forma antiga penam com estas reformas ortográficas por simples capricho, falta do que fazer ou a forma que preferam ser definidos. "Vai catar coquinho!!!!"

No comentário a seguir, há interação entre três usuários e uma referência explícita aos mecanismos da própria interação, ou seja, ao próprio comentário em si, como se ele pudesse ser valorado (*"Grande comentário!"*):

t3zvnok0v2ig

07/10/2020 22h50

[Disclaimer: sou homem hétero] Acho que dá pra chegarmos num meio termo. Não concordo com o uso do @ X e derivados porque descaracteriza e até bagunça muito a maneira de se expressar. E é muito fácil criar resistência, principalmente do público com mais idade. Só que preciso admitir que é estranho e tendencioso usarmos "o homem" pra falar da raça humana, "outros" quando tem só 1 homem e X mulheres e por ai vai. Caras, é errado, e não é pq usamos assim há séculos que não precisamos corrigir. Dá pra melhorar sim. Os exemplos da matéria "data de nascimento" ao invés de "nascido em", ou "a classe política" ao invés de "os políticos" fazem sentido sim. Vou ter que reaprender? Ué, vou. Vai dar trabalho? Vai, mas bem menos do que o trabalho que as mesmas minorias passam todos os dias só pra serem tratadas com o mesmo nível de respeito que nós somos.

1 Responder Respostas (2)

João Carlos SP

21/10/2020 00h31

Por isso que a Presidente falou da "mulher sapiens"; "homo sapiens" é muito machismo...

0

Igor Martins

09/10/2020 01h48

Grande comentário!

0

Esta formulação acima do usuário *Igor Martins* revela sua relação não mais (apenas) com o tema da discussão em si (a linguagem neutra), mas com a manifestação sobre os próprios mecanismos linguísticos da interação, sobre uma espécie de qualidade argumentativa. Há uma percepção do usuário quanto ao uso dos argumentos neste tipo de interação na qual ocorre um comentário sobre outro comentário. Mas claro, não é possível afirmar mais nada a partir daí, uma vez que nem sequer sabemos se a resposta de *Igor Martins* é para o primeiro ou para o segundo usuário, se é uma ironia, etc.

Outros mecanismos linguístico-argumentativos podem ainda ser suscitados na cena de interação. A manifestação do usuário *t3zvnok0v2ig* é iniciada por um *disclaimer*, uma ressalva, um aviso legal indicando desde o início de sua enunciação uma já posição em relação ao uso da linguagem neutra. A tese *meio termo* é anunciada, sob ressalva, por um indivíduo de um grupo (dos *héteros* no caso) contrário ao *uso do @, do X e derivados*. O usuário reconhece a *bagunça* dentro do binarismo masculino e feminino, e concorda com a proposta exposta na matéria que consiste basicamente num exercício de paráfrase que contempla as categorias masculino e feminino, num gesto que estende a mão somente às mulheres em situação de representação e identificação na língua, *pela* e *na* sua língua.

O segundo argumento (ou argumento secundário) para a não utilização da linguagem neutra é o de que haveria uma resistência entre os próprios usuários da língua (falantes) com mais idade. É a percepção pelo usuário de que a variante etária age sobre a língua e neste caso, um tanto equivocada, é verdade, seria impeditiva à utilização da linguagem neutra.

Por fim, na interação a seguir, vemos ilustrado o efeito “*Isto não é um argumento*” de Doury (2020) quando tentava identificar certos aspectos das teorizações espontâneas da argumentação:

8z3ig9rwn56y

07/10/2020 19h58

Esse negócio de linguagem neutra não se justifica. Absurdo total.

7 Responder Respostas (1)

Tricolor2

07/10/2020 23h49

Cadê seu argumento? Seu raciocínio?

0

O usuário *Tricolor2* questiona o primeiro usuário quanto à argumentação e ao raciocínio. Há o proferimento de uma declaração categórica por *8z3ig9rwn56y* e a refutação se dá não pelo tema da discussão, mas pelo próprio mecanismo da argumentação, ou seja, o enunciado é inválido pela sua própria (des)caracterização como argumento.

Para conclusão

A segunda parte do título deste capítulo traz o comentário de um leitor sobre a notícia do portal de notícias UOL, do canal TAB, “Linguagem neutra: proposta de inclusão esbarra em questões linguísticas” de 07 de outubro de 2020:

I amineiro

07/10/2020 23h21

Sobre este tema, ouçam os linguistas

0 Responder

O comentário é bastante representativo para pensar na produção de saberes populares sobre linguagem, especialmente na oposição entre especialistas e não especialistas, entre linguistas e não linguistas. A análise das crenças e atitudes de não linguistas sobre linguagem tem produzido atualmente um largo número de pesquisas quantitativas e discursivas em Linguística Popular e em Linguística Geral, principalmente se pensarmos numa geografia americana (PRESTON, 2011), europeia (ACHARD-BAYLE, 2008; DOLAR, 2018) e brasileira (OUSHIRO, 2015; BARONAS; COX, 2019). Esperamos ter contribuído também, de algum modo, através de uma abordagem discursiva no âmbito da Linguística Popular, para reflexões teóricas mais gerais no campo da Linguística.

O texto notícia mostrou-se um objeto bastante produtivo de análise, seja pela sua suposta neutralidade, seja pela própria ideia de *um* tipo de texto de divulgação. São textos escritos em ambientes virtuais de interação, para públicos específicos ou gerais, etc. Talvez uma contribuição futura importante para o debate sobre Gêneros do Discurso pudesse esclarecer algumas categorias e uma *tipologia* de notícias, pensadas possivelmente a partir das noções de Gênero e Hipergênero (MAINGENEAU, 2010). Localizamos também outra característica recorrente nestes textos que é o recurso da citação/autoridade (juízo de autoridade)... O *entre aspas* numa citação é um (outro) ponto de vista, autorizado ou não pelo especialista.

Mas como funciona a argumentação nestes tipos de texto? Trabalhamos com textos *on-line* e, em alguns deles, era permitido ao leitor a interação com o *tema* e entre os próprios usuários. Talvez este seja um lugar privilegiado de produção espontânea de um saber sobre linguagem pelo *usuário*, que permite inclusive todo um tipo de formulações de uma teoria (espontânea) linguística e mesmo de estratégias profanas de argumentação.

Do ponto de vista da formulação de teorias populares sobre a linguagem neutra, observamos mais ou menos estabilizadas as concepções sobre língua e linguagem. O que talvez tenha se mostrado pertinente para a análise, e que reforça a necessidade de integração

das manifestações dos falantes comuns, sujeitos de carne e osso, às formulações de teorias linguísticas especializadas, é exatamente considerar este usuário como um sujeito que produz *conhecimento linguístico* (saber linguístico) sobre a língua que usa. Mas a apropriação de teorias científicas pelos não linguistas não implica, como vimos, uma opinião unidirecional *a priori*.

Queremos dizer com isso, sem muito rodeio, que assumir esta ou aquela concepção científica de língua não implica necessariamente tese favorável ou desfavorável à utilização da linguagem não binária. Como vimos, mesmo quando se assume o caráter social da linguagem, e portanto a percepção de que fatores externos podem influenciar a língua, esta tese não autoriza a opinião unicamente favorável à utilização dos “pronomes neutros”.

Acreditamos poder estabelecer pelo menos três relações mais ou menos estáveis entre os sujeitos e os textos. A primeira entre o autor do texto opinativo ou texto de divulgação sobre o tema. Nesta relação, o que está em jogo é a questão da representação na e pela linguagem. A identidade ocorre como uma manifestação na estrutura da língua basicamente pela morfologia, mas como vimos, também através de algumas perífrases, etc. Esta relação é a que explicita certas visões de língua, certas visões de mundo.

Há uma segunda relação entre o leitor e o texto. A possibilidade dele, como usuário, poder interagir com o autor do texto ou com o texto em si através de comentários. Esta possibilidade sem dúvida está atrelada ao próprio formato mais moderno de veiculação destes textos em plataformas digitais. Nesta relação *leitor-texto*, o sujeito pode formular uma(s) teoria(s) sobre as visões de mundo, sobre língua e linguagem. Estes dados têm se mostrado bastante produtivos para a Linguística Popular.

E uma terceira relação que é estabelecida entre os próprios leitores, quando estão em disputa as diferentes visões de mundo e de língua. As interações ocorrem entre os usuários, ou seja, podem ocorrer comentários sobre um comentário. Quisemos mostrar como exemplo, como fez Doury (2020), que em alguns casos tratava-se de um comentário sobre a própria argumentação, um comentário “meta”.

Por fim precisamos responder que sim à pergunta “o que os linguistas têm a dizer?": os linguistas têm muito a dizer, muito a ouvir e muito a fazer sobre a utilização da linguagem neutra na Língua Portuguesa. Parte deste *fazer* implica, em algum momento, tornar possível aos grupos linguísticos socio-historicamente estigmatizados sua própria representação na e pela língua que falam.

Referências

ACHARD-BAYLE, G.; CURE, A. Trivial Pursuit. Abécédaire d'identité pop-folk à l'usage des linguistes, suivant l'usage profane et savant. **Pratiques: Linguistique, littérature, didactique**, n. 139-140, p. 29-57, 2008.

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Linguística popular – a linguística 'fora do templo': definição, geografia e dimensões. **Fórum Linguístico**, v. 16, n. 4, p. 4257-4270, 2019.

BAGNO, M. Língua, história & sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. Linguística popular/folk linguistics e linguística científica: em vez do *versus*, propomos a integração. **Fórum Linguístico**, v. 16, n. 4, p. 4254-4256, 2019.

DOLAR, K. Les dictionnaires collaboratifs en ligne, des objets métalinguistiques profanes. **Les Carnets du Cediscor**. Publication du Centre de recherches sur la didacticité des discours ordinaires, n. 14, p. 33-50, 2018.

DOURY, M. "Isso não é um argumento": alguns aspectos acerca das teorizações espontâneas sobre a argumentação. Tradução F. Gibbin e M. Gonçalves. In: GONÇALVES, M. R. B.; BARONAS, R. L.; CONTI, T. C. B. (org.). **Linguística popular/Folk Linguistics: saberes linguísticos de meia tigela?** Campo Grande: Editora UFMS, 2020 (no prelo).

FARACO, C. A. **Norma Culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos e comunicação**. Tradução C. P. de Souza-e-Silva e D. Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAZIÉRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NIEDZIELSKI, N.; PRESTON, D. **Folk linguistics**. Walter de Gruyter, 2003.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAVEAU, M.; DA SILVA ESTEVES, P. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. **Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 3, n. 2, p. 21-45, 2018.

PAVEAU, M. **Linguística folk**: uma introdução. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020.

PRESTON, D. Methods in (applied) folk linguistics: Getting into the minds of the folk. **AILA Review**, v. 24, n. 1, p. 15-39, 2011.

A língua de *Bolsocaro*⁶⁵: contribuições da linguística popular⁶⁶

Por Roberto Leiser Baronas
e Júlio Antonio Bonatti Santos

65 Designação criada por uma campanha, que critica a disparada de preços dos alimentos no Brasil, lançada por *designers* paulistas (ainda no anonimato), postada inicialmente nas redes sociais e depois espalhada em cartazes no formato lambe-lambe (com uma cenografia de anúncio de produtos em supermercado) pela Avenida Paulista em São Paulo. Optamos por essa designação, pois ela representa metonimicamente a nossa proposta neste artigo, que é compreender o papel dos não-linguistas nos discursos sobre a língua. Mais informações sobre essa campanha podem ser obtidas em <https://bit.ly/3wwwxRnQ>. Acesso em: 02 mar. 2021.

66 Uma versão modificada deste capítulo foi publicada no livro *O amargo da língua de Bolsonaro: discurso e linguística popular*, publicado pela Grácio Editor de Coimbra, Portugal em 2021.

Uma pequena nota de advertência

Ao realizarmos uma busca na *web* pela expressão “a língua de Bolsonaro”, é possível encontrar pelo menos 4.490.000 ocorrências⁶⁷ - certamente se outro usuário fizer esta busca encontrará resultados diferentes. Na sua grande maioria, essas ocorrências discorrem sobre os mais variados temas. Vão desde a discussão sobre “A nova língua portuguesa (segundo Jair Bolsonaro) para 2020” de autoria do jornalista Nirlando Beirão até a qualificação dessa língua como *paspalhês*, em artigo de autoria da jornalista Norma Couri, intitulado, justamente, “A língua de Bolsonaro”. Todos esses trabalhos produzidos por não especialistas em linguagem, invariavelmente, a partir de um acordo tácito do que seria esperado em termos de fala pública de um presidente da república, criticam as manifestações indecorosas (presenciais ou virtuais) de Jair Bolsonaro. Diante dessa verdadeira constelação de discursos críticos, que dizem a língua de Bolsonaro, produzidos por não-linguistas, o que fazer? Descartá-los pura e simplesmente em razão de tais discussões não mobilizarem os postulados teórico-metodológicos das ciências da linguagem? Ou descartar essas produções por não passarem de liberações catárticas dos não especialistas em linguagem por todos os malefícios que Bolsonaro tem feito à sociedade brasileira? Ou, ainda, a partir de uma abordagem integracionista, que busca compreender esses saberes de maneira escalar e não-binária, aprofundar essas discussões se atendo principalmente sobre a relevância social do trabalho desses não-linguistas para a constituição de uma opinião pública mais crítica em relação à atuação desastrosa do atual presidente brasileiro? Nossa opção neste capítulo é tentar dar conta de responder a essa última questão.

Primeiras palavras: A língua de Trump

No final de 2019, a tradutora de textos jornalísticos e linguista francesa Bérengère Viennot, publicou pela editora francesa *Les Arènes*, o livro intitulado *La langue de Trump*⁶⁸. Neste livro, a autora, com base numa abordagem gramatical, mas não hesitando em trazer algumas categorias da linguística da enunciação, descreve as principais características do que se constitui a língua do ex-presidente estadunidense, Donald Trump. Todavia, no entendimento de Viennot⁶⁹, analisar a língua de Trump não significa se colocar no mesmo nível do ex-presidente americano, tomando a sua língua como objeto para torná-la em derrisão:

O estilo particular de Donald Trump é frequentemente ridicularizado, uma liberação catártica que não requer muita pesquisa ou esforço, pois sua expressão se presta a ela. De um ponto de vista puramente formal, é na verdade um afastamento do discurso habitual dos líderes políticos. Se

67 Isso pode ser constatado a qualquer momento pelo buscador Google com a inserção da entrada “a língua de Bolsonaro”.

68 A edição brasileira deste livro foi publicada em 2020, pela Editora Âyiné de Belo Horizonte - MG. A tradução é de Ana Martini.

69 Fazemos menção ao artigo publicado por Bérengère Viennot em dezembro de 2019 na revista francesa *Spirit*. Disponível em: <https://esprit.presse.fr/article/berengere-viennot/la-mauvaise-langue-de-trump-42438>.

os americanos não elevaram a retórica ao nível da arte, os discursos de seus altos funcionários sempre foram tingidos com certa solenidade, e seus desvios, sejam eles humorísticos ou familiares, habilmente calculados, na maioria das vezes para provocar uma impressão de proximidade com o eleitorado, tudo no maior respeito aos códigos (alguns diriam da língua de madeira). [...] Como os invectivos, insultos e mentiras não são mais uma prerrogativa de Donald Trump, aqueles que, como ele, recorrem a eles para responder a ele se colocam no mesmo nível e, como tal, perdem sua legitimidade no discurso democrático. Acusar Trump porque ele fala mal ou porque mente é inútil se for ao preço da dignidade daqueles que o vêem, e colocar-se em seu nível é perder o direito de denunciá-lo. Este é tanto o truque mais óbvio quanto o mais concreto exercido pelo Presidente americano: arrastar seus detratores para seu próprio território, onde nunca poderão vencer, pois é um mundo de arbitrariedade, tingido de violência e vulgaridade, e cujas regras ele estabelece como lhe aprouver.

O livro de Viennot está organizado em 18 pequenos capítulos, que têm em média 05 páginas cada um. Os títulos dos capítulos são bem singulares, vão desde denominações como “Ressaca”, passando por “Então a merda” até “Para acabar com Donald Trump”. A tese central do livro é a de que a língua de Trump é “rude, enganosa, mas, sobretudo, violenta, a língua do presidente americano é a da desunião: entre os bons (ele e seus apoiadores) e os maus (a imprensa, os democratas e os imigrantes)”.

Como procedimento metodológico, a autora, geralmente, parte de um fragmento de uma fala pública de Donald Trump, contextualiza-o em termos do evento em que foi produzido e discute, quase em tom de crônica, as dificuldades de traduzir esse excerto do inglês para o francês, justamente por conta da língua própria de Trump:

Tomemos um exemplo. Em 14 de julho de 2017, Donald Trump, em visita a Paris por ocasião da Festa Nacional francesa, encontrou a primeira dama da França, Brigitte Macron, e exclamou: “*You’re in such good shape!*” Em seguida, virou-se para o presidente francês e repetiu “*She’s in such good phisycal shape!*”. Por fim, ele se voltou para a Senhora Macron e concluiu com um magistral: “*Beautiful!*”.

“*You’re in such good shape!*”, como muitos meios de comunicação franceses traduziram, pode significar “Você está em ótima forma!” Palavra por palavra é praticamente isso. É assim que poderíamos traduzi-las se essas palavras fossem ditas por outra pessoa, em outro contexto: um fisioterapeuta para seu paciente, um professor de ginástica que elogia seu aluno, um genro para a sogra – enfim não faltam possibilidades.

Nesse caso, por outro lado, não se deve traduzir “*You’re in such good shape!*” por “Você está em ótima forma”. Porque, quando se leva em consideração o contexto, o momento e a personalidade do emissor, fato de ele ser um homem abertamente sexista, que se orgulha de agarrar as

mulheres pela boceta, que as despreza a ponto de insinuar que o comportamento hostil de uma jornalista devia-se à sua menstruação, que é capaz de menosprezar uma adversária republicana por considerá-la feia, que exigiu que sua mulher recuperasse o corpo anterior à gravidez como condição para ter outro filho, enfim, quando conhecemos o homem e seu machismo incrustado, somos obrigados a levá-los em conta, e qualquer tradução literal se torna impossível. (VIENNOT, 2020, p. 16-17).

A análise proposta pela pesquisadora Bérengère Viennot no excerto anterior nos chama atenção para o fato de que “quando conhecemos o homem e seu machismo incrustado, somos obrigados a levá-los em conta, e qualquer tradução literal se torna impossível”. Nesse sentido, traduzindo a proposição de Viennot para a metalinguagem do discurso, o *ethos* pré-discursivo (MAINGUENEAU, 2006) do locutor [no caso de Trump] deve ser levado em consideração nas análises das interações verbais. Em outros termos, para além do conteúdo das interações, é preciso, sobretudo, compreender os pré-discursos (PAVEAU, 2013), que constituem os locutores e os seus discursos. A compreensão desses pré-discursos possibilita que as análises extrapolem a questão científica e se apresentem como um justo exercício de cidadania.

Outro aspecto que merece ser destacado no trabalho de Viennot é a maneira como a pesquisadora lida com a metalinguagem na descrição da língua de Trump. Frequentemente ao se descrever uma língua ou mesmo definir verbetes em um dicionário, o autor se utiliza de uma metalinguagem científica. Por exemplo, a definição do verbete “novo normal” se inicia: “A expressão **novo normal** é formada pela junção do adjetivo ‘novo’ mais o substantivo ‘normal’”⁷⁰. No entanto, a pesquisadora francesa adota uma outra postura metalinguística em seu trabalho. Senão vejamos:

[a] falta de vocabulário, que considero uma agressão não é o que há de pior na violência verbal de Trump. Certamente, ele maltrata o idioma, que não lhe fez mal algum. Mas, quando profere insanidades do tipo (falando do Estado Islâmico, durante a sua campanha): “*I would bomb the shit out of them. I would just bomb those suckers*” (“Eu os bombardearia para cacete. Eu simplesmente bombardearia esses otários”), sua vulgaridade também é uma verdadeira violência. Assim como quando fala das mulheres, insinuando que devem ser “tratadas como lixo” ou que ele pode “agarrá-las pela boceta” (VIENNOT, 2020, p. 35, grifos nossos).

Nos fragmentos destacados: “falta de vocabulário, que considero uma agressão não é o que há de pior na violência verbal de Trump” e “Certamente, ele maltrata o idioma, que não lhe fez mal algum”, uma espécie de representação metonímica, que perpassa todo o trabalho da

⁷⁰ O verbete “novo normal” faz parte da Enciclopédia Discursiva da COVID-19 e pode ser acessado livremente pela plataforma do InformaSUS em: <https://www.informasus.ufscar.br/novo-normal/>.

autora, é possível observar um *continuum* entre a metalinguagem científica e a metalinguagem ordinária, isto é, há uma passagem do uso de termos técnicos – *vocabulário* e *idioma* – para marcas de subjetividade, por meio do uso de orações adjetivas – *que considero uma agressão não é o que há de pior na violência verbal e que não lhe fez mal algum*. Trata-se, em termos discursivos, de glosas metaenunciativas (AUTHIER-REVUZ, 1995) ou de um metadiscorso, que comenta o próprio discurso do locutor. Como dissemos, essa abordagem metadiscursiva está presente em todo o trabalho de Viennot.

Com efeito, tomando o trabalho de Viennot como baliza, na seleção do material a ser analisado, não tomaremos como objeto os trabalhos dos não-linguistas que visam a ridicularizar, a desqualificar a língua de Bolsonaro. Entendemos que esse tipo de prática linguística deveria ser compreendida num estudo bem específico, talvez, no âmbito das relações entre linguagem e moral (PAVEAU, 2015). Nos ateremos aos trabalhos dos não-linguistas que buscam descrever a língua de Bolsonaro.

As diferentes práticas linguísticas dos não-linguistas

No contexto brasileiro, até o presente momento, todas as discussões sobre a língua (ensino, uso e pesquisa) têm colocado linguistas e não-linguistas em lugares diametralmente opostos: detentores do saber científico sobre língua de um lado e detentores de saberes leigos sobre a língua de outro. Trata-se de uma verdadeira interincompreensão: cada um traduz o discurso do outro a partir do seu posicionamento discursivo (MAINGUENEAU, 2015). Cumpre destacar que a não fundamentação em uma teoria científica de linguagem não invalida os trabalhos dos linguistas leigos, mesmo os de natureza mais prescritiva, que podem ser incorporados ao trabalho dos linguistas propriamente ditos.

Assim, entendemos, com Marie-Anne Paveau (2008/2018), que as abordagens científica e popular são anti-eliminativas. Com efeito, entendemos a linguística popular de maneira escalar e não binária, isto é, não está em contradição com a linguística acadêmica, podendo, portanto, a primeira ser plenamente integrada a um estudo científico da linguagem. Como sabiamente afirma Paveau (2008, p. 8): “os enunciados populares não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos a serem integrados aos dados científicos da linguística”. Nesse sentido, cumpre destacar que o traço que distingue a linguística popular de outras perspectivas teóricas que se debruçam sobre o objeto língua(em) é justamente a possibilidade de compreender *como e por que* os discursos que falam da língua(gem) afetam a própria língua(gem), enquanto objeto de conhecimento.

Na conferência de abertura do I Seminário Internacional de Estudos em Linguística Popular – SIELIPOP⁷¹, a pesquisadora francesa Marie-Anne Paveau, depois de apresentar o estado da arte da linguística popular no contexto francês e brasileiro, discute as práticas linguísticas dos não-linguistas:

Em meus trabalhos anteriores, classifiquei as práticas linguísticas dos não linguistas em três categorias, retrabalhando a primeira tipologia proposta pelo pesquisador alemão Brekle, que comportaria somente duas: as descrições e as prescrições (BREKLE, 1989). A essas duas categorias, à época, acrescentei as intervenções sobre a língua (PAVEAU, 2005). Atualmente gostaria de acrescentar uma quarta categoria, ligada ao militantismo, pois me parece, com efeito, que a linguística *folk* concerne também à emancipação, ao empoderamento, como se diz em inglês e constitui uma ferramenta de autonomia dos sujeitos. [Descrições] Essa prática pode ser entendida como o conjunto de descrições e pré-teorizações linguísticas do funcionamento da língua muito fortemente embasada pelas percepções, que engendram vereditos do tipo “isso não é francês” (no sentido de que o “isso” não é correto linguisticamente falando) ou julgamentos de adequação entre os nomes e as coisas (por exemplo, “esse nome não é satisfatório”) ou “diga o que isso significa”. [Prescrições] O discurso dos não-linguistas pode ser igualmente prescritivo e se trata de uma questão de falar “bem” ou “mal”, de falar uma “boa” ou uma “má” língua. As prescrições concernentes aos usos são atinentes a um normativismo forte aliado ao purismo (condenação de empréstimos, de neologismos, derrisão sobre a *feminização* dos nomes, etc). [Intervenções] Os linguistas ordinários propõem enfim intervenções sobre a língua. Trata-se de proposições frequentemente espontâneas, geralmente regularizantes e destinadas a facilitar o uso do francês, tornando-o mais democrático. O francês possui um paradigma de verbos do primeiro grupo com um sufixo em – *tionner* – que é o resultado desse tipo de intervenção depois de dois séculos. [Práticas emancipatórias] O militantismo social ou político é baseado em um discurso sobre as palavras: vários trabalhos recentes na Análise do Discurso sobre o gênero mostraram a centralidade das práticas linguísticas profanas nos discursos que se desenvolveram nos debates em torno do casamento de pessoas do mesmo sexo (HUSSON, 2017) ou em discursos sobre intersexualidade (MARIGNIER, 2016). Na maioria dos ativismos encontramos reflexões sobre quais palavras usar ou não usar, sobre as maneiras de falar ou sobre as formas do debate. (PAVEAU, 2020, p. 35-37).

A proposta de Paveau diferencia prática linguística, atinente aos comentários metalinguísticos, metaenunciativos e metadiscursivos dos não-linguistas sobre a sua própria língua e a língua dos outros, e prática languageira, que são os distintos usos linguísticos dos locutores. Nesse sentido, ilustrando com dados do contexto brasileiro, teríamos como exemplo

71 Toda a programação do evento pode ser consultada em: <https://sielipopufscar.wixsite.com/sielipop>.

lapidar de prática linguística descritiva o trabalho pioneiro de Amadeu Amaral em *O Dialeto Caipira*⁷²; como prática prescritiva, o Projeto de Lei 5248⁷³, que proíbe o uso da linguagem neutra na língua portuguesa, de autoria do Deputado Federal Guilherme Derrite (PP-SP); como prática intervencionista, a reclamação da cantora Anitta em relação ao significado do verbete “patroa” que aparecia na plataforma Google⁷⁴. Após a reclamação e a consequente repercussão negativa, o Google alterou o significado de “patroa” e, como prática emancipatória, a ressignificação do enunciado “Vidas negras importam” para “Vidas pretas importam”, como uma das formas de protesto, depois do assassinato de João Alberto Silveira Freitas, em novembro último, pelos seguranças, em um supermercado da Rede Carrefour em Porto Alegre – RS.

As práticas descritivas pelos não-linguistas da língua de Bolsonaro

Como dissemos no início deste capítulo, há uma verdadeira constelação de textos produzidos por não-linguistas que buscam dizer a língua de Bolsonaro. Para este estudo, tomaremos os textos: “A nova língua portuguesa (segundo Jair Bolsonaro) para 2020”, de autoria do jornalista Nirlando Beirão⁷⁵, publicado na revista *CartaCapital* em 31 de dezembro de 2019, no formato texto e áudio, e “A língua de Bolsonaro”⁷⁶, de autoria da jornalista Norma Couri, publicado no Observatório da Imprensa em 03 de novembro de 2020. A eleição desses dois textos se justifica, pois, apesar de críticos, além de eles não ridicularizarem a língua de Bolsonaro, realizam por meio da descrição linguística uma espécie de denúncia dos desmandos do governo Bolsonaro, o que produz um tipo muito particular de metadiscurso.

72 O livro *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, encontra-se em domínio público e pode ser acessado em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7381.

73 Esse projeto pode ser consultado diretamente pelo endereço eletrônico da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2265570>.

74 Cf.: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2020/09/anitta-reclama-de-significado-de-patroa-no-dicionario-do-google-site-se-pronuncia.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

75 Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-nova-lingua-portuguesa-segundo-jair-bolsonaro-para-2020/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

76 Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/conjuntura-politica/a-lingua-de-bolsonaro/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Figura 1. Captura de tela da página inicial do artigo “A nova língua portuguesa (segundo Jair Bolsonaro) para 2020”.



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-nova-lingua-portuguesa-segundo-jair-bolsonaro-para-2020/>

Figura 2. Captura de tela da página inicial do artigo “A língua de Bolsonaro”.



Fonte: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/conjuntura-politica/a-lingua-de-bolsonaro/>

Em “A língua de Bolsonaro”, a autora começa definindo o que é a língua de Bolsonaro: [ela] “destila falta de decoro e ignorância”. Na sequência, com o intuito de legitimar a definição anterior, a jornalista traz uma série de fragmentos de falas de Jair Bolsonaro: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”; “somos um país cristão”; “eu jamais iria estuprar, você não merece”; “para mim [gay] é a morte”, etc. Todas essas falas foram ditas por Bolsonaro em suas intervenções públicas, quer seja enquanto deputado quer seja enquanto presidente. Cumpre destacar o uso do verbo destilar, reescrito em “destila” na definição da língua de Bolsonaro. Esse uso está no seu sentido figurado, próximo a deixar transparecer algo. A autora por meio de um uso metafórico do verbo “destilar” intensifica as qualidades negativas da língua de Bolsonaro.

Figura 3. Captura de tela da página web do artigo “A língua de Bolsonaro”

A língua de Trump pipoca elementos sociopatas e lunáticos. Fala que beijava e “tocava mulheres na boceta” sem resistência por ser celebridade, em mexicanos “ladrões, traficantes, bandidos e estupradores”, e outras 77 palavras que a francesa Bérengère Viennot, no livro *A Língua de Trump* (ed. Ayiné), não reconhece a língua, não é English, é jerkish (paspalhês). A língua tira Trump do trono. Segundo *The Economist* ele “profanou os princípios que fazem dos Estados Unidos um farol para o mundo”. Na queda, arrasta a arrogância de líderes da direita autoritária e populista do planeta: Erdogan na Turquia, Duda na Polônia, Orbán na Hungria.

Kim Jong-un na Coreia do Norte perderá a química “misteriosamente maravilhosa” com Trump. Mas Trump arrota o crescimento de 7,4% do PIB dos EUA no terceiro trimestre contra Biden.

O Brasil, nem isso. Fica claro, quase dois anos depois, que a língua de Bolsonaro é o mesmo paspalhês e que os candidatos atrelados a ele derrapam nas pesquisas. Ou pelo

Em seguida, faz menção ao trabalho de Bérengère Viennot, *A língua de Trump*, que a qualifica de paspalhês, sugerindo de maneira explícita uma relação entre as línguas de Trump, Bolsonaro e de outros políticos mundiais de extrema-direita: “a língua de Bolsonaro é o mesmo *paspalhês* que os candidatos atrelados a ele derrapam nas pesquisas. Ou pelo menos, estar ou não com Bolsonaro tanto faz quanto fez para 44,8% dos eleitores ouvidos na pesquisa da CNT pela MDA”.

Fonte: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/conjuntura-politica/a-lingua-de-bolsonaro/>

Figura 4. Captura de tela da página web do artigo “A língua de Bolsonaro”

A língua de Bolsonaro é a de um falastrão mas silencia diante do sigilo imposto até 2035 pelo Itamaraty às informações trocadas há um mês entre o secretário de Estado americano, ex-CIA, Mike Pompeo, com o chanceler Ernesto Araújo. Os documentos “secretos” não têm nada relevante. Ficou óbvio que a visita, 50 dias antes das eleições americanas, aos países que fazem fronteira com a Venezuela — Brasil, Colômbia e Guiana, além do Suriname —, era campanha para captar votos latinos à eleição de Trump. Pompeo chamou Nicolás Maduro de “narcotraficante” e Araújo o endossou, “é um narcorregime”. Seis ex-chanceleres condenaram a visita a Roraima como plataforma de “provocação e hostilização a uma nação vizinha”. Bolsonaro continua a torcer pelo errático Trump, “não preciso esconder, é de coração”.

A autora define uma vez mais a língua de Bolsonaro, desta vez, a partir da qualificação negativa do próprio Bolsonaro: [é a língua] “de um falastrão, mas silencia diante do sigilo imposto pelo Itamaraty às informações trocadas há um mês entre o secretário de Estado americano, ex-CIA, Mike Pompeo, com o chanceler Ernesto Araújo...” Na sequência, elenca alguns acontecimentos que evidenciam a proximidade entre Bolsonaro e Trump.

Fonte: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/conjuntura-politica/a-lingua-de-bolsonaro/>

Esse pequeno conjunto de dados nos mostra que a metalinguagem empregada por Norma Couri na descrição da língua de Bolsonaro é de uma natureza diferente daquela utilizada por Viennot na descrição da língua de Trump. Nesta última, era possível observar um deslizamento de uma metalinguagem científica para uma metalinguagem ordinária, corroborada por glosas metaenunciativas. Na primeira, todavia, há outro tipo de metalinguagem. Entendemos essa outra metalinguagem como sendo da ordem do político, isto é, uma metalinguagem usada não para descrever especificamente categorias linguísticas, mas acontecimentos discursivos (PÊCHEUX, 1983), que se constituem sempre no embate dos sentidos.

Os fragmentos “A língua de Bolsonaro e de seu governo não é a do centro do mundo” e “A língua de Bolsonaro diz que - não disse - o - que - disse”, retirados da última parte do texto, atestam o uso dessa metalinguagem da ordem do político, isto é, a da disputa. Essa metalinguagem pode ser entendida a partir de uma das passagens capitais de *A ordem do discurso* de Michel Foucault (1971/1996) o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1996, p. 19, grifos nossos).

Feita uma breve análise da metalinguagem que fundamenta o texto “A língua de Bolsonaro”, passaremos agora para a análise do segundo texto: “A nova língua portuguesa (segundo Jair Bolsonaro) para 2020”, de autoria do jornalista Nirlando Beirão, publicado na revista *CartaCapital* em 31/12/2019, também disponível em áudio no mesmo endereço eletrônico.

Figura 5. Captura de tela da página web do artigo “A nova língua portuguesa (segundo Jair Bolsonaro) para 2020”

AGROTÓXICO

Incremento químico que se asperge sobre as plantações em defesa da saúde do consumidor. Equivocadamente confundido com veneno.

DITADURA

Os que contestam ter havido uma ditadura a partir de 1964 são os mesmos que defendem que a ditadura de 1964 foi um radioso período de fartura e concórdia, no qual meia dúzia de baderneiros tentavam com armas de fogo promover a desordem.

O texto de Nirlando Beirão está disposto como se fosse um dicionário. Ao todo são selecionados 23 verbetes: Agrotóxico; ditadura; tortura; universidade; ONGs; jornalismo; *snipers*; bolsa família; cultura; previdência social; médicos cubanos; recuperação da economia; nosso amigo Trump; índios; refugiados haitianos; corrupção, verdade; fé; desmatamento da Amazônia; pátria; arma de fogo; educação e comunismo.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-nova-lingua-portuguesa-segundo-jair-bolsonaro-para-2020/>

A definição dos verbetes se dá sempre a partir de uma espécie de paráfrase das falas de Jair Bolsonaro e de integrantes da sua família e do seu governo. Embora com outras palavras, o posicionamento discursivo de Bolsonaro é mantido em todos os verbetes. Esses verbetes dizem sobre os temas mais polêmicos debatidos ao longo do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, expressando o desejo do presidente para que o seu posicionamento prevaleça no ano vindouro. Juntamente com esses verbetes são publicadas fotografias do filho de Bolsonaro, Carlos Bolsonaro; a Ministra Damarens Silva e o ex-ministro Abraham Weintraub, atestando que esses sujeitos comungam dos mesmos posicionamentos de Bolsonaro.

Figura 6. Captura de tela da página web do artigo “A nova língua portuguesa (segundo Jair Bolsonaro) para 2020”



CARLOS BOLSONARO. FOTO: SERGIO LIMA/AFP

ÍNDIOS

Indolentes, avessos ao trabalho, vivendo à margem da civilização em enormes reservas de terras roubadas aos laboriosos produtores rurais, são protegidos por pirralhas ambientalistas e entidades estrangeiras empenhadas em retardar o progresso do Brasil.

Também neste texto o autor não mobiliza uma metalinguagem científica para construir os seus verbetes. Tal qual no texto de Norma Couri, prevalece, em outra cenografia (MAINGUENEAU, 2016), a de um dicionário, a metalinguagem da ordem do político. Essa metalinguagem é reforçada pelo uso da ironia, isto é, o autor diz algo para afirmar o seu contrário, como atesta, por exemplo, o verbeito Índios: “Indolentes, avessos ao trabalho, vivendo à margem da civilização em enormes reservas de terras roubadas aos laboriosos produtores rurais, são protegidos por pirralhas ambientalistas e entidades estrangeiras empenhadas em retardar o progresso do Brasil”.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-nova-lingua-portuguesa-segundo-jair-bolsonaro-para-2020/>

Compreender essa metalinguagem da ordem do político, mobilizada nos textos de Norma Couri e de Nirlando Beirão, nos parece fundamental para que os trabalhos dos não-linguistas não sejam descartados de antemão pelos linguistas. Embora os não-linguistas não tenham

mobilizado os pressupostos teórico-metodológicos de uma ciência da linguagem, eles lançaram mão de outras estratégias metalinguísticas para descrever a língua de Bolsonaro.

À guisa de conclusão

Neste capítulo, nosso interesse se deu basicamente em compreender o papel dos não-linguistas na descrição da língua de Bolsonaro. Para tanto, mobilizamos os textos: “A nova língua portuguesa (segundo Jair Bolsonaro) para 2020”, de autoria do jornalista Nirlando Beirão, publicado na revista *CartaCapital* em 31 de dezembro de 2019, no formato texto e áudio e o “A língua de Bolsonaro” de autoria da jornalista Norma Couri, publicado no Observatório da Imprensa em 03 de novembro de 2020.

A nossa questão de fundo foi mostrar que esses trabalhos não são liberações catárticas em relação ao desgoverno de Jair Bolsonaro e, embora não fundamentados na ciência linguística, são pertinentes teoricamente e relevantes do ponto de vista social. Pertinentes, pois foi possível observar na análise dos dois textos a presença de um tipo particular de metalinguagem, que difere tanto da metalinguagem científica quanto da metalinguagem ordinária ou mesmo daquela mobilizada por Bérengère Viennot, na descrição da língua de Trump, a que fica num *continuum* entre a científica e a ordinária. Trata-se de uma metalinguagem da ordem do político, que prescindir de categorias linguísticas para a descrição de uma língua, pois seu objetivo é trazer à tona a disputa pelos sentidos. Relevante do ponto de vista social, pois é possível integrar plenamente nos estudos sobre a linguagem a dimensão política. Assim, concordando com o que diz Paveau (2020, p. 46):

Um projeto que se abre é o de uma abordagem interseccional da linguística popular, em que os linguistas populares seriam considerados a partir de suas posições em termos de opressão de classe, gênero, raça, mas também idade, de saúde e de espécies. Para a linguística popular, o objeto é o sujeito, e essa perspectiva um tanto iconoclasta é muito estimulante.

Em síntese, essa virada epistemológica, em que o objeto passa a ser o sujeito, nos permite enxergar o papel da linguística popular em contextos políticos que demandam um posicionamento mais crítico dos analistas. E é nesse sentido que, ao nos determos aqui sobre os textos de Beirão e Couri, buscamos mostrar como uma abordagem feita a partir da linguística popular se faz essencial para compreendermos a circulação de conhecimentos sobre a língua(gem) que poderiam passar despercebidos pelos parâmetros das teorias mais tradicionalistas da linguística, ou mesmo serem menosprezados pelo fato de não terem sido produzidos por linguistas especialistas.

Referências

AUTHIER, J. **Ces mots qui ne vont pas de soi**. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Paris: Larousse, 1995. 2 tomes.

BONATTI, J.; BARONAS, R. L. O novo normal. *In: Enciclopédia Discursiva da COVID19*. 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/enciclopedia-discursiva-da-covid-19/>. Acesso em: 04 mar. 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

DOLAR, K. **Les dictionnaires collaboratifs en ligne, des objets métalinguistiques profanes**. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cediscor/1161>. DOI: <https://doi.org/10.4000/cediscor.1161>.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes editores, 1997.

PAVEAU, M-A. Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk. **Pratiques 139-140**, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1200>. Acesso em: 18 maio 2021.

PAVEAU, M-A. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. *In: BARONAS, R. L.; COX, M. I. Linguística popular/Folk linguistics: práticas, proposições e polêmicas*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

VIENNOT, B. **A língua de Trump**. Tradução Ana Martini. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

**Sobre os/as
organizadores/as,
autores/as e
tradutores/as**

Nancy Niedzielski é professora associada do Departamento de Linguística da Universidade de Rice. É doutora em Linguística pela Universidade de California, Santa Barbara. Ela desenvolve pesquisa em diversos campos da Linguística, incluindo sociolinguística, percepção da fala, fonética acústica, dialetologia, linguagem e gênero, linguística e terapia da fala clínica, tecnologia da fala, entre outros.

Dennis R. Preston é professor e co-diretor do Centro de Estudos de Oklahoma, da Universidade Estadual de Oklahoma e professor emérito da Universidade Estadual de Michigan. Ele foi professor visitante no Osaka Shoin Women's College e nas Universidades de Canterbury (Nova Zelândia), Havaí, Arizona, Michigan, Copenhagen, Colorado, Indiana University Southeast, SUNY Oswego, Berkeley e Chicago. Foi pesquisador visitante Fulbright na Polônia e no Brasil. Exerceu o cargo de diretor do *Linguistic Society of America Institute* e de presidente da *American Dialect Society*. Seu trabalho de pesquisa se concentra nas áreas da sociolinguística e da dialetologia.

Carla Victória Jara Murillo é professora catedrática da *Escuela de Filología, Lingüística y Literatura* da Universidade da Costa Rica. Ministrou os cursos de Sintaxe Espanhola, Introdução à Linguística, Língua e Cultura, Etnolinguística, Análise do Discurso, Morfossintaxe e Bribri (língua da família chibcha), entre outros. Obteve o título de mestre em Linguística na Universidade da Costa Rica e o doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Louisiana. Foi diretora do Departamento de Linguística da Universidade da Costa Rica e é, desde setembro de 2004, diretora do Instituto de Investigaciones Lingüísticas da mesma universidade. É autora de *l Tté. Historias Bribris* (1993), *El español de Costa Rica según los ticos: Un estudio de linguística popular* (2006) e coautora (com Ali Garcia Segura) de *Ko Késka. El Lugar del Tiempo* (1997) e do *Diccionario de Mitología Bribri* (2003), todas publicações da Editoria da Universidad de Costa Rica. É membro da *Academia Costarricense de la Lengua* desde fevereiro de 2015.

Nathan John Albury é professor de linguística na Universidade de Leiden. Foi professor assistente de sociolinguística e linguística aplicada na Universidade Politécnica de Hong Kong. É doutor em Linguística pela Universidade de Oslo. Seus interesses acadêmicos incluem, especialmente, as seguintes temáticas: política e planejamento linguístico, atitudes e ideologias linguísticas, linguística popular, línguas e etnias, além da construção nacional da língua.

Kaja Dolar é doutora em ciências da linguagem pela Universidade de Paris Nanterre. Faz parte do Centro de Pesquisa Europas-Eurasia (Inalco). Dedicou-se à pesquisa sobre lexicografia colaborativa, nas áreas de linguística discursiva, semântica lexical e lexicografia.

Renata de Oliveira Carreon é formada em Licenciatura Plena em Letras com habilitação em português e espanhol pela Universidade Federal de São Carlos (2010) e membro participante do Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDIM). Mestrado

(2013) e Doutorado (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da UFSCar. Realizou estágio doutoral em Buenos Aires (UBA – Argentina) com o Prof. Dr. Mariano Dagatti (CAPES/PDSE). Atualmente, é professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Desenvolve pesquisa na área de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Análise do discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, discurso político, campanha eleitoral, redes sociais, *ethos*, discurso religioso.

Mariana Morales da Silva possui licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (2012) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (2015). Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), desde 2017, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Realizou Doutorado Sanduíche no Departamento de Traducción y Ciencias del Lenguaje da Universitat Pompeu Fabra, Barcelona-Espanha, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PrInt). Investiga principalmente os seguintes temas: Educação e Discurso.

Marcelo Rocha Barros Gonçalves possui graduação (1999), mestrado (2002) e doutorado (2012) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é professor Adjunto do câmpus de Coxim da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) desde 2005. Foi Coordenador de Graduação do Curso de Letras Português/Espanhol (Licenciatura) entre 2005 e 2006, durante o Reconhecimento de Curso e entre 2012 e 2017. Foi Coordenador de Graduação do Curso de Letras Português (Licenciatura) entre 2014 e 2018, durante o Reconhecimento de Curso. Tem experiência na área de Ensino de Língua Portuguesa e Linguística Geral, com ênfase em Semântica, Pragmática, História das Ideias Linguísticas, Sociolinguística e Linguística Computacional. Nos últimos anos, tem trabalhado na área de Tecnologias da Informação e Comunicação e suas relações com o Ensino de Língua Portuguesa. De 2012 a 2017, foi Diretor Substituto do câmpus de Coxim, responsável pela Unidade de Administração Setorial. Atualmente, é Pós-Doutorando em Linguística na Universidade Federal de São Carlos, membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDIM), membro da Comissão de Historiografia Linguística da ABRALIN e membro do GT em Historiografia Linguística da ANPOLL.

Roberto Leiser Baronas, trabalhando como mecânico, cursou o Ensino Médio Magistério na Escola Estadual Ministro João Alberto, em Nova Xavantina – MT (1987). Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – *campus* Universitário do Araguaia em Pontal do Araguaia – MT (1994) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *campus*

de Araraquara (2003). Desenvolveu sua tese sob a orientação de Edna Fernandes dos Santos Nascimento. Com apoio de bolsa PDEE/CAPES, fez doutorado sanduíche na Université Paris Est – Créteil – Val de Marne – França, no Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos, Escritos e Comunicação – CÉDITEC – sob a supervisão de Simone Bonnaïfous (2003). Realizou estágio de Pós-Doutorado de um ano com bolsa PDS do CNPq, junto ao Grupo de Pesquisa/CNPq Linguagem, Identidade e Memória, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/LAEL/Faculdade de Filosofia Comunicação Letras e Artes/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, sob a supervisão de Beth Brait (2012). Trabalhou como professor de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino fundamental e médio de Mato Grosso, onze anos e meio na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – *Campus* de Alto Araguaia. Atualmente, é professor Associado no Departamento de Letras e orientador de trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, de dissertação de mestrado, de tese de doutorado e de supervisão de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e de dissertação e de tese no PPGEL – da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1 D. Foi presidente e membro da Comissão Assessora para Análise de Novos Cursos de Pós-Graduação na UFSCar – 2019. É um dos coordenadores da Comissão de Análise de Discurso da ABRALIN. Traduziu diversos artigos e livros relevantes no campo dos estudos discursivos. É organizador e autor de diversos livros e artigos no domínio dos estudos discursivos. É um dos editores responsáveis pela *Revista de Popularização em Ciências da Linguagem – Linguasagem* da UFSCar. Foi Editor da *Revista da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN* de 2014 a 2017. Foi Delegado Regional da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil de 2014 a 2018. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL, no período de 2016 a 2018. É o coordenador da Unidade de Pesquisa em Linguística popular – UPLiP/UFSCar. É também um dos coordenadores do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais – LEEDiM – UFSCar/CNPq. Tem experiência na área de Linguística com ênfase nos domínios da Linguística popular/*Folk linguistics*, da Análise do Discurso e da Filosofia da Linguística e do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística popular, análise do discurso, discurso político, discurso digital e epistemologia e história da linguística brasileira.

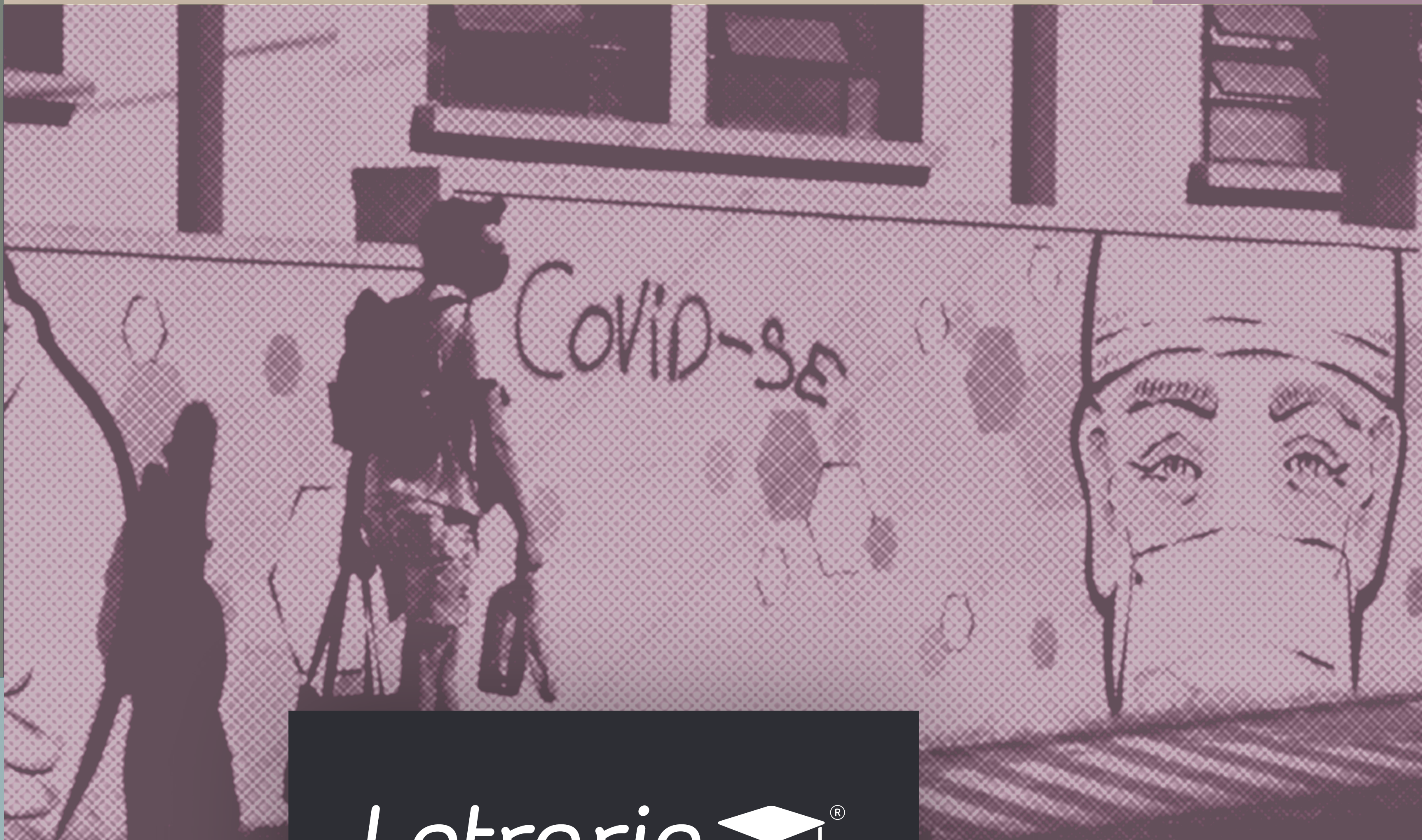
Júlio Antonio Bonatti Santos é doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Valência (Espanha). Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi pesquisador visitante na *School of Languages and Applied Linguistics*, Open University (Reino Unido), como bolsista CAPES (PrInt): Programa Institucional de Internacionalização). É mestre e graduado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual

Paulista (UNESP), e graduando em Filosofia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É membro dos seguintes grupos de pesquisas: *Grupo de Investigación en Teoría Crítica (TCr – Ciencias sociales i jurídicas, Universitat de València)* e Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM - UFSCar/CNPq). Pesquisou História dos Intelectuais, História do Pensamento Econômico, História Política (com o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra) e o problema discursivo da construção da autoria na obra de Noam Chomsky. Atualmente, realiza pesquisa nas áreas de Sociologia e Análise de Discurso, principalmente no que diz respeito à temática da violência e do autoritarismo.

Publique seu e-book com a gente!

Letraria 





Letraria 